

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**RODRIGO MAYER**

**Padrões de organizações partidárias: 42 partidos políticos latino-americanos em perspectiva comparada**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres

Co-orientador: Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann

Porto Alegre, 2017

### CIP - Catalogação na Publicação

Mayer, Rodrigo

Padrões de organizações partidárias: 42 partidos políticos latino-americanos em perspectiva comparada / Rodrigo Mayer. -- 2017.  
295 f.

Orientador: Paulo Peres.  
Coorientador: Gustavo Grohmann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Partidos Políticos. 2. América Latina. 3. Organização Partidária. 4. Política Comparada. I. Peres, Paulo , orient. II. Grohmann, Gustavo, coorient. III. Título.

RODRIGO MAYER

**Padrões de organizações partidárias: 42 partidos políticos latino-americanos em perspectiva comparada**

Porto Alegre, 2017

## TERMO DE APROVAÇÃO

## AGRADECIMENTOS

Todo trabalho intelectual é ao mesmo tempo coletivo e individual. Coletivo, pois é feito em conjunto com seus pares por meio de trocas de informações, conhecimentos, angústias, dúvidas e também, nos momentos de diversão, os quais são sempre bem vindos. Apesar do constante contato com os colegas, a produção intelectual é uma atividade solitária, que envolve o processo de leitura, pesquisa, formulações de questões, questionamentos e no fim, a satisfação com novas descobertas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer, ao meu orientador, professor Gustavo Grohmann, o qual soube dirigir o processo de construção da tese com suas observações e contribuições, além, de fornecer a liberdade necessária para o desenvolvimento da pesquisa. Quando preciso fez as correções de rota que um trabalho científico necessita e observações pertinentes sobre o trabalho. E como amigo, soube compreender as dificuldades apresentadas ao longo do caminho. Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Paulo Peres, que auxiliou durante todo o processo com seu conhecimento sobre partidos políticos e, sobre a política em geral.

O período do doutorado foi rico em amizades, que tornaram a ocasião mais prazerosa. Em especial, agradeço aos colegas, Augusto Junior Clemente e Icaro Engler, que acompanharam de perto a produção desta tese e contribuíram enormemente com seus conhecimentos e predisposição para o debate. De modo igual agradeço aos colegas Carlos Arthur Gallo, Bruno Mello de Souza e Rodrigo da Rosa Bordignon por suas imprescindíveis contribuições. Agradeço também aos colegas Mauricio Doré, Thiago Oliveira, Marcelino Lisboa, Arthur Rotta, Maíra Cabral, Cristina Altmann, Nazaré Bretas, Marcus Rocha, Ricardo Ossago, Pedro Vasconcelos, Roberta Resende, Sara Epitácio, Joyce Leão Martins, professor Alfredo Gugliano, professora Silvana Krause e todos os demais colegas e funcionários do programa de pós graduação em ciência política da UFRGS.

A estadia em Salamanca foi de extrema importância para a realização deste trabalho, pois abriu as portas para o aprofundamento do estudo sobre a América Latina, bem como, possibilitou o contato com pesquisadores de diversas nações, que enriqueceram a pesquisa. Agradeço à professora Flávia Freidenberg por toda ajuda durante a estada. À Chus Blanco por todo auxílio. Em especial, agradeço, à Isaceln Isaloren Ponce, Alfonso Ruiz Núñez, Tristan Ustyanowski e Veronica Velasquez, pelos grandes momentos vividos, pelo companheirismo e pela grande amizade. Do mesmo

modo agradeço à Leandro Lichtmajer e a Lucia Santos Lepera, Elisa Crespo, Facundo Cruz, Tomas Došek, Sofia Gil Munõz, Alex Vargas Fernández, Monserrat Rengifo, Amancay Sansiñena, Camilo Herrero Garcia, Veronica Ayala Richter, à professora Mercedes García Montero, aos funcionários do Instituto Iberoamérica e a todos que contribuíram com a minha estadia, que proporcionaram este incrível intercambio.

Ao longo do doutorado muitos amigos contribuíram com sua paciência, compreensão, conversas, conselhos, apoio, etc. Agradeço à Edson Nossol, Everton Okipney, à Juliana Lipe e Sharon Toledo por todo o apoio e incentivos ao longo da caminhada. Agradeço também aos amigos, Rodolfo Palazzo Dias, Diego Gotti, Ulisses Ferrari, Priscilla Mengarda, Fernando Ferraz, Elinton Mengarda, Arlene Nossol, Carolina Paiva, Rodrigo Palmer, Stefania Pontes, Mariana Graça Brandão, Cristiane Bündchen, Maria Emília Rodrigues e à professora Luciana Veiga.

Agradeço à minha família, em especial a minha mãe Adelina Ricardo Mayer, que soube entender os longos silêncios provocados pela elaboração da tese, bem como por todo o suporte fornecido.

Por fim, agradeço à CAPES que forneceu o suporte financeiro, sem o qual, este trabalho não seria possível.

*Existe uma teoria que diz que, se um dia alguém descobrir exatamente para que serve o Universo e por que ele está aqui, ele desaparecerá instantaneamente e será substituído por algo ainda mais estranho e inexplicável. Existe uma segunda teoria que diz que isso já aconteceu*

(Douglas Adams)

## RESUMO

Os partidos latino-americanos são muito diversos e poucos estudos se ocupam da comparação de suas organizações. Este estudo analisa e classifica a organização interna dos partidos políticos latino-americanos, comparando o conteúdo de 42 estatutos partidários distribuídos nos 18 países democráticos da região. A comparação ocorre a partir do uso do método comparado e da identificação da ausência e/ou presença de determinados conteúdos em suas cartas orgânicas, de modo a mapear sua organização e possibilitar a construção de uma escala de pertencimentos das agremiações no quesito organizacional. A visão predominante sobre a região aponta para um caso de subdesenvolvimento partidário, no qual as agremiações são descritas como dotadas de organizações internas frágeis e em muitos casos inexistentes. Este trabalho não compartilha este posicionamento e argumenta que a América Latina apresenta um amplo espectro partidário em que convive dotadas de diferentes graus de organização. De modo a solucionar esta questão optamos por focar a análise em suas características organizacionais de modo a compreender os diferentes padrões exibidos em um estudo mais descritivo. Como premissa básica, partimos do princípio que os partidos políticos são, antes de tudo, organizações, as quais refletem as escolhas e objetivos de seus membros em um ambiente limitado. Como resultados, encontramos os seguintes: 1) o cenário partidário encontrado não é tão negativo quanto o exposto pela bibliografia sobre a região; 2) a região exibe um rico cenário, que reflete as diferentes estratégias das agremiações latino-americanas; 3) a ideologia e o tipo originário exercem grande influência sobre a determinação do desenho organizacional e; 4) as regulamentações a que os partidos estão sujeitos definem os limites das organizações.

Palavras-chave: Partidos Políticos. América Latina. Política Comparada. Organização Partidária. Partidos latino-americanos.



## **ABSTRACT**

Latin American parties are very diverse and few studies show a comparison of their organization. This study analyzes and classifies the internal organization of 42 Latin American political parties distributed in 18 democratic countries, comparing the content of their statutes. Using the comparative method we pointed the absence and / or presence of certain contents in the party organic charts, in order to map their organization and build a scale of affiliation to the organization. The predominant view describes an underdevelopment of the parties in Latin America, with a fragile association to internal organizations, that is even absent in many cases. This thesis does not share this position and sustain that Latin America has a broad partisan spectrum, which coexists with different degrees of organization. In order to solve this question and understand the different patterns exhibited, we focused the analysis on its organizational aspects, using a descriptive approach. As a basic premise, we assume that political parties are, above all, organizations, and it reflects the choices and goals of their members in a limited environment. The following results were found: 1) the party scenario found is not as negative as exposed by previous works about that region; 2) the region presents a rich scenario, which reflects the different strategies of Latin American associations; 3) ideology and the original type of party exert great influence on the determination of organizational design and; 4) the regulations to which the parties are subjected define the boundaries of organizations.

**Keywords:** Political Parties. Latin America. Comparative Politics. Party Organization. Latin American parties.

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1 – Calibração (organização e sistema).....	218
Gráfico 6.2 – Calibração (Organização e origem).....	221
Gráfico 6.3 – Calibração (Organização e personalismo).....	222
Gráfico 6.4 – Calibração (Organização e movimentos sociais).....	223
Gráfico 6.5 – Calibração (Organização e legislação).....	224
Gráfico 6.6 – Calibração (Organização e ideologia).....	226

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Definições de partidos políticos.....	23
Quadro 1.2 – Redemocratização.....	32
Quadro 1.3 – Partidos selecionados.....	35
Quadro 1.4 – Indicadores empíricos.....	39
Quadro 2.1 – Dimensões da crise dos partidos políticos.....	57
Quadro 2.2 – Abordagens sobre a organização partidária.....	60
Quadro 2.3 – Elementos de base.....	66
Quadro 3.1 – A origem dos partidos políticos latino-americanos.....	84
Quadro 3.2 – Partidos de formação interna.....	87
Quadro 3.3 – Partidos de origem interna (Local de surgimento).....	89
Quadro 3.4 – Partidos de origem externa (Local de origem).....	90
Quadro 3.5 – Posicionamento ideológico dos partidos políticos latino-americanos.....	96
Quadro 5.1 – Núcleos de base.....	175
Quadro 5.2 – Deveres dos filiados.....	188
Quadro 5.3 – Fontes de receitas.....	194
Quadro 5.4 – Contribuição financeira dos membros.....	196
Quadro 6.1 – Classificação dos partidos políticos latino-americanos.....	231
Quadro 6.2 – Partidos com alto grau de complexidade interna.....	233
Quadro 6.3 – Partidos complexos.....	236
Quadro 6.4 – Partidos com organização intermediária.....	240
Quadro 6.5 – Partidos com baixo grau de complexidade interna.....	241

## LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 – Constitucionalização e regulação dos partidos políticos latino-americanos.....	112
Tabela 4.2 – Constitucionalização e leis partidárias.....	115
Tabela 4.3 – Identidade.....	118
Tabela 4.4 – Comportamento.....	121
Tabela 4.5 – Documentos para fundação dos partidos políticos.....	124
Tabela 4.6 – Apoio de filiados e/ou simpatizantes.....	126
Tabela 4.7 – Apoio e filiação.....	128
Tabela 4.8 – Distribuição territorial.....	129
Tabela 4.9 – Organização prévia.....	132
Tabela 4.10 – Instâncias obrigatórias.....	134
Tabela 4.11 – Outras regulamentações sobre a organização partidária.....	137
Tabela 4.12 – Membros.....	139
Tabela 4.13 – Aplicação do fundo público.....	142
Tabela 4.14 – Forma de distribuição dos recursos do fundo partidário.....	145
Tabela 4.15 – Distribuição do fundo público.....	148
Tabela 4.16 – Subsídios indiretos.....	149
Tabela 5.1 – Organismos dos partidos políticos latino-americanos.....	163
Tabela 5.2 – Grau de abertura das instâncias deliberativas.....	167
Tabela 5.3 – Multi-Nível.....	183
Tabela 6.1 – Organização dos partidos políticos latino-americanos.....	208
Tabela 6.2 – Escalas de pertencimento.....	212

## LISTA DE SIGLAS

ADN.....	Acción Democrática Nacionalista
ANR.....	Asociación Nacional Republicana (Partido Colorado)
AP.....	Alianza País
AP/PER.....	Alianza para el Progreso
APRA.....	Alianza Popular Revolucionaria Americana (Partido Aprista Peruano)
ARENA.....	Alianza Republicana Nacionalista
ARENA/BRA.....	Aliança Renovadora Nacional
CAMBIO.....	Cambio Democrático
CDU.....	União Democrata Cristã
CONDEPA.....	Conciencia de Patria
COPEL.....	Comité de Organización Política Electoral Independiente
CREO.....	Creando Oportunidades
DEM.....	Democratas
DP.....	Democracia Popular
FA.....	Frente Amplio
FP.....	Fuerza Popular
FMLN.....	Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional
FREPASO.....	Frente País Solidario
FSLN.....	Frente Sandinista de Liberación Nacional
FUN.....	Frente Unidad Nacional
ID.....	Izquierda Democrática
IU.....	Izquierda Unida
MAS-IPSP.....	Movimiento al Socialismo-Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos
MDB.....	Movimento Democrático Brasileiro
MIR.....	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MNR.....	Movimiento Nacionalista Revolucionario
MPJ.....	Movimiento Primero Justicia
MST.....	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUPP.....	Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik
MVR.....	Movimiento Quinta República
NFR.....	Nueva Fuerza Republicana

PAC.....	Partido Acción Ciudadana
PAN.....	Partido Acción Nacional
PC/COL.....	Partido Conservador
PC/URU.....	Partido Colorado
PDC.....	Partido Demócrata Cristiano
PDS.....	Partido Democrático Social
PDT.....	Partido Democrático Trabalhista
PFL.....	Partido da Frente Liberal
PJ.....	Partido Justicialista
PL/COL.....	Partido Liberal
PLH.....	Partido Liberal
PLI.....	Partido Liberal Independiente
PLN.....	Partido Liberación Nacional
PLRA.....	Partido Liberal Radical Auténtico
PLU.....	Partido de la U
PMDB.....	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PN/URU.....	Partido Nacional
PNH.....	Partido Nacional
PNP.....	Partido Nacionalista Peruano
PP.....	Partido Patriota
PPB.....	Partido Progressista Brasileiro
PPC.....	Partido Popular Cristiano
PRD/DOM.....	Partido Revolucionario Dominicano
PRD/MEX.....	Partido de la Revolución Democrática
PRD/PAN.....	Partido Revolucionario Democrático
PRE.....	Partido Roldosista Ecuatoriano
PRI.....	Partido Revolucionário Institucional
PRO.....	Propuesta Republicana
PRSC.....	Partido Reformista Social Cristiano
PSDB.....	Partido da Social Democracia Brasileira
PSC.....	Partido Social Cristiano
PSCH.....	Partido Socialista
PSUV.....	Partido Socialista Unido de Venezuela
PT.....	Partido dos Trabalhadores
PTB.....	Partido Trabalhista Brasileiro

RN.....Renovación Nacional  
SPD.....Partido Social Democrata  
UCR.....Unión Cívica Radical  
UCS.....Unidad Cívica Solidaridad  
UDN.....União Democrática Nacional  
UDI.....Unión Demócrata Independiente  
UNE.....Unidad Nacional de la Esperanza  
URD.....Unión Republicana Democrática

## SUMÁRIO

1. Partidos Políticos latino-americanos: proposição do problema.....	16
1.1. Filiação teórica.....	19
1.2. América Latina: justificativa, seleção dos casos.....	26
1.3. Hipóteses, metodologia e indicadores.....	37
2. A teoria sobre a organização dos partidos políticos.....	54
2.1. A organização partidária: declínio ou revitalização?.....	55
2.2. Partidos políticos: abordagens teóricas.....	60
2.3. Organização interna: modelos teóricos.....	63
2.4. A organização interna como mecanismo de obtenção de objetivos: a visão norte-americana.....	64
2.5. A organização partidária como o foco central dos partidos políticos: a visão europeia.....	65
2.6. América Latina: apontamentos teóricos.....	70
2.7. Tipologias partidárias.....	74
Considerações finais.....	78
3. A origem dos partidos políticos.....	79
3.1. A origem dos partidos latino-americanos.....	79
3.2. Forma de expansão territorial.....	91
3.3. Entidades patrocinadoras e liderança carismática.....	92
3.4. Ideologia.....	94
Considerações finais.....	98
4. Coerções institucionais: as legislações sobre os partidos latino-americanos.....	102
4.1. Regras partidárias: um fenômeno recente.....	103
4.1.1. O debate entre o domínio dos partidos ou sua submissão aos governos: estado de partidos versus cartel partidário.....	105
4.2. Legislações partidárias na América Latina.....	109
4.3. Como os partidos latino-americanos são regulados atualmente.....	111
4.4. Regulações: a normativa sobre os partidos latino-americanos.....	116
4.4.1. Identidade e comportamento.....	117
4.4.2. Registro.....	123
4.4.3. Organização.....	133
4.4.4. Financiamento.....	141

Considerações finais.....	151
5. A organização dos partidos latinos: o que dizem os estatutos.....	154
5.1. A anatomia dos partidos políticos: alguns apontamentos teóricos.....	157
5.2. O que dizem os estatutos? A apresentação do desenho organizacional dos partidos latino-americanos.....	160
5.2.1. Instâncias deliberativas.....	165
5.2.2. Instâncias diretivas e executivas.....	173
5.2.3. Núcleos de Base.....	174
5.2.4. Organismos de Consulta.....	176
5.2.5. Organismos de Apoio.....	177
5.3. Divisões internas dos partidos.....	178
5.4. Relacionamento entre os vários níveis partidários.....	180
5.5. Membros.....	185
5.6. Financiamento.....	190
Considerações finais.....	199
6. A Organização dos Partidos Políticos Latino-americanos: padrões de organização interna.....	201
6.1. Questões metodológicas.....	203
6.2. América Latina: a organização de seus partidos.....	205
6.3. Tipologias: Classificação dos partidos políticos.....	228
Considerações finais.....	254
7. Conclusões.....	260
Referências bibliográficas.....	265
Documentos Consultados.....	290



## 1. Partidos Políticos latino-americanos: proposição do problema

O estudo sobre as organizações partidárias é um tema central na ciência política desde meados do século XX<sup>1</sup>. No entanto, a produção bibliográfica sobre o tema é relativamente pequena (CROTTY, 1970). Nesse contexto, a América Latina não foge à regra – as pesquisas, em sua maioria, se concentram na análise dos sistemas partidários durante os processos de transição após a “terceira onda” democrática<sup>2</sup>, assim como na sua conformação e instabilidade. Além disso, os poucos trabalhos existentes sobre as estruturas organizacionais são caracterizados por uma visão estereotipada a respeito dos partidos da região<sup>3</sup>. De fato, com algumas exceções<sup>4</sup>, os partidos latino-americanos são percebidos como organizações frágeis, dominadas por lideranças personalistas e sem contato com a sociedade.

Em grande medida, essa visão é resultante do predomínio da matriz teórica eurocêntrica que, desde os trabalhos de Duverger (1970),<sup>5</sup> na década de 1950, convencionou considerar que os partidos são, necessariamente, instituições que devem abranger vários aspectos da vida de seus membros, tais como formação política, trabalho, representação de interesses e lazer. Os partidos não são meras máquinas eleitorais, mas sim organizações que extrapolam essa função para preencher o cotidiano de seus filiados.

---

<sup>1</sup> O estudo sobre partidos políticos é antigo. Ele remonta ao exame das primeiras formações partidárias nos parlamentos europeus nos séculos XVIII e XIX, no entanto, os partidos deste período mais se assemelhavam a alianças – ou clubes – parlamentares do que organizações, fato confirmado pela inexistência de organizações extraparlamentares (DUVERGER, 1970; SARTORI, 2012). O estudo das organizações partidárias modernas possui um pouco mais de cem anos, com os pioneiros trabalhos de Mosei Ostrogorski e Robert Michels, no começo do século XX.

<sup>2</sup> O estudo sobre as transições democráticas constitui uma importante área de pesquisa na região. Seus trabalhos, com destaque para os estudos de Cavarozzi (1991), Garretón (1997), Linz e Stepan (1996), O'Donnell (1987) e O'Donnell e Schmitter (1988) apresentam os diferentes modelos de transição, como por meio de golpes (característica dos países centro-americanos), pactuadas (ocorrida nos países sul-americanos) ou por alterações no interior dos regimes políticos através de reformas, como nos casos da Colômbia e do México.

<sup>3</sup> Nos últimos anos, tem crescido o interesse pelo exame dos partidos políticos latino-americanos. Apesar disso, boa parte dos estudos se concentra em aspectos negativos dos mesmos, tais como, baixa penetração social e pouca confiança da sociedade (ALCÁNTARA, 2004; CAVAROZZI; CASULLO, 2002; ROBERTS; WIBBELS, 1999), dependência do Estado para garantir seu funcionamento e sobrevivência (VAN BIEZEN, 1998), domínio de uma estrutura informal sobre a organização formal (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007), grande incidência de *flash-parties*, ou seja, de partidos políticos de pouca duração (COPPEDGE, 1997; FILGUEIRA; LUNA, 2009; JONES, 2011) e, alta instabilidade da arena política (LEVITSKY, 2001; LUPU, 2013).

<sup>4</sup> A bibliografia sobre os partidos latino-americanos tem a tendência a tomar as agremiações da região como frágeis em termos organizacionais e em sua maioria, com poucos – ou ausentes – laços sociais, o Chile, a Costa Rica e o Uruguai são tidos como exceções na região.

<sup>5</sup> Segundo Seiler (2000), a obra de Duverger (1970) foi a primeira a estabelecer uma base sobre a qual os estudos partidários poderiam partir, para o autor, o estudo do cientista político francês foi de grande influência, com a maioria dos trabalhos posteriores se preocupando em replicar ou ampliar o modelo proposto.

Essa concepção, quando transposta para o exame dos partidos latino-americanos, leva a inevitável conclusão de que eles são subdesenvolvidos, uma vez que não se enquadram plenamente nesse modelo. Por isso os analistas sempre enfatizam que as organizações partidárias desses países são frágeis e que o que predomina são lideranças personalistas, redes clientelistas e patronagem (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007; LEVITSKY, 2003). Mas, na realidade, o que ocorre é que a percepção da fragilidade organizativa dos partidos da região é extremamente influenciada pelo estudo do desenvolvimento das legendas no contexto europeu.

Portanto, o uso desse referencial, bem como o de trabalhos posteriores, como os de Kirchheimer (1966) e Katz e Mair (1995), traz consigo um problema de ordem normativa, que é ignorar os diferentes desenvolvimentos dos países e de seus partidos e propor que os tipos partidários construídos para analisar o caso europeu sejam tomados como parâmetros para julgar o nível de desenvolvimento partidário de países com histórias diferentes. É preciso que tenhamos cuidado, para não utilizarmos as ferramentas teóricas desenhadas para o exame de outras regiões e não cair na armadilha de classificá-los somente a partir destes critérios. Ao tomar os partidos de massas e seus sucessores – *catch-all* e cartel – como um modelo a ser seguido, a literatura realiza uma transposição que pode levar a uma interpretação distante da realidade latina.

É fundamental então levar em consideração que, devido à natureza acidentada das democracias da região, é natural que seja raro encontrar exemplares de desenvolvimento linear de acordo com o modelo tradicional dos tipos partidários. Por isso, qualquer análise comparativa sobre as organizações da região necessita questionar se os problemas apresentados pelos partidos latinos são exclusivos da região ou se são dificuldades inerentes às atuais formações partidárias em geral.

Com base nestas ponderações, o objetivo central deste trabalho é *identificar os padrões de organização interna dos atuais partidos latino-americanos*, examinando-os por meio da aplicação crítica *dos instrumentos teóricos utilizados pela literatura especializada*. Procuramos a partir deste objetivo responder as seguintes perguntas: Quais os padrões de organização partidária encontradas na América Latina? Quais os fatores que incidem sobre o desenho organizacional? E, por que alguns partidos constroem máquinas partidárias com maior divisão do trabalho interno – ou mais complexas – do que outras?

Com esse propósito, duas dimensões serão mobilizadas: a organizacional e a política. A *dimensão organizacional* identifica a divisão do trabalho interno dos partidos, o seu grau de centralização, participação dos filiados nas decisões internas, o modo como

financia suas atividades e a distribuição de seus organismos, entre outras características; ou seja, apresenta a anatomia do partido e suas características únicas que distinguem um partido dos demais. A organização dos partidos não é fruto apenas das escolhas que suas lideranças – e membros – fazem, mas também dos ambientes que os cercam, entre os quais, dois são os principais: a arena eleitoral e legislativa e as coerções institucionais. A *dimensão política* trata dos fatores que definem os limites das agremiações, como o formato do sistema político, o grau de autonomia das províncias ou estados, bem como a regulamentação a qual os partidos estão sujeitos. Essa dimensão delimita a ação dos partidos dentro do quadro institucional do país ao demarcar a esfera de sua atuação e regulamentar o acesso a recursos. Tudo isso impacta o comportamento dos partidos ao influenciar de modo direto e/ou indireto sua dinâmica interna. Dessa forma, este trabalho propõe a retomada das análises descritivas das estruturas organizacionais e sua dinâmica, visando (re)colocar o problema da organização interna dos partidos novamente em primeiro plano.

Feitas essas observações, argumentamos que as organizações dos partidos políticos latino-americanos apresentam grande diversidade e um cenário não tão caótico quanto o apresentado pelos especialistas. Os diferentes modelos encontrados na região são produtos de duas pressões: a) internas, as quais são motivadas pelos interesses e ambições de seus membros, bem como por sua ideologia e seu tipo originário e; b) externas, as quais influenciam a determinação do desenho organização, dentre as quais se destacam o ambiente – ou arena política – em que as legendas estão inseridas e as legislações que incidem sobre os partidos políticos. Como efeito, os partidos políticos locais respondem de modo distinto a cada um destes incentivos, construindo estruturas organizacionais únicas, mesmo sob incentivos semelhantes.

Um segundo argumento que percorre esta tese é que os partidos são organizações relativamente simples se comparadas a outras organizações, como associações e sindicatos, por exemplo. O marco legal partidário não é complexo, mas sim, prático no que tange ao processo de tomada de decisões. Obviamente há grande variação entre as legendas, com algumas adotando estruturas organizacionais mais complexas do que outras. De modo complementar, o foco do trabalho se encontra nas características formais das legendas, ou seja, em seus estatutos. Estes podem não refletir a dinâmica real das legendas ou apresentar grandes distorções, entretanto, se mostram uma importante fonte de informação, pois fornecem o mapa organizativo das organizações. Um dos desafios futuros dos estudos partidários se encontra na comparação entre o real e o formal das

legendas, porém, devido a limitação do acesso a informação sobre a vida interna das agremiações, esta verificação não foi possível neste trabalho.

O terceiro ponto trata das classificações. Normalmente, os estudos partidários recorrem à classificação dos partidos em tipologias, as quais atuam como etiquetas que classificam os partidos em grupos de acordo com categorias específicas (SEILER, 2001). As tipologias mais tradicionais foram em sua – quase – totalidade formuladas com base no caso europeu. Embora importantes, este trabalho foca na classificação das agremiações partidárias com base em suas características formais, isto ocorre basicamente por dois motivos: a) as tipologias tradicionais tendem a aproximar as organizações. Deste modo, partidos diferentes podem ser classificados como iguais e; b) como são formuladas para o caso europeu a sua transposição a realidade latino-americana pode gerar perdas e interpretações negativas sobre a região. Um exame mais descritivo – dentro dos limites do trabalho – auxilia na resolução destas dificuldades, pois possibilita um maior aprofundamento sobre os casos estudados e assim, identificar suas diferenças e semelhanças.

Desse modo, argumentamos que os partidos políticos latino-americanos apresentam múltiplos padrões organizacionais formais os quais expressam a grande multiplicidade de ambições e interesses de seus membros em um ambiente limitado. A opção por um exame que busca equilibrar a descrição com a classificação dos partidos, visa compreender de modo mais efetivo as diferenças e semelhanças encontradas na região, de modo a não se restringir somente a visão corrente da literatura especializada sobre as mesmas, as quais os consideram – em sua maioria – como um caso de subdesenvolvimento partidário.

### *1.1. Filiação teórica*

Como será tratado no capítulo 2, a corrente que estuda os partidos como organizações é uma das mais antigas e uma das menos produtivas dos estudos partidários, com os esforços do campo se concentrando em estudos sobre seu comportamento eleitoral e as peculiaridades dos sistemas partidários. Crotty (1970) resume bem o estado da área no princípio da década de 1970:

A análise organizacional dos partidos não é nova e sem defeitos. Esta linha particular de investigação representa uma das linhas de pesquisa mais antigas sobre partidos e é uma das mais frustrantes (CROTTY, *idem*, p.281)<sup>6</sup>.

A frustração do autor, se encontra, não somente na distância temporal entre os trabalhos de Michels (2001) e de Duverger (1970), mas pelo baixo aproveitamento das bases fornecidas pelo segundo para a construção de acúmulo de conhecimento da disciplina, com cada autor preferindo seguir um caminho distante ou testar as proposição de Duverger (*idem*), principalmente as que dizem respeito as relações entre o sistema eleitoral e partidário e testar as proposições do autor sobre a transformação dos partidos de quadros para os partidos de massas, com pouca atenção para o modelo organizativo proposto pelo autor, principalmente para as questões sobre a anatomia interna dos partidos (SEILER, 2000).

Crotty (1970) se concentra mais na questão organizacional, para o autor, uma definição sobre partidos deve ser ampla e flexível. Seguindo esta orientação, Janda (1980) também busca diferenciar os partidos de outras organizações, como grupos de pressão, por exemplo. Para os autores, a organização é definida pela presença de um grupo no interior da organização com graus de divisão de trabalho, entre outros fatores. A diferença para os grupos de pressão para os autores está no objetivo dos partidos que é a obtenção de cargos governamentais. Os autores também apresentam uma discussão sobre a questão dos objetivos das agremiações partidárias, para eles, os partidos possuem uma ampla variedade de objetivos, entretanto, os principais se resumem a disputa eleitoral e a conquista dos cargos governamentais, essa visão também é compartilhada por Strøm e Müller (1999) ao separarem os objetivos dos partidos em três principais (cargos, implementação de políticas e controle do governo). O problema de definir os partidos de acordo com seu comportamento é a redução do que o é um partido, pois algumas agremiações não ambicionam a vitória eleitoral, mas apenas colocar – parte de – sua agenda em pauta, por exemplo.

Continuando nesta discussão, Lapalombara e Weiner (1966) e Rose e Mackie (1988) elencam quatro características para que uma organização seja considerada como partido: a) existência de uma organização que persista ao longo do tempo e que sobreviva sem suas lideranças iniciais; b) a expansão territorial da organização, com a construção de laços e relações a nível subnacional e a construção de canais de comunicação entre os dois níveis; c) ambição de conquista, exercício e manutenção do poder e; d) uso do apoio

---

<sup>6</sup> Tradução do autor.

popular para a obtenção de seu objetivo. A finalidade dos autores, nesse caso, é distinguir entre os partidos consolidados – ou em fase de consolidação – de formações temporais, as quais desaparecem em casos de fraco desempenho eleitoral. A definição de partidos dos autores, se concentra na estabilidade da agremiação partidária e também na questão do comportamento dos partidos, pois estes, para os autores também são definidos através de sua conduta, seja no recrutamento de filiados, seja, na sua apresentação em eleições.

Por fim, North (1990) e Aldrich (1995, 2011) também tratam da definição dos partidos políticos, porém, através da corrente neoinstitucionalista. O primeiro argumenta que os partidos políticos são organizações construídas para aproveitar as oportunidades criadas pelas instituições, no caso, os governos, o legislativo, etc. O segundo os define como uma espécie de empresa, a qual é organizada para a disputa de cargos e fornece os meios para seus membros adentrarem na competição. Ambos os autores salientam o papel dos partidos como estrutura de oportunidades, mais especificamente, como canais de conquista do poder governamental.

Até o momento, as definições apresentadas apresentam os partidos como organizações que de certo modo são definidos através de seu comportamento. Duverger (1970) e Sartori (2012), retomam a questão organizacional, para os autores, os partidos são organizações fragmentadas:

Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (seções, comitês, associações locais, etc.), ligados por instituições coordenadoras (DUVERGER, 1970, p.52).

Qualquer que seja a sua disposição orgânica – oficial e informal –, um partido é uma soma de indivíduos que formam constelação de grupos rivais. Um partido, quando se observa de dentro, pode ser uma confederação flexível de subpartidos (SARTORI, 2012, p.106)<sup>7</sup>.

Os dois autores apresentam as tensões da dinâmica interna dos partidos políticos, característica posteriormente retomada por Panebianco (2005), ou seja, diferentemente do apresentado por Janda (1980), as divisões internas dos partidos não se restringem somente a divisão do trabalho interno, mas também as disputas entre vários grupos pelo poder interno, estas divisões podem ser aparentes ou não e, não necessariamente se encontram em todos os partidos, pois existem legendas construídas em torno de apenas

---

<sup>7</sup> Tradução do autor.

uma liderança, porém, como assinala Lapalombara e Weiner (1966), os partidos para se consolidarem devem ser capazes de sobreviver sem estas lideranças. A visão de Duverger (1970) e Sartori (2012) se opõe a proposta por Downs (1999), na qual os partidos são estruturas monolíticas em busca do controle do aparato governamental, ou seja, além de definir os partidos por meio de seu comportamento eles possuem uma estrutura única, com baixa diferenciação entre suas instâncias.

A estrutura confederada dos partidos abre um debate sobre sua organização, Duverger (1970) e Sartori (2012) tratam basicamente na instância nacional, ao apresentar os partidos como a junção de diversos grupos, esse fato se relaciona com Panebianco (2005) desenvolver a questão da dinâmica interna e dos grupos disputando o poder, como também com um debate que tem ganho importância nos últimos anos na ciência política, o estudo dos partidos e sistemas partidários em múltiplos níveis. Os adeptos dessa corrente argumentam que os partidos políticos competem em múltiplas arenas, as quais possuem dinâmicas próprias que em última instância podem interferir na dinâmica nacional. A nível organizacional, os autores expõem a tensão entre as partes nacionais e regionais da organização em sua relação de autonomia e interdependência, os partidos aqui são compreendidos como confederações de elites locais, que atuam sobre uma etiqueta comum, é importante ter em mente que existem diferentes relações no nível territorial, isto é, alguns partidos adotam o sistema federado do país, com seus graus de autonomia, interdependência, entre outras características. A organização dos partidos de acordo com a distribuição federativa dos países, não é tão recente na ciência política, sendo trabalhada por Duverger (1970) na década de 1950, como um dos tipos de descentralização propostos pelo autor, entretanto, o cientista político francês não se aprofunda em suas análises e seus possíveis impactos sobre as estruturas partidárias.

O baixo consenso da bibliografia sobre o estudo das organizações partidárias influi na própria definição do que é um partido político. Medina (2002) sistematiza bem a discussão ao apresentar as diversas concepções de partidos e as separa as definições em três grupos: estreitas, intermediárias e amplas.

**Quadro 1.1 – Definições de partidos políticos**

	<b>Definição</b>	<b>Principais autores</b>
Estreita	Partidos são entidades que buscam o controle do aparato governamental através de eleições	Anthony Downs; Giovanni Sartori; Leon Epstein; Sigmund Neumann
Intermediária	Partidos são organizações que apresentam candidatos na arena eleitoral	Joseph Lapalombara; Keneth Janda; Maurice Duverger
Ampla	Partidos são toda as organizações que se auto-identificam como tal.	Max Weber

Fonte: Elaboração do autor com base em Medina (2002).

As definições apresentadas por Medina (2002) sintetizam bem o amplo debate e a indefinição acerca do objeto<sup>8</sup>. O autor, salienta que as definições podem ser distinguidas pelo grau de rigidez na relação entre os meios – eleições – e os fins – acesso ao governo – dos partidos. Nas definições amplas, esta relação é frouxa, com alto grau de abertura para organizações que não atuam como partidos, diferentemente das definições estreitas que restringem os partidos a somente seus meios e fins e ignoram a existência de partidos antissistemas ou que não ambicionam o controle estatal. As definições intermediárias são tomadas como as ideais por Medina (*idem*), pois permitem um meio termo entre os objetivos e fins partidários ao apresentar critérios de diferenciação destes com outras organizações e não restringir seu alcance somente para o âmbito eleitoral.

Os partidos neste trabalho serão definidos por meio da definição intermediária e também considerando a sua natureza fragmentada, dito isso, os partidos políticos aqui serão definidos como: *Organizações de filiados distribuídos ao longo do território nacional, com o objetivo de realizar os objetivos de seus grupos presentes em seu interior através da disputa eleitoral.*

<sup>8</sup> O marxismo também trabalha a questão partidária, essa inicialmente é compreendida como expressão do antagonismo entre classes, ou seja, entre os trabalhadores representados pelos partidos operários e os capitalistas – detentores dos meios de produção – nos partidos conservadores e liberais. A questão do partido, porém, não se apresenta de modo simples, com grande discussão na questão da consciência de classe, como também, de sua função de educar e preparar seus membros para a ação política (CHARLOT, 1982; GRAMSCI, 2006).



Teorizar e classificar os partidos é um desafio para o pesquisador, em que pese o grande acúmulo de conhecimento sobre o tema ao longo de um pouco mais de um século, os partidos são organizações em constantes mudanças e que se adaptam as transformações da sociedade, dos governos e de outras organizações e/ou grupos que o cercam.

Quando olhamos para a América Latina – ou qualquer outra região ainda pouco teorizada em comparação a Europa Ocidental – este desafio cresce, pois é preciso equilibrar a produção acumulada ao longo das últimas décadas com as peculiaridades de cada país e região. Este trabalho não pretende construir uma nova teoria sobre os partidos, mas debater com a existente e apresentar suas vantagens e limitações para a compreensão da região, entretanto, o foco se concentra em um exame mais descritivo das organizações latino-americanas.

A questão da organização também demonstra ser complexa, como tratamos neste capítulo e será trabalhada ao longo desta tese, ela pode ser compreendida de diversas formas. Duverger (1970) e Eldersveld (1964) a compreendem a organização como composta por várias subunidades interligadas em um sistema horizontal e vertical entre as instancias, órgãos partidários e suas esferas distribuídos territorialmente. Somado a isso, Detterbeck (2012) e Thorlakson (2007, 2009) acrescentam a questão da assimetria da distribuição de recursos, bem como do poder entre os níveis partidários.

No campo neoinstitucionalista, a organização é tratada a partir de seu relacionamento com os governos. North (1990) os classifica como organização, ou seja, para o autor são entidades criadas para aproveitar as oportunidades criadas pelas instituições. Aldrich (1995, 2011) retoma este ponto e examina a organização partidária por meio de seu relacionamento com as esferas governamentais e com o meio que o cerca, com a estrutura organizacional atuando como uma espécie de “ponte” para a obtenção das ambições de seus membros.

Como visto, o debate é extenso e controverso, de um lado, as máquinas partidárias são tratadas como comunidades de membros e de outro atuam como mecanismos para a realização da ambição de seus membros. Esta diferença de interpretação pode ser respondida em parte pela diferença entre as escolas de pensamento, do lado dos partidos como comunidades se encontra a escola europeia – com exceção de Eldersveld (1964) – que tomam os partidos como organização supraparlamentares, ou seja, extrapolam a atuação parlamentar e atuam junto à sociedade em diversos temas<sup>9</sup>. De outro a visão

---

<sup>9</sup> Até hoje os partidos de massas são tidos como o auge da atividade partidária, sobretudo, pela construção de robustas burocracias extraparlamentares e pelo estreito contato que as legendas estabelecem com seus filiados. Este tipo de formação ocorreu, basicamente, na primeira metade do século passado como efeito da expansão do sufrágio universal nas democracias europeias ocidentais.

estadunidense foca na atuação governamental das legendas e em sua atuação eleitoral, com pouco foco na organização em si.

O desafio se encontra quando se busca transpor os apontamentos teóricos para a realidade latino-americana. Devido a sua trajetória acidentada e suas peculiaridades, a região apresenta um rico mosaico partidário que vai desde agremiações exclusivamente voltadas ao processo eleitoral e governamental até outras com ampla penetração social. Este cenário produz interpretações diversas sobre suas funções, eficácia, entre outras coisas. Neste ponto, é fundamental ter em mente que os partidos políticos reagem de modos distintos aos mesmos estímulos devido as suas estratégias e aos estímulos sociais, governamentais, de outras organizações, etc. ao tratar da teoria, também é importante considerar as diferentes trajetórias entre a teoria e a região, além do constante aparecimento de partidos em regiões com pouco tradição partidária. Estes fatos exigem cuidado redobrado no momento de examinar os partidos, pois as interpretações podem ser tortas ou enviesadas quando os partidos latinos são comparados aos europeus<sup>10</sup>.

A análise organizacional pode levar a alguns problemas de ordem teórico-normativa. O primeiro problema desta natureza é apontado por Sartori (2012) que é a tendência a explicar a organização por ela mesma e ignorar os fatores que a cercam. Um segundo problema está em considerar como as organizações deveriam ser e não como são. Esta interpretação pode levar a sobrevalorização de um modelo – ou região – sobre as demais. Como modo de resolver esta questão, este trabalho se propõe a realizar um exame descritivo dos partidos latino-americanos, diminuindo assim, os possíveis desvios de ordem teórica-normativa. Uma análise descritiva também é uma ferramenta importante para não cair em classificações de acordo com a força ou a fraqueza das legendas, pois estas carregam alto grau de arbitrariedade em suas categorias.

Em relação ao problema de explicar a organização por ela mesma. Buscou-se, na medida do possível, examinar os fatores que incidem sobre as estruturas organizacionais. Daalder (1990) argumenta que os partidos selecionam a sua própria organização, a interpretação do autor é parcialmente correta, realmente os partidos possuem autonomia para a seleção de sua estrutura organizacional, no entanto, esta autonomia é parcial, pois ela ocorre dentro de um marco legal definido pelas instituições e pelos governos. Neste ponto, pode-se argumentar que os partidos selecionam as próprias regras que regem suas atividades (COLOMER, 2005; KATZ; MAIR, 1995), portanto, os partidos atuam em um

---

<sup>10</sup> Quando se trata da América Latina, algumas análises, sobretudo de Mainwaring e Scully (1995) e van Biezen (1998), tomam como causa de uma pretensa fragilidade dos partidos é causada pelo baixo contato que estes possuem com a sociedade e a não formação de partidos de massas em sua história.

ambiente limitado devido aos acordos entre eles para criar ou manter as regras que regem as atividades partidárias.

Esta característica acaba por aproximar as estruturas organizacionais, ao fornecer um desenho organizacional mínimo a todos ou limitar a atuação partidária. Seguindo a teoria, a aproximação das organizações ocorre devido ao aumento da competição e pelo avanço tecnológico que gera o aumento de custos para a realização das atividades partidárias (KIRCHHEIMER, 1966) ou pelo estabelecimento de leis e normas que regulamentam a atividade partidária como contrapartida dos recursos fornecidos ou disponibilizados aos partidos (KATZ; MAIR, 1995, 2009a, 2009b). Na América Latina, a aproximação ocorre de modo distinto, pois não ocorreu através de uma progressão temporal, mas sim, como um novo marco zero para as agremiações, portanto, salvo exceções, as agremiações da região desenvolvem suas atividades a partir das leis e normas criadas após o processo de redemocratização ou reformas institucionais.

### *1.2. América Latina: justificativa, seleção dos casos*

São muitos os motivos que levaram ao estudo da organização dos principais partidos políticos latino-americanos. O principal é a ausência de estudos desta magnitude, onde se ambiciona compreender as formações partidárias da região como um todo e não somente reduzir a estudos de casos sobre uma legenda, um país ou uma parte da região. A baixa quantidade de estudos já seria motivo suficiente para justificar a realização deste trabalho, devido a importância da região. Outro motivo pertinente para a realização desta ampla pesquisa se encontra no crescimento do número de países que contam com regimes partidários após longos períodos autoritários que contavam com limitações para a organização de partidos políticos ou a supressão dos mesmos. A expansão do número de democracias representativas e conseqüentemente o crescimento da franquia partidária no mundo ainda é um tema pouco explorado pela bibliografia especializada e necessita de maiores pesquisas. Mais do que testar teorias, este estudo busca avançar na discussão sobre a região e não se prender a visões pré-concebidas sobre a região.

A realização de um amplo estudo sobre a região traz consigo algumas dificuldades. A primeira é de ordem prática, devido à extensa quantidade de países (18) e de partidos (42) examinados, existe a dificuldade de obtenção de dados e de bibliografia. No primeiro ponto, apesar do avanço das tecnologias de comunicação e de acesso aos

organismos eleitorais e aos partidos político através da internet, muitos dos dados permanecem desconhecidos, seja pela natureza pouca afeita das agremiações em fornecer informações acerca do seu funcionamento, seja pela ausência de dados disponíveis – e disponibilizados – pelos organismos estatais, como também pela diferença entre os dados obtidos, em alguns casos, os dados fornecidos eram detalhados e em outros, com poucos detalhes, fato que inviabilizou uma comparação mais aprofundada entre algumas características das agremiações. Ainda na ordem prática, ocorre a dificuldade de encontrar bibliografia sobre os casos, em alguns países, tais como a Argentina e o Brasil, há uma extensa bibliografia sobre os partidos, sistemas e demais aspectos das agremiações e em outros, como o Honduras, Panamá, e o Paraguai<sup>11</sup>, por exemplo, a quantidade de material não é tão extensa. Também existe a questão da importância de recorrer a autores locais, essa medida, segundo von Beyme (1985) auxilia na melhor compreensão da realidade dos países<sup>12</sup>.

A segunda dificuldade é de ordem teórica, devido aos constantes ciclos de autoritarismo e democracia presente na região, o acúmulo de material sobre o desenvolvimento dos partidos políticos países latino-americanos é limitado se comparado as democracias europeias ocidentais. Por causa desta limitação, algumas das interpretações sobre a região são tortas e outras focam em demasia em aspectos negativos ou em exceções de modo a comprovar a fragilidade partidária da região. Por exemplo, a visão comum sobre a América Latina é que em sua maioria, as organizações internas dos partidos são frágeis em comparação aos partidos europeus ocidentais, e são amplamente dominadas por redes informais de clientelismo<sup>13</sup> e patronagem<sup>14</sup>.

De modo a solucionar estas dificuldades, este trabalho optou pelas seguintes alternativas. Em relação as dificuldades práticas, optou-se por centrar nos documentos oficiais dos partidos – no caso, estatutos – e na bibliografia, de modo a compreender as máquinas partidárias. Por causa da extensão do número de casos, não foi possível realizar

---

<sup>11</sup> Dentre os países do Cone Sul, o Paraguai é o que menos tem ganho atenção dos pesquisadores sobre o tema, muito por causa do longo período autoritário que o país atravessou. Dentre os trabalhos sobre o país, se destacam os de Abente (2012), Fretes (2012), Molinas *et al* (2004) e, Uharte (2012).

<sup>12</sup> Von Beyme (1985) argumenta que uma das dificuldades dos estudos comparativos sobre partidos está na baixa atenção que os autores fornecem aos autores locais, bem como, a literatura no idioma do país a ser estudado.

<sup>13</sup> O clientelismo trata de um sistema de relações não oficiais entre as elites políticas e as massas que pode ser qualificado como uma relação entre patrões e clientes, nos quais os primeiros oferecem bens e serviços em troca de apoio político e votos (AUYERO, 1997, 2002; AUYERO *et al*, 2009).

<sup>14</sup> Patronagem é um conceito de difícil definição, muito por causa de sua semelhança com o clientelismo, sendo utilizado às vezes como seu sinônimo (GORDIN, 2006). Ambos os conceitos tratam de relações de trocas por apoio, porém, o conceito de patronagem trabalha a questão a nível governamental e de modo mais explícito, com o governo (ou o partido do governo) oferecendo bens públicos (cargos, favores, projetos) em troca de um futuro apoio (GORDIN, *idem*).

uma análise mais aprofundada sobre as características organizacionais de todos os partidos e os esforços foram concentrados em análises mais gerais, que, no entanto, descrevessem de modo mais completo as organizações partidárias.

Somada a dificuldade de acesso aos dados se encontra na resistência dos partidos em fornecer informações acerca de seu funcionamento e de suas atividades, repetindo a declaração de Duverger (1970) sobre as dificuldades de estudar a organização dos partidos: “*Talvez seja possível em cinquenta anos, descrever o funcionamento real dos partidos políticos*”. (DUVERGER, *idem*, p.14).

A declaração do autor, tem mais de sessenta anos e – infelizmente – ainda permanece atual, os partidos políticos são organizações extremamente fechadas àqueles que não pertencem aos seus círculos mais internos, o que dificulta a realização de estudos, porém, seus documentos oficiais oferecem boas pistas e fontes para as pesquisas, pois mesmo que não descrevam com exatidão a realidade partidária, apresentam os limites de sua organização, seu desenho organizacional, a forma de financiamento e relacionamento com os membros, bem como a distribuição do poder interno da legenda.

Sobre o acesso a bibliografia, a região apresenta grande desnível na quantidade de material produzido. Com a concentração de trabalhos sobre os sistemas partidários e o desempenho eleitoral das legendas<sup>15</sup> em alguns países, sobretudo os do Cone Sul e o México, e poucos – ou quase ausentes – estudos sobre os países da América Central<sup>16</sup>. Este trabalho, buscou sempre que possível recorrer a autores locais de modo a compreender de forma mais próxima à realidade da região. De forma complementar, recorreremos também a trabalhos especializados sobre a região, de modo a construir o quadro teórico e também auxiliar no exame sobre a região.

Teoricamente, a região conta com poucos estudos de natureza teórica, com a maioria centrada na utilização das bases teóricas europeias. Boa parte da visão da literatura é demasiada crítica e enfatiza aspectos negativos dos partidos e dos sistemas partidários, tais como, a fragilidade das organizações, o domínio das lideranças e das

---

<sup>15</sup> Uma das maiores dificuldades deste trabalho foi equilibrar a quantidade de material bibliográfico entre os casos, em alguns países como a Argentina e o Brasil, por exemplo, há amplo material sobre as formações partidárias atuais e também acerca das antigas formações e sua história, porém, em outros casos – Honduras, Panamá, por exemplo – existe muito pouco material sobre seus partidos políticos.

<sup>16</sup> Com exceção da Costa Rica e do México, a região centro-americana esteve durante boa parte do século XX sob o domínio de regimes militares. Esta situação influenciou negativamente o desenvolvimento partidário da região devido as constantes interrupções de suas democracias (JONES, 2011). Como também as pesquisas sobre os mesmos, os quais com algumas exceções – Alcántara e Freidenberg (2002), Alfaro Salas (2001), Almeida (2010), Artiga-González, (2001), Chaguaceda e Puerta (2015), De Zeeuw (2010), Díaz-Jiménez e Vivero-Ávila (2015), García Díez (2001), Koivumaeki (2010), Lozano (2010), Martí i Puig, (2009), Mirón-Lince (2012), Romero Ballivián (2014), Rovira Mas (2001), Sánchez (2014) – se concentram em estudos eleitorais ou sobre os sistemas partidários.

redes interpessoais em detrimento de uma atuação mais programática. Em relação aos sistemas, estes são tidos como dotados de grande instabilidade, volatilidade e com grande quantidade de *flash-parties* (LUPU, 2013). Em que pese as críticas, estas devem ser relativizadas ou melhores dimensionadas, pois, várias delas não são exclusivas dos partidos da região, sendo encontradas nos países europeus ocidentais – tidos como modelo a ser alcançado – e demais democracias representativas. Portanto, nesse caso, admite-se que os partidos da região possuem problemas, porém, que estes não são exclusivos da América Latina e que muitas das críticas são superdimensionadas.

A teoria também se mostra carente de modelos comparativos sobre as organizações da região, o que gera a necessidade de recorrer sempre a tipologias europeias no momento de classifica-las. Essa estratégia produz algumas distorções, visto que os modelos são formulados baseados nos casos europeus. Como forma de minimizar este problema, propomos uma análise descritiva que não enfatize o processo de mudança, mas as características organizacionais atuais dos partidos.

O recorte temporal foi estabelecido no período pós-democratização dos países, com o exame dos atuais estatutos partidários, os quais vão desde 2001 (Partido Socialista do Chile) até 2015 (PSDB). O processo de redemocratização redesenhou o mapa partidário da região, com o retorno de antigas forças, o surgimento de novas e a consolidação de atores antes pouco competitivos. A diversidade apresentada, garante um rico mosaico partidário, no qual partidos de origem burguesa convivem com partidos de origem guerrilheira, étnicos e de outros tipos. O recorte temporal, no entanto, não cobre todo o período, devido às limitações de tempo, recursos, dados disponíveis e pela quantidade de casos analisados, a seleção se concentrou nas atuais organizações e não foi possível realizar um estudo do desenvolvimento destas e as alterações em suas estruturas, porém, se argumenta que as estruturas organizacionais partidárias se encontram em constante alteração – ou tentativa de mudanças – devido a estratégia partidária e as tensões internas.

A região é marcada pela grande diversidade de partidos políticos<sup>17</sup>, onde convivem formações criadas no começo do século XIX, praticamente ao mesmo tempo que seus países, tais como os tradicionais partidos colombianos – Partido Conservador e Partido Liberal – e uruguaios – Partido Colorado e Partido Nacional –, bem como novas

---

<sup>17</sup> A diversidade encontrada é refletida no aparecimento de partidos que modificaram os sistemas – *break-in parties* –, como a FA, o PT e o PRD mexicano e em outros formados por atores de fora – outsiders – aos sistemas, como o MAS-IPSP, a AP e o PSUV (KESTLER *et al.*, 2013, 2016; LEVITSKY; ROBERTS, 2011).

legendas construídas no século XXI a partir de novas estruturas de oportunidades<sup>18</sup> criadas como consequência das crises econômicas, políticas e sociais da década 1990<sup>19</sup>, como nos casos dos países andinos, que – com exceção da Colômbia, que no entanto, reformou o seu sistema de modo a enfraquecer o bipartidarismo tradicional e adotar um sistema multipartidário<sup>20</sup> – enfrentaram o colapso de seus sistemas partidários e de suas forças tradicionais, as quais foram extintas – como o CONDEPA na Bolívia<sup>21</sup>, PSC e ID no Equador, AP/PER, IU, PPC no Peru e, na Venezuela, o COPEI – ou reduzidos a pequenas forças, como o MNR boliviano e o APRA peruano, e conseqüentemente substituídas por novas forças. Não apenas o período do surgimento apresenta diferenças, mas sobretudo, a natureza dos atores. A divisão clássica da origem dos partidos políticos fala de partidos internos versus partidos externos, ou seja, de partidos nascidos a partir de grupos parlamentares ou a partir da sociedade civil, notadamente ligados a grupos sindicais. Esta divisão também se encontra presente na região, mas conta com ampla variedade de casos de partidos externos, como agremiações originárias de grupos guerrilheiros – FMLN e FSLN –, de grupos étnicos, com destaque para formações indígenas<sup>22</sup> (MAS-IPSP), ligados a grupos religiosos (PDC), a amplos movimentos sociais (AP e PT), entre outros. Esta variedade apresenta um mosaico intrincado e fascinante sobre as agremiações e a dinâmica partidária da região.

---

<sup>18</sup> O retorno dos partidos ocorreu em sua maioria por meio de um novo marco legal sobre as instituições, ou seja, abriu-se a possibilidade de criação de novas oportunidades para os atores, bem como, o marco legal forneceu novas atribuições as instituições e organizações.

<sup>19</sup> As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por fortes crises econômicas, políticas e sociais, as quais influenciaram o sistema político do período, sobretudo nos países andinos, que atravessaram crises que resultaram – com exceção da Colômbia – na reorganização de seu sistema partidário, com o declínio das forças tradicionais e a emergência de novos partidos.

<sup>20</sup> A reforma eleitoral de 1991 criou mecanismos para a entrada de novos atores, ao facilitar a criação de novos partidos com o objetivo de diminuir a fragmentação interna dos partidos tradicionais, e, principalmente abrir espaço para a inclusão de novos atores no sistema partidário colombiano, porém, o efeito não foi o desejado, pois junto com o auxílio financeiro para as campanhas, incentivou a saída das facções dos partidos tradicionais e sua constituição como partidos políticos (GUTIÉRREZ, 2001; ROLL, 2003). Porém, a reforma cumpriu apenas parcialmente seus objetivos, com a diminuição do poder dos partidos tradicionais, porém, a intenção inicial era da criação de um sistema multipartidário moderado, entretanto, a nova legislação gerou um sistema partidário com grande atomização e fragmentação dos partidos, com o número de legendas chegando a 74 partidos em 2002 (PÉREZ GUEVARA, 2011). A correção do problema, veio com outras reformas eleitorais que buscaram limitar a apresentação de listas pelos partidos, bem como a adoção de cláusulas de barreira e desempenho de forma a inibir a formação de novos partidos, e também a diminuição do número dos mesmos, ia incentivar a fusão e/ou incorporação dos mesmos (BATLLE; PUYANA, 2013; PÉREZ GUEVARA, 2011). A reforma cumpriu seu objetivo, com 29 partidos perdendo o registro em 2006 ao não cumprirem as normas (PÉREZ GUEVARA, *idem*), atualmente são 13 partidos e movimentos partidários registrados.

<sup>21</sup> De 1985 até o começo do século XXI o sistema partidário do país funcionou por meio de pactos entre os maiores partidos do país, no entanto, esta estratégia demonstrou um largo desgaste junto à população, principalmente, a indígena, que se encontrava pouca representada pelos maiores partidos (LAZARTE, 2006).

<sup>22</sup> A Bolívia e a Guatemala são os países latino-americanos que possuem a maior representação indígena em sua população, o primeiro conseguiu formar um partido que, mesmo pluriclassista, representasse este importante segmento social e, o segundo enfrenta dificuldades para tal.

Outra peculiaridade apresentada pela América Latina se encontra nos processos de transição à democracia iniciados na década de 1970 com a terceira onda de democratização<sup>23</sup>. Com exceção, da Colômbia<sup>24</sup>, Costa Rica, México<sup>25</sup> e Venezuela<sup>26</sup>, que tiveram processos de democratização entre as décadas de 1940 e 1950 o restante dos países latino-americanos atravessou o período de transição entre as décadas de 1970 e 1990:

---

<sup>23</sup> A maioria das transições democráticas ocorreram junto à terceira onda de redemocratização que se iniciou na década de 1970 e se concluiu na década de 1990 com a redemocratização dos países da América Central (HUNTINGTON, 1968).

<sup>24</sup> A Colômbia é um caso à parte dos países andinos. Após o fim da guerra civil na década de 1950, os maiores partidos entraram em acordo e passaram a se revezar no governo até a década de 1970. Este período também é marcado pela paridade entre o Partido Conservador e Liberal no Congresso Nacional (ROLL, 2003).

<sup>25</sup> Dentre os países latino-americanos, o México é uma exceção e um caso ambíguo. No primeiro ponto, o atual sistema tem raízes na Revolução Mexicana iniciada em 1910 que se alastrou até meados da década de 1930, após a revolução, houve amplo domínio hegemônico do partido institucional da revolução (PRI) sobre a política do país. Por meio de reformas na década de 1980, o poder do partido diminuiu e o país passou a possuir um regime competitivo com alternância de poder e o fortalecimento da oposição (FITZ; REVELLES, 2014; KLESNER, 2005).

<sup>26</sup> Desde a redemocratização na década de 1950, o sistema partidário venezuelano atravessou três fases distintas (JIMÉNEZ, 1999; MOLINA, 2003). A primeira (1958-1973) foi marcada por um pluralismo moderado, no qual as quatro principais forças partidárias (AD, COPEI, URD) formalizam um pacto para a formação de um governo de consenso, o qual produziu um sistema que tende ao centro e exclui a esquerda do jogo político. O segundo sistema (1973-1988) se conforma como um sistema bipartidário dominado pela AD e o COPEI com a presença de uma terceira força, porém, sem grande relevância eleitoral, este período é marcado pela grande aproximação ideológica entre as principais forças, fato que irá contribuir com o colapso do sistema, pois não irão se constituir como alternativas para a resolução da crise. Por fim, o sistema atual é marcado pela polarização entre a esquerda e os partidos tradicionais (ou seus herdeiros), pela instabilidade e volatilidade do sistema.



### Quadro 1.2 – Redemocratização

País	Ano da quebra democrática	Primeira eleição pós-redemocratização <sup>27</sup>
Argentina	1976	1983
Bolívia <sup>28</sup>	1964	1985
Brasil	1964	1989
Chile	1973	1990
Colômbia	1953	1957
Costa Rica	1948	1953
El Salvador	1931	
Equador	1972	1979
Guatemala	1954	1996
Honduras	1972	1986
México		
Nicarágua	1936	1984
Panamá	1968	
Paraguai	1954	
Peru	1992 <sup>29</sup>	
República Dominicana	1966	1978
Uruguai	1973	1985
Venezuela	1948	1958

Fonte: Elaboração do autor com base na bibliografia especializada.

<sup>27</sup> São consideradas apenas as primeiras eleições nacionais, alguns países, como o Brasil, mantiveram eleições parlamentares durante o período autoritário.

<sup>28</sup> O sistema político boliviano é marcado por três etapas após a redemocratização. A primeira etapa foi caracterizada pela grande fragilidade do sistema devido à alta fragmentação partidária, a baixa representação da esquerda, a qual se encontrava dividida em vários pequenos partidos e a forte crise econômica (MAYORGA, 2010). O segundo período foi marcado pela relativa estabilidade do sistema, em que pese a ausência de um partido majoritário, esta foi compensada por uma política de pactos entre as maiores forças (ADN, MIR, UCS) de modo a garantir a governabilidade (MAYORGA, 2010; TORRICO, 2014). Por fim, a década de 1990 foi marcada por vários protestos contra as políticas neoliberais. O ápice dos protestos ocorreu em 2000, quando da tentativa de privatização da água em Cochabamba, o qual forneceu protagonismo aos movimentos sociais (AYERBE, 2011). Sobre seus partidos, estes são inicialmente compreendidos como expressões das clivagens sociais e étnicas do país (MAYORGA, 2010), porém, a representação dos movimentos sociais se encontrava sub-representada nos partidos tradicionais. Essa percepção, no entanto, não é compartilhada por todos os especialistas, com a organização dos partidos sendo descrita por García Montero (2003) e van Cott (2000) como constituídas de redes de patrimonialismo, clientelismo, formadas em torno de lideranças caudilhas e personalistas e de apelos nacionalistas, além, de baixa democracia interna. Após o colapso do sistema, os estudos se concentraram na formação e construção da organização do MAS-IPSP, a qual é descrita como flexível e aberta a vários grupos distintos, indo desde apelos a segmentos sociais específicos até apelos nacionalistas (ALCÁNTARA, 2013).

<sup>29</sup> O Peru possui pouca tradição democrática e ao longo de sua história, sistemas partidários instáveis e de curta duração (TANAKA, 2010). O sistema partidário iniciado em 1979 se encerra em 1992 após longa crise econômica e social – essa motivada pela ação de grupos guerrilheiros – com um auto-golpe do presidente Fujimori.

O retorno à democracia trouxe junto consigo diferentes padrões de sistemas partidários, ao apresentar oportunidades para novos atores se constituírem enquanto forças relevantes na política nacional, como também em alguns casos apresentou o retorno os antigos padrões do sistema partidário. Alcántara (2004) sistematiza bem o novo cenário ao identificar quatro padrões, que vão desde o completo reordenamento dos sistemas partidários até o retorno ao sistema anterior a quebra democrática: a) formações tradicionais sólidas, as quais possuem capacidade de mobilização do eleitorado (Argentina, Chile<sup>30</sup> e Uruguai<sup>31</sup>); b) um tipo misto, em que convivem com novas criadas durante – e após – o processo de transição (Bolívia, Brasil, Equador<sup>32</sup>); c) manutenção das antigas formações, mas estas são frágeis (Honduras, Nicarágua, Panamá e Paraguai) e; d) países com debilidade histórica dos partidos (El Salvador, Guatemala, República Dominicana). Como exceções, têm-se a Colômbia, Costa Rica, o México e a Venezuela que atravessaram períodos de transição anteriormente (ALCÁNTARA; FREIDENBERG, 2003, 2005).

Esse quadro sofreu alterações ao longo das últimas décadas, com o colapso dos partidos tradicionais na Bolívia e Venezuela<sup>33</sup>, somada a crise dos partidos colombianos,

---

<sup>30</sup> Historicamente, a bibliografia especializada argumenta que o sistema partidário chileno é estruturado a partir de clivagens sociais e políticas, as quais se organizavam em torno de temas religiosos e trabalhistas no século XIX e começo do século XX e atualmente giram em torno de temas políticos (SCULLY, 1996; VALENZUELA, 1995). Como efeito há uma distribuição do eleitorado e dos partidos na escala político-ideológica e os partidos políticos são facilmente identificados (CALVO; MURILLO, 2013).

<sup>31</sup> O Uruguai é tido como uma exceção na América Latina devido ao seu sistema partidário e a longevidade de seus partidos tradicionais que chegam a se confundir com o próprio país (CHASQUETTI; BUQUET, 2004). A estabilidade de seu sistema, para a literatura, é sentida em dois pontos. Primeiro na democracia, a qual sofreu apenas duas interrupções no século XX, em 1933 com um golpe civil e em 1973 com o golpe militar. A segunda é de seu sistema partidário, o qual desde meados do século XIX até a década de 1960 obedeceu uma dinâmica bipartidária com a disputa entre brancos – o apelido dos membros do Partido Nacional – e colorados, com a esquerda sendo insipiente nesse período. Esta lógica, somente foi ameaçada com a união de diversos partidos de esquerda sob a etiqueta da Frente Amplio em 1971 e em 1984 com sua consolidação como um ator importante na disputa eleitoral (BARAHONA, 2003; DE RIZ, 1986; LANZARO, 2010).

<sup>32</sup> Desde o processo de redemocratização, o país constantemente alterou as regras eleitorais e constitucionais (ALCÁNTARA, 2013; FREIDENBERG, 2003; PACHANO, 2005, 2010), com ao menos três constituições nesse período (1979, 1998, 2008) e inúmeras alterações na legislação eleitoral, que vai desde a alteração do tempo de mandato em 1983 até a completa reforma do sistema na década de 2000 (FREIDENBERG, 2003; PACHANO, 2010). Somado a isso, na década de 1990 e começo do século XXI, o país atravessou uma forte crise política, na qual três presidentes não completaram o mandato entre 1997 e 2005 (BASABE-SERRANO, 2009; LUCCA; PINILLOS, 2016; POLGA-HECIMOVICH, 2014; VALENZUELA, 2008).

<sup>33</sup> O novo sistema que emerge é uma mistura dos partidos tradicionais que sobreviveram com novas forças que aproveitam o espaço aberto pela crise da AD e do COPEI (SARGAZAZU, 2011). Porém, segundo a bibliografia, ele apresenta uma espécie de desinstitucionalização, pois apresenta o enfraquecimento dos atores que estruturavam o sistema, bem como a elevação dos índices de fragmentação e volatilidade eleitora (MOLINA, 2003). Atualmente, o sistema gira em torno de blocos partidários e não de atores individuais, mais especificamente, entre os apoiadores do chavismo e seus opositores (CORREAL, 2009). A percepção sobre os partidos políticos do país também se altera, antes eram vistos como partidos nacionais, com penetração territorial e representação de segmentos sociais, entretanto, com a crise generalizada e a

além, do governo autoritário de Fujimori no Peru, que suprimiu o antigo sistema peruano e, que acaba por se reorganizar somente com a saída do ditador em 2001. Para além dos países andinos, a Argentina também atravessou uma forte crise econômica e política no começo do século XXI<sup>34</sup>, entretanto, a crise não gerou o reordenamento do sistema ao redor de novas forças, mas acabou por tornar o PJ quase hegemônico com o enfraquecimento da UCR, desaparecimento do FREPASO<sup>35</sup> e o predomínio dos partidos locais<sup>36</sup>. Esse cenário, alterou a dinâmica partidária da região, com o desaparecimento de atores tradicionais e o surgimento – e consolidação – de novas forças, produzindo um cenário variado na América Latina.

Feitas estas observações, a seleção dos casos a serem analisados nesta tese buscou representar a grande diversidade partidária encontrada na região, englobando partidos étnicos, institucionais, de origem externa, ideologicamente distintos, entre outras características:

---

descentralização, estes se reduzem a máquinas locais, com poucos partidos nacionalizados (AD e PSUV, são exceções) e dependentes de suas lideranças personalistas, além do militarismo das agremiações.

<sup>34</sup> A forte crise política de 2001 que colocou em xeque a legitimidade dos partidos, acabou por pouco alterar a organização dos partidos, com suas máquinas permanecendo descentralizadas e autônomas ao longo do território nacional. A maior transformação, no entanto, ocorreu no nível sistêmico, com a proliferação de partidos após a reforma constitucional de 2003 eliminar a cláusula de barreira para a formação de novos partidos na arena política (SCHERLIS, 2014). Este fato, aliado a desnacionalização do sistema produziu um grande crescimento do número de partidos políticos, com o número atingindo setecentos e dezesseis (716) em 2007, a grande parte de partidos regionais (SCHERLIS, *idem*). Entretanto, o impacto das reformas demorou a ser sentido nacionalmente, pois apesar da quantidade de legendas (trinta e oito em 2015), estas em sua maioria, se mostram irrelevantes e dominadas por uma liderança local, sem uma forte penetração territorial, o que pouco alterou a fragmentação do sistema nas primeiras eleições pós-reforma e somente foi sentida com maior intensidade em 2011 com o aumento de número efetivo de partidos de aproximadamente 3 para 6 em 2011 (ALCÁNTARA, 2013).

<sup>35</sup> O FREPASO foi um partido político surgido a partir de uma dissidência do Partido Justicialista após a reforma constitucional de 1994. Em sua existência, o partido obteve desempenhos eleitorais que chegaram a romper com a dinâmica bipartidária da política argentina, no entanto, o partido desapareceu após a forte crise econômica e política de 2001 (ESCUADERO, 2003; MUSTAPIC, 2010).

<sup>36</sup> O federalismo ocupa um espaço central no sistema político argentino. Com as reformas realizadas na década de 1990, a questão regional voltou ao centro do debate, principalmente pela crescente autonomia administrativa, fiscal e política que as províncias adquiriram (CALVO; ESCOLAR, 2005; GIBSON; SUÁREZ-CAO, 2010; LEIRAS, 2004). A territorialização exerceu grande impacto sobre os partidos políticos nacionais, aumentando a sua fragmentação interna e desnacionalizando o sistema (LEIRAS, 2010; NAVARRO *et al*, 2013; ZELAZNIK, 2008). Ainda em relação ao sistema, criou-se uma dinâmica que, mesmo a nível nacional, gira em torno dos governadores e das lideranças regionais, pois estes dominam a distribuição dos incentivos seletivos, nesse caso, dos principais cargos<sup>36</sup> (SCHERLIS, 2008). Esta dinâmica interfere na organização dos partidos nacionais, que não chegam a ser débeis e fracos, como Cavarozzi (1989) afirma, mas sim são federações de lideranças regionais, que atuam nacionalmente sob uma mesma bandeira, mas que possuem ampla autonomia no nível subnacional com grandes diferenças entre si.

### Quadro 1.3 – Partidos selecionados

(Contínua)

Partido	Sigla	País <sup>37</sup>	Estatuto
Partido Justicialista	PJ	Argentina	2013
Partido Propuesta Republicana <sup>38</sup>	PRO	Argentina	
Unión Cívica Radical	UCR	Argentina	2011
Frente de Unidade Nacional <sup>39</sup>	FUN	Bolívia	
Movimento al Socialismo	MAS-IPSP	Bolívia	2012
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	PMDB	Brasil	2012
Partido da Social Democracia Brasileira	PSDB	Brasil	2015
Partido dos Trabalhadores	PT	Brasil	2012
Partido Demócrata Cristão	PDC	Chile	2005
Partido Socialista	PSCH	Chile	2015
Renovación Nacional	RN	Chile	2006
Partido Conservador	PC/COL	Colômbia	2012
Partido Liberal	PL/COL	Colômbia	2012
Partido de la U	PLU	Colômbia	2012
Partido Acción Ciudadana	PAC	Costa Rica	2013
Partido Liberación Nacional	PLN	Costa Rica	2013
Alianza Republicana Nacionalista	ARENA	El Salvador	2014
Partido Frente Farabundo Martí Para La Liberación Nacional	FMNL	El Salvador	2006
Alianza País	AP	Equador	2011
Creando Oportunidades	CREO	Equador	2014
Partido Patriota	PP <sup>40</sup>	Guatemala	2006
Unidad Nacional de la Esperanza	UNE	Guatemala <sup>41</sup>	2006
Partido Liberal	PLH	Honduras	2010
Partido Nacional <sup>42</sup>	PNH	Honduras	
Partido Acción Nacional	PAN	México	2013
Partido de la Revolución Democrática	PRD/MÉX	México	2013
Partido Revolucionário Institucional	PRI	México	2014
Frente Sandinista de Liberación Nacional	FSLN	Nicarágua	2002

<sup>37</sup> Dos países latino-americanos, apenas Cuba não foi selecionado devido a inexistência de um sistema partidário competitivo.

<sup>38</sup> Data do estatuto não especificada no documento consultado.

<sup>39</sup> Data do estatuto não especificada no documento consultado.

<sup>40</sup> Em 2014 o partido teve suas atividades suspensas devido a corrupção de seus membros.

<sup>41</sup> A seleção dos partidos guatemaltecos constituiu um desafio, pois, o país conta com os maiores índices de volatilidade da região, além, da constante criação e encerramento de partidos.

<sup>42</sup> Data do estatuto não especificada no documento consultado.

### Quadro 1.3 – Partidos selecionados

(Conclusão)

Partido	Sigla	País	Estatuto
Partido Liberal Independiente	PLI	Nicarágua	2013
Cambio Democrático	CAMBIO	Panamá	2012
Partido Revolucionário Democrático	PRD/PAN	Panamá	2013
Asociación Nacional Republicana	ANR	Paraguai	2011
Partido Liberal Radical Auténtico	PLRA	Paraguai	2015
Fuerza Popular	FP	Peru	2011
Partido Nacionalista Peruano	PNP	Peru	2010
Partido Revolucionario Dominicano	PRD/DOM	República Dominicana	2004
Partido Reformista Social Cristiano	PRSC	República Dominicana	2014
Frente Amplio	FA	Uruguai	2011
Partido Colorado	PC/URU	Uruguai	2011
Partido Nacional	PN/URU	Uruguai	2012
Primero Justicia	MPJ	Venezuela	2012
Partido Socialista Unido de Venezuela	PSUV	Venezuela	2010

A seleção dos casos obedeceu alguns critérios objetivos para sua escolha. O primeiro tratou de seu recorte. Por causa da impossibilidade de estudar todos os partidos da região, foi necessário concentrar o estudo nos partidos parlamentares, fato que excluiu alguns partidos ideológicos – como partidos comunistas – bem como, legendas com pouca relevância eleitoral – e em vários casos, com indefinição ideológica. Dentre os partidos parlamentares, também, é necessário fazer um segundo recorte, pois, o número de agremiações presentes nos parlamentos se aproxima de duzentos e, um estudo sobre todos é inviável. Portanto utilizamos como principal critério de recorte foi a relevância dos partidos para os atuais sistemas partidários, por isso, alguns partidos mesmo que em decadência eleitoral, como o Partido Colorado uruguaio, por exemplo, que se transformou em terceira força do país após dominar o cenário político do Uruguai por quase cem anos foram selecionados devido a sua importância histórica.

Um segundo recorte foi necessário e envolveu a definição do número de casos por país. O número de partidos parlamentares varia muito entre os países, de um lado, a

Argentina e o Brasil<sup>43</sup> possuem um número elevado de legendas nos parlamentos, com aproximadamente trinta partidos na Câmara baixa e outros, como a Costa Rica e o Uruguai, possuem menos de cinco em suas assembleias nacionais. De modo a equilibrar a seleção, todos os países contam com pelo menos dois partidos selecionados e, em alguns casos, devido a relevância histórica das agremiações foram selecionados três – casos da Colômbia e do Uruguai – e, por fim, outros países – Argentina, Brasil, Chile e México – também tiveram três partidos selecionados devido a competitividade de seus sistemas – caso brasileiro e chileno –, ao aparecimento de um novo competidor frente aos tradicionais – Argentina – e a competição girando em torno de três legendas (México).

### 1.3. Hipóteses, metodologia e indicadores

A seleção de um tipo determinado de organização interna é fruto de influências internas e externas. No primeiro grupo, destacam-se as escolhas realizadas pelas lideranças no momento fundacional, o qual determinam – pelo menos inicialmente – o posicionamento da legenda em termos ideológicos e a estratégia de captação de recursos – basicamente membros e recursos financeiros – da legenda frente a sociedade. Somado a isso, a estrutura organizacional também é produto das tensões e disputas internas da agremiação pelo domínio da legenda e por mais recursos para a realização das ambições

---

<sup>43</sup> A visão corrente sobre os partidos brasileiros e seu sistema partidário é que estes são fracos se comparados aos das democracias consolidadas (BRAGA, 2006; LAMOUNIER, 1989; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986). Essa visão, decorre, dentre vários fatores, do descontínuo desenvolvimento dos partidos nacionais, estes desde o século XIX tiveram suas atividades interrompidas devido aos ciclos de autoritarismo e democracia do país<sup>43</sup> – exceção em 1965, onde a ditadura civil-militar criou e manteve um sistema bipartidário até 1979 –, as quais quando retornadas foram através de novas etiquetas partidárias (KINZO, 1993; MENEGUELLO, 1998). Outros fatores apresentados, criticam aspectos institucionais, como o sistema eleitoral, que segundo Mainwaring (2001) inviabiliza a construção de partidos programáticos, pois incentiva o personalismo do sistema através do sistema de representação proporcional com lista aberta (MAINWARING, *idem*). Recentemente, a literatura partidária tem alterado a percepção sobre os partidos brasileiros, estes passam de organizações frágeis para partidos estabilizados e consolidados. Dentre os argumentos utilizados, pode-se separar dois conjuntos. O primeiro diz que o crescimento de trabalhos sobre o tema expõe a importância dos partidos nacionais para o sistema político-partidário (BRAGA, 2013). O segundo, trata da consolidação das agremiações brasileiras, estas estruturam a disputa eleitoral e se constituem como importantes elementos da mesma (PAIVA *et al*, 2008; TAROUCO, 2010). De modo complementar a este raciocínio, Paiva *et al* (2008) apresentam outra característica “positiva” do sistema que é a consolidação das forças partidárias. Após um período de grande efervescência após e durante a redemocratização, com a criação de um grande número legendas – com a maioria de curta duração<sup>43</sup> – o sistema se estruturou ao redor de seus principais partidos – PMDB, PT, PSDB, PFL/DEM, PP, PDT, PTB – e a estabilização do número de competidores durante a década de 1990 (PAIVA *et al*, 2008; RIBEIRO, 2013) devido ao realinhamento das elites e mudanças na legislação partidária que dificultaram a criação de novos partidos, com o número de partidos crescendo novamente no final da década de 2010.

individuais. No segundo grupo – influências externas – pode-se destacar o ambiente de competição, o formato do sistema partidário e sua estabilidade. Esses fatores influenciam não somente a captação de recursos, mas também a forma como os partidos são desenhados para obtê-los e seu relacionamento com as demais legendas. O segundo grupo não toma os partidos como entidades separadas, mas compreendidos por meio de suas relações com seus pares e com o governo<sup>44</sup>.

Diante disso, as hipóteses deste trabalho derivam das duas dimensões apresentadas anteriormente. Estas podem ser separadas em dois grupos: as hipóteses internas (H1, H2 e H3) e as externas (H4, H5, H6). A separação entre dois grupos de hipóteses é motivada pelos diferentes impactos que cada conjunto tem sobre as estruturas organizacionais partidárias; no caso, os fatores sistêmicos tendem a produzir uma aproximação entre os desenhos organizacionais e, as internas, atuam no sentido contrário ao garantir a especificidade de cada legenda.

- Hipótese 1: *Partidos mais à esquerda tendem a construir organizações com maior divisão do trabalho, ou seja, com maiores scores na escala organizacional;*
- Hipótese 2: *Os partidos de formação externa, independentemente de sua ideologia, tendem a construir organizações com maior especialização interna;*
- Hipótese 3: *Os partidos formados – ou constituídos – ao redor de uma liderança do tipo carismática ou personalistas tendem a construir organizações com menor divisão do trabalho interno, pois não possuem incentivos para aumentar a complexidade organizativa;*
- Hipótese 4: *A presença de um movimento social, independentemente da ideologia da legenda, tende a fazer com que o partido construa uma organização com maior complexidade interna;*
- Hipótese 5: *O ambiente – arena – política fornece a estrutura de oportunidades para o desenvolvimento dos partidos. Uma arena mais instável tende a incentivar a construção de partidos com menores graus de divisão de trabalho interno;*

---

<sup>44</sup> Aldrich (1995, 2011) argumenta que os partidos não podem ser compreendidos isolados do ambiente que o cercam, nesse caso, de seu relacionamento e inserção junto aos governos e ao eleitorado.

- *Hipótese 6: As regulamentações sobre os partidos delimitam a atuação e a organização das legendas, com as mais restritivas, fornecendo pouco espaço de “manobra” para as agremiações, ou seja, determinando desenhos organizacionais mínimos sobre os quais os partidos constroem sua organização.*

As hipóteses não são mutuamente excludentes, ou seja, algumas explicam alguns padrões e outras, outros, ou seja, os padrões organizacionais exibidos pelos partidos são gerados por inúmeros fatores, que vão desde fatores externos a eles, como as legislações até internos, como estratégias de adaptação a conjuntura. O Quadro 1.4 sintetiza as hipóteses e seus devidos indicadores:

#### Quadro 1.4 – Indicadores empíricos

(Contínua)

Dimensão analítica	Hipóteses	Indicadores
Dimensão Interna	Hipótese 1: <i>Partidos mais à esquerda tendem a construir organizações com maior divisão do trabalho, ou seja, com maiores scores na escala organizacional</i>	<p>Maior divisão interna, com mais canais de participação – núcleos de base –, fontes de financiamento diversas;</p> <p>Relacionamento mais estreito com os movimentos sociais;</p> <p>Origem externa ao parlamento</p>
	Hipótese 2: <i>Os partidos de formação externa, independentemente de sua ideologia, tendem a construir organizações com maior especialização interna</i>	<p>Modo de formação;</p> <p>Participação de movimentos sociais;</p> <p>Maiores incentivos, devido ao local genético, para a construção de canais de participação</p>
	Hipótese 3: <i>Os partidos formados – ou constituídos – ao redor de uma liderança do tipo carismática ou personalistas tendem a construir organizações com menor divisão do trabalho interno, pois não possuem incentivos para aumentar a complexidade organizativa</i>	<p>Natureza da liderança, se é carismática, histórica;</p> <p>Origem, se a liderança continua ou se o partido “sobreviveu a mesma”;</p> <p>Divisão interna restrita, poucos organismos e espaço para participação</p>



### Quadro 1.4 – Indicadores empíricos

(Conclusão)

Dimensão analítica	Hipóteses	Indicadores
Dimensão Externa	Hipótese 4: <i>A presença de um movimento social, independentemente da ideologia da legenda, tende a fazer com que o partido construa uma organização com maior complexidade interna</i>	Maior abertura à participação dos membros; Canais de financiamento; Existência de núcleos de base, ou seja, de canais de participação do partido junto à sociedade
	Hipótese 5: <i>O ambiente – arena – política fornece a estrutura de oportunidades para o desenvolvimento dos partidos. Uma arena mais instável tende a incentivar a construção de partidos com menores graus de divisão de trabalho interno</i>	Lideranças carismáticas; Partidos – grandes – recentes; Sistema político entrou em colapso ou reordenamento recentemente;
	Hipótese 6: <i>As regulamentações sobre os partidos delimitam a atuação e a organização das legendas, com as mais restritivas, fornecendo pouco espaço de “manobra” para as agremiações, ou seja, determinando desenhos organizacionais mínimos sobre os quais os partidos constroem sua organização</i>	Determinação de instâncias comuns a todos os partidos; Limitação do espaço de “manobra” para as legendas definirem seu desenho organizativo.

Classificar os partidos latino-americanos é um grande desafio, principalmente pela falta de tipologias formuladas para examinar a realidade da região. Esta ora é compreendida por meio da utilização dos tipos clássicos, ora por estudos de casos que não visam a construção de modelos classificatórios. A ausência de tipos prévios latino-americanos dificulta a compreensão sobre a categorização sobre a região, pois o pesquisador tem pouco acesso ao acúmulo de conhecimento produzido ao longo das últimas décadas, esta característica, no entanto, também está presente nas classificações europeias, mas por motivos contrários, pois a região é rica em modelos classificatórios os quais disputam o espaço como o que melhor descreve a realidade partidária da região em relação aos demais.

Outra limitação apresentada é a visão negativa que os partidos latino-americanos possuem na literatura especializada, como dominados pelo personalismo, por grupos caudilhos, pragmáticos, etc., esta interpretação, muitas vezes pré-concebida, não somente espelha uma visão excessivamente negativa sobre os partidos da região, não que eles não possuam problemas, mas estes não podem ser restritos a eles, vide o extenso debate sobre o declínio dos partidos políticos como agentes da representação social presente na bibliografia especializada.

Elaborar uma classificação sobre a América Latina também diz respeito como lidar com a grande diversidade presente na região, nela convivem países com larga tradição democrática e partidária e outras que possuem uma trajetória mais acidentada, como democracias recentes – Panamá e o Peru, por exemplo – e outros com largas tradições democráticas, como a Colômbia e a Costa Rica, por exemplo.

Não é somente os países que apresentam grande diversidade, mas também seus partidos e seus sistemas partidários. A região conta com países possuidores de uma larga tradição partidária, comparados as democracias europeias ocidentais, tais como os tradicionais partidos uruguaios – Partido Colorado e Nacional – formados em 1836, a UCR na Argentina fundada em 1890 e outras agremiações construídas após a expansão do sufrágio universal em seus países. Estes convivem atualmente com agremiações construídas em diversos outros momentos da história de seus países, o que nota-se na região é a convivência de partidos tradicionais com outros construídos após regimes autoritários, ou seja, a coexistência de partidos formados para responder a outros desafios ambientais, é uma característica marcante da região, isto é, o velho e o novo não apenas partilham do mesmo espaço como competem entre si em condições parecidas visto que as inúmeras interrupções democráticas constroem novas estruturas de oportunidades a todos os partidos. Os sistemas também apresentam grande diversidade, neles, podemos identificar países que tendem a regimes de partidos dominantes (República Dominicana, por exemplo), passando por sistemas bipartidários (Argentina, por exemplo) e graus variados de multipartidarismo.

Lidar com a diversidade é buscar não reduzir toda a pluralidade regional a somente um tipo ideal para toda a região ou a somente um tipo de explicação para as variações entre as formas das estruturas organizacionais, mas ambiciona a construção de tipologias que abranjam a pluralidade da região e não engessem as máquinas partidárias em tipos que busquem aproximá-los, embora, algumas de suas organizações sejam semelhantes, as agremiações partidárias possuem grande diversidade organizacional e esta deve ser preservada no momento de classifica-las.

Como explicitado ao longo deste trabalho, os partidos latino-americanos atravessaram uma trajetória completamente distinta da europeia, fato que limita sua aplicação a América Latina e torna necessária a formulação de um novo modo de categorização dos mesmos.

As atuais formações partidárias da região tiveram, em princípio, seu retorno ou formação tutelado pelo Estado, o qual influenciou os rumos das atividades partidárias. Essa forma de retorno é tratada de modo distinto pela bibliografia, de um lado Ruiz (2007) afirma que as transições conferiram importância as agremiações que ocuparam papéis centrais nos processos transitórios e de outro, van Biezen (1998, 2003) apresenta uma visão contrária, ao afirmar que ao retomarem suas atividades tutelados pelos governos, os partidos retornam fragilizados e dependentes dos governos para sua sobrevivência. No entanto, a visão de van Biezen (1998, 2003) é dominada pela perspectiva dos partidos de massas como o modelo ideal de toda e qualquer forma partidária e devido a impossibilidade ou grande dificuldade de implementação deste tipo na região.

Se as classificações mais utilizadas possuem problemas para sua aplicação na América Latina, como os partidos da região podem ser classificados?

Uma classificação ou tipologia sobre a organização dos partidos políticos deve considerar principalmente as suas estruturas organizacionais como característica principal. Diferentemente dos modelos de Kirchheimer (1966) e de Katz e Mair (1995) que enfatizam as características ambientais e as mudanças de um modelo para outro, argumentamos que deve-se voltar ao básico e realizar análises mais descritivas sobre as estruturas partidárias, suas características e os fatores que incidem sobre elas, para após ser possível analisar a variação de suas estruturas. O uso dos tipos ideias, não pode ser utilizado como um fim em si mesmo, mas como uma etapa do processo de comparação entre os partidos (GIBSON *et al*, 1983).

Classificar não significa enquadrar todos os partidos em apenas uma categoria que retrate apenas um período, mas as diferenças estruturais entre as organizações. Uma das deficiências do trabalho de Duverger (1970) foi reduzir a questão organizacional a poucos tipos, sendo um arcaico e portanto, inexistente – ou com poucos casos – no período da formulação de seu tipo ideal e outro moderno, no qual os partidos ou nasceram sob esta forma ou se adaptaram a ela. Ao não criar subtipos ou tipos intermediários, o autor ignora as diferenças organizacionais entre os partidos e termina por classificar todos do mesmo modo.

Ao trabalhar a questão organizacional é fundamental definir o que é a organização interna dos partidos. Duverger (1970) trabalha a organização partidária como uma

estrutura hierárquicas rígida, na qual cada instância é fortemente influenciada pelo centro, o autor, no entanto, pouco fornece dados sobre as diferenças organizacionais entre os casos estudados – tampouco analisa os casos sistematicamente, preferindo utilizá-los como exemplos de seus dois tipos ideais – e se concentra na formulação de sua teoria geral, reduzindo a organização a poucas instâncias comuns a todos os partidos. Panebianco (2005) ambiciona discutir a dinâmica interna do poder, o autor, entretanto, ao categorizar os partidos em seu modelo de institucionalização cria uma escala normativa, na qual os partidos mais rígidos, e portanto, com maior controle do centro sobre a periferia constituem o tipo melhor adaptado ou mais forte de partidos. Na questão organizacional não se deve atribuir valores ou trabalhar com a questão de força ou fraqueza das organizações, pois estas são constituídas de escolhas de seus membros – ou de suas lideranças – frente a seus objetivos, uma organização mais simples pode responder estrategicamente melhor do que uma mais complexa, neste caso, o desenho organizacional de um partido responde em parte aos objetivos de suas lideranças e de seus membros, dar peso de força ou fraqueza a uma organização é ignorar as suas escolhas.

Katz e Mair (1995) contribuem no debate ao afirmar que a organização é composta por três faces interdependentes, as quais não necessariamente compartilham membros. A organização para os autores é compreendida por meio da estratégia de sobrevivência de suas lideranças que fortalecem uma face da organização em detrimento das demais. Os autores com esta interpretação cometem dois equívocos centrais: a) não diferenciam o comportamento da máquina partidária: os partidos são compostos por diversas instâncias que compartilham membros e recursos entre si, o foco em uma instância em detrimento da outra não quer dizer necessariamente que ela é um elemento totalmente separado do restante da organização, mas que o comportamento – ou estratégia – partidário atual consiste no seu fortalecimento e; b) apesar de alegar que estão formulando uma tipologia organizacional, os autores não descrevem elementos das mesmas e focam mais nas possíveis consequências dos fatores externos sobre os partidos.

Neste trabalho a organização partidária é tomada de modo distinto ao apresentado pelos autores, ela não é hierárquica como a descrita por Duverger (1970), tampouco pode-se falar que se assemelha a proposta por Katz e Mair (1995). Define-se a organização como um conjunto de estruturas unidas em uma organização hierárquica ou não, a qual atua de forma a garantir ou tentar os objetivos de seus membros. Assim como Katz e Mair (*idem*), Bolleyer (2011) e Carty (2004) entendem a organização partidária como uma estrutura estratégica, no entanto, os autores também argumentam que estas estruturas se

estendem nos diversos níveis de governo, configurando uma estrutura de múltiplos níveis com variados graus de autonomia.

No entanto, a organização não é rígida no sentido descrito por Panebianco (2005) e tampouco é totalmente flexível como Bolleyer (2011) e Carty (2004) advogam. O desenho organizacional é produto das disputas internas dos partidos e dos limites impostos a elas por regras externas a organização, porém, o relacionamento com as regras partidárias não é de submissão como exposta por Katz e Mair (1995) e Panebianco (2005), pois as coerções são em sua maioria elaboradas pelos próprios partidos que através de acordos podem formula-las e/ou reformula-las. As coerções institucionais podem ser encaradas como uma declaração de importância dos partidos, pois estes se consideram importantes para a manutenção do sistema em vigor e criam meios de manutenção e recompensa por suas atividades.

Portanto, a comparação e categorização dos partidos políticos deve ocorrer através de exames mais descritivos, nos quais possamos compreender e comparar estruturas distintas e de países diferentes. A categorização não deve estar presa em escalas construídas com base em como as organizações deveriam ser ou por meio de gradações de força entre as legendas. Ao tratar da questão da descrição, é importante também não fazê-la por si só, deixando de lado as hipóteses e os objetivos: “*é improvável que qualquer descrição não apoiada em hipóteses precedentes consiga satisfazer os critérios e objetivos da comparação*” (PASQUINO, 2005, p.22).

Um dos grandes desafios deste trabalho é como categorizar os diferentes partidos através de um mesmo critério. Isso ocorre pela ausência do fornecimento de dados – basicamente dados sobre quantidade de membros e fonte de receitas – por parte de alguns partidos e também pela diferença entre os dados fornecidos. O foco, portanto, está na formulação por meio do exame de seus aspectos formais, obviamente a proposta apresenta limitações no sentido da impossibilidade de aprofundamento em questões internas dos partidos, porém, a compreensão dos limites formais dos partidos é importante para compreender a sua dinâmica interna e atua como base para compreensões mais aprofundadas sobre os partidos e futuros estudos de caso.

A classificação dos partidos será realizada através de duas etapas: 1) identificação dos seguintes conteúdos nas cartas orgânicas: desenho organizacional, isso é, quais as instâncias constituídas no interior dos partidos, mecanismos de participação dos filiados, canais de financiamento e, controle sobre as esferas partidárias e divisões internas e; 2) definição dos pesos e construção de uma escala de pertencimento dos partidos na questão organizacional, a qual será melhor detalhada nos capítulos cinco e seis.

Como fonte de dados, recorreremos basicamente aos estatutos partidários, aos artigos sobre os partidos políticos presentes nas atuais constituições nacionais e às legislações que incidem diretamente sobre as organizações partidárias, como no caso das leis partidárias – quando existentes – e/ou as legislações eleitorais. Em que pese os possíveis problemas desta fonte de pesquisa – basicamente o distanciamento entre o conteúdo estatutário e a realidade,<sup>45</sup> assim como o predomínio das relações informais<sup>46</sup> – alguns autores, como Katz e Mair (1995) e Thorlakson (2009), defendem a análise das normas estatutárias como um importante instrumento nos estudos organizacionais. De acordo com eles, as regras formais definem os limites da organização e regulam praticamente todas as atividades internas, tais como a seleção de candidatos e dirigentes, as fontes de recursos, o relacionamento com as bancadas e com outros partidos e instâncias partidárias, entre outros. Pode-se argumentar, inclusive, que o exame dos documentos partidários possibilita a (re)construção do desenho organizacional dos partidos e auxilia na sua abordagem comparativa. Além disso, a análise documental tem a vantagem de proporcionar maior facilidade na obtenção dos dados contidos nos estatutos partidários. Com algumas exceções<sup>47</sup>, a maioria dos estatutos – ou cartas orgânicas – está disponível nos sites oficiais dos partidos ou nos tribunais eleitorais e similares<sup>48</sup>. O fácil acesso aos documentos se contrapõe à dificuldade de contato com as legendas, as quais – em sua maioria – se caracterizam como organizações fechadas ao público externo e aos pesquisadores<sup>49</sup>, por causa disso, não foi possível realizar entrevistas<sup>50</sup> ou *surveys* junto às agremiações partidárias<sup>51</sup>.

O estudo através dos documentos formais dos partidos políticos gera resistência por parte da literatura especializada, Duverger (1970) salienta que o problema da utilização das regras formais se encontra que muitas vezes elas pouco dizem sobre a verdadeira dinâmica interna partidária. Seguindo a mesma linha de raciocínio,

---

<sup>45</sup> Apesar de tratada com certa resistência pela bibliografia, as regras formais constituem um importante espaço de disputa entre os grupos pelo domínio do partido (PANEBIANCO, 2005).

<sup>46</sup> Freidenberg e Levitsky (2007) argumentam que as regras formais pouco importam na região, pois os partidos latino-americanos são dominados por redes informais de clientelismo e patronagem. No entanto, a argumentação dos autores é prejudicada pela ausência de comprovação empírica de seus argumentos.

<sup>47</sup> Nem todos os partidos e tribunais eleitorais disponibilizam os estatutos partidários, em alguns casos como a UDI do Chile, os estatutos não se encontram disponibilizados em fontes confiáveis, por isso, o partido não entrou na amostra, apesar de sua relevância.

<sup>48</sup> Dentre os países latino-americanos o caso brasileiro se destaca o tribunal superior eleitoral disponibiliza em seu site os estatutos de todos os partidos registrados no país, bem como versões anteriores do mesmo.

<sup>49</sup> Os partidos são entidades fechadas em seus círculos internos e de difícil acesso aos pesquisadores.

<sup>50</sup> O uso de entrevistas é um importante recurso para as ciências sociais, estas, no entanto devem ser utilizadas com cuidado, principalmente no quesito de não tomar somente a visão do entrevistado como verdade, esta deve ser utilizada junto com outras ferramentas (POUPART, 2010).

<sup>51</sup> Todos os partidos consultados foram contatos através de e-mail e ligações telefônicas para fornecerem dados e informações sobre suas organizações, porém, quase todos não retornaram as solicitações.

Panebianco (2005) e Freidenberg e Levitsky (2007) fazem críticas ao estudo meramente formal. O autor italiano também argumenta que as regras formais podem indicar pouco sobre a real organização dos partidos, porém, somente em casos de frágil institucionalização. Freidenberg e Levitsky (*idem*) concentram seu estudo nos casos latino-americanos e segundo os autores, os partidos da região – com raras exceções – são dominados por estruturas informais formadas por redes clientelistas e de patronagem, as quais se encontram fora de suas estruturas formais. O problema do trabalho dos dois autores está na ausência de comprovação empírica de suas hipóteses e proposições, as quais são formuladas e comprovadas somente através de estudos bibliográficos.

Feitas estas observações, os estatutos serão utilizados nesta tese como a principal fonte de informação sobre os partidos, apesar da possibilidade de distanciamento da dinâmica interna real, as cartas orgânicas fornecem informações fundamentais sobre os limites das agremiações, seu relacionamento com seus filiados, outras instâncias e demais organizações partidárias, além dos canais de financiamento partidários, ou seja, os estatutos fornecem o mapa organizativo do partido no qual podemos identificar seus componentes e o relacionamento entre si. Em última instância, os estatutos nos apresentam a anatomia partidária e cabe ao pesquisador identificar as diferenças e os porquês das diferenciações entre elas.

De modo complementar, um segundo conjunto de documentos será mobilizado. De forma a melhor compreender o formato organizativo, também serão examinadas as legislações acerca dos partidos – leis partidárias e eleitorais – e as menções e/ou artigos aos partidos nas Constituições Nacionais. Diferentemente dos documentos partidários, existe pouca controvérsia no debate sobre as regras partidárias – ou coerções institucionais – e sua validade como fonte de informação. O debate nesse caso, se restringe a quem domina quem, isto é, se a legislação é resultado da subserviência dos partidos em relação ao governo ou como consequência do domínio dos partidos sobre os governos, os quais, se consideram importantes e criam legislações de modo a regulamentar a sua própria atividade e restringir o acesso a outros concorrentes. Neste trabalho, não tomamos nenhuma das visões, e consideramos que as legislações são produtos de pressões internas e externas as legendas, ou seja, sua definição ocorre por meio de negociações entre as legendas, bem como, por meio de pressões externas dos governos (democráticos ou não). Sua importância reside na delimitação das atividades partidárias, a qual pode ser mais restrita ou mais aberta, isto é, pode conferir maior ou menor autonomia aos partidos para realizar as suas atividades.

Os documentos serão analisados por meio de análise de conteúdo. Esta técnica consiste no exame das mensagens existentes em documentos e outras formas de comunicação e/ou informação (BARDIN, 1977). A análise de conteúdo, segundo Bardin (*idem*) é uma técnica que se encontra em constante atualização, devido a seu dinamismo, ou seja, para a autora ela consiste em uma técnica empiricamente orientada, entretanto, a teoria ocupa um papel central no exame documental ao guiar as questões levantadas pela pesquisa e também, na definição das categorias a serem utilizadas (CELLARD, 2010).

A operacionalização desta técnica ocorre através das seguintes etapas: a) definição dos objetivos do trabalho e seleção dos documentos a serem analisados; b) realização de leitura exaustiva do material selecionado; c) delimitação das categorias e de seus limites e; d) os critérios de classificação (BARDIN, 1977).

De forma complementar a base de dados foi realizada uma exaustiva pesquisa bibliográfica sobre os partidos e sistemas partidários da região,<sup>52</sup> de modo a compreender a suas organizações e trajetórias partidárias. O exame da bibliografia possibilitou a identificação do rico mosaico partidário latino-americano e sua interpretação.

Como método de pesquisa, selecionamos o método comparado, este não é relativamente recente na ciência política, com sua sistematização realizada por John Stuart Mill no século XIX, entretanto, a sua utilização ocorreu de modo mais frequente a partir da década de 1970 (PÉREZ-LIÑÁN, 2008, 2010).

Sua característica central é a interligação entre o método e a teoria, no qual, o segundo define as questões a serem seguidas pelo primeiro, bem como testes de hipóteses, teorias, que podem ser confrontadas entre si e das generalizações (COLLIER, 1991; KEMAN, 2014; PETERS, 2014; SARTORI, 1971; VON BEYME, 2014). Outras características adicionais se encontram no combate ao etnocentrismo e o maior conhecimento sobre os países e os casos. Para Lijphart (1971) o método comparado é relativamente simples e de uso mais geral, não consistindo uma técnica, mas uma primeira etapa que auxilia na seleção das técnicas a serem utilizadas.

Provavelmente a questão mais debatida quando se trata do método comparativo é o relacionamento entre o número de casos e o número de variáveis. Para Lijphart (*idem*) a relação ocorre de modo inversamente proporcional, isto é, quando ocorre um o aumento de um, ocorre a diminuição – ou a necessidade – de diminuição do outro. Ou seja, é preciso achar um equilíbrio entre a quantidade de unidades analíticas a serem pesquisadas,

---

<sup>52</sup> Devido à baixa quantidade de estudos sobre as organizações partidárias, também recorreremos a análise da bibliografia sobre os sistemas partidários nacionais como forma complementar, pois também fornecem importantes informações sobre seus componentes.



pois segundo a literatura, um maior número de casos pode levar a uma ampla heterogeneidade, o que pode causar dificuldades ao pesquisador ao delimitar as suas questões, bem como os objetivos da pesquisa (MAHONEY, 2007), ao contrário, um número excessivo pode causar a perda do controle por parte do pesquisador (LIJPHART, 1971). O recomendável segundo Lijphart (*idem*) é que a quantidade de casos, varie entre dois e vinte<sup>53</sup>, com as variáveis se concentrando nas principais e não em todas as possíveis. Como trabalhamos com um número superior de casos (quarenta e dois), o estudo comparativo e de natureza qualitativa não seria aconselhável, pois o método qualitativo envolve o exame mais aprofundado dos casos, porém, como forma de resolver este problema adotamos o QCA como técnica, pois este mistura o método qualitativo e o quantitativo, além de trabalhar com uma quantidade média de casos, que varia entre vinte e cinquenta (RAGIN, 1987; SCHNEIDER; WAGEMAN, 2013).

É importante achar um equilíbrio entre a extensão e a inclusão dos casos, ou seja, entre a quantidade de casos e o conhecimento sobre eles. Em um estudo com um número relativamente alto de casos, não é possível – devido a questões financeiras, de espaço, de desenho da pesquisa, entre outros – buscar um largo conhecimento sobre os casos a serem examinados, sobretudo, quando recorremos a análises qualitativas que necessitam de um conhecimento mais aprofundado dos objetos (RAGIN, 1987).

O maior desafio deste trabalho se encontra em descobrir como retratar toda a pluralidade apresentada na região e como traduzir esta diversidade em tipos ideais, sem grandes perdas de informações ou reduzir toda a complexidade da região a um único tipo. Por causa disso, optou-se por utilizar o QCA, mais precisamente uma variação da técnica, o fsQCA que trabalha com a construção de vários tipos ideais ao longo de uma escala de pertencimento dos casos em um determinado conjunto.

O QCA (Análise Comparativa Qualitativa) é uma técnica de pesquisa<sup>54</sup> relacionada com a teoria dos conjuntos<sup>55</sup>, o intenso diálogo entre a teoria e os casos e com o uso da lógica da álgebra booleana<sup>56</sup> (BERG-SCHLOSSER *et al*, 2009; PÉREZ-LIÑÁN, 2008; RAGIN, 1987; SCHNEIDER; WAGEMAN, 2013). A técnica foi formulada por

---

<sup>53</sup> A quantidade de casos selecionados por Lijphart (1971) é fortemente influenciada pelo desenvolvimento tecnológico de seu período.

<sup>54</sup> O QCA não é considerado como um método, mas sim é uma técnica de pesquisa que tem como base na álgebra booleana (RIHOUX, 2003; WAGEMAN; SCHNEIDER, 2010).

<sup>55</sup> Para Schneider e Wageman (2010), a técnica se baseia na construção de conjuntos teóricos. A teoria dos conjuntos para os autores consiste na contagem do grau de pertencimento, os fenômenos sociais são considerados através de suas relações e, os resultados são tratados por meio da necessidade e/ou suficiência das condições, com destaque para a complexidade causal (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2013).

<sup>56</sup> A álgebra booleana foi desenvolvida pela engenharia elétrica e trabalha basicamente com variáveis binárias (verdadeiro ou falso) e as conexões entre as condições e os resultados (CARAMANI, 2008; RIHOUX; DE MEUR, 2009).

Charles Ragin e consiste em uma espécie de técnica “híbrida” entre estudos estatísticos – com grandes números de casos – e estudos de caso, combinando características de ambas e desenhada para um número médio de casos<sup>57</sup> (RAGIN, 1987, 2000, 2008; SCHNEIDER; WAGEMAN, 2010, 2013).

Como principais características a bibliografia destaca a comparação sistemática dos casos, no qual, cada caso é tratado como uma entidade complexa (RIHOUX, 2003); a causalção conjuntural, na qual diferentes fatores podem levar ao mesmo resultado e a forte relação entre a teoria e os casos, com a necessidade de um grande conhecimento de ambos por parte do pesquisador (RAGIN, 1987, 2006; SCHNEIDER; ROHLFING, 2013). No último ponto Berg-Schlosser *et al* (2009) argumenta que o acúmulo teórico é peça importante para a aplicação e operacionalização do QCA por dois motivos: a) auxilia na seleção de casos, separando os principais, as exceções e os casos contraditórios e; b) ajuda na seleção das variáveis independentes, no seu tratamento e justifica as opções de pesquisa. De forma complementar Schneider e Wageman (2010) afirmam que a técnica é baseada na construção teórica, com esta determinando a qualificação dos membros, ou seja, a definição de seu pertencimento – ou de presença – ocorre, inicialmente, por meio de construções teóricas para depois passar para questões empíricas.

Com o decorrer do tempo, o QCA ganhou variações, saindo de uma técnica que visava somente a identificação da existência dos fenômenos sociais para análises mais sofisticadas e complexas, as quais se orientam para o exame da diversidade dos casos (BERG-SCHLOSSER *et al*, 2009; RAGIN, 2006; ROHWER, 2010).

A primeira variação do QCA consiste em sua forma mais básica e originária. Denominado de csQCA (*crisp-set*), este tipo trabalha apenas com dois tipos de variáveis que podem ser verdadeiras ou falsas ou, presentes ou ausentes em um determinado subgrupo e/ou subconjunto (RIHOUX; DE MEUR, 2009). A operacionalização de variáveis dicotômicas consiste em uma das principais características desta técnica, em que pese a relativa simplicidade desta operação, esta pode conduzir o pesquisador a focar somente as características centrais do fenômeno a ser compreendido, além de que muitos fenômenos sociais de natureza qualitativa podem ser reduzidos a questões de sua existência ou não presença (DE MEUR *et al*, 2009). Outra característica central desta técnica se refere ao relacionamento que esta possui com a teoria, assim, como nas demais variações do QCA, os conjuntos definidos pelo *crisp-set* são teoricamente orientados (DE MEUR *et al*, 2009; RAGIN, 1987).

---

<sup>57</sup> O desenho do QCA foi elaborado para trabalhar com um número médio – ou moderado – de casos, os quais variam entre vinte e cinco e cinquenta casos (RAGIN *et al*, 2003; SCHNEIDER; WAGEMAN, 2006).

A segunda variação, mvQCA (multi-value), busca corrigir alguns problemas apresentados pelo csQCA, tais como a simplicidade da técnica e a perda de informações causada pela dicotomização das variáveis e/ou conjuntos (CRONQVIST; BERG-SCHLOSSER, 2009). A solução encontrada se encontra no uso de “*dummies*”, isto é, de fornecer peso aos conjuntos, os quais, podem possuir mais de um valor e também, não se encontram limitados no intervalo entre 0 e 1 (CRONQVIST; BERG-SCHLOSSER, *idem*). Contudo, essa variação do QCA é pouco utilizada pelos pesquisadores e necessita de maiores desenvolvimentos para corrigir eventuais limitações.

O terceiro tipo, fsQCA (*fuzzy-set*), trabalha com a questão do grau de pertencimento dos casos em um sub-conjunto, o qual utiliza a construção de vários tipos ideais entre os extremos, que representam a complexidade do sistema a ser analisado (KVIST, 2006; RIHOUX; MARX, 2013; SCHNEIDER; WAGEMAN, 2006).

O problema da utilização de *fuzzy-sets* no estudo partidário se encontra na baixa – ou melhor dizendo, inexistência – de estudos que utilizam esta técnica para o exame organizacional. Rihoux (2001) realiza um dos poucos trabalhos a utilizar esta ferramenta para a análise partidária, porém, o autor utiliza a variação *crisp-set* para examinar o desenvolvimento dos partidos verdes europeus.

Apesar das dificuldades apresentadas, a opção pela técnica do QCA se mostrou um importante ganho, pois, trabalha em estreito contato com a teoria e também como uma importante ferramenta para o exame dos documentos partidários. Outra vantagem desta técnica se encontra na questão da multiplicidade conjuntural, isto é, um caso não é explicado somente por uma causa, mas por um conjunto das mesmas e, principalmente, diferentes causas podem gerar o mesmo resultado (RAGIN, 1987).

A utilização do QCA é relativamente recente nas ciências sociais, com a última década apresentando um crescimento de sua aplicação (PÉREZ-LIÑÁN, 2008, 2010). No entanto, apesar das melhorias causadas pelo acúmulo de conhecimento produzido ao longo dos últimos anos, a técnica ainda é alvo de uma série de críticas (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2010; 2013).

Ao todo, pode-se separar cinco críticas principais (RIHOUX, 2003). A primeira, é direcionada a característica central do csQCA, ou seja, argumenta-se que ao reduzir os fenômenos sociais a uma simples questão de presença ou ausência, perde-se muita informação sobre a mesma. Relacionado a isso, a segunda crítica, diz que o processo de construção dos dados da técnica leva a uma elevada simplificação dos mesmos. Ainda na questão dos dados, também argumenta-se que a técnica enfrenta um problema de arbitrariedade na seleção e tratamento dos mesmos. O quarto ponto criticado também trata

da questão da seleção dos casos, dos quais a técnica se mostra muito sensível a sua variação. Por fim, critica-se a relação que a técnica possui com as variáveis independentes, pois devido a interconexão entre elas, estas podem não serem compreendidas como tal.

Como resposta a esta série de críticas, Rihoux (2003) argumenta que no caso das duas primeiras, muitos fenômenos sociais podem ser reduzidos a sua existência sem gerar grandes perdas na informação<sup>58</sup>. Em relação ao terceiro e ao quarto ponto eles resumem a escolhas feitas pelos pesquisadores no momento da seleção dos casos e no tratamento dos dados, os quais necessitam critérios claros e objetivos por parte do pesquisador<sup>59</sup>. Finalmente, na questão das variáveis independentes, estas são tratadas de modo distinto pela técnica, com foco na sua interconectividade e não somente em seu sentido estático.

Para além das críticas apresentadas pela bibliografia especializada, a aplicação do QCA necessita de alguns cuidados prévios para que não ocorram problemas. O principal ponto é o equilíbrio entre a quantidade de casos e condições, quanto maior o número de ambos, mais complexos são os resultados e também pode limitar a diversidade encontrada. Outro problema apresentado trata da questão dos contrafactuais, que são casos encontrados na realidade, porém, não previstos pela teoria<sup>60</sup> (RIHOUX; DE MEUR, 2009; SCHNEIDER; WAGEMAN, 2006, 2010, 2013).

Por último a escassez de estudos partidários que utilizam o QCA como ferramenta de pesquisa leva a um importante entrave, de um lado, a técnica se mostra eficiente na comparação entre semelhanças e diferenças entre um número médio de casos e, de outro, por causa da baixa quantidade de trabalhos<sup>61</sup> existe pouco debate sobre sua eficácia e possíveis limitações de sua aplicação.

A escolha pela utilização do fsQCA se deu pela natureza da técnica. Segundo Ragin (2000), a principal característica desta técnica se encontra na estreita relação que

---

<sup>58</sup> De Meur *et al* (2009) também responde a crítica a dicotomização, ao dizer que esta precisa ser relativizada, pois muitos dos fenômenos sociais de origem qualitativa são compreendidos por meio de sua existência.

<sup>59</sup> A simplificação no QCA visa reduzir a complexidade dos casos, mas manter a diferenciação entre os mesmos. Uma vantagem apontada por De Meur *et al* (2009) é que a redução visa a se ater nos aspectos centrais dos fenômenos e força o pesquisador a fazer escolhas e ser transparente nelas.

<sup>60</sup> Rihoux e De Meur (2009) propõem algumas estratégias para resolução dos casos contrafactuais. A primeira seria o aumento do número de condições, pois segundo os autores, quanto mais complexo o modelo, mais completo este é e, inibe a formação de casos não existentes. A segunda seria a remoção ou troca de uma ou mais condições. A terceira estratégia seria o reexame da inclusão de uma condição e, por fim, pode-se decompor uma condição em subtipos. Schneider e Wageman (2013) também propõem um reexame do marco teórico como forma de resolução do problema.

<sup>61</sup> São raros os estudos partidários que utilizam o QCA como ferramenta, o mais completo foi realizado por Rihoux (2001), no entanto, o autor não realiza um estudo comparativo sobre as organizações dos partidos, mas uma análise sobre a trajetória dos partidos verdes.

ela desenvolve com a teoria e com a análise de dados, isso ocorre basicamente pela combinação entre características das metodologias qualitativas – grau de pertencimento de um caso ou um conceito – e quantitativas (a variação do pertencimento no intervalo determinado).

O outro motivo para a seleção de fuzzy-sets se encontra na ênfase que a técnica confere a diferença dos casos. Para Ragin (2000), o fsQCA permite múltiplas interpretações acerca de um conceito ou de um caso, ou seja, a técnica busca examinar a diversidade presente nos fenômenos sociais. Essa característica se mostra fundamental quando voltamos para o exame dos partidos e a grande diversidade encontrada na América Latina.

Contudo, o fsQCA somente será utilizado na formulação dos tipos ou dos graus de pertencimento dos partidos no conjunto organizacional, bem como no tratamento inicial dos dados por meio da medição das frequências e da medição da calibração entre os conjuntos, ou seja, na medição do grau de coerência entre eles. A etapa da minimização não será realizada, muito pela dificuldade de seu uso para os fuzzy-sets, o que demandaria uma adaptação para o csQCA, fato que afetaria a identificação da diversidade de padrões na região, entretanto, os diferentes padrões serão identificados em cada classificação dos partidos políticos.

Sobre o grau de pertencimento é preciso tecer algumas considerações prévias antes da apresentação das tipologias. A primeira, é que o grau de pertencimento não equivale a transformação das variáveis binárias em contínuas, mas a um novo conjunto de variáveis que tratem da inclusão do caso em um conceito ou de um caso em uma escala (RAGIN, 2000). A segunda trata da operacionalização desta escala, no caso, ela vai de total não pertencimento até o total pertencimento com a presença de vários tipos intermediários entre elas, além disso é importante salientar que a definição de inclusão é estabelecida previamente por meio das proposições teóricas (KVIST, 2006, 2007; SCHNEIDER; WAGEMAN, 2013; RAGIN, 2000).

Como estamos lidando com a construção de uma escala de pertencimento algumas considerações são necessárias e fundamentais. A primeira, a escala não trata de correlação de forças entre os partidos, isto é, um partido localizado nos menores pontos da escala não é necessariamente mais fraco que outro com total pertencimento, uma organização mais simples ou mais complexa é fruto de uma série de fatores externos e internos as legendas, bem como, a opção por uma organização menos complexa não é sinônimo de fragilidade, mas sim, de uma opção por parte de seus membros para atingir suas ambições. A segunda é que mesmo os partidos categorizados em um mesmo grupo possuem

variações entre si, somado a isso, o mesmo resultado pode ser atingido por meio de uma combinação diferente, ou seja, existem múltiplas explicações para um mesmo fenômeno.

Este trabalho será dividido em mais cinco capítulos. O segundo capítulo irá examinar a bibliografia sobre a organização partidária, classificações e a literatura especializada sobre a América Latina. O terceiro capítulo analisa a formação dos partidos políticos aqui estudados. O quarto capítulo traça o debate sobre as legislações partidárias e apresenta como os partidos políticos latinos se encontram regulamentados. O capítulo cinco examina os estatutos partidários e apresenta a categorização dos mesmos. Por último, o sexto capítulo realiza a comparação entre os partidos políticos da região. Ao final deste trabalho será possível traçar os padrões de organização dos partidos latinos, bem com os fatores que incidem para a adoção de um determinado tipo organizativo.

## 2. A teoria sobre a organização dos partidos políticos

O estudo das organizações partidárias é um tema tradicional da ciência política desde o início do século XX e sua consequente consolidação como área de conhecimento no decorrer do século passado. Os clássicos trabalhos de Ostrogorski (2012 [1902])<sup>62</sup> e Michels (2001 [1911])<sup>63</sup> influenciaram os futuros pesquisadores ao realizarem as primeiras grandes obras sobre as modernas organizações partidárias<sup>64</sup>, entretanto, apesar deste grande esforço inicial, poucos trabalhos relevantes foram produzidos sobre o tema<sup>65</sup> nas décadas seguintes até a clássica obra de Duverger (1970 [1951])<sup>66</sup>, a qual buscou pela primeira vez formular uma teoria geral sobre a organização partidária. O livro de Duverger (*idem*) forneceu as ferramentas analíticas e metodológicas para futuras investigações, apesar dos problemas de sua obra<sup>67</sup>, esta continua relevante até os dias atuais, sendo praticamente impossível realizar uma pesquisa sobre partidos políticos sem recorrer a sua pesquisa. Não obstante, o grande impacto da obra do cientista político francês, os estudos sobre os processos internos dos partidos continuaram insuficientes em relação a outras pesquisas partidárias, notadamente os estudos sobre eleições e sistemas partidários (WOLINETZ, 2009), com raras exceções, como as obras de Eldersveld (1964), Kirchheimer (1966), Epstein (1967), Sartori (2012 [1976]); Blondel (1978), Panebianco (2005 [1982]), von Beyme (1985) e Ware (2004 [1996]). Todos estes

---

<sup>62</sup> Weber (2002 [1922]) também produziu um dos primeiros trabalhos sobre os partidos políticos da virada do século XIX para o século XX ao analisar o surgimento do tipo moderno de organização partidária na Europa.

<sup>63</sup> Neste mesmo período os pesquisadores dos Estados Unidos também se interessavam pelo estudo partidário, com as obras de Merriam (1922), Schattschneider (1964) e Schumpeter (1961), estas porém, não trabalhavam a face organizacional dos partidos, se concentrando nas funções e na importância dos partidos para o regime democrático.

<sup>64</sup> Os partidos políticos modernos são produtos da expansão do sufrágio produzida nos séculos XIX e XX. As obras de Michels (2001), Ostrogorski (2012) e Weber (2002) captam esta passagem e seus desdobramentos iniciais. Contudo, a existência de partidos e seu estudo é anterior a este período, como Sartori (2012) ilustra em sua obra sobre partidos e sistemas partidários, as primeiras formações partidárias se assemelhavam a agrupamentos parlamentares sem vínculos oficiais e seu estudo foi realizado, basicamente, por filósofos, como Bolingbroke, Burke e Hume.

<sup>65</sup> Para uma informação mais completa sobre a produção acadêmica sobre partidos no século XX, consultar Caramani e Hug (1998), Karkoven e Ryssevik (2001) e Norris (1997).

<sup>66</sup> Outro autor importante e pouco citado é Neumann (1956). Assim, como Duverger (1970), o cientista político alemão analisa a formação dos partidos modernos por meio da expansão do sufrágio universal e das funções dos partidos políticos nas democracias modernas.

<sup>67</sup> Apesar de clássica, a obra de Duverger (1970) recebeu diversas críticas, a mais sistemática foi a realizada por Wildavsky (1959). As críticas do autor se concentram em dois pontos principais: a) não levou em consideração fatores socioeconômicos, institucionais e culturais que afetam o desenvolvimento partidário; b) as exceções são tratadas ignoradas ou adequadas ao modelo proposto pelo autor. Sartori (2005) também crítica o estudo realizado por Duverger (1970) ao apontar a falta de distinção entre os diversos tipos de partidos de massas existentes. Por fim, von Beyme (1985) considera que o cientista político francês sobrevalorizou a experiência francesa em sua análise.

trabalhos se mostraram proeminentes para o estudo das organizações partidárias, entretanto, muitos destes não ambicionam a construção de uma teoria sobre a organização, se preocupando em maior ou menor escala retomar e avançar nas bases formuladas por Duverger (1970) décadas atrás (SEILER, 2000<sup>68</sup>).

Como se vê, a bibliografia sobre os partidos políticos é extensa. Desde o fim da segunda guerra mundial até o final do século passado foram produzidos mais de onze mil trabalhos sobre eles (CARAMANI; HUG, 1998<sup>69</sup>; MONTERO; GUNTHER, 2004, 2009) e o número continua em crescimento neste novo século, com o avanço das pesquisas sobre os partidos nas democracias já estabelecidas e, principalmente, com o surgimento ou expansão dos estudos sobre países e regiões poucos explorados pelos estudos partidários.

Neste capítulo serão examinadas as principais teorias sobre a organização partidária e os desafios enfrentados pelos partidos políticos atualmente. Inicialmente será exposto o debate acerca da crise ou revitalização dos partidos políticos, este debate é importante para compreender as análises sobre os atuais partidos e principalmente sobre os partidos da América latina. Após serão apresentadas as duas principais escolas sobre a organização dos partidos políticos que irão auxiliar na análise sobre a América Latina. Por fim, será examinada brevemente a literatura sobre os partidos latino-americanos e sobre os modos de classificação dos partidos em tipologias.

### *2.1. A organização partidária: declínio ou revitalização?*

Os desafios enfrentados pelos partidos políticos se transformaram ao longo das últimas décadas. Se na primeira metade do século XX<sup>70</sup>, eles eram considerados os principais agentes de representação dos interesses da sociedade frente aos governos, esta situação se modificou nos últimos tempos com o surgimento de novos desafios aos partidos políticos, tais como, a emergência e a consolidação de movimentos sociais, ONGs e outros grupos de pressão que disputam com os partidos a função de interlocução

---

<sup>68</sup> Para Seiler (2000) a obra de Duverger (1970) providenciou uma base a ser utilizada pelos estudiosos partidários, o qual se encontrava ausente no momento da formulação de seu trabalho.

<sup>69</sup> Caramani e Hug (1998) mapearam a produção acadêmica sobre partidos políticos no século XX. A maioria dos trabalhos se concentrou em questões teóricas (34,5% dos casos), seguido por estudo da participação dos partidos nas eleições (12,7%) e organização dos partidos políticos (10,8%). A análise dos autores, no entanto, excluí os partidos de algumas regiões (Ásia, África e América Latina).

<sup>70</sup> As primeiras análises sobre partidos, no entanto, não eram favoráveis a eles, Ostrogorski (2008, 2012) não era favorável a eles, os considerando como prejudiciais a democracia representativa, preferindo organizações *ad hoc* às organizações partidárias (DAALDER, 2009; VON BEYME, 1985).



dos problemas sociais junto ao Estado<sup>71</sup> (DALTON; WATTENBERG, 2000; IGNAZI, 1996; LAWSON; MERKL, 1988; POGUNTKE, 2006; WHITELEY, 2011; YANAI, 1999), além de ocorrerem modificações na estrutura social, como a diminuição ou fim das clivagens sociais tradicionais nas sociedades europeias e o avanço dos meios de comunicação de massas (DALTON *et al.*, 2000; DALTON; WATTENBERG, 2000; SCARROW, 2000; WATTENBERG, 2000)<sup>72</sup> e finalmente, há alterações nos próprios partidos, com a diminuição de recursos por parte de seus membros, estruturas e conseqüentemente a procura de sua sobrevivência com recursos estatais (KATZ; MAIR, 1995, 2009a; MAIR, 1984, 1989).

O declínio – ou crise – dos partidos políticos, os afetam em múltiplas dimensões interconectadas, as quais põem em dúvida a sua capacidade de sobrevivência ou a sua utilidade para as democracias contemporâneas, pois estes não desempenham suas funções primordiais de modo satisfatório (DAALDER, 2009<sup>73</sup>; DETTERBECK, 2012; LAWSON, 1988).

---

<sup>71</sup> Rucht (1995) diferencia os partidos dos demais movimentos e organizações por meio de três critérios: a) modo de operação: ocupação de cargos políticos; b) recursos centrais: votos em eleições e; c) bases do procedimento interno: estatutos.

<sup>72</sup> Manin (1995) atenta para o impacto do desenvolvimento dos meios de comunicação de massas para a democracia, para o autor há uma mudança de modelo, para uma “democracia do público” com o aumento da personalização das campanhas eleitorais por causa do avanço dos meios de comunicação de massas, os quais fazem os candidatos direcionarem seu apelo diretamente ao eleitorado e o aumento de responsabilidade dos eleitos o que causa o apelo as suas qualidades individuais. Farrel e Webb (2000) também examinam o impacto do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação sobre os partidos, para os autores, há uma transformação na organização partidária, com ela adotando um novo formato, direcionado as campanhas eleitorais.

<sup>73</sup> Daalder (2009) argumenta que são quatro as abordagens sobre a crise dos partidos políticos. A primeira é a desconfiança sobre eles e é relacionada com os primórdios dos partidos políticos modernos. A segunda e a terceira são rejeições sobre alguns tipos de partidos e sistemas partidários (neste caso, sistemas multipartidários), por fim, a última considera que os partidos não são mais necessários, pois são produtos de um antigo período.

### Quadro 2.1 – Dimensões da crise dos partidos políticos

Dimensão	Principal Causa	Efeito
Eleitoral	Mudanças partidárias e socioeconômicas	Aumento da volatilidade eleitoral
Governamental	Globalização	Diminuição das atribuições dos partidos políticos
Organizacional	Surgimento de novas organizações (associações e movimentos sociais)	Diminuição do número de filiados
Sistêmica	Surgimento de novos competidores	Aumento da fragmentação dos sistemas partidários

Fonte: Elaboração do autor com base em Detterbeck (2012).

O declínio na dimensão eleitoral está relacionado com a mudança de comportamento do eleitorado, a qual ocorre em dois níveis distintos: a) socioeconômicas: envolvem o aumento dos níveis educacionais e de qualidade de vida das sociedades europeias que gera a diminuição das clivagens tradicionais e aproxima os eleitores de todos os partidos (DALTON, 2000; LAWSON; MERKL, 1988) e; b) partidárias: há a alteração nas estratégias partidárias, as quais ampliam o seu apelo a toda sociedade, além do aumento do individualismo nas campanhas eleitorais causado pelo avanço dos meios de comunicação de massas (DETTERBECK, 2012; MANIN, 1995). Resumidamente, a vulnerabilidade dos partidos nesta dimensão está relacionada com o baixo controle que os partidos – tradicionais – possuem sobre o comportamento dos eleitores, fato que ocorre por mudanças nas estruturas socioeconômicas das sociedades e alterações nos partidos políticos, sobretudo de mudanças nas estratégias de campanhas (DETTERBECK, 2012; FARREL; WEBB, 2000; MAIR, 1997; WATTENBERG, 2000).

No plano governamental o questionamento está na real influência dos partidos em um mundo cada vez mais globalizado, aonde as fronteiras entre os países se encontram mais fluídas e as decisões partidárias são tomadas em um contexto de maiores limitações, pois impactam outros países e sofrem o mesmo impacto, levando a indagação da real influência dos partidos no processo decisório (DETTERBECK, 2012).

No nível organização ocorre a constante diminuição da quantidade de membros na maioria dos países europeus<sup>74</sup> (MAIR, 1989; MAIR; VAN BIEZEN, 2008; VAN BIEZEN *et al*, 2012). A queda do número de filiados<sup>75</sup> traz duas consequências para os partidos políticos. A primeira é a diminuição da dependência das agremiações em relação a seus filiados para a sua sobrevivência, devido a diminuição dos recursos – tempo e dinheiro – por parte de seus filiados, as agremiações partidárias recorrem a fontes mais estáveis de recursos, no caso, os governos para assegurar a sua sobrevivência (MAIR, 2003; VAN BIEZEN, 2004). A segunda trata de questões internas as legendas, como a diminuição das atividades no interior dos partidos e também de sua democracia interna, com o crescimento da importância de suas lideranças em seu interior.

A dimensão sistêmica analisa a crise produzida pelo aumento dos competidores nas eleições. Ela é sentida principalmente pelo aumento do número de partidos relevantes nas democracias europeias, resultado da criação de novas organizações, como os partidos verdes e a emergência de novos partidos de extrema direita<sup>76</sup> a partir do final da década de 1970. O aumento da fragmentação se relaciona com a dimensão eleitoral, por causa das mudanças partidárias e sociais, novos desafios são impostos aos partidos, os quais os partidos tradicionais não respondem totalmente abrindo espaço para novos competidores – ou antigas, porém, com menor relevância – na arena eleitoral e aumentando o grau de volatilidade eleitoral. A alta fragmentação não é sentida apenas nas democracias estáveis, muitas das novas democracias da América Latina e do Leste Europeu enfrentam a mesma situação, motivo pelo qual seus partidos e sistemas partidários são alvo de críticas por parte da literatura especializada.

Contrariamente a esta tese, há uma corrente na ciência política que argumenta que os partidos políticos estão atravessando um processo de revitalização – ou ressurgimento – ao invés de um processo de declínio por meio de sua adaptação à nova realidade (ALDRICH, 1995, 2011; KATZ; MAIR, 1995, 2009b; MAIR, 1997; ROSE; MACKIE, 1988). Os teóricos do ressurgimento argumentam que a crise dos partidos políticos é

---

<sup>74</sup> Em um estudo sobre a queda do número de membros dos partidos políticos europeus, Scarrow e Gezgor (2010) argumentam que a diminuição está ligada ao aumento do poder dos membros no interior dos partidos, com novos canais de participação para os filiados.

<sup>75</sup> Von Beyme (1985) levanta um importante questionamento, com a aplicação de métodos modernos de coleta de dados, os antigos levantamentos do número de filiados podem ter sido exagerados pelas unidades locais.

<sup>76</sup> A emergência dos partidos verdes e de extrema direita está relacionada com o processo de transformação social europeu na década de 1970, o qual causou o aumento da volatilidade eleitoral, fragmentação partidária e as novas demandas da sociedade (meio ambiente, identidade, hierarquia) (BETZ, 1994; IGNAZI, 2006; KARAPIN, 1998; ZASLOVE, 2009).

sentida em uma de suas inúmeras faces<sup>77</sup>, justamente a que atua na intermediação dos partidos com a sociedade a partir de sua atuação como agentes de articulação de interesses (KATZ; MAIR, 1995; STRØM, 2000). As demais faces não se encontrariam em crise, pelo contrário, uma delas seria predominante sobre as demais. A organização e especialmente o declínio e o fortalecimento de uma parte do partido são compreendidos neste trabalho como cíclico, com uma das faces dominando as outras estruturas, o que ocorre é um processo de direcionamento do foco das estruturas partidárias das funções processuais para funções governamentais (KATZ; MAIR, 1995, 2009a, 2012; MAIR, 1989, 1994, 2003). A constatação do direcionamento dos partidos para os governos está ligada a capacidade deles de se adaptarem a novos contextos – e as mudanças –, os partidos políticos não necessitam atuar em todas as áreas como antigamente, outras organizações – ou movimentos – se encontram melhor preparados para tal, ao se adaptarem os partidos passam a ser compreendidos a partir de sua faceta governamental do que a representativa como era a mais de cinquenta anos atrás.

Este debate apresenta dois pontos de vistas distintos sobre o modo como os partidos políticos enfrentaram os novos desafios impostos pelas sociedades a eles. De um lado, a argumentação do declínio trabalha com a proposição que os partidos políticos falharam e estão fadados a serem substituídos por outras organizações mais bem preparadas para a nova realidade (COLEMAN, 1996; LAWSON; MERKL, 1988; MONTERO; GUNTHER, 2004, 2009). O problema desta visão está na sobrevalorização do impacto das mudanças sociais sobre os partidos políticos causando distorções sobre as análises, além de seu determinismo. A segunda corrente considera que as mudanças no ambiente forçaram os partidos políticos a se adaptarem para garantir sua sobrevivência e a estabilidade do sistema político através de sua ação governamental (ALDRICH, 2011; DALTON; WATTENBERG, 2000b; MONTERO; GUNTHER, 2004, 2009; ROSE; MACKIE, 1988).

Apesar de todos os prognósticos negativos, os partidos políticos continuam existindo e organizando as atividades governamentais, a crítica e a consideração sobre o seu declínio se mostra precipitada, como bem disse Dalton e Weldon (2005) ainda é cedo para decretar o seu fim.

---

<sup>77</sup> Estes teóricos compartilham a tese de Key (1962) onde os partidos políticos são compreendidos como estruturas divididas em três níveis: eleitorado, organização e governo. A dimensão eleitoral é importante para os partidos estadunidenses devido à falta de membros oficiais em suas estruturas. Katz (1986) retoma a proposição de Key (1962) e adapta a dimensão eleitoral para a realidade europeia, considerando esta dimensão como um componente da organização de massas.

## 2.2. Partidos políticos: abordagens teóricas

Muito da indefinição teórica vem da complexidade da abordagem sobre os partidos políticos, estes podem ser definidos e analisados de distintas maneiras de acordo com a abordagem adotada. A ausência de uma teoria geral também contribui para esta imprecisão, pois divide a produção acumulada ao longo do último século em várias linhas concorrentes (MEDINA, 2002; MEDINA; SUÁREZ-CAO, 2002; MONTERO; GUNTHER, 2004, 2009).

Em linhas gerais, pode-se estudar a organização dos partidos políticos por meio de três grandes abordagens teóricas<sup>78</sup>, estas abordagens não são complementemente excludentes entre si, podendo ser combinadas de acordo com as características dos partidos.

**Quadro 2.2 – Abordagens sobre a organização partidária**

Abordagem	Definição	Principais autores
Estrutural	Organizações que disputam o poder	Duverger, Michels, Ostrogorski, Weber
Institucional	Compreendidos a partir de sua ação com outras instituições	Aldrich, Panebianco
Sociológica	Reflexos das divisões sociais	Lipset e Rokkan, Von Beyme

Fonte: Elaboração do autor com base na bibliografia especializada.

A primeira abordagem considera o estudo das organizações partidárias como reflexo da competição eleitoral. Para os autores desta corrente (DUVERGER, 1970; MICHELS, 2001; OSTROGORSKI, 2008, 2012; WEBER, 2002) a organização partidária é reflexo das mudanças ocorridas com a expansão do sufrágio universal em meados do século XIX<sup>79</sup>, o qual exigiu das formações partidárias do período – que não

<sup>78</sup> Sartori (2012) escreveu uma das principais obras sobre partidos políticos do século XX: “*Partidos e sistemas partidários*”, a sua análise, no entanto, não foca diretamente sobre a organização dos partidos políticos, mas sim sobre as funções dos partidos políticos nas democracias modernas.

<sup>79</sup> Lapalombara e Weiner (1966) e Lapalombara (1982) analisam o surgimento dos sistemas partidários. Para os autores estes podem ocorrer de três modos distintos: a) histórico: formação a partir de crises históricas que possibilitam a criação dos partidos e também a sua legitimidade; b) instituições: surgimento

eram mais do que grupos parlamentares unidos de modo frouxo nos parlamentos nacionais – uma maior organização de modo a enquadrar as massas até então sem representação. Estes autores estudam o impacto desta passagem sobre as estruturas partidárias até então – quase – inexistentes e a formação de organizações modernas.

A corrente institucional explica o surgimento dos partidos políticos e o relacionamento entre suas esferas (WARE, 2004). Diferentemente da vertente estrutural, os partidos aqui não necessariamente surgem devido a competição eleitoral (WARE, *idem*) com a abordagem dividida entre duas abordagens distintas sobre o tema. A primeira é a formulada por Aldrich (1995, 2011) que parte da perspectiva neoinstitucionalista<sup>80</sup> para análise dos partidos estadunidenses, ao partir desta visão, o autor está mais interessado em discutir o relacionamento dos partidos – e sobretudo de seus membros – com o ambiente que o cerca – governo, eleitorado e legislativo – do que a dinâmica partidária interna. A segunda, estabelecida por Panebianco (2005), se aproxima mais da dimensão estrutural ao teorizar sobre as dinâmicas internas dos partidos políticos e seu processo de institucionalização e, principalmente examinar o desenvolvimento organizativo.

A abordagem organizacional e institucional, algumas vezes são apresentadas como uma só, isso se deve a importância que conferem às instituições, a competição eleitoral na definição das organizações partidárias e, a compreensão das dinâmicas internas das agremiações partidárias.

A abordagem sociológica<sup>81</sup> considera a organização dos partidos políticos como reflexo das clivagens sociais presentes na sociedade (BOIX, 2007; CHARLOT, 1982; PANEBIANCO, 2005; VON BEYME, 1985; WARE, 2004), os partidos para os autores filiados a esta corrente – com destaque a Lipset e Rokkan (1992) – nada mais são do que representações sociais, isto é, a forma com que os partidos se estruturam – internamente e em conjunto, sob a forma de sistemas partidários – reflete as divisões presentes na sociedade e seus grupo (burgueses, camponeses, clérigos, operários, entre outros). O problema da abordagem sociológica consiste na pressuposição de eleitores com objetivos pré-estabelecidos aguardando serem representados pelos partidos políticos (BOIX, 2007; PANEBIANCO, 2005). O eleitorado possui um amplo espectro de preferências, o qual

---

a partir das atividades parlamentares e da expansão do sufrágio universal e; c) modernização: a partir de mudanças socioeconômicas por meio do processo de desenvolvimento.

<sup>80</sup> Os partidos nesta perspectiva podem ser compreendidos não como instituições, mas como organizações que foram criadas pelas instituições para aproveitar as oportunidades criadas pelo sistema político (NORTH, 1990).

<sup>81</sup> Outra possibilidade é considerar o partido como um componente orgânico, onde cada parte possui uma função (KATZ, 1986).

não é inteiramente representando pelos partidos políticos, estes, por sua vez, não podem ser compreendidos como reflexo imediato das preferências e objetivos da sociedade pela multiplicidade de interesses sociais e necessitam apelar para um eleitorado diverso para obter sucesso eleitoral<sup>82</sup> (BOIX, 2007).

A falta de consenso – ou de uma teoria dominante – sobre o estudo dos partidos influi na construção de uma teoria geral sobre os mesmos. Como discutido até o momento, a pesquisa sobre os partidos políticos é fragmentada e cada abordagem possui virtudes e deficiências, cabendo ao pesquisador optar por aquela que responda de modo mais adequado as suas indagações. No século passado foram inúmeras as tentativas de formulação de uma teoria geral por parte dos cientistas políticos, entre as formuladas três se destacam por sua influência.

A primeira é a formulada por Duverger (1970), na qual o autor comenta a importância da criação de uma teoria geral para os partidos políticos, a qual deve servir como base para futuros estudos empíricos, formulando hipóteses a serem testadas futuramente (MONTERO; GUNTHER, 2004, 2009; PERES, 2009; SEILER, 2000). Para o autor, o estudo dos partidos deve ser reduzido as suas características mais básicas, isto é, deve se concentrar no exame de suas organizações e como estas interagem com as demais esferas partidárias. Finalmente, os teóricos da escolha racional (DOWNS, 1999 [1957], WITMANN, 1973) e do neoinstitucionalismo (ALDRICH, 1995, 2011; NORTH, 1990; STRØM, 1990; STRØM; MÜLLER, 1999)<sup>83</sup> focam nas ações dos atores para explicar seu comportamento – e origem dos partidos – e principalmente suas estratégias para disputa de cargos. A diferença aqui é como os autores entendem a questão eleitoral, para os *racionalistas*, os partidos são *maximizadores*, ou seja, buscam obter o maior número possível de votos (DOWNS, 1999), enquanto, os teóricos neoinstitucionalistas tratam os partidos como um meio para obtenção dos objetivos partidários (ALDRICH, 1995; 2011).

A construção de uma teoria geral sobre os partidos políticos atualmente enfrenta dois problemas. O primeiro é a sua natureza, estes não são os mesmos em todo o lugar e

---

<sup>82</sup> Uma exceção são os pequenos localizados na extrema direita e extrema esquerda.

<sup>83</sup> As teorias que analisam os partidos norte-americanos concentram-se em suas funções, com pouca – ou nenhuma – atenção a classificação de seus partidos. Os partidos dos Estados Unidos diferem principalmente dos partidos europeus por sua fraqueza organizacional e programática. Organizacionalmente os partidos se assemelham a união de grupos locais que formam a legenda, estes grupos, porém, não contam com organização sólida (KATZ; KOLODNY, 1994). A baixa diferenciação programática é para Bryce (1959) resultado de fatores históricos. Para o autor, as legendas americanas não foram fundadas baseadas na diferença de princípios como suas contrapartes europeias, mas sim com o objetivo de ocupação dos postos governamentais por meio de eleições, por isso a diferenciação ideológica entre elas não se mostra relevante para a organização.

tampouco temporalmente, com suas estruturas, objetivos, organizações, preferências, etc. variando de acordo com a localidade e também, com seu passado, com as organizações partidárias distinguindo-se do que eram a pelo menos vinte anos atrás e em alguns casos, até de uma eleição para outra (HARMEL; JANDA, 1994; LAPALOMBARA, 2007; MARTÍNEZ, 2008; MONTERO; GUNTHER, 2004, 2009). O segundo problema é surgimento e o retorno de partidos e sistemas partidários<sup>84</sup> em regiões pouco estudadas – África, América Latina e Leste Europeu –, as quais surgiram ou retomaram suas atividades com o advento da terceira onda de democratização na década de 1970 e conseqüentemente se encontram pouco teorizadas (BARDI; MAIR, 2010).

### 2.3. Organização interna: modelos teóricos

O estudo da organização interna dos partidos políticos é um dos temas mais antigos das pesquisas partidárias e, um dos menos estudados (CROTTY, 1970; PANEBIANCO, 2005). Esta baixa quantidade de estudos, no entanto, é relativizada, se comparada a outras áreas das ciências sociais, o estudo partidário é dos mais ricos e em continua expansão.

Via de regra, o estudo da organização interna dos partidos é dividido em dois campos (HARBERS, 2010a). O primeiro compreende a organização interna como um agente unitário, o qual persegue um objetivo específico, no caso, a maximização de seu desempenho eleitoral (DOWNS, 1999). O segundo compreende os partidos inicialmente como um conjunto de subunidades interligadas entre si, os analisando a partir de suas características organizacionais (DUVERGER, 1970). Comparativamente, estas abordagens pertencem a duas escolas teórico-analíticas distintas. A primeira se baseia em estudos sobre os partidos dos Estados Unidos, no qual o foco na organização dos partidos é ignorado – ou tratado em segundo plano – com as pesquisas considerando a organização apenas como um meio da obtenção dos objetivos dos seus membros (ALDRICH, 1995, 2011; DOWNS, 1999; SCHLESINGER, 1985). Em oposição, a segunda toma por base os partidos europeus, principalmente, o das chamadas *democracias ocidentais avançadas*, e os examina através de suas dinâmicas organizacionais e como estas são afetadas pelo

---

<sup>84</sup> A necessidade de repensar teoricamente os partidos políticos não é restrita apenas a eles como organização, Bardi e Mair (2010) também argumentam para esta necessidade no estudo dos sistemas partidários devido as mudanças ocorridas nas últimas décadas e o surgimento de novos sistemas partidários.



ambiente que os cercam (CHARLOT, 1982; SEILER, 2000), porém, como citado anteriormente, não existe um consenso entre os pesquisadores desta perspectiva, com seus estudos divididos em vários campos (estrutural, ideológico<sup>85</sup> e sociológico).

#### 2.4. *A organização interna como mecanismo de obtenção de objetivos: a visão norte-americana*

Assim como os partidos europeus, as organizações partidárias norte-americanas são estudadas através de uma ampla variedade de teorias, com elas divididas, ao todo em quatro correntes distintas, em comum estas abordagens enfatizam a importância das eleições – e da conquista do governo – para as organizações partidárias.

A primeira argumenta que os partidos políticos são organizações amplas, nas quais há a convergência de diversos grupos, estes, no entanto, não possuem necessariamente as mesmas orientações e se diferenciam pouco em relação ao outro partido nos grandes temas, apenas distinguindo-se em temas específicos (ALDRICH, 2011; ELDESVELD, 1964; KEY, 1962). A própria máquina partidária é reflexo da multiplicidade da distribuição das preferências internas de seus grupos e a busca por integrar a sociedade ao governo ao ser composta por três faces estruturais: a) o partido no governo, responsável pela organização dos governos e das legislaturas; b) o partido como organização, responsável pelas atividades cotidianas da organização e sua estruturação e; c) o partido no eleitorado, responsável pelo recrutamento de membros, mobilização de eleitores (AMARAL, 2013; KATZ, 1986; KEY, 1962). A segunda corrente é denominada de *partido responsável*, a grosso modo, esta abordagem argumenta que os partidos políticos estabelecem compromissos com a população, os quais são julgados durante as eleições (EPSTEIN, 1967; SCHATTSCHNEIDER, 1964). Diferentemente da primeira teoria, as organizações partidárias aqui diferem em torno das propostas, isso é fundamental para a disputa eleitoral, pois possibilita a diferenciação entre os partidos. A terceira corrente foca a importância da competição eleitoral para os partidos políticos. Partindo da perspectiva da teoria da escolha racional, a qual considera os atores políticos como *goal seekers*, isto é, suas ações são orientadas para obtenção de seus objetivos. Os partidos políticos neste caso são definidos como um grupo de indivíduos que atuam em conjunto a procura do

---

<sup>85</sup> O enfoque ideológico considera os partidos por meio dos seus ideais, como bem define Jean Charlot, “o fornecedor de um modelo de ação” (CHARLOT, 1982, pp.35).

controle do aparato governamental através dos meios disponíveis para tal, neste caso, as organizações partidárias e demais instituições (DOWNS, 1999; SCHLESINGER, 1985; SCHUMPETER, 1961). Um dos problemas desta corrente é o seu reducionismo (MONTERO; GUNTHER, 2004, 2009), o qual reduz a complexidade das estruturas partidárias a um mero caminho para a realização dos objetivos dos indivíduos, não problematizando a complexidade da estrutura partidária e os desafios que estas impõem aos atores.

Finalmente, a quarta – e mais recente – corrente analisa os partidos políticos através do viés neoinstitucionalista. Os partidos políticos são organizações complexas, os quais só podem ser compreendidos a partir de suas relações com os governos, as demais instituições e organizações e as limitações impostas por estas (ALDRICH, 1995, 2011; STRØM, 1990; STRØM; MÜLLER, 1999). A própria definição de partido para esta perspectiva é dúbia, de um lado alguns autores defendem que os partidos são instituições endógenas, nas quais os próprios atores estabelecem as regras do jogo com objetivo de realizar suas ambições e as consequências destas (ALDRICH, 2011). De outro lado, outros defendem que os partidos são organizações criadas pelas instituições para resolver os problemas de ação coletiva (NORTH, 1990). A dubiedade, no entanto, não afeta o ponto central da teoria de ambos os autores, que consideram como essencial a relação que os partidos estabelecem com os governos, com as instituições, com outras organizações e com o eleitorado.

### *2.5. A organização partidária como o foco central dos partidos políticos: a visão europeia*

A organização dos partidos políticos pode ser composta por uma grande variedade de subunidades ligadas entre si em um sistema hierárquico (DUVERGER, 1970; MEYER, 2013; PANEBIANCO, 2005), cuja a máquina não necessariamente é comum a todos eles com a possibilidade de adoção de instâncias que satisfaçam melhor seus interesses e auxiliem na obtenção de seus objetivos:

A estrutura dos partidos políticos caracteriza-se pela sua heterogeneidade. Sob o mesmo nome, designam-se três ou quatro tipos sociológicos diferentes pelos seus elementos de base, pelo seu arcabouço geral, pelos laços de atributos comuns que ali se unem pelas instituições dirigentes (DUVERGER, 1970, p.35).

A dita heterogeneidade organizacional é restrita, apesar da possibilidade de adoção de desenhos institucionais diferentes, os partidos políticos adotam desenhos organizacionais semelhantes por vários motivos, tais como, desempenho eleitoral, normas e regras sobre suas atividades e organização e, também os partidos políticos tendem a copiar o sucesso uns dos outros (KIRCHHEIMER, 1966) e produzir organizações semelhantes.

O trabalho de Duverger (1970) teve grande influência sobre os demais estudos partidários, apesar de suas limitações e de muitas de suas análises e considerações se encontrarem datadas, seu trabalho continua relevante para os estudos partidários atuais ao fornecer uma base teórica – tratar os partidos como organizações – para os pesquisadores (PERES, 2009; SEILER, 2000).

Duverger (1970) ao estudar os partidos europeus – sobretudo os franceses – do início do século XX notou que apesar das diferenças entre as estruturas, elas podem ser reduzidas a quatro elementos básicos.

### Quadro 2.3 – Elementos de base

Elemento de base	Principal Atribuição	Tamanho	Tipo de partido
Comitês	Direção partidária	Pequeno	Elites
Seção	Educação política, recrutamento e socialização	Grande	Socialistas
Células	Mobilização	Pequeno	Comunistas
Milícias	Mobilização, atividades paramilitares	Pequeno	Fascistas

Fonte: Elaboração do autor com base em Duverger (1970).

Apesar de comum a várias organizações partidárias, alguns tipos dos elementos de base predominam sobre alguns tipos de organização. Os comitês são a instância dos partidos elitistas que prevaleciam no século XIX, composto basicamente por um círculo fechado de membros que tem a função de gerir as atividades partidárias. As seções atuam como o mais importante elemento de base dos partidos socialistas e possuem a função de agregar os membros, treiná-los e educa-los politicamente, em síntese, completar. As

células e milícias são o tipo organizacional de partidos muito específicos, os primeiros são a base organizacional dos partidos comunistas e atuam com base no local de trabalho, já a organização por meio de milícia se estrutura a partir de organizações paramilitares sendo a forma típica dos partidos fascistas do princípio do século XX. A anatomia do partido para Duverger (1970) basicamente é composta por comitês, com os partidos elitistas também adotando o modelo de seções em menor ou maior escala devido ao sucesso dos partidos socialistas (ou de massas).

Mais do que descrever as funções das instâncias é importante analisar como estas interagem entre si construindo o sistema hierárquico do partido. Para além de analisar se a organização partidária é centralizada ou descentralizada<sup>86</sup> é preciso compreender as interações entre as diversas instâncias que compõem a organização. Para analisar estas interações, Duverger (1970) constrói o conceito de articulação geral, este conceito analisa o sentido das ligações entre as instâncias partidárias. A interação ocorre em dois níveis: a) no nível horizontal: interações entre os organismos de mesmo nível e; b) vertical: interações entre níveis hierarquicamente subordinados. Contudo, este conceito é pouco trabalhado pelo autor, sendo definido de modo vago e confuso (JANDA; KING, 1985). A ideia de articulação será retomada e melhor desenvolvida por outros autores, principalmente aqueles que trabalham a questão regional, ao analisar o grau de interação entre o partido nacional e o local e a relação de interdependência e autonomia entre ambos.

Um fator muito trabalhado pela bibliografia sobre o tema é a influência do tipo originário sobre o formato da organização. Muito provavelmente autor do trabalho mais conhecido sobre o tema, Duverger (1970) estabelece uma relação causal entre o local de origem e o formato da organização, para o autor os partidos que possuem origem institucional tendem a possuir organizações menos complexas do que os de origem social, que criam organizações capazes de absorver, enquadrar, treinar, representar as massas

---

<sup>86</sup> Ao todo Duverger (1970) estabelece dois tipos de centralização e quatro de descentralização. A centralização é dividida em dois tipos: a) centralismo autocrático: decisões pela cúpula partidária, as quais são adotadas por todas as outras instâncias, para Duverger (*idem*) é a forma típica de articulação dos partidos fascistas e; b) centralismo democrático: há discussões livres na base para tomada de decisão e após isso, a cúpula toma a decisão que deve ser adotada pelo resto do partido. A descentralização é dividida em quatro tipos: local, ideológica, social e federal. A primeira se refere a distribuição do poder, com o fornecimento de autonomia para as partes locais do partido. A segunda não fornece autonomia em base territorial, mas no procedimento interno partidário, com liberdade de ação para as fracções e facções internas. A terceira organiza de forma autônoma as classes sociais presentes no interior dos partidos. Finalmente, o quarto tipo de descentralização consiste na organização dos partidos com base na estrutura federal do Estado.

sociais após a expansão do sufrágio universal<sup>87</sup>. A análise organizacional de Duverger está profundamente ligada a uma ideia evolucionista, os partidos políticos evoluem de um modelo – quadros – para um modelo partidário mais complexo – massas – (PERES, 2009; WILDAVSKY, 1959). A organização é fruto do processo de evolução partidário, o primeiro modelo é uma espécie de partidos que não necessita de uma ampla organização, já o segundo, constrói a organização para incluir um grande contingente de membros. A ideia de partido de massas irá percorrer toda a análise partidária como um tipo ideal de partido, o qual tem na função de articulação de interesses o principal motivo de sua existência e sua principal fonte de sobrevivência.

Panebianco (2005) retoma a discussão da organização ao propor uma análise do desenvolvimento organizativo através da combinação de duas variáveis: o modelo genético e o grau de institucionalização dos partidos políticos.

Reconhecendo as limitações do modelo genético de Duverger (1970), Panebianco (2005) expande as categorias formuladas pelo cientista político francês ao estabelecer três novas categorias: a) o sentido da formação: se o partido é formado por meio de difusão ou penetração territorial, no primeiro, o partido é formado por meio das elites locais que se integram em um momento posterior, a segunda é a formação a partir do centro que se expande as demais localidades<sup>88</sup>; b) existência de uma entidade patrocinadora: a formação do partido é patrocinada por uma organização externa a ele, sindicatos, por exemplo, e; c) presença de uma liderança carismática: se a formação do partido gira em torno de alguma liderança. O modelo de Panebianco (2005) possibilita a construção de várias tipologias e formatos organizativos, não restritas somente ao local de criação dos partidos, mas com foco nas estratégias de consolidação, e principalmente de estabilização, da máquina partidária.

Os modelos dos dois autores debatem basicamente da realidade europeia, o primeiro trata do movimento dos partidos de quadros para partidos de massas no final do século XIX e início do século XX, o segundo atualiza estas questões e analisa o desenvolvimento organizativo dos partidos políticos. O tipo originário é importante, contudo, para estudar a América Latina é fundamental olhar para além da origem institucional dos partidos políticos e também para o contexto no qual eles surgem ou

---

<sup>87</sup> A tipologia do autor trabalha a diferenciação entre os partidos antigos – ou arcaicos – e os partidos modernos, os quais são baseados nos partidos socialistas e comunistas (JANDA; COLMAN, 1998; PERES, 2009).

<sup>88</sup> Há possibilidade de um terceiro sentido na formação dos partidos. O tipo misto ocorre com a formação dos grupos locais, que se unem em uma organização e após isso, há o movimento de penetrar no território nacional.

retomam suas atividades partidárias, ao possuir um constante ciclo de autoritarismo e democracia, os partidos da região não tiveram um desenvolvimento linear como suas contrapartes europeias gerando diversos modelos originários para os mesmos partidos, fato que alteram suas organizações e seu desenvolvimento.

A institucionalização é compreendida como o processo de estabilização da organização partidária, na qual a organização interioriza seus objetivos iniciais do partido transformando-os nos fins do partido em si, com o predomínio da distribuição de incentivos coletivos ao invés dos seletivos<sup>89</sup> (AMARAL, 2013; PANEBIANCO, 2005; WARE, 2004). A institucionalização é medida por meio de duas dimensões: a) grau de autonomia: mede a capacidade do partido em realizar trocas com os múltiplos ambientes que o cercam para obter os recursos necessários para a sua sobrevivência. Uma institucionalização forte é aquela na qual os partidos dominam este processo, sendo pouco afetados pelas mudanças ambientais e; b) grau de *sistemicidade*: mede o grau de autonomia das instâncias partidárias, uma forte institucionalização é obtida por meio de grande interdependência entre as instâncias partidárias, com ambas compartilhando recursos, tais como, finanças, pessoal e regras partidárias por meio da ação do centro partidário. Uma fraca *sistemicidade* é ocasionada pelo domínio dos grupos locais sobre o partido, com cada esfera funcionando independente do centro (PANEBIANCO, 2005; WARE, 2004).

A obra de Panebianco (2005) apresenta discussões importantes para o estudo da organização dos partidos políticos, sobretudo sobre o seu desenvolvimento. Contudo, seu livro possui alguns problemas que dificultam a operacionalização de sua teoria, o primeiro é o *excesso* de teoria, com pouca atenção para a operacionalização de suas proposições (SARTI, 1996; WARE, 2004). O segundo erro é metodológico, ao aplicar o seu modelo, o autor recorre a casos selecionados para sua comprovação, eliminando os casos que não se aplicam, outro problema está na seleção dos casos, seu trabalho foca apenas em alguns casos de determinadas democracias ocidentais – Alemanha, França, Inglaterra e Itália – e exclui outros casos que seriam importantes – como os Estados Unidos – para confrontar seu modelo teórico (WARE, *idem*) e – se possível – facilitar a generalização de sua teoria. Um terceiro problema está na questão da adaptação dos partidos, um partido com forte

---

<sup>89</sup> Um dos pontos chaves da teoria de Panebianco (2005) é a distribuição de incentivos para os membros participarem das atividades partidárias. Os dois tipos básicos de incentivos são os incentivos coletivos que são relacionados com a ideologia partidária e os incentivos seletivos, que fornecem *status* – de poder – e incentivos materiais.

institucionalização para o autor, é aquele que controla as trocas com o ambiente, com poucos incentivos para a adaptação e, conseqüentemente, estático.

Assim como na corrente norte-americana, a visão europeia fornece grande importância ao ambiente que cerca os partidos políticos, neste caso as instituições políticas, o formato do sistema eleitoral e partidário e destaca a importância da competição eleitoral para determinação da anatomia partidária. Um dos problemas desta abordagem é a pouca atenção que fornece as regras e normas que regulam as atividades partidárias (constituições e leis específicas). A análise de Duverger (1970) não trabalha este tema, muito provavelmente pelo período de realização do trabalho que coincide com o início da constitucionalização dos partidos políticos europeus logo após a segunda guerra mundial. Panebianco (2005) e von Beyme (1985) analisam esta questão com distintos pontos de vistas. O cientista político italiano, enxerga as legislações – ou coerções institucionais, como as denomina – como um problema para o desenvolvimento partidário, pois limitam a ação dos partidos, os forçando a adotar o formato do Estado, assim como a descentralização local de Duverger (1970). O trabalho de Panebianco (2005), no entanto, foca mais nas influências das coerções indiretas (arena legislativa e eleitoral) do que das diretas (legislações específicas sobre as atividades partidárias). Diferentemente do cientista político italiano, von Beyme (1985) não as considera como um elemento negativo aos partidos políticos, mas sim como resultado de sua relevância nos sistemas democráticos, os quais ao fornecerem recursos para os partidos passam a regulá-los e interferir sobre suas atividades e organização.

## *2.6. América Latina: apontamentos teóricos*

A América Latina é dotada de grande diversidade, e isso reflete na produção bibliográfica. Na região convivem países com largas tradições democráticas (Costa Rica e Uruguai, por exemplo) e outros com poucas experiências (Peru, El Salvador e grande parte da América Central). Esse fato influenciou no desenvolvimento partidário, com o território possuindo um amplo leque de partidos que vai desde organizações meramente eleitorais – como os partidos guatemaltecos – até partidos que se assemelham – para boa parte da bibliografia especializada – aos partidos de massas europeus, como o PT e a Frente Amplio, por exemplo (ALCÁNTARA; FREIDENBERG, 2002, 2003a, 2003b; MENEGUELLO, 1989; YAFFÉ, 2004, 2013).

A pluralidade encontrada também é refletida na bibliografia, de um lado temos análises mais críticas ou negativas que enfatizam os problemas dos partidos da região, como instabilidade, alta fragmentação e volatilidade eleitoral. Porém, esta perspectiva possui problemas no sentido de exceder o rigor metodológico, bem como a ênfase nos casos extremos e generalizá-los. De outro lado, uma segunda visão argumenta que as análises pioneiras focam nos primeiros anos pós redemocratização e por isso, a região se apresenta como instável, porém, com o decorrer do tempo, essa se estabiliza e os partidos conseguem estruturar à competição.

A primeira perspectiva argumenta que os partidos políticos latino-americanos – com raras exceções<sup>90</sup> – são organizações débeis, com pouco contato com a sociedade e dominados por práticas personalistas, que envolvem desde o domínio de lideranças carismáticas e/ou caudilhas até a formação de redes de clientelismo e patronagem em seu interior (KITSCHOLT *et al*, 2010a; KITSCHOLT *et al*, 2010b; ROBERTS; WIBBELS, 1999). Somado a estas características, também há a dependência crescente em relação aos governos para assegurar a sua sobrevivência.

Para os especialistas, mais notadamente Steven Levitsky, Keneth Roberts e Scott Mainwaring, a instabilidade é resultante de cinco causas principais: a) alto grau de volatilidade: causado principalmente pelas constantes crises econômicas da região, ausência de clivagens bem delimitadas e a fragilidade do sistema partidário e das instituições (ALCÁNTARA; FREIDENBERG, 2002; ROBERTS, 2013; ROBERTS; WIBBELS, 1999); b) baixa confiança da população nos partidos: as legendas se encontram entre as instituições menos confiáveis pela população, fato que interfere na ligação destes com a sociedade e também é atestada pela baixa identificação partidária na região (ALCÁNTARA, 2004; CAVAROZZI; CASULLO, 2002); c) a existência de um número elevado de *flash-parties*<sup>91</sup>: a América Latina é marcada pelo constante surgimento e desaparecimento de partidos, e segundo Filgueira e Luna (2009) quase oitenta por cento dos partidos da região disputaram somente uma eleição e desapareceram logo em seguida; d) declínio dos partidos tradicionais: estes quando retornam as suas atividades, voltam com grandes mudanças e precisam se adaptar ao novo ambiente, mais

---

<sup>90</sup> As exceções normalmente apresentadas se referem aos partidos de esquerda da região e também a alguns países como o Chile e o Uruguai, por exemplo.

<sup>91</sup> Segundo Coppedge (1997) entre o processo de redemocratização e o final da década de 1990, oitenta por cento dos partidos latino-americanos desapareceram, esse alto número, indica uma alta instabilidade dos sistemas partidários, porém, também é reflexo do processo de realinhamento dos sistemas da região após períodos autoritários, no qual ocorre a acomodação das elites políticas em velhos e novos partidos. Pedersen (1982) também trabalha com a questão da mortalidade dos partidos, para o autor, esta ocorre geralmente nos pequenos partidos que não estabilizaram seu apoio e seu desempenho eleitoral, contudo, também pode ocorrer a substituição dos partidos tradicionais por novos devido à alta volatilidade.



instável, além, de possuírem dificuldades de estruturar o sistema partidário (LEVITSKY, 2001; LUPU, 2013; ROBERTS; WIBBELS, 1999) e; e) instabilidade do sistema político e partidário: a região é marcada por um constante ciclo de autoritarismo-democracia, o qual faz com os períodos democráticos sejam esporádicos e afeta o desenvolvimento de formações partidárias enraizadas na sociedade e prevalece a formação de partidos mais próximos aos governos<sup>92</sup> (DIX, 1989; VAN BIEZEN, 2003). Outro fato é a instabilidade dos governos, com muitas presidências interrompidas após a redemocratização<sup>93</sup> (HOFMEISTER, 2007).

Sobre a organização de seus partidos, esta é compreendida – em sua maioria – como frágil se comparada aos países europeus ocidentais e em muitos casos, é dada como inexistente<sup>94</sup> (CAVAROZZI; CASULLO, 2002). Muito dessa visão vem da percepção do predomínio de estruturas organizacionais informais em seu interior, as quais estruturam o processo decisório partidário (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007; LEVITSKY, 2001). As organizações informais, segundo Freidenberg e Levitsky (2007), são máquinas partidárias formadas fora das organizações formais e constituídas em sua maioria por redes de clientelismo e patronagem<sup>95</sup>, ou seja, o funcionamento da máquina partidária ocorre de modo externo ao próprio partido. Outro fator que impacta negativamente as organizações partidárias é o seu baixo grau de institucionalização, o qual interfere na captação de recursos, suas relações com a sociedade e enfraquece a organização interna, pois esta não chega a constituir um valor em si mesma e atua apenas como um canal para obtenção dos objetivos personalistas de suas lideranças (LEVITSKY, 2003).

O último ponto das críticas aos partidos reside na questão do domínio das lideranças sobre as agremiações. As agremiações latino-americanas são compreendidas somente como uma ponte para a realização as ambições de seus candidatos, ou seja, são máquinas eleitorais e pouco voltadas para uma atuação ou competição com bases

---

<sup>92</sup> A descontinuidade das democracias influenciou o modelo organizativo dos partidos. Para Dix (1989) isso inviabilizou a formação de partidos de massas na região, isto é, limitou os incentivos para a formação de partidos om forte inserção social e acabou por fortalecer formações mais personalistas ligadas às variações do modelo *catch-all*.

<sup>93</sup> A década de 1990 e o começo do século XXI foram marcados pela grande instabilidade dos sistemas políticos dos países andinos, com alguns de seus países, como a Bolívia e o Equador enfrentando uma série de interrupções de suas presidências (VALENZUELA, 2004).

<sup>94</sup> Devido ao surgimento muito próximo ao organismo estatal, os partidos da terceira onda democrática não possuem incentivos para construir organizações extraparlamentares robustas, concentrando sua atuação – e extração de recursos – na sua parte governamental (VAN BIEZEN, 2003).

<sup>95</sup> A organização informal trata das práticas desenvolvidas fora da organização partidárias praticadas por seus filiados. Ela é caracterizada pelo não cumprimento das normas escritas e estatutárias da legenda e também pela construção de redes de patronagem e clientelismo na agremiação (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007).

programáticas<sup>96</sup> (DIX, 1989; KITSCHOLT *et al*, 2010a). Somada a esta questão, a bibliografia foca no predomínio do personalismo sobre a organização partidária, esta é compreendida como dominada por práticas personalistas e constituída por redes de clientelismo e patronagem – os quais auxiliam na sobrevivência da organização – e, muitas vezes contam com lideranças caudilhas<sup>97</sup> e/ou populistas<sup>98</sup> (BAQUERO, 2000; DIX, 1989).

Em oposição a primeira perspectiva, outros autores (CARRERAS, 2012b; COPPEDGE, 1998a) argumentam que os partidos e sistemas partidários da região, em grande parte, conseguiram ao longo de sua trajetória se estabilizar e não entraram em colapso como boa parte da bibliografia previa (CARRERAS, 2012b). Essa visão, expõe que a América Latina, possui grande diversidade, a qual é sentida nos mais variados níveis de consolidação dos partidos e de suas democracias, além de casos de diferentes graus de volatilidade<sup>99</sup> e fragmentação (COPPEDGE, 1998b).

Portanto, para esta perspectiva, a visão crítica apresenta um cenário um tanto quanto distorcido da realidade latino-americana, muito disso vem da escolha dos autores por tomar os cenários mais extremos como recorrentes e/ou de um excesso de rigor metodológico sobre a região. Outra causa para essa perspectiva é a escassez de estudos devido ao baixo protagonismo das legendas durante o século XX, devido as inúmeras interrupções democráticas, entretanto, a situação se alterou com as transições, as quais abriram novas oportunidades aos partidos para se consolidarem e também abriu o campo de pesquisa sobre o desenvolvimento partidário (CARRERAS, 2012a; RUIZ, 2007).

Em oposição a interpretação corrente sobre a organização dos partidos latinos, Alcántara e Barahona (2003a, 2003b) expõem que os partidos da região possuem certa organização interna, contando com diferentes graus de atividade em seu interior, tais como, reuniões periódicas, construção de canais de contato com segmentos sociais e

---

<sup>96</sup> Kitschelt *et al* (2010a, 2010b) apresenta que a fraqueza dos partidos políticos latino-americanos está em sua incapacidade de se constituírem como organizações programáticas, ou seja, como agremiações que se orientam a partir de ideologias bem delimitadas e que representem as clivagens sociais presentes nas sociedades da região. Para os autores, o comportamento das legendas é orientado para as eleições, com as organizações não passando de meras máquinas eleitorais.

<sup>97</sup> O caudilhismo se refere basicamente a lideranças carismáticas de origem militar com carácter autoritário e paternalista (GOLDMAN; SALVATORE, 1998).

<sup>98</sup> O populismo trata de doutrinas políticas que possuem o povo como o seu tema central, estas podem divergir em seus mais variados pontos, contudo, sempre se referem ao povo (este um objeto idealizado). O conceito é de difícil aplicação, pois não existe uma definição clara sobre o tema e também a natureza altamente adaptável do conceito (DI TELLA, 1969).

<sup>99</sup> O crescimento da volatilidade eleitoral não se restringe ao caso latino-americano, se encontrando também presente na Europa Ocidental, no entanto autores como Hagopian (1998) argumentam que o desalinhamento dos sistemas ocorreu de modo mais acelerado na região em comparação ao caso europeu (CARRERAS, 2012b).

mecanismos de participação dos membros na vida interna das agremiações, entre outros, com os partidos de esquerda apresentando uma organização mais desenvolvida em comparação aos demais (ALCÁNTARA, 2004).

Outros pontos controversos sobre a região, como o clientelismo e o personalismo de suas lideranças são considerados como de difícil comprovação empírica, seja por falta de dados, seja pela ausência de critérios objetivos para sua medição (RUIZ, 2007). Uma ação personalista ou práticas clientelistas não excluem uma atuação programática, como também podem ser coincidentes e auxiliam na construção dos governos e não se restringem somente a América Latina.

A perspectiva trabalhada – brevemente – apresenta uma oposição a visão corrente sobre os partidos latino-americanos e procura se afastar do imaginário construído ao redor deles, ao apresentar que apesar de todo prognóstico, as legendas e os sistemas – em sua maioria – não entraram em colapso e possuem alto grau de adaptação as mudanças no ambiente (ALCÁNTARA; FREIDENBERG, 2002; CARRERAS, 2012a; COPPEDGE, 1998a).

Neste trabalho adotamos uma “postura” mista em relação aos partidos latino-americanos. Conforme argumentado no capítulo anterior, a região apresenta um rico mosaico de legendas as quais comprovam ou contradizem ambas visões. Dito isso, argumenta-se que na região coexistem partidos dotados de estruturas organizacionais frágeis, outros de criação recente que ainda não se consolidaram, bem como, legendas de grande tradição em seus países e agremiações enraizadas na sociedade, além de vários tipos intermediários. A grande diversidade apresentada traz consigo a necessidade da expansão de estudos de casos sobre os partidos políticos da região, como forma aumentar o conhecimento sobre o funcionamento dos mesmos.

## 2.7. *Tipologias partidárias*

A classificação dos partidos políticos em modelos<sup>100</sup> – ou tipologias – é uma das áreas mais desenvolvidas da literatura partidária. Ao longo de todo o século XX e nesse princípio de século XXI, muitos estudiosos se dedicaram a formular modelos que

---

<sup>100</sup> Outra forma de classificar os partidos é por meio de suas orientações ideológicas por meio de sua agregação em grupos ideológicos (conservadores, liberais, comunistas, socialistas, religiosos, trabalhistas, etc.) (VON BEYME, 1985).

explicassem as principais características dos partidos políticos contemporâneos (principalmente sobre os casos da Europa Ocidental). Entre os autores se destacam os pioneiros trabalhos de Max Weber, Maurice Duverger e Sigmund Neumann que propiciaram as bases teóricas e metodológicas para as futuras investigações sobre a temática ao examinarem o desenvolvimento e a formação dos partidos políticos modernos. A esses trabalhos juntam-se inúmeras outras análises desenvolvidas por outros autores, com destaque para as análises de Otto Kirchheimer e de Richard Katz e Peter Mair que analisam os processos de transformação e desenvolvimento dos partidos políticos a partir da metade do século XX e como estas modificações alteraram as funções tradicionais das organizações partidárias (GUNTHER; DIAMOND, 2003; SARTORI, 2005).

A categorização dos partidos também demonstra a grande influência das ciências naturais – principalmente a biologia – nas ciências humanas. Ao classificar os partidos políticos, os autores estão realizando uma espécie de *taxionomia* de suas estruturas – não é à toa que os modelos de partidos políticos são denominados por alguns analistas como espécies partidárias –, nos quais a organização do partido não é compreendida apenas como um subsistema que organiza as atividades partidárias, mas também como a mais preparada para enfrentar os desafios exigidos pelo ambiente no qual estão inseridos (PERES, 2009). Nesse caso, a capacidade de adaptação dos partidos é fundamental para realização de suas atividades e, principalmente para sua sobrevivência<sup>101</sup>.

Desde a década de 1950, inúmeros modelos foram criados para tentar enquadrar os partidos políticos dos regimes democráticos – e de regimes autoritários – em padrões ou categorias que os aproximasse em famílias partidárias – partidos religiosos, socialistas, burgueses, sociais-democratas, comunistas, etc. – ou em modelos que captassem o tipo dominante de um período como os partidos de quadros, massas, *catch-all* e cartel, Gunther e Diamond (2003) sintetizaram em um artigo grande parte das principais tipologias formuladas no século XX.

Junto as tipologias clássicas, pode-se incluir outras tipologias pró mercado como as de Hopkin e Paolucci (1999), Carty (2004) e Omrod e Savigny (2011). Dentre essas três, Carty (2004) ambiciona formular uma tipologia que englobe a natureza multidimensional dos partidos ao aproximar os partidos da ideia de franquias, nas quais

---

<sup>101</sup> A questão de sobrevivência é central nos estudos partidários. Mair *et al* (2004) argumentam que a sobrevivência é o principal objetivo dos partidos. Lapalombara e Weiner (1966) e Rose e Mackie (1988) também trabalham esta questão, para os autores, um partido somente se constitui como tal quando consegue sobreviver as suas lideranças iniciais.

as partes locais possuem graus variados de autonomia e interdependência em relação ao centro partidário. Hopkin e Paolucci (1999) e Omrod e Savigny (2011) formulam suas tipologias com base em analogias entre partidos e empresas, e em relação a orientação ao mercado, respectivamente. Além dessas, muitas outras tipologias foram criadas posteriormente na tentativa de explicar a organização e principalmente o desenvolvimento dos partidos.

A apresentação destes tipos, serviu para ilustrar um pouco a grande diversidade de modelos presentes na bibliografia partidária. Essa diversidade segundo Krouwel (2006), no entanto se resume basicamente a modelos formulados para compreender a dinâmica organizacional dos partidos europeus, com grande ausência de tipologias criadas para explicar a organização e desenvolvimento das agremiações partidárias de outras regiões. Mesmo com a ampla variedade de modelos, podemos separar quatro principais – quadros ou elitista, massas, *catch-all* e cartel – que são as mais utilizadas atualmente para a análise da evolução dos partidos políticos ocidentais.

O modelo de partido de quadros equivale ao tipo arcaico de organização partidária, caracterizado pelo limitado número de membros, financiamento privado e o carácter sazonal da organização extra-parlamentar. Segundo Duverger (1970) e Neumann (1956) este tipo de partido é produto dos regimes censitários do século XIX e perdem força com a expansão do sufrágio universal e o surgimento dos partidos de massas.

Tido como o ápice dos partidos políticos (WARE, 2004), os partidos de massas são o produto da expansão do sufrágio no século XIX e princípios do XX e da participação de grupos anteriormente não presentes no parlamento. Dentre suas principais características se destaca a ampla organização extra-parlamentar, a qual não organiza apenas as atividades eleitorais, como também, um relacionamento mais estreito com seus membros, que pode chegar a envolver ações recreativas (DUVERGER, 1951, 1970, 1990). Outras características centrais do modelo envolve o financiamento coletivo de suas atividades através da contribuição de seus filiados e a forte orientação das legendas, as quais, representação de segmentos sociais específicos.

O partido *catch-all* trata do processo de transformação dos partidos políticos e sua aproximação com a diminuição do peso da ideologia, do crescimento da profissionalização das agremiações – e de profissionais de campanha contratados – e da importância dos grupos de interesse para a manutenção dos partidos (KIRCHHEIMER, 1966; PUHLE, 2009; SAFRAN, 2009; WOLINETZ, 2009). O principal problema deste conceito se encontra na sua indefinição, Kirchheimer (1966) ao estudar a transformação

dos partidos alemães acabou por não definir a sua tipologia de modo claro, fato que gera dificuldades para sua aplicação de modo mais efetivo.

Com o avanço dos custos para a manutenção e realização das atividades partidárias, os partidos políticos voltam suas estruturas organizacionais para o organismo estatal a procura de maior estabilidade – e aumento – de recursos importantes, como pessoal e subsídios públicos (KATZ; MAIR, 1995). O partido cartel, trata do distanciamento dos partidos da sociedade e sua transformação em semi-agências estatais, nas quais, as funções processuais – como a organização dos governos – se sobressai sobre as funções representativas (MAIR, 1994, 2003).

Como tratado acima, as tipologias clássicas possuem um viés eurocêntrico, isto é, foram formuladas para explicar o desenvolvimento dos partidos políticos da Europa Ocidental ao longo dos últimos séculos. Esta evolução para Katz e Mair (1995) ocorreu de modo linear, ou seja, um modelo substituiu o outro devido a adaptação dos partidos políticos as mudanças no ambiente em que estão inseridos (MAYER, 2013).

Destarte é possível identificar os padrões – ou evolução – partidária verificada na Europa Ocidental nas demais regiões? A resposta a esta indagação é negativa, pois, os demais países e partidos políticos atravessaram trajetórias distintas. No caso latino-americano, a região foi marcada durante todo o século XX por inúmeras interrupções em suas democracias, mesmo os países que são considerados exceções na região – Chile, Costa Rica e Uruguai –, fato que inibiu um desenvolvimento linear das agremiações partidárias, além, da disputa política, com exceção do Chile (DI TELLA, 1998), não ter sido moldada por meio das clivagens sociais presentes na sociedade.

Pode-se, no entanto, aplicar estes modelos à realidade latino-americana, desde que sua operacionalização seja condicionada a cuidados, tais como, compreender os diferentes desenvolvimentos históricos da região, para não distorcer os conceitos – de modo que eles não “estirem”, isto é, passem a tratar de mais temas do que sua concepção original (SARTORI, 1970, 1991, 2011) – e evitar juízos de valor.

Dito isso, propomos que os partidos políticos latino-americanos sejam classificados de acordo com suas características organizacionais – neste caso, mais especificadamente, suas organizações formais – em um exame mais descritivo. Essa opção foi motivada por três motivos centrais: 1) as classificações tradicionais apresentam o cenário – e o desenvolvimento – europeu ocidental, por isso, é preciso avançar em classificações distintas; 2) propomos um retorno à questão organizacional, com o foco da classificação na organização dos partidos políticos e não no processo de mudança e; 3) foco na descrição das organizações, de modo a melhor compreender o seu interior.

### *Considerações finais*

O objetivo deste capítulo foi apresentar o debate sobre o exame das organizações internas dos partidos políticos. Esta conversa é marcada pela grande quantidade de correntes coexistentes – estrutural, institucional e sociológica – que através de suas ferramentas e referenciais examinam a dinâmica interna, através de suas características. Este trabalho recorre basicamente as orientações estrutural e institucional para analisar os casos latino-americanos, porém, como será melhor trabalhado ao longo dos próximos capítulos, esta opção traz consigo a necessidade de repensar alguns dos pressupostos teóricos para que não aconteça distorções nas análises.

Somada a estas perspectivas, também adotaremos a questão dos partidos políticos como organizações multifacetadas, entretanto, não no sentido proposto por Key (1962) e, principalmente por Katz e Mair (1995) que dividem a organização em três faces quase que independentes entre si, essa tese se aproxima mais da visão adotada por Detterbeck (2012) e Thorlakson (2007, 2009) que examinam as organizações partidárias através do relacionamento entre o centro e as subunidades partidárias através do grau de integração entre elas. Os partidos aqui, serão tratados como compostos por uma ampla pluralidade de subunidades espalhadas ao longo dos territórios nacionais – ou regionais, no caso de partidos locais – que interagem de modo distinto.

Também discutimos neste capítulo as interpretações centrais dos especialistas sobre os partidos políticos latino-americanos. Em sua maioria, as agremiações da região são ditas como dominadas por lideranças caudilhas e por redes de clientelismo e de patronagem, além, de contarem com estruturas organizacionais precárias. Contudo, ao longo da última década, houve uma reinterpretação desta visão, em que as máquinas partidárias são compreendidas como mais estáveis, em que pese a instabilidade de alguns partidos e países – mais precisamente a Guatemala e os países andinos no final do século passado – a região possui partidos estáveis que atuam na organização da arena eleitoral.

Por último, analisamos – de modo breve – as principais tipologias utilizadas na categorização dos partidos políticos. Essas, em sua totalidade, foram formuladas para o exame do desenvolvimento das máquinas partidárias da Europa Ocidental e sua aplicação à América Latina necessita de ajustes. No entanto, este trabalho argumenta que deve-se buscar realizar classificações mais descritivas acerca da região, de modo a expandir o conhecimento sobre a mesma.

### 3. A origem dos partidos políticos

A origem dos partidos políticos consiste em um dos aspectos centrais nos estudos organizacionais. Desde Michels (2001), se argumenta que o modo como as agremiações políticas se originam exerce grande influência sobre seus desenhos organizacionais, os quais levam as “marcas” de sua origem ao longo dos anos. Duverger (1970) realizou a maior teorização sobre o tema, ao apresentar as diferentes características dos partidos construídos no interior dos parlamentos e dos formados externamente a eles. Quando analisamos a questão latino-americana é preciso considerar a trajetória acidentada das legendas, na qual, muitas atravessaram fases de suspensão de suas atividades e retorno devido aos ciclos de autoritarismo e democracia.

O capítulo será dividido em quatro partes. A primeira identifica o local de origem das legendas – parlamento ou exterior a ele – e traça as principais características originárias das agremiações da região. A segunda parte examina o modo de expansão das legendas, ou seja, se elas se expandiram por meio de centro para as demais localidades ou se são fruto da união de grupos locais. A terceira analisa a relação das legendas com movimentos sociais e também, se a origem dos partidos ocorre ao redor de alguma liderança. Por fim, a quarta tece alguns comentários acerca do posicionamento ideológico dos partidos selecionados.

#### *3.1. A origem dos partidos latino-americanos*

Antes de adentrar na descrição das características organizacionais dos partidos latino-americanos, é fundamental discutir a forma com que os partidos se originam. Este debate é importante, pois segundo a literatura especializada, a forma como os partidos surgem, influencia diretamente as suas características organizacionais (PANEBIANCO, 2005). Duverger (1970), provavelmente foi o pioneiro no estudo da relação entre a gênese dos partidos e sua organização, no entanto, apesar do grande impacto de sua obra, esta discussão, no entanto, pouco se desenvolveu, com a maioria das pesquisas se ocupando em replicar o modelo do autor (PANEBIANCO, 2005; SEILER, 2001).

Duverger (1970) ao analisar as primeiras formações partidárias modernas, distingue entre dois tipos de origem. O primeiro tipo – origem interna ou eleitoral – é



característico das primeiras formações partidárias, originadas a partir da união de grupos nos parlamentos europeus, seja por afinidade ideológica, seja por outros interesses<sup>102</sup> e seu desenvolvimento e consolidação como partidos políticos em um sentido mais moderno do termo. O segundo tipo, se relaciona com o processo de expansão do sufrágio e a entrada de novos grupos na política, os chamados partidos de origem externa, os quais, se caracterizam por se constituírem a partir de grupos ou movimentos externos ao parlamento.

Duverger (*idem*) toma o local de origem como o principal fator explicativo da diferenciação entre as organizações. Ao separar os partidos de origem interna dos partidos de origem externa, o autor expõe que os partidos políticos de criação externa – notadamente, os partidos socialistas – constroem organizações mais complexas do que os de origem interna, que devido à passagem dos modelos de quadros para massas, também necessitam expandir suas máquinas para além dos parlamentos. Complementarmente, o cientista político francês, apresenta outras características dos dois modelos, com a tendência dos partidos externos em serem mais centralizados e disciplinados que os internos, bem como, se organizar a partir das bases e o espaço dado a elas no processo decisório.

A transformação dos partidos de quadros para os de massas ocorreu ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX devido à expansão do sufrágio universal. Para Duverger (*ibidem*) este movimento criou a necessidade da emergência de partidos que representassem e absorvessem a massa outrora não inserida na arena política. O tipo originário do autor, é interessante na medida que aponta para a distinção entre dois modelos distintos, entretanto, sua discussão perde força ao longo do tempo, por se reduzir somente ao local de origem e ignorar possíveis cisões ou construções de organizações internas ou externas que contradizem seu modelo. A bem da verdade, o autor observa o processo de entrada de novas forças políticas em um sistema que anteriormente era restrito a sua participação e não, em apresentar as variações presentes nos dois modelos.

Panebianco (2005) parte da base formulada por Duverger (1970) e propõe um modelo mais complexo, pois segundo o autor, o tipo genético proposto por Duverger (*idem*) era demasiado simplista e responde apenas a parte da questão sobre a origem partidária e, assim como, as tipologias de quadros e de massas, o cientista político francês acaba por juntar uma ampla pluralidade em somente dois tipos.

---

<sup>102</sup> A ideologia é dita como o elemento principal para a fundação de um partido, no entanto, Duverger (1970), discorre que o caminho para fundação pode ser distinto, com os membros primeiro se unindo e após determinando qual a ideologia a ser seguida.

O modelo genético do autor italiano é baseado em três dimensões. A primeira trata da formação de expansão dos partidos ao longo do território nacional, isto é, a forma como ele se nacionaliza<sup>103</sup>. Este desenvolvimento ocorre de duas maneiras através de *penetração territorial*, que é quando o centro do partido controla a expansão para os demais territórios, construindo e incentivando a formação de elites locais. A segunda maneira, é o processo de *difusão territorial*, quando as elites locais se formam de forma independente e se unem para a construção do partido<sup>104</sup>.

A segunda dimensão trabalhada por Panebianco (2005) trata da existência de organizações patrocinadoras. Neste ponto, é importante diferenciar os partidos que são montados como braços políticos de organizações exteriores aos partidos políticos, daqueles que sua origem contém apoio externo, mas possuem independência de atuação. No caso da constituição como braço político, a descrição se assemelha a dos partidos indiretos descritos por Duverger (1970), os quais compartilham membros, recursos e são subordinadas as organizações externas.

Por fim, a terceira dimensão trabalhada pelo autor, está na formação do partido em torno de uma liderança carismática, a qual é tomada como um instrumento para a obtenção dos objetivos por parte do líder ou como bem observa Panebianco (2005), pode haver a ocorrência de uma liderança que personifique os ideais partidários, e por isso se torne o símbolo da agremiação, no entanto, a predominância de uma liderança desde o processo de consolidação tem como efeito a construção de uma organização mais frágil, pois a liderança não possui incentivos para a formação de uma legenda com alto grau de institucionalização. A questão da natureza da liderança e o seu papel na constituição do partido também é tratada por Lapalombara e Weiner (1966) e Rose e Mackie (1988), porém, os autores tratam mais da sobrevivência do partido ao longo do tempo do que nos efeitos da liderança sobre a consolidação.

O tipo originário ou genético é uma parte fundamental no pensamento de Duverger (1970) e de Panebianco (2005), pois segundo os dois autores, essas primeiras escolhas moldam a organização do partido, conferindo-lhes suas características únicas. Panebianco (*idem*) argumenta que o tipo genético também é estratégico, pois seleciona o “território de caça” do partido, ou seja, o local em que os partidos extraem seus principais

---

<sup>103</sup> Panebianco (2005) em si, trata do processo de nacionalização dos partidos políticos, no qual, estes passam a expandir a sua organização através dos territórios nacionais (CARAMANI, 2004; CHHIBBER; KOLMANN, 1998).

<sup>104</sup> Panebianco (2005) também apresenta um tipo misto, nos quais os partidos se originam na base, de forma independente e depois há um centro que coordena a sua união.

recursos (membros, recursos financeiros, votos), além, de definir o seu posicionamento ideológico.

Entretanto, não é possível transpor as análises dos autores diretamente aos casos latino-americanos. Primeiro, por causa dos ciclos de autoritarismo e democracia, a América Latina não obteve – em sua maioria – um desenvolvimento linear de suas agremiações partidárias, com estas atravessando ciclos de presença e ausência, ou seja, períodos em que os partidos estão suprimidos e outros onde, ocorrem o retorno. Segundo, os autores pouco trabalham com a questão do Estado como uma entidade patrocinadora do surgimento dos partidos políticos (ALCÁNTARA, 2004; REVELES, 1999). Isso não necessariamente quer dizer que os partidos surgem do interior da máquina estatal, mas sim, que a sua origem ou ressurgimento é tutelado pelo Estado, o qual, fornece as regras para a sua criação e o modo como esta deve ocorrer. Este fato, não foi trabalhado pelos dois autores, no caso de Duverger (1970), o processo de constitucionalização dos partidos era recente e o autor estava preocupado em demonstrar as diferenças entre os partidos novos e velhos, os quais atuavam em uma espécie de vácuo jurídico, como descrito por Schattschneider (1964). Panebianco (2005) também ignora essa questão e foca somente nas estratégias dos partidos, não trabalhando os limites externos impostos a eles no momento da formação ou os analisa de modo muito superficial, ao reduzir os limites as coerções institucionais – que também foram trabalhadas de modo superficial – ou a perturbações no ambiente e não como um elemento que incide diretamente sobre a organização.

Uma alternativa a questão levantada por Duverger (1970) e Panebianco (2005) foi proposta por Lapalombara (1982) e von Beyme (1985). Para os autores, a gênese partidária é explicada de acordo com os períodos. O primeiro é chamado de *institucional*, trata de origens ligadas aos parlamentos (europeus), como formação de grupos parlamentares e a emergência de movimentos externos aos parlamentos que se constituíram enquanto agremiações partidárias. O segundo, se origina em momentos de *crises históricas*, que abrem espaço para a formação de novos atores políticos. Por fim, a formação pode acontecer através dos processos de *modernização*, tais como processos de industrialização, que cria as condições para a formação de movimentos de massas e pressões por maior inclusão e participação no jogo político.

Nesse sentido, a proposta de Lapalombara (1982) está calcada no processo de abertura de estruturas de oportunidades para o surgimento e consequente consolidação de novos partidos do que em mecanismos de formação dos mesmos. Mais do que rivais, as propostas de Duverger (1970), Panebianco (2005) e Lapalombara (1982) são

complementares e auxiliam na compreensão do processo originário dos partidos políticos. Pois, o primeiro se concentra na abertura do ambiente para a formação e, mais importante, consolidação dos partidos frente a conjuntura e, os segundos, focam sua análise nas estratégias de construção das organizações.

Ao tratar das origens dos partidos da América Latina deve-se olhar o papel dos governos em sua formação, não apenas para o movimento dos grupos ou das lideranças partidárias, assim como a Europa e os Estados Unidos, a região conta com partidos formados no século XIX que atravessaram todo o século XX e continuam com suas atividades atualmente, ao longo desse tempo, suas atividades foram restringidas por governos autoritários e passaram por reformas em seus estatutos e nas legislações que regulamentam suas atividades. Fora esses fatores institucionais, existem também os fatores internos aos partidos que reformam suas máquinas de acordo com seus objetivos e como resultado de seus conflitos internos. A seleção do “território de caça” trata em certa medida do recrutamento de grupos sociais para o interior da agremiação e também do foco nas mensagens dos partidos, isso faz sentido quando tratado de partidos com ideologias claras ou sociedades com clivagens sociais bem delimitadas, quando tratado em conjunturas menos nítidas, o recrutamento e ideologia dos partidos é mais amplo.

A formação dos partidos, no contexto latino-americano deve, portanto, não tratar somente do momento inicial, mas principalmente das regras vigentes durante o período de retorno dos partidos após períodos democráticos e também nos efeitos das reformas pós-democratização, essas podem induzir a construção de partidos a partir de modelos pré-determinados, restringindo a ação dos líderes partidários, que necessitam trabalhar em um contexto mais limitado, e acaba por aproximar as legendas do país.

**Quadro 3.1 – A origem dos partidos políticos latino-americanos****(Contínua)**

<b>Sigla</b>	<b>País</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Tipo de origem</b>	<b>Liderança Carismática</b>	<b>Território</b>	<b>Organização patrocinadora</b>
PJ	Argentina	1947	Interna	Juan Perón	Penetração	Ausente
PRO	Argentina	2005	Interna	Mauricio Macri	Penetração	Ausente
UCR	Argentina	1890	Externa	Ausente	Penetração	Ausente
PMDB	Brasil	1980	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PSDB	Brasil	1988	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PT	Brasil	1980	Externa	Ausente	Penetração	Novo sindicalismo
FUN	Bolívia	2003	Interna	Samuel Doria Medina	Penetração	Ausente
MAS-IPSP	Bolívia	1987	Externa	Evo Moráles	Difusão	Movimento cocaleiro
PDC	Chile	1957	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PSCH	Chile	1933	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
RN	Chile	1987	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PC/COL	Colômbia	1849	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PL/COL	Colômbia	1848	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PLU	Colômbia	2005	Interna	Álvaro Uribe Vélez	Penetração	Ausente
PAC	Costa Rica	2000	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PLN	Costa Rica	1951	Interna	José Figueres Ferrer	Penetração	Ausente
ARENA	El Salvador	1982	Externa	Ausente	Penetração	Empresários
FMNL	El Salvador	1991	Externa	Ausente	Difusão	Guerrilha
AP	Equador	2006	Externa	Rafael Correa	Penetração	Movimentos sociais
CREO	Equador	2012	Externo	Guillermo Lasso	Penetração	Ausente
PP	Guatemala	2001	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
UNE	Guatemala	2002	Interna	Álvaro Colom	Penetração	Ausente
PLH	Honduras	1891	Interna	Policarpo Bonilla	Penetração	Ausente

**Quadro 3.1 – A origem dos partidos políticos latino-americanos****(Conclusão)**

<b>Sigla</b>	<b>País</b>	<b>Ano de fundação</b>	<b>Tipo de origem</b>	<b>Liderança Carismática</b>	<b>Território</b>	<b>Organização patrocinadora</b>
PNH	Honduras	1902	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PAN	México	1939	Externa	Manuel Gómez Morín	Penetração	Ausente
PRD	México	1989	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PRI	México	1946	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
FSLN	Nicarágua	1961	Interna	Ausente	Difusão	Guerrilha
PLI	Nicarágua	1944	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
CAMBIO	Panamá	1998	Interna	Ricardo Martinelli	Penetração	Ausente
PRD	Panamá	1979	Interna	Omar Torrijos Herrera	Penetração	Guarda Nacional
ANR	Paraguai	1887	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PLRA	Paraguai	1977	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
FP	Peru	2010	Interna	Keiko Fujimori	Penetração	Ausente
PNP	Peru	2005	Interna	Ollanta Humala	Penetração	Ausente
PRD	República Dominicana	1939	Externa	Ausente	Difusão	Ausente
PRSC	República Dominicana	1963	Interna	Joaquín Balaguer	Penetração	Ausente
FA	Uruguai	1971	Interna	Ausente	Penetração	Ausente
PC	Uruguai	1836	Interna	José Battle y Ordóñez	Penetração	Ausente
PN	Uruguai	1836	Interna	Ausente	Difusão	Ausente
MPJ	Venezuela	2000	Externa	Henrique Capriles Radonski	Difusão	Ausente
PSUV	Venezuela	2008	Interna	Hugo Chávez	Penetração	Ausente

Fonte: Elaboração própria.

Dos casos selecionados há uma grande predominância de casos de partidos fundados a partir de origens interna (32 casos ou 76,19%) contra 10 de origem externa (23,81%). Não é possível tirar maiores conclusões sobre a predominância de um tipo genético sobre o outro, pois para uma análise mais aprofundada seria necessário examinar um escopo maior, como todos os partidos presentes nas Assembleias e Congressos Nacionais como amostra, por exemplo. Entretanto, é possível deduzir que os tipos internos predominam de modo geral sobre os externos, principalmente por causa da própria natureza da formação, com os tipos parlamentares formados por fusões, cisões ou dentro dos aparatos governamentais, isso, por si só, gera um incentivo para a construção de legendas, pois muitas delas já partem com uma base parlamentar mínima.

Tradicionalmente, a gênese partidária é compreendida de acordo com o local de origem, se este é dentro dos parlamentos ou externos a estes, ou mais precisamente, formado a partir da ação de grupos e/ou movimentos sociais. No começo da seção, foi argumentado, que este tipo de análise é um tanto quanto simplista e corre o risco de perder importantes informações acerca do surgimento das agremiações ao reduzir toda a pluralidade de possibilidades de origens partidárias a somente dois tipos.

Esta característica é sentida, quando se busca reduzir a gênese dos partidos latino-americanos a tipologia *duvergiana*. A principal complicação, se encontra no centro do modelo originário de Duverger (1970). O autor, cria seu tipo com base na distinção entre partidos que foram formados dentro dos parlamentos, a partir da união de grupos parlamentares e partidos que surgiram após a expansão do sufrágio e o aumento da participação popular e de movimentos sociais, em si, o modelo do autor demonstra a diferença entre os primeiros partidos, restritos ao parlamento (quadros) e as organizações modernas, que constroem amplas máquinas partidárias-eleitorais (massas).

Quando se leva este modelo e discussão para a realidade latino-americana, a gênese fica “torta” devido as diferenças de trajetórias e as quebras nas democracias, que forçam os partidos a possuírem mais de um modelo originário. Outro problema, é a ausência de uma discussão mais substancial sobre o papel do Estado e dos governos na construção das legendas, uma origem interna pode não ser fruto apenas da atuação parlamentar, mas também construída a partir da ação do executivo. A própria formação através dos parlamentos não é tão simples, como a união de grupos, algumas vezes envolve a cisão das agremiações partidárias ou outros tipos de rompimentos entre os grupos (como rachas entre alianças estáveis, etc.).

Dentre os partidos internos, pode-se separá-los em três grupos: internos por cisão, internos por fusão e internos por participação no governo. A divisão em três buscou

ilustrar a diversidade deste tipo originário, bem como, acentuar as diferenças entre os tipos genéticos.

**Quadro 3.2 – Partidos de formação interna**

<b>Tipo</b>	<b>Partidos</b>
Fusão	PJ; PRO; PDC; PSCH; PNH
Facção/cisão	FUN; PSDB; PLU; PAC; UNE; PRD/MÉX; PLI; CAMBIO; PSUV
Estado	PMDB; RN; PC/COL; PL/COL; PLN; PP; PLH; PRI; FSLN; PRD/PAN; ANR

Fonte: Elaboração própria.

Os partidos gerados por fusões são constituídos por dois grupos. No primeiro (PJ, PDC<sup>105</sup>, PSCH<sup>106</sup>) os partidos são formados através de uma série de fusões entre outras agremiações partidárias que acabam por construí-los. No caso, do PJ as fusões tiveram como objetivo viabilizar a candidatura de Juan Perón a presidência (ESCUADERO, 2003). Nos chilenos, os partidos resultam da união de outras organizações e partidos com ideologias semelhantes. No PDC, as fusões foram basicamente de grupos cristãos, porém, não foi patrocinado por nenhuma instituição (HUNEEUS, 2003; MAINWARING; SCULLY, 2003). Nos socialistas chilenos, as fusões decorreram da união de vários pequenos partidos e de grupos marxistas, novamente, ocorre a união de vários grupos com o objetivo de criação de uma organização mais forte.

O segundo grupo tem uma diferença fundamental, são constituídos através de alianças dentro dos parlamentos, não que no primeiro grupo não houvesse alianças entre os partidos, mas o segundo grupo constitui da transformação de alianças estáveis que se convertem em partidos políticos e que visavam a criação de uma alternativa política à

<sup>105</sup> A origem do PDC remete a década de 1930 e a conformação da política chilena por meio de clivagens sociais (neste caso, com forte apelo a grupos religiosos). A construção da legenda, se encontra relacionada com setores do Partido Conservador chileno que ambicionavam modificar as bases religiosas da legenda, fato que gerou uma cisão, com um grupo da juventude da legenda – Falange – formando uma nova legenda. Esta situação, se altera em 1957 com a estratégia de unificação dos partidos sociais cristãos – a própria Falange, o Partido Social-Cristão e o Partido Agrário Laborista – em uma mesma etiqueta, no caso, o PDC (PICAZO VERDEJO, 2003).

<sup>106</sup> O PSCH é fruto da união de diversas forças e partidos de esquerda na década de 1930 (PICAZO VERDEJO, *idem*).



política tradicional (FA<sup>107</sup> e PRO<sup>108</sup>) ou a construção de um partido semi-hegemônico (PSUV<sup>109</sup>). Dentre estes três, nos dois últimos a alteração ocorre ao redor da principal liderança da organização (Macri e Chávez). Na FA, a aliança surge como uma alternativa aos partidos tradicionais (PC/URU e PN/URU) e a busca de construção de uma força política relevante de esquerda (GARCÉ; YAFFÉ, 2006; YAFFÉ, 2004).

A formação por cisão já é mais comum entre os casos (11 no total). As cisões ocorrem por diversos motivos, mas dentre os partidos selecionados, praticamente a metade ocorreu entre os partidos no governo (somente a FUN<sup>110</sup>, o PLRA<sup>111</sup>, o PLU e a UNE surgiram como facções de partidos opositores). Dentre os partidos governamentais, o caso mais comum é de busca por mais espaço, disputas internas e discordâncias sobre as ações partidárias, como as principais formas de rompimento.

Dentre os rompimentos e cisões, dois chamam a atenção em relação aos demais. O primeiro caso é do CAMBIO, o qual se separou para se transformar em um partido satélite de sua agremiação originária, ou seja, o rompimento original não ocorreu inicialmente para a disputa do poder político – fato que aconteceu em 2009, com a quebra da aliança com o PRD/PAN –, mas como forma de constituir uma organização de apoio à matriz partidária. O segundo caso é do PNP peruano, sua cisão, não aconteceu através de conflitos ou disputas internas, mas como resultado de um acordo entre seus membros e o UPP<sup>112</sup>, que o abrigou durante o seu processo de regularização.

Nos outros casos, existem partidos cisões de partidos opositores, as quais ocorreram basicamente por declínio de partidos tradicionais, como no caso da saída da

---

<sup>107</sup> A Frente Amplio surgiu como uma ampla coalizão de partidos de esquerda uruguaios em 1971 e buscava romper com o bipartidarismo tradicional, fato que ocorreu na década de 1980 (BARAHONA, 2003; LANZARO, 1998; YAFFÉ, 2004, 2006). Devido a sua formação como coalizão a legenda possui um carácter extremamente fracionado, entretanto, a situação se altera na década de 1990 com a legenda adquirindo valor em si (YAFFÉ, 2013).

<sup>108</sup> O PRO surge inicialmente como uma ampla aliança partidária que tinha como objetivo apoiar a candidatura de Macri a prefeitura de Buenos Aires em 2002. Em 2005 esta aliança se transforma em um partido, com a fusão de alguns de seus membros, bem como, com a presença de dissidentes de outras legendas.

<sup>109</sup> A fundação do PSUV ocorreu por meio da iniciativa de Hugo Chávez de construir uma organização política que unificasse as esquerdas do país, essa proposta contou com amplo apoio das agremiações existentes.

<sup>110</sup> A Frente de Unidad Nacional surgiu como uma cisão do MIR capitaneada por Samuel Doria Medina. Um fato interessante sobre a legenda, é que apesar de não ser patrocinado, a agremiação possui estreita relação com a empresa de cimento de Medina, a Soboce.

<sup>111</sup> Apesar de ter se originado em 1977, a construção do PLRA tem origem no século XIX com o Partido Liberal, o qual sofreu com inúmeras divisões ao longo do século XX, entre uma delas, a que originou os liberais radicais.

<sup>112</sup> A UPP foi fundada em 1994 e constituiu a principal força opositora a Fujimori, a legenda tinha como característica própria o grande leque de ideologias presentes em seu interior, devido a oposição ao ditador, apesar da legenda se identificar como de centro-esquerda.

FUN do MIR<sup>113</sup>, do PLRA do antigo PLR paraguaio e, do PLU do PC/COL, entretanto, neste último caso, a cisão ocorreu em torno de uma liderança (Uribe), bem como, como resultado de uma estratégia do país em quebrar o tradicional sistema partidário bipartidário e adotar um sistema multipartidário moderado, o qual incentivou a formação de novos partidos, bem como, a saída das facções internas e sua constituição enquanto partidos políticos (ABENTE, 1996).

### Quadro 3.3 – Partidos de origem interna (Local de surgimento)

Tipo	Partidos
Governo	PSDB <sup>114</sup> ; PAC <sup>115</sup> ; PNH; PRD/MÉX; FSLN; CAMBIO; PNP
Liderança	PLU; PP; PRD/PAN
Oposição	FUN; PLRA; UNE

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, a origem estatal e/ou parlamentar trata da visão mais clássica, dos partidos originários a partir das instituições, como do próprio governo (ANR<sup>116</sup>, FSLN, PRI, PRSC) e também junto aos processos de constituição dos países e de seus primeiros sistemas partidários e parlamentares (PC/URU, PN/URU<sup>117</sup>; PC/COL, PL/COL; PLH). Também, pode-se distinguir a formação patrocinada por antigos membros dos governos autoritários (PP e PRD/PAN) e aqueles que foram formados no interior dos parlamentos autoritários como partidos de oposição tolerada (PMDB).

A interpretação mais comum sobre este tipo de origem trata da união de grupos parlamentares e sua constituição enquanto partido político, essa ação é clara em todos os

<sup>113</sup> O MIR foi um dos maiores partidos bolivianos pós-redemocratização do país, atuando junto aos demais partidos em uma democracia pactuada (MAYORGA, 2010). A legenda entrou em profundo declínio durante a forte crise social que o país atravessou no final do século XX e começo do século XXI e acabou por ter seu registro cassado em 2006 após não obter 2% dos votos para a Assembleia Constituinte.

<sup>114</sup> A fundação do PSDB ocorreu basicamente pela falta de espaço político de atores com grande capital político no interior da legenda (MARQUES; FLEISCHER, 1995; MAYER, 2011).

<sup>115</sup> A legenda foi fundada por ex-membros do PLN descontentes com a corrupção no partido.

<sup>116</sup> O Partido Colorado foi fundado como uma consequência da Guerra do Paraguai e a reação de alguns grupos a ocupação do país promovida pela Argentina, Brasil e Uruguai (HERNÁNDEZ, 2003).

<sup>117</sup> O Partido Colorado e o Nacional são tão antigos quanto o Uruguai, com sua fundação datando da primeira metade do século XIX.

casos descritos de formação interna, porém, é importante mostrar a diversidade de tipos de formação geradas pelas diferentes trajetórias atravessadas pelas legendas. Estas trajetórias influenciam os incentivos que os partidos distribuem para seus membros, bem como suas estratégias eleitorais e, principalmente de sobrevivência.

A formação externa não é tão incomum na região, sendo adotada por aproximadamente um quarto dos selecionados, porém, é importante salientar que a amostra selecionada é apenas uma fração dos partidos existentes na região. Originalmente, a formação externa esteve associada a construção dos partidos por meio dos movimentos sociais e aos partidos socialistas (DUVERGER, 1970; WARE, 2004). Ao longo do tempo, este tipo de formação abrangeu outros componentes do espectro ideológico, indo de partidos ligados a grupos religiosos (partidos cristãos, sociais-cristãos e afins), ligados a grupos empresariais, entre outros. Esta pluralidade de tipos externos é encontrada na região, na qual, pode-se destacar três grandes grupos que deram origem aos partidos externos ao longo da história política latino-americana.

#### **Quadro 3.4 – Partidos de origem externa (Local de origem)**

<b>Tipos</b>	<b>Partidos</b>
Empresários	ARENA; CREO; MPJ
Movimentos sociais	PT; MAS-IPSP; AP; FMLN
Outros	UCR; PAN; PRD/DOM

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro grupo destacado, equivale ao modelo clássico, no qual os partidos são construídos por movimentos sociais. No entanto, os casos mostram uma pluralidade entre si em relação ao apoio dos grupos que receberam. A Alianza PAIS equatoriana foi formada a partir de grupos organizados sobre a avaliação e debate sobre a dívida pública, a FMLN foi construída a partir de grupos guerrilheiros salvadorenhos, que após a redemocratização – e aos acordos de paz – se constituíram enquanto partido, o MAS-IPSP, tem sua trajetória ligada a movimentos sociais, como os cocaleiros e indígenas (REIS, 2013) e, o PT tem sua origem relacionada com movimentos sindicais (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989).

O segundo grupo consiste em partidos em partidos construídos a partir da ação empresarial e grupos ligados ao mercado financeiro (como banqueiros, por exemplo). A principal diferença entre os três partidos se encontra na relação que estes possuíam com o governo, a ARENA, foi construída por empresários ligados ao regime ditatorial, enquanto os demais foram constituídos por empresários contrários aos partidos no poder e suas lideranças (AP de Rafael Correa e o PSUV de Hugo Chávez).

Por fim, o terceiro grupo enquadra dois tipos de partidos externos. Os formados por intelectuais contrários aos grupos dominantes de seu período (PAN e UCR) e o PRD/DOM que foi formado por dominicanos no exílio. O que chama a atenção deste grupo é a antiguidade de seus membros (a UCR foi fundada no final do século XIX, o PAN em 1939 e o PRD/DOM na década de 1960).

### *3.2. Forma de expansão territorial*

Panebianco (2005) propõe um modelo mais complexo de origem e foga da questão do local da constituição e foca no processo de territorialização das agremiações, ao distinguir entre uma expansão dominada pelo centro – penetração territorial – ou a união de vários grupos distribuídos ao longo de um território que se unem formando o partido – difusão territorial –, em si, o autor está tentando compreender o processo de nacionalização das agremiações e a direção em que este movimento acontece.

São raros os casos de difusão na região (MAS-IPSP, FMLN, FSLN, PN/URU, PRD/DOM, MPJ). A FMLN e a FSLN foram constituídos pela união de diversos grupos guerrilheiros que lutavam contra as ditaduras em seus países (FMLN, FSLN). O MAS-IPSP e o PN/URU são resultados da união de múltiplos grupos espalhados no país, no primeiro caso, foram de múltiplos grupos sociais ligados a coca e grupos indígenas e no segundo, grupos rurais do século XIX. O PRD/DOM foi formado por exilados dominicanos que após construíram o partido (AGOSTO; CUETO VILLAMÁN, 2001). Por fim, o MPJ começou a sua carreira política como um partido regional em 2000, para em 2002 se converter em uma legenda nacional.

A penetração territorial é o mais comum e envolve basicamente a existência prévia ou a construção de um centro partidário que controla as ações a expansão do partido ao longo do território nacional. Atualmente, com a exigência legal de construção de partidos

nacionais na maioria dos países latino-americanos e o controle do processo de formação através das regras partidárias, a penetração pode ser induzida através da legislação.

### *3.3. Entidades patrocinadoras e liderança carismática*

Um ponto fundamental para o exame originário é a presença de entidades ou grupos extraparlamentares que patrocinam ou tomam a legenda como seu braço político. Duverger (1970) e Panebianco (2005) enfatizam o papel das organizações externas como patrocinadoras da construção do partido e/ou como sua extensão política, ao fornecer carácter indireto a legenda. No primeiro caso, os grupos externos, podem apenas apoiar junto a outros movimentos a construção da organização, e no segundo, a ação é do grupo ambiciona se transformar em legenda ou possuir uma sobre seu domínio.

Quando tratamos do tipo genético externo, falamos do relacionamento dos partidos com suas entidades patrocinadoras. Somado aos tipos citados anteriormente, mais dois partidos possuem entidades patrocinadoras, o PRD mexicano e seu homônimo panamenho. O primeiro, nasce de uma cisão da ala mais à esquerda do PRI e contou com apoio de movimentos sociais – como movimentos estudantis e de trabalhadores – para a sua constituição (JIMÉNEZ BADILLO *et al*, 2001). Já, o segundo, foi formado com o apoio da Guarda Nacional, a partir da proximidade de seus dirigentes com o antigo regime autoritário (GARCÍA DÍEZ, 2001).

Sobre a questão de lideranças carismáticas, este é um dos pontos mais citados quando tratamos dos casos latino-americanos, principalmente pela natureza populista atribuída as formações da região e as lideranças caudilhas e/ou militares presentes na história de várias legendas da região. O líder carismático, é tido pela literatura, como uma liderança que toma o partido para si, sendo de difícil distinção entre a figura do líder e a legenda.

Muitos dos líderes carismáticos citados no Quadro 3.1 fazem parte dos quadros históricos dos partidos e as legendas sobreviveram a eles, se consolidando enquanto organizações com objetivos próprios, outras, se encontram no meio do processo, com a substituição da liderança original por uma nova (PSUV) e, por fim, outras que ainda se encontram sobre o domínio de seu principal líder – e por vezes, fundador – sendo difícil o prognóstico se irão sobreviver as suas lideranças.

Como a história partidária na América Latina não transcorreu de forma linear, é importante separar e identificar o momento em que as legendas se originaram e traçar um paralelo com o momento atual. Como salientado ao longo de todo texto, a região possui extensa pluralidade e devido a sua trajetória acidentada tem diversos pontos de partida ou “marcos zero” para as atividades partidárias.

Na região, convivem partidos criados no século XIX e que atravessaram períodos autoritários, como a UCR, PC/COL, PL/COL, PLH, ANR, PC/URU e PN/URU. Outros criados na primeira metade do século XX, que vai desde partidos mais à esquerda como a Partido Socialista do Chile, passando por partidos de orientação centrista ou pluriclassista como o PJ, PDC e o PRI e até legendas mais relacionadas com visões conservadoras como o PNH, PAN e PRD/DOM. também uma por uma série de agremiações criadas ao longo do século XX, a partir da união de grupos guerrilheiros – FMLN e FSLN –, durante o processo de redemocratização – PMDB e PT – e após o colapso do antigo sistema partidário e a criação de um novo no século XXI (AP, CREO, MPJ, PSUV).

De forma resumida, podemos dispor os períodos de acordo com o processo de reabertura democrática e o período histórico nos últimos três séculos. A questão do período levantada por Lampalombara e Weiner (1966) da formação de acordo com períodos históricos, modernização e crises é importante, porém, não será trabalhada neste momento, pois estes períodos abrem novas janelas de oportunidades para a construção de novos partidos, que são fechadas com os regimes autoritários e reabertas com os processos de redemocratização.

Na seleção de partidos, foi encontrada uma ampla variedade de momentos originários, não somente na questão temporal, mas também em relação aos períodos históricos. O fato que chama mais a atenção reside na grande quantidade de partidos criados nos andes no final do século XX e começo do século XXI como resultado do colapso do sistema, a Colômbia é a exceção da região, porém, como citado no capítulo passado, o país abriu seu sistema a uma maior competição, fato que gerou a proliferação de legendas, mas manteve o protagonismo de seus maiores partidos, que passaram a serem acompanhado de novas legendas, como o PLU. De forma surpreendente somente um pouco mais da metade dos partidos analisados surgiu após o período das transições democráticas, com os demais “espalhados” ao longo da história. A surpresa vem que, apesar dos percalços e do que grande parte da literatura apresenta, a região possui legendas com largas tradições. Obviamente, na região, existem casos de grande

instabilidade, como a Guatemala, mas não podem ser estendidos a todos os países da região.

Os próximos capítulos irão apresentar o modo como os partidos se encontram organizados e os limites que são impostos a eles por meio das legislações. Estas criam novos marcos zeros aos partidos, bem como, determinam ou engessam a sua forma originária, ao exigir uma série de procedimentos para sua constituição.

### 3.4. Ideologia

A ideologia é uma área de difícil operacionalização, porém, como Panebianco (2005) argumenta, ela auxilia os partidos no momento do recorte de seu “território de caça”, isto é, o local de extração dos principais recursos para constituição dos partidos, a ver, membros, simpatizantes e possíveis financiadores. Os adeptos da teoria da escolha racional, também, enfatizam a importância da ideologia, mas como uma espécie de atalho para os eleitores selecionarem as opções partidárias (DOWNS, 1999).

Ultimamente, os teóricos – sobretudo, os trabalhos baseados em Kirchheimer (1966) e em Katz e Mair (1995) – tem enfatizado a diminuição da distância ideológica entre as principais legendas e a consequente perda da importância da ideologia, pois os partidos políticos passam a serem compreendidos como semi-agências estatais para a teoria do cartel e, como mais sensíveis a apelos distintos do seu foco original, no caso *catch-all*.

O caso latino-americano é mais emblemático, embora haja formações com forte posicionamento ideológico na região, esta é vista como dominada por discursos populistas, lideranças caudilhas e pouco apelo ideológico (LEVISTSKY, 2001). Outro problema, encontrado pela bibliografia especializada está no retorno à democracia, como esta ocorreu de forma tutelada pelo Estado, os partidos tendem a ter menos apelos ideológicos e são mais voltadas as questões processuais (VAN BIEZEN, 1998).

Como argumentado ao longo dos capítulos, a perspectiva negativa, não pode se resumir apenas aos partidos latino-americanos, mas aos partidos em geral, pois muitos dos problemas descritos na região são compartilhados por agremiações de outros locais.

Metodologicamente, a operacionalização da ideologia consiste em um grande desafio ao pesquisador, este pode recorrer a uma ampla gama de ferramentas para buscar compreender as ideologias, que vão desde variadas formas de análise de conteúdo, exame

do auto posicionamento ideológico de parlamentares e de membros do partido político. A maior dificuldade quando se compara partidos de países e regiões se encontra na definição de critérios que possam categorizar os espectros ideológicos encontrados na região, os conceitos de direita e esquerda divergem de um país para outro, por exemplo, uma orientação de direita em um país, pode ser mais próxima do que uma de esquerda em outros países, outro exemplo, a esquerda chilena é mais liberal que a uruguaia.

Uma análise documental teria que resolver estas questões, ao criar ou adaptar variáveis que sejam comuns a todos e que capturem toda a diversidade ideológica da região, além, da própria questão das fontes de pesquisa, pois, em alguns países – Brasil, por exemplo –, os programas são meras formalidades para a constituição das agremiações e poucos atualizados posteriormente (TAROUCO, 2010), em outros as atualizações são mais frequentes. Fora isso, devido às limitações de espaço deste trabalho, a análise documental não será utilizada, apesar de reconhecer a sua importância, uma análise mais aprofundada sobre o tema exigiria, por si só, uma – ou mais – tese(s).

Como possível saída, uma opção seria trabalhar com o auto posicionamento por parte das lideranças e/ou dirigentes, entretanto, como citado anteriormente, os partidos diferem de posicionamento ideológico dentro de um mesmo espectro ideológico, isso não é diferente entre os próprios líderes, com o agravante que estes possuem opiniões distintas sobre a definição dos posicionamentos no espectro. Aliado a isso, também, há problemas de acesso aos partidos, que – na maioria das vezes – não é possível, devido à natureza fechada dos mesmos.

Para responder a estas dificuldades, optou-se por recorrer a classificação dos partidos através da bibliografia especializada. Esta opção, se mostrou acertada, no sentido, que não se ambiciona recorrer a uma ampla discussão sobre a natureza dos documentos ideológicos ou uma extensa discussão sobre a posição das agremiações no espectro ideológico. A ideologia é utilizada aqui como um indicador de sua influência sobre as estruturas organizacionais, neste ponto, a bibliografia partidária aponta para uma predominância da esquerda no que tange a estruturas organizacionais mais complexas e abertas a participação dos membros, com os partidos de direita mais fechados em seus quadros.



**Quadro 3.5 – Posicionamento ideológico dos partidos políticos latino-americanos****(Continúa)**

<b>Sigla</b>	<b>País</b>	<b>Ideologia</b>
PJ	Argentina	Centro
PRO	Argentina	Direita
UCR	Argentina	Centro
PMDB	Brasil	Centro
PSDB	Brasil	Centro-direita
PT	Brasil	Centro-esquerda
FUN	Bolívia	Centro-direita
MAS-IPSP	Bolívia	Esquerda
PDC	Chile	Centro
PSCH	Chile	Esquerda
RN	Chile	Centro-direita
PC/COL	Colômbia	Direita
PL/COL	Colômbia	Centro
PLU	Colômbia	Direita
PAC	Costa Rica	Centro-esquerda
PLN	Costa Rica	Centro-esquerda
ARENA	El Salvador	Direita
FMNL	El Salvador	Esquerda
AP	Equador	Esquerda
CREO	Equador	Direita
PP	Guatemala	Centro-direita
UNE	Guatemala	Centro-esquerda
PLH	Honduras	Centro-direita
PNH	Honduras	Direita
PAN	México	Centro-direita
PRD/MÉX	México	Centro-esquerda
PRI	México	Centro
FSLN	Nicarágua	Esquerda
PLI	Nicarágua	Centro-direita
CAMBIO	Panamá	Centro-direita
PRD/PAN	Panamá	Centro-esquerda
ANR	Paraguai	Direita
PLRA	Paraguai	Centro
FP	Peru	Direita
PNP	Peru	Esquerda

**Quadro 3.5 – Posicionamento ideológico dos partidos políticos latino-americanos****(Conclusão)**

<b>Sigla</b>	<b>País</b>	<b>Ideologia</b>
PRD/DOM	República Dominicana	Centro
PRSC	República Dominicana	Centro-direita
FA	Uruguai	Esquerda
PC/URU	Uruguai	Centro-direita
PN/URU	Uruguai	Centro
MPJ	Venezuela	Direita
PSUV	Venezuela	Esquerda

Fonte: Elaboração própria com base na literatura especializada.

A seleção dos casos, buscou ter um certo equilíbrio entre os campos do espectro ideológico, porém, devido a trajetória dos países, isso não foi inteiramente possível, quando separamos os casos entre centro, direita e esquerda, nota-se um predomínio dos partidos de direita (dezenove) sobre os partidos de esquerda (quatorze) e de centro (nove), este “desequilíbrio”, poderia ser resolvido com a inclusão de mais casos, porém, corre-se o risco de ao incluir mais casos de um espectro e aumentar a desigualdade ou selecionar casos de partidos com pouca relevância. Esta questão é importante, a própria seleção dos casos, buscou incluir partidos relevantes no sentido eleitoral do termo, por isso, alguns partidos ideológicos ficaram de fora da amostra.

Se separarmos, os partidos em uma escala de cinco espectros ideológicos, ocorre um equilíbrio maior, com a centro-direita concentrando o maior número de casos (onze no total, também foram selecionados oito partidos de direita), porém, há um equilíbrio maior entre eles, com a esquerda sendo representada por quatorze legendas (oito na esquerda e seis de centro esquerda,) e o centro com nove.

Dentre a classificação adotada, algumas podem gerar mais discussão. O caso do PSDB é o que mais chama a atenção, o partido foi fundado originalmente como um partido de centro-esquerda por meio de elementos mais à esquerda do centrista PMDB (MARQUES; FLEISCHER, 1999; MAYER, 2011; ROMA, 2002) e aos poucos, foi se dirigindo para posições mais à direita. Outros partidos que se auto intitulam sociais-democratas, como o PLN e o PRD/DOM atravessam pela mesma situação, isto é, se apresentam como representantes da social democracia, mas os analistas argumentam que seus posicionamentos ideológicos se encontram distantes da visão clássica deste termo.

Uma explicação reside no processo de revisão programática de vários partidos sociais democratas no mundo – com destaque a reforma do SPD na década de 1980 – que gerou programas mais voltados ao mercado ou influenciados pela terceira via<sup>118</sup>, portanto, a reforma programática social democrata pode também ter influenciado os partidos latino-americanos de orientação ideológica semelhante.

### *Considerações finais*

A discussão sobre a origem dos partidos políticos é importante para explicar o seu desenho institucional. Duverger (1970) em seu trabalho sobre os partidos políticos trata da gênese das agremiações e como estas afetam o modo como as agremiações se organizam. Analisando de forma mais aprofundada, o autor faz uma relação entre os tipos antigos – e de criação interna – que seriam menos organizados em comparação aos tipos modernos, que devido à necessidade de representar e também de abrigar as massas recém entradas na arena política. A separação entre partidos internos e externos, aos poucos foi diminuindo, com Kirchheimer (1966) e Manin (1995) expondo tendência da aproximação das legendas ao longo do tempo, principalmente pelo acirramento da disputa eleitoral e o avanço dos meios de comunicação de massas. Panebianco (2005) ao propor o retorno do exame genético partidário, argumenta que este é fundamental pois, segundo o autor, as primeiras escolhas deixam marcas nos partidos e determinam o local de extração de seus recursos, bem como fornecem incentivos a seus membros, que é fundamental para sua institucionalização.

A origem ainda ocupa um papel importante, ainda que os partidos tenham as estruturas organizacionais mais próximas devido as limitações impostas a eles – e as suas próprias estratégias –, o modo genético auxilia na determinação dos incentivos distribuídos aos membros e a sociedade, como forma de atingir as ambições de seus filiados. Nesse caso, a seleção de um modo organizacional é estratégica, no sentido que auxilia no contato com movimentos sociais e apoiadores em potencial.

Devido à natureza única da região, marcada por inúmeras quebras nas democracias, os partidos mais antigos possuem mais de um momento originário, o qual

---

<sup>118</sup> A terceira via é uma proposta na qual se busca ultrapassar questões referentes à direita e à esquerda com política que se encontrem em uma espécie de meio termo entre o neo-liberalismo e o keynesianismo, com adoção de políticas pró mercado na economia e a manutenção de – algumas – políticas sociais (GIDDENS, 2001).

devem obedecer às normas distintas a cada retorno, ou seja, o tipo originário de cada partido vai ao pouco se perdendo ao longo do tempo. Porém, o partido mantém certos traços de suas ambições primárias e busca restabelecê-las no seu retorno, ou seja, mesmo atuando em um ambiente limitado, as agremiações podem expandir suas estruturas organizacionais para além das descritas nas legislações. Destarte, as regras partidárias fornecem as estruturas de oportunidades as legendas – as quais elas mesmo, influenciam (in)diretamente ou possuem o poder para alterá-las por meio de sua atuação conjunta – e os mesmos possuem liberdade – limitada – para a construção de sua organização. Em resumo, pode-se argumentar que as quebras democráticas criam novos marcos zeros para os partidos políticos e acabam por aproximar as legendas de modo artificial, porém, alguns fatores – principalmente a seleção da ideologia e ambição de seus membros – influenciam a construção de partidos com maior ou menor divisão do trabalho interno e aproximação com segmentos sociais.

A ideia de seleção se aproxima da ideologia, com os partidos mais à esquerda, optando por construir máquinas partidárias mais próximas de movimentos sociais, embora, partidos mais à direita, também possam – e o fazem – se aproximar de grupos sociais, porém, o fazem em menor medida que a esquerda e, nos casos da ARENA e do PRD/PAN, a formação teve patrocínio de grupos empresariais e da Guarda Nacional, respectivamente.

De forma resumida, o exame da origem mostrou o predomínio do tipo institucional – ou interno – sobre as formações de tipos externo, bem como mostrou que são raras as formações formadas por meio de difusão territorial. O domínio deste tipo é explicado pela natureza da formação, que ocorre, em sua maioria, por cisões, união de grupos parlamentares, relacionamento com o governo e o processo de redemocratização. O tipo externo é menos comum, não pela ausência de movimentos sociais, mas sim, pelas constantes quebras democráticas, como também pela junção entre legendas, como nos casos do PSCH e da FA, por exemplo, em todo caso, esta é uma questão que merece maiores estudos futuros.

O personalismo ou a presença de lideranças carismáticas é relativamente alto na região, com dezenove legendas construídas ao redor de lideranças. Destas, sete – PJ, PLN, PLH, PAN, PRD/PA, PRSC e PC/URU – sobreviveram as suas lideranças originais e se constituíram, enquanto organizações em si. As demais – PRO, FUN, MAS-IPSP, PLU, AP, CREO, UNE, CAMBIO, FP, PNP, MPJ e PSUV –, destes, chama a atenção o fato da maioria se encontrar em países em que o sistema atravessou períodos turbulentos colapsou no final do século passado, como no caso dos partidos bolivianos – FUN e MAS-

IPSP –, equatorianos – AP e CREO –, peruanos – FP e PNP – e venezuelanos – MPJ e PSUV –, os quais substituem seus sistemas antigos por novos, após fortes protestos e a crise dos partidos tradicionais. O PSUV se encontra em uma relação ambígua, pois, se encontra no momento posterior a morte de sua principal liderança (Hugo Chávez), porém, ainda remete a sua ação e o seu discurso a figura de Chávez. Nos demais casos, ocorre a formação em torno de lideranças que buscam construir terceiras forças, ou mais especificadamente, formas partidos que consistam em alternativas as forças tradicionais – PRO e PLU –, e os demais – UNE e CAMBIO – se originam de países – Guatemala e Panamá – com as maiores instabilidades, volatilidades e fragmentação partidária da região.

Somente oito partidos contam com sua origem com algum tipo de patrocínio. Novamente, os partidos mais orientados a esquerda se destacam, com o MAS-IPSP, o PT e a AP formados com o patrocínio de uma ampla variedade de grupos sociais, como movimentos cocaleiros, indígenas e outros movimentos sociais (MAS-IPSP), o PT com o apoio de sindicalistas, movimentos sociais e setores organizados da Igreja católica, a AP com apoio de diversos movimentos sociais, após a crise de representação no Equador. A FMLN e a FSLN foram formadas com o apoio e união de diversos grupos guerrilheiros, em oposição o PRD panamenho que foi formado com o apoio de setores da Guarda Nacional. Por fim, a ARENA salvadorenha contou com amplo apoio de setores empresariais.

O período de formação apresenta grande variação, com legendas fundadas ao longo de toda a trajetória política da região, com partidos criados no século XIX (UCR, PC/COL, PL/COL, PLH, ANR, PC/URU e PN/URU) que permanecem como atores centrais em seus países, outros formados na primeira metade do século XX e que sobreviveram aos períodos autoritários ou retomaram suas atividades após, as ditaduras (PJ, PSCH, PNH, PAN, PRI, PLI e PRD/DOM). Assim, como estes, também há outros formados no período de modernização e se encontram em um meio, com formação antes do processo de transição (PDC, PLN, PRSC e FA), outros criados durante o processo de abertura (PMDB, PT, FSLN e PRD/PAN) e outros criados durante o período autoritário (PLRA). Continuando a questão da transição, o quarto grupo identificado surge após a última onda de redemocratização na região (MAS-IPSP, PSDB, RN, PAC, ARENA, FMLN, PRD/MEX e CAMBIO). Por fim, de forma surpreendente, o maior grupo analisado é de novos competidores, ou seja, de partidos originários no século XXI, como consequência do derretimento dos sistemas partidários (FUN, AP, CREO, FP, PNP, MPJ

e PSUV), como projetos pessoais de políticos para conquistar o poder (PRO e PLU), e também devido à instabilidade de seus sistemas (PP, UNE).

Fechando o capítulo, a questão da ideologia foi trabalhada de modo breve. Primeiro pela dificuldade de medição, esta pode ser através dos documentos programáticos, posicionamento ideológico em votações no parlamento, propostas de leis, auto posicionamento dos atores (parlamentares, dirigentes, membros, etc.), entre outras. Como saída, optamos pelo uso da definição corrente na bibliografia especializada, reconhecemos que esta possui limitações, principalmente, no que tange ao consenso sobre o posicionamento de alguns partidos (PSDB, por exemplo) e também a dificuldade de classificar alguns partidos pluriclassistas como o PJ e o PRI.

#### 4. Coerções institucionais: as legislações sobre os partidos latino-americanos

Nos últimos anos, o interesse sobre as leis partidárias tem aumentado, com o crescimento de estudos sobre as normas partidárias e estudos comparativos, no entanto, ainda persiste a baixa teorização sobre o tema, e o foco excessivo em sua mera descrição e nos estudos relacionados à área do Direito Constitucional.

A maioria dos estudos (BEETHAM, 1991; CASAL BÉRTOA *et al*, 2014; VAN BIEZEN, 2012) considera que as leis partidárias (LP) constituem um importante instrumento de legitimação dos partidos e, segundo Scarrow (2006) beneficiam os maiores partidos. Outros, como Katz e Mair (1995) e Panebianco (2005), as consideram como um obstáculo para a liberdade das agremiações partidárias:

“As coerções institucionais são aqueles fatores relativamente estáveis que estruturam as arenas (os ambientes em sentido estrito) do partido e, por essa via, influenciam a organização. Em certos casos, as coerções institucionais também podem atuar diretamente sobre o partido: tais são, por exemplo, a legislação que regula certos aspectos da vida interna dos partidos na República Federal da Alemanha ou as leis sobre os financiamentos estatais das atividades dos partidos” (PANEBIANCO, 2005, p.404).

As legislações não constituem um obstáculo as agremiações partidárias como argumentado por Katz e Mair (1995) e Panebianco (2005), mas sim, um importante meio de regulamentação da captação de recursos e de reconhecimento legal das legendas. Estas, como será disposto ao longo do capítulo e no Capítulo 5, variam entre aquelas que restringem as atividades e as que fornecem maior autonomia as agremiações, entre estes dois tipos, são encontradas diversos outros tipos intermediários.

O objetivo central deste capítulo é debater e examinar as legislações partidárias da região, apresentando os debates acerca das LP e também as características centrais das mesmas.

Os dados serão apresentados inicialmente por meio da determinação da ausência ou presença de dispositivos legais nas legislações, os quais foram definidos com base na teoria sobre o tema. A opção por apresentar os resultados desta forma se deu pela quantidade e diversidades dos mesmos, um exame meramente descritivo poderia dificultar a comparação devido a extensão que seria necessária para realizar o debate.

Este capítulo será dividido em quatro partes. A primeira trata do processo de constitucionalização dos partidos políticos e define de modo sintético o que entende-se

por regras e leis partidárias. A segunda, retoma um debate levantado nos capítulos anteriores sobre a questão do estado de partidos e o partido cartel, mostrando os limites das duas abordagens. A terceira analisa a questão da regulamentação na América Latina e examina as atuais regras que incidem sobre os partidos da região. E, a última parte realiza uma comparação de modo mais geral entre as leis. Ao final deste capítulo será possível compreender como os partidos são regulamentados na região e as diferenças entre as legislações, de modo que possamos verificar o seu impacto sobre as organizações partidárias nos próximos capítulos.

#### *4.1. Regras partidárias: um fenômeno recente*

Comumente, a bibliografia partidária entende que a regulamentação e, principalmente, o reconhecimento dos partidos políticos é um fenômeno que ocorreu e ganhou força após a segunda guerra mundial, entretanto, o seu reconhecimento é anterior a este período. Para o autor, os partidos já eram reconhecidos, mesmo que informalmente, no século XIX como entidades privadas que apresentavam candidatos nas eleições e após desapareciam, ressurgindo nas eleições seguintes, por causa da suspensão de suas ações e/ou atividades, os partidos pouco eram regulamentados, salvo em medidas para evitar e inibir a corrupção (KATZ, 2012). A regulamentação dos partidos para o autor vem com o crescimento de sua importância nas democracias modernas, com estes ocupando o centro das democracias representativas<sup>119</sup>.

Schattschneider (1964) também trabalha com a concepção que os partidos são fundamentais para as democracias modernas, pois segundo o autor, estes a criaram e mantêm seu funcionamento. O autor, no entanto, não trabalha com a questão da constitucionalização dos partidos ao argumentar que os partidos estadunidenses atuam em uma espécie de vácuo jurídico entre a sociedade e o governo, no qual o campo do Direito tem dificuldade de trabalhar.

O processo de constitucionalização para os dois autores é profundamente relacionado com uma perspectiva acerca da democracia. Katz (2012) e Schattschneider (1964) compreendem as atuais democracias representativas, como democracias de

---

<sup>119</sup> Katz (2012) considera os partidos modernos como fundamentais para a ordem democrática, tanto que o autor argumenta que uma das formas de melhorar à democracia é reformar os seus partidos de modo a que estes cumpram suas funções de modo mais satisfatório.



partidos, pois estes ocupam um papel central nos atuais governos e por isso há a necessidade de reconhecê-los constitucionalmente e estabelecer seus limites (KARKOVEN, 2007; THESING, 1995; VAN BIEZEN, 2012; VAN BIEZEN; BORZ, 2012).

O reconhecimento formal, é um fenômeno recente, o qual ganhou mais espaço e se expandiu após a segunda guerra mundial, com a criação de artigos específicos nas constituições nacionais que regulamentam as atividades e demais aspectos dos partidos, além, da criação de leis específicas que regem as atividades, comportamento e estrutura organizacional dos mesmos<sup>120</sup> (JANDA, 2005; KATZ, 2012). Uma segunda “onda” de constitucionalização e de criação de legislações acerca deles ocorreu com a terceira onda de democratização a partir da década de 1970, na qual, os países ibéricos, do leste europeu e da América Latina retomaram seus regimes democráticos, e conseqüentemente seus sistemas partidários. É interessante notar que o processo de constitucionalização também pode acontecer em países com regimes autoritários que buscam legitimar seus governos ao adotarem sistemas partidários não competitivos ou semi-competitivos, como nas últimas ditaduras no Brasil e no Paraguai, por exemplo. A criação de regras sobre os partidos, nesses casos, atua mais como uma forma de controle por parte dos governos sobre as agremiações permitidas ou toleradas.

A constitucionalização e a regulamentação dos partidos não envolvem apenas o seu reconhecimento jurídico, mas também, um conjunto de leis e normas que além de regulamentar as atividades partidárias, limitam sua atuação (CASAL BÉRTOA; VAN BIEZEN, 2014; RASHKOVA; VAN BIEZEN, 2014). Müller e Sieberer (2006) definem bem a situação ao argumentar que as leis partidárias são um conjunto de leis e normas que regulamentam a vida partidária, estas leis, podem ser exclusivas sobre os partidos ou um conjunto de leis que tratam dos diversos aspectos das atividades partidárias e definindo seus limites (JANDA, 2005; MÜLLER, 2009; VAN BIEZEN; BORZ, 2012)<sup>121</sup>. Dito isso, as regulamentações partidárias são para este trabalho, as normas jurídicas que regulamentam as atividades partidárias, com estas podendo ser exclusivamente sobre partidos – Leis Partidárias – ou outras legislações que cumprem a mesma função.

---

<sup>120</sup> Van Biezen e Rashkova (2012) relacionam a expansão da constitucionalização dos partidos com o surgimento dos subsídios estatais, principalmente acesso à mídia e ao financiamento público. Para as autoras, a legislação surge como uma necessidade de regulamentar o acesso a estes bens. Mesmo argumento utilizado por Nassmacher (2003), que diz que a regulamentação surge como uma resposta à sociedade pelos benefícios dados aos partidos.

<sup>121</sup> Alguns países não utilizam somente as leis partidárias como modo de regulamentar a atividade partidária, mas também leis adicionais, tais como, leis sobre eleições, campanhas e financiamento dos partidos políticos (JANDA, 2005). A criação de leis adicionais pode atuar como um complemento as LP mais genéricas (MÜLLER, 2009).

Por vezes a regulamentação é tratada de modo pejorativo pela bibliografia, Katz (2012) e Katz e Mair (1995) argumentam que estas diminuem a liberdade dos partidos de modo excessivo, pois em alguns casos, não regulamentam apenas os subsídios fornecidos aos partidos, mas também as demais esferas de sua atuação, fato que não ocorre com outras entidades privadas (KATZ, 2002). van Biezen (2012) também adota uma posição crítica em relação as normas, para a autora, estas tem regulamentado cada vez mais aspectos dos partidos políticos, tais como suas atividades, comportamento, estrutura organizacional, entre outras, de modo que conferem pouca liberdade de atuação aos partidos e interferem em suas atividades (MÜLLER, 2009; VAN BIEZEN; MOLENAAR, 2012; VAN BIEZEN; RASHKOVA, 2012).

Diferentemente dos autores, este trabalho considera a regulamentação como uma contrapartida dos governos em relação aos benefícios recebidos, não apenas subsídios financeiros, mas outras vantagens. É fundamental também ter em mente que são os próprios partidos que criam as regras, ou seja, são os próprios atores que criam os limites de sua atuação, como Aldrich (2011) salienta bem, são os partidos que selecionam o ambiente para atingir seus objetivos, ao definir as regras do jogo e o modo de obtenção de recursos, quando não o são, possuem os mecanismos para alterar as regras de acordo com seus interesses.

#### *4.1.1. O debate entre o domínio dos partidos ou sua submissão aos governos: estado de partidos versus cartel partidário*

Como trabalhado no capítulo 2, a teoria do partido cartel trabalha a questão da aproximação entre os partidos e os governos. A grande novidade do modelo está na atenção fornecida ao estreitamento do relacionamento entre os partidos e os governos, muito por causa da quantidade de recursos que estes podem disponibilizar aos partidos e a estabilidade deste suporte, que não é mais encontrada na sociedade civil (KATZ; MAIR, 1995, 2012). Diferentemente das outras tipologias clássicas, o modelo de Katz e Mair (1995), apresenta a questão das coerções institucionais como um dos fatores que incidem sobre os partidos políticos, essa novidade vem muito do período de formulação das tipologias, os modelos de Duverger (1970) são de uma época sem – ou com baixa – regulamentação formal, portanto, as regras pouco interferem sobre os partidos de quadros e massas, o mesmo acontece com Kirchheimer (1966) que examina os partidos

no começo da expansão das regulamentações, porém, não analisa o impacto delas sobre as organizações.

Para os autores desta corrente, a existência de regulações é um sinal da dependência dos partidos em relação aos governos, o qual é enfatizado pela necessidade cada vez maior que as agremiações possuem dos recursos estatais para sobreviver, principalmente dos subsídios financeiros (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2007; WARE, 2011).

A criação dos fundos públicos para Katz (1996) é diretamente responsável pela criação das regulamentações sobre as atividades partidárias<sup>122</sup>. As legislações, nesse caso, atuam de dupla forma, a primeira regulamenta o acesso dos partidos aos recursos e a segunda cria mecanismos de controle para sua utilização (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2014). O argumento de Katz e Mair (1995) reside em uma espécie de troca, para obter uma maior quantidade de recursos e a estabilidade destes repasses, os partidos se sujeitam a terem suas atividades, estruturas organizacionais e outros atributos regulamentados pelos governos. Essa nova situação, também traz uma importante transformação na natureza dos partidos, estes passam a ser cada vez menos compreendidos de acordo com sua ligação com a sociedade e passam a ser mais identificados de acordo com seu aspecto processual, ou seja, a partir de sua atuação governamental, se convertendo em uma espécie de agência estatal (BARTOLINI; MAIR, 2001; HARMEL, 2009; KATZ, 1986; KATZ; MAIR, 1995; VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2007).

No entanto, as regras partidárias são tratadas muito mais como uma consequência ou um efeito colateral da crescente dependência dos partidos do suporte financeiro governamental do que como uma variável que altere a organização de modo significativo. Isso é sentido na ausência de uma discussão aprofundada sobre as normas e também no não exame das mesmas.

O estado de partidos (ou *partidocracia* ou *parteinstaat*) inverte as questões levantadas pelo cartel partidário, ao argumentar que são os governos que são dominados pelos partidos e não o contrário. A bem da verdade, esse conceito é mais antigo que o partido cartel e expõem questões que são levantadas posteriormente pelo cartel partidário, como a distribuição de recursos aos partidos, por exemplo.

---

<sup>122</sup> Scarrow (2006) e von Beyme (1985) expõem que a criação dos fundos públicos foi uma resposta dos governos – principalmente do alemão na década de 1950 – a proeminência dos financiadores privados e assim diminuir sua influência. Scarrow (2006) também apresenta mais dois motivos para a aplicação dos subsídios públicos, o primeiro é garantir a estabilidade dos recursos partidários e, o segundo, busca corrigir as distorções do sistema e afastar a dependência dos partidos de empresas e/ou grandes financiadores individuais.

Conceitualmente, o estado de partidos está relacionado com uma concepção de democracia – a atual democracia representativa – e do papel dos partidos para o funcionamento e sobrevivência da mesma (GARCÍA-PELAYO, 1986). Nessa concepção, os governos e as democracias<sup>123</sup> dependem dos partidos para desenvolver suas atividades e também para garantir a sua sobrevivência<sup>124</sup> (BLONDEL, 2009; VON BEYME, 1993).

A dependência dos governos em relação aos partidos é evidenciada pela estrutura governamental, composta em algumas funções por membros dos partidos ou indicados por eles, a exclusividade de atuação dos partidos na arena eleitoral e na sua própria sobrevivência – nos casos de regimes parlamentaristas –, pois necessitam do apoio dos partidos para a manutenção do governo<sup>125</sup> (BLONDEL, 2009; VON BEYME, 1993). Além da preocupação estatal em reconhecer os partidos constitucionalmente<sup>126</sup> e fornecer os meios para que possam desempenhar suas atividades, através de financiamento público: “*se baseia, entre outros argumentos, na impossibilidade dos partidos de financiar seus gastos com as contribuições de seus militantes*” (GARCÍA-PELAYO, 1986, p.66).

Em resumo, o *parteiinstaat* argumenta que os governos nas democracias modernas são dependentes dos partidos para garantir o seu funcionamento e sobrevivência. Através desta dependência, o Estado cria mecanismos para garantir a continuidade dos partidos, tais como incentivos financeiros, exclusividade de atuação na arena eleitoral e legislativa, poder de nomeação, entre outros.

O debate apresentado até o momento trata da questão de quem domina quem: os partidos ou o governo? De um lado, os autores do cartel argumentam que devido ao surgimento do suporte financeiro estatal, as agremiações partidárias foram aos poucos absorvidas pelos governos e dependem destes para sobreviver, trocando sua liberdade de atuação, por uma espécie de intervenção sobre suas atividades, comportamento e organizações em troca de recursos. De outro lado, o estado de partidos, expõem o domínio dos partidos sobre os governos, como estes são fundamentais para o funcionamento dos

---

<sup>123</sup> Garcia-Pelayo (1986) argumenta que o Estado de partidos apenas ocorre em regimes democráticos com mais de um partido, não sendo possível sua adoção em regimes totalitários.

<sup>124</sup> Para Blondel (2009) o domínio dos partidos sobre o Estado ocorre pelo poder de nomeação dos partidos para cargos governamentais. As nomeações também atuam como uma forma de patronagem para garantir a formação e a manutenção do governo (MÜLLER, 2006).

<sup>125</sup> Blondel (2009) também diferencia a questão do domínio em relação ao regime de governo. Para o autor, o domínio dos partidos sobre os governos é mais comum em regimes parlamentaristas, nos quais a sobrevivência dos gabinetes depende do suporte dos partidos. Nos regimes presidencialistas a relação entre ambos é mais ou menos autônoma, com a dependência em algumas áreas e domínio em outras.

<sup>126</sup> O conceito de estado de partidos para García-Pelayo (1986) surge com a República de Weimar e o reconhecimento dos partidos pós primeira guerra mundial, com o avanço da democracia representativa e das menções aos partidos nas constituições nacionais.

mesmos e a necessidade de criação de mecanismos para garantir o seu funcionamento. Um ponto pouco trabalhado pelos autores, trata da questão da interdependência entre os governos e os partidos, no qual ambos dependem um do outro para sobreviver e as relações de domínio e/ou dependência ocorrem em áreas distintas (BLONDEL, 2009).

A discussão entre os dois conceitos pode ser compreendida também por meio da percepção de partidos que ambas possuem. No partido cartel, as legendas partidárias basicamente são entendidas como entidades privadas que por causa da instabilidade do ambiente e dos recursos, necessitam do auxílio governamental para estabilizar seus bens e exercer suas funções. As contrapartidas do auxílio governamental, é compreendido de duplo modo, de um lado, é admitido que são os próprios partidos que criam as leis (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2007), porém, de outro, argumentam que a regulamentação ocorre em excesso, interferindo em todas as áreas dos partidos e não apenas na regulamentação dos benefícios cedidos a eles (KATZ, 2012). O estado de partidos, compreende os partidos como entidades públicas, os quais são fundamentais para o funcionamento democrático e por causa disso é preciso reconhecê-los, regulamentá-los e garantir a sua existência. O cartel se aproxima do estado de partidos, ao expor que as legendas aos poucos vão se convertendo em (semi) agências estatais, isto é, passam do âmbito privado para o público, entretanto, essa passagem não é por causa de sua importância para os governos, mas como um modo de sobreviver a um ambiente cada vez mais instável e com grandes custos.

O debate até o momento é importante para compreender o impacto que as regras partidárias possuem sobre os partidos e, sobretudo, a América Latina. Devido a trajetória acidentada dos partidos – e das democracias – da região, a passagem descrita pelo cartel – de associações privadas para agências estatais – não é encontrada em todos os países da região, tampouco pode-se falar do *parteinstaat*, pois devido as inúmeras interrupções da democracia e os largos períodos sem partidos, não é possível afirmar que os partidos são reconhecidos como fundamentais para as democracias, visto que, em alguns casos – Brasil e Paraguai, por exemplo –, foram utilizados como meios para legitimar os governos autoritários.

A discussão sobre as regras ganha novos contornos na região, muito por causa de sua trajetória, na qual as atuais formações partidárias (re)surgem muito próximas aos governos, seja através de sua participação, como atores importantes, nas transições, seja legitimando os novos governos democráticos. Esse desenvolvimento “acidentado” produz visões diferentes dos governos sobre os partidos, com elas alternando entre entidades públicas e associações privadas.

A regulamentação dos partidos aqui é compreendida como um misto entre o cartel e o estado de partidos. Parte-se do princípio que os partidos têm como objetivo primário a sobrevivência e por isso, buscam a estabilidade – e o crescimento – de seus recursos. Em relação as regras, estas são tomadas como um misto entre partidos e governos, de um lado, os partidos se reconhecem como importantes e por causa disso criam os mecanismos para a obtenção de recursos necessários para sua sobrevivência. De outro lado, os governos, limitam estes mecanismos através de normas e regras jurídicas e exigem contrapartidas diversas, que vão desde regulamentações mais simples até mais restritas sobre as diversas áreas dos partidos.

Portanto, a criação das regras – e suas alterações – são produtos da negociação entre os diversos atores – partidos e governos – que determinam os limites da atuação dos partidos, à obtenção de seus recursos, a abertura do sistema a novos competidores e outras características.

#### *4.2. Legislações partidárias na América Latina*

Existem poucos trabalhos que analisam as LP latino-americanas. A teorização permanece precária, com grande parte das obras centradas na descrição do marco jurídico sobre os partidos da região e pouca, ou nenhuma, construção teórica sobre o tema<sup>127</sup>. A não problematização, é em decorrência da proeminência de estudos jurídicos sobre o tema, os quais apenas objetivam descrever as legislações.

Metodologicamente, também ainda não existem grandes avanços neste campo, com poucos instrumentos ou técnicas utilizadas para a realização da comparação entre as legislações. Dentre as poucas tentativas, podemos destacar os trabalhos de van Biezen e Rashkova (2014), que recorrem a análises de conteúdo para examinar e comparar as LP europeias e, entre os trabalhos que analisam a região, pode-se destacar as obras de Zovatto (2008) e Molenaar (2014).

Zovatto (2006) apresenta uma análise, inicialmente, mais introdutória sobre o tema, apresentando o desenvolvimento histórico do processo de constitucionalização e

---

<sup>127</sup> A exceção se encontra na coletânea organizada por Zovatto (2006), a qual apresenta a evolução das constituições e das legislações partidárias de todos os componentes da América Latina. Apesar de seu carácter descritivo, esta obra se mostra importante, pois realiza um extenso e fundamental relato da constitucionalização e regulamentação partidária.

reconhecimento dos partidos políticos da região<sup>128</sup>. O marco legal é definido pelo autor como o ambiente de atuação das legendas, o qual apresenta os limites e as oportunidades fornecidas a elas. Sobre a natureza das legislações, estas são separadas entre leis máximas, as quais regulamentam minuciosamente todos os aspectos da vida partidária e as mínimas, que regulamentam as agremiações de modo mais genérico, conferindo maior autonomia de atuação para as legendas da região, no entanto, o autor não desenvolve critérios para a classificação e categorização das legislações (MAYER, 2015).

Molenaar (2014) examina as legislações da região de modo distinto. O interesse da autora se encontra no grau de permissividade das legislações, as quais determinam o acesso dos partidos ao sistema político-partidário e regulamentam suas atividades. Para examinar esse processo, o autor distingue as LP em quatro tipos, de acordo com as duas dimensões descritas, as quais vão de legislações que são mais abertas a participação de diversos atores no processo eleitoral e com regulamentações mais gerais sobre a organização dos partidos até legislações mais fechadas a participação e com grande regulamentação sobre as organizações: a) Permissivas: os partidos são participantes do jogo eleitoral e político, porém, não possuem vantagens ou benefícios especiais em comparação as outras associações ou movimentos sociais; b) promocional: as agremiações são reconhecidas constitucionalmente e adquirem benefícios para sua atuação na arena eleitoral; c) seletiva: os partidos possuem o monopólio de atuação na arena eleitoral e; d) proibitiva: o processo é controlado por uma entidade ou organismo externo as agremiações.

Os dois trabalhos examinam características distintas das legislações. A primeira de Zovatto (2006) examina o grau de extensão das normas e regras partidárias, e a segunda de Molenaar (2014) trata da permissividade das legislações (MAYER, 2015). Ambos os estudos fornecem importantes elementos que auxiliam na categorização das legislações, tais como, a natureza das legislações, bem como a extensão que estas regulamentam as atividades partidárias, principalmente, na obtenção de recursos e na forma como os partidos constroem suas estruturas organizacionais.

---

<sup>128</sup> García Laguardia (1986) expõe que o processo de constitucionalização latino-americano se assemelhou ao encontrado nos países europeus, ao seguir etapas semelhantes (rejeição ao reconhecimento partidário, ampliação dos direitos e conseqüentemente a ampliação deste para a associação com fins políticos e por fim, o reconhecimento constitucional dos partidos).

### *4.3. Como os partidos latino-americanos são atualmente regulados*

O processo de constitucionalização dos partidos políticos latino-americanos ocorreu simultaneamente ao dos países europeus ocidentais ao longo do século XX<sup>129</sup>, entretanto, ocorreu de modo acidentado, devido à instabilidade que marcou a região durante o século XX. Um fato interessante é que o processo de constitucionalização e reconhecimento dos partidos não ocorreu somente em períodos democráticos, mas também foi utilizado por regimes autoritários como meio de legitimar seus governos perante a comunidade internacional (Paraguai, República Dominicana<sup>130</sup>).

---

<sup>129</sup> Antes do processo de constitucionalização, as atividades partidárias se encontravam regulamentadas por meio dos códigos eleitorais, estes datam do século XIX e regulamentam o processo eleitoral.

<sup>130</sup> A constitucionalização dos partidos do país ocorreu de modo a legitimar a ditadura de Trujillo, de maneira a permitir somente a participação do partido oficial do governo (ESPINAL, 2006).



**Tabela 4.1 – Constitucionalização e regulação dos partidos políticos latino-americanos**

<b>País</b>	<b>Constitucionalização</b>	<b>Lei dos Partidos Políticos</b>	<b>Lei dos Partidos Políticos (atual)</b>
Argentina	1994	1965	2003
Bolívia	1961	1999	1999
Brasil	1946	1965	1995
Chile	1970	1987	1987
Colômbia	1991	1987	2011
Costa Rica	1949	Ausente	Ausente
El Salvador	1983	Ausente	Ausente
Equador	1945	1978	2003
Guatemala	1945	Ausente	Ausente
Honduras	1957	Ausente	Ausente
México	1946	1977	1996
Nicarágua	1939	Ausente	Ausente
Panamá	1941	Ausente	Ausente
Paraguai	1967	Ausente	Ausente
Peru	1933	2003	2003
República Dominicana	1942	Ausente	Ausente
Uruguai	1934	1935	1997
Venezuela	1961	1964	1964

Fonte: Elaboração própria com base nas legislações nacionais.

O processo de constitucionalização dos partidos na América Latina ocorreu, na maioria dos países, junto ao da Europa Ocidental logo após a segunda guerra mundial. Sete casos – Argentina<sup>131</sup>, Chile, Colômbia, Honduras, Paraguai, Uruguai e Venezuela – destoam da maioria, destes na Argentina e a Colômbia constitucionalização seus partidos somente na década de 90 e em ambos os casos, a constitucionalização vem junto com reformas constitucionais e eleitorais, com o caso colombiano sendo mais profundo, pois as reformas buscavam uma completa reestruturação de seu sistema. Nos demais casos, o processo vem junto da redemocratização – Brasil e Venezuela –, como forma de

<sup>131</sup> O reconhecimento dos partidos por meio de leis vem desde 1912 por meio da lei 8.871 (Lei “Sánchez Peña”), a qual reconheceu os direitos políticos, bem como instaurou o sufrágio universal e o voto secreto e obrigatório no país (HERNÁNDEZ; BELISLE, 2006).

legitimação do regime autoritário – Honduras e Paraguai – e, como, no caso Chile, vem na esteira de uma reforma constitucional da constituição vigente, que teve como objetivo regulamentar os partidos e outras disposições (GARCÍA, 2006). Por último, o Uruguai reconhece constitucionalmente seus partidos logo após o começo da ditadura de Gabriel Terra (1934-1938)<sup>132</sup> e que foi acompanhada pela reforma constitucional de 1934 (GROS ESPIELL, 2006).

Nos demais países, é interessante ver o momento da constitucionalização, com a separação entre períodos autoritários e democráticos. No primeiro ponto, a constitucionalização é realizada como uma estratégia de legitimar o regime autoritário ante a opinião pública e a comunidade internacional. É bom frisar, que esta estratégia somente foi tomada pelos regimes que mantiveram alguma forma de sistema partidário em funcionamento<sup>133</sup>, como nos casos de Honduras e do Paraguai<sup>134</sup>. No segundo ponto, o processo de constitucionalização pode ter acontecido em momentos após a redemocratização, como nos casos do Brasil, Costa Rica, El Salvador, Peru<sup>135</sup>, Venezuela; e também, em momentos de reforma constitucional, como na Argentina, Bolívia<sup>136</sup>, Colômbia, Chile<sup>137</sup>, Equador<sup>138</sup>, Honduras, Paraguai, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana<sup>139</sup> e Uruguai. As reformas também se dividiram em dois períodos. No primeiro, ocorreu nos períodos democráticos, como nos casos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México e Panamá. No segundo, o reconhecimento

---

<sup>132</sup> O processo de constitucionalização uruguaio vem junto com o golpe civil dado pelo presidente Gabriel Terra, o qual teve curta duração (1934-1938). Na sequência desde golpe, ocorre uma reforma constitucional que estabelece o arcabouço jurídico sobre as legendas, bem como regulamenta suas divisões internas (GROS ESPIELL, 2006).

<sup>133</sup> Durante o período da ditadura civil-militar, o Brasil manteve um sistema partidário em funcionamento, entretanto, o reconhecimento constitucional das agremiações ocorreu no período anterior a quebra.

<sup>134</sup> O Paraguai teve seis constituições até o presente momento, sendo quatro deles de cunho autoritário (BAREIRO; SOTO, 2006).

<sup>135</sup> A aprovação da lei de partidos políticos do Peru vem sendo tentada desde 1982, com a aprovação somente em 2003 (TUESTA SOLDEVILLA, 2006).

<sup>136</sup> A constitucionalização na Bolívia ocorreu durante a Revolução de 1952 do país, e três anos antes do começo da ditadura militar (LAZARTE, 2006).

<sup>137</sup> O começo do processo de constitucionalização no Chile vem em 1958 com a aprovação da primeira lei eleitoral. Em 1962, ocorre a reforma da legislação eleitoral, a qual influenciou o reconhecimento constitucional dos mesmos em 1970 (GARCÍA, 2006).

<sup>138</sup> A constitucionalização dos partidos no Equador ocorreu após a queda do governo Arroyo devido à crise territorial entre o Equador e o Peru. Com a queda do governo, foi constituída uma nova Assembleia Constituinte.

<sup>139</sup> A República Dominicana é um dos países mais instáveis da América Central. Entre 1865 e 1899 o país teve sessenta e cinco (65) governos com quinze mudanças constitucionais. A grande instabilidade foi substituída em parte por largos períodos ditatoriais no século XX, no qual somente em 1978 o país conseguiu realizar a primeira passagem pacífica de poder entre partidos (ESPINAL, 2006).

constitucional se deu por meio de governos autoritários que buscavam legitimação, como Honduras, Nicarágua<sup>140</sup>, Paraguai e República Dominicana.

O dado que mais chama a atenção é a divisão regional da forma como as normas partidárias são dispostas. Com exceção do Paraguai, todos os países da América do Sul com adição do México regulam as atividades partidárias por meio de legislações próprias. Ao contrário, os países centro-americanos, que regulamentam suas agremiações partidárias por meio de artigos em suas legislações eleitorais.

Novamente, pode-se separar a criação de leis em períodos distintos. No primeiro, tem-se legislações que antecederam a constitucionalização dos partidos, como nos casos da Argentina e da Colômbia, esse fato, no entanto, pouco influenciou pois as agremiações já eram regulamentadas por meio de leis partidárias e códigos eleitorais. Nos casos, em que a aprovação das LP ocorre posteriormente, é preciso fazer algumas observações. No caso brasileiro, esta ocorre logo após a queda do regime de 1946, como mecanismo de controle do regime sobre as legendas e resulta na criação de um novo sistema partidário tutelado pelo governo autoritário<sup>141</sup> (MOTTA, 2008; SCHMITT, 2000).

Um dado importante é que a quase totalidade das leis partidárias, com exceção da Argentina e do Brasil foram formuladas após o último período de redemocratização da região, com algumas destas leis sendo alvo de reformas nas últimas décadas. As reformas também demonstram ser uma constante da região, com a Argentina, Brasil, Colômbia e Uruguai realizando grandes reformas em suas legislações, com destaque para o caso colombiano e uruguaio<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> A primeira lei eleitoral da Nicarágua – de 1932 – além de definir as normas para a realização das eleições, determinou a utilização de um sistema bipartidário, o qual, mesmo com a criação de novos partidos, se manteve, graças aos incentivos dados aos partidos tradicionais (PD/NIC e PL/NIC). Como a maioria dos países centro-americanos, a legislação partidária sofreu inúmeras transformações ao longo dos períodos democráticos e sua regulamentação ocorre por meio da constituição nacional e de leis eleitorais (ÁLVAREZ, 2006).

<sup>141</sup> O sistema partidário do último período ditatorial brasileiro (1964-1985) foi criado pelo regime de modo a garantir a governabilidade do sistema, principalmente, a maioria das cadeiras no Congresso para o partido oficial (ARENA). Sua criação se deu de modo artificial, pois determinou a reacomodação dos parlamentares em até três partidos, porém, somente dois foram formados (ARENA e MDB), com o último necessitando de auxílio do governo para tal (SCHMITT, 2000).

<sup>142</sup> Na década de 1990, o Uruguai reformou sua constituição e a legislação sobre partidos (BUQUET, 1997). A maior alteração se deu com o fim dos lemas, que permitiam o múltiplo lançamento de candidaturas a cargos majoritários por parte das legendas. Outra importante alteração foi a adoção da eleição presidencial em dois turnos, quando um candidato não obtém a maioria absoluta dos votos (BUQUET, *idem*).

**Tabela 4.2 – Constitucionalização e leis partidárias**

<b>País</b>	<b>Constitucionalização</b>	<b>Lei dos Partidos Políticos</b>
Argentina	1994	1965
Bolívia	1961	1999
Brasil	1946	1965
Chile	1970	1987
Colômbia	1991	1985
Costa Rica	1949	
El Salvador	1983	
Equador	1945	1978
Guatemala	1945	
Honduras	1957	
México	1946	1977
Nicarágua	1939	
Panamá	1941	
Paraguai	1967	
Peru	1933	2003
República Dominicana	1942	
Uruguai	1934	1935
Venezuela	1961	1964

Fonte: Elaboração própria.

Com exceção da Costa Rica, a América Central<sup>143</sup> é marcada pela instabilidade e pela raridade de períodos democráticos na maioria das nações da região, isso reflete na ausência de leis partidárias específicas na região, com a regulamentação ocorrendo por meio de códigos eleitorais. Na América do Sul – e em especial, o Uruguai – alguns códigos datam do século XIX, porém, devido à falta de trabalhos sobre o tema, não é possível tecer maiores comentários sobre o tema.

Na América do Sul, o retorno à democracia foi acompanhado de novas legislações – ou códigos eleitorais – em grande parte dos países, como na Argentina, Brasil, Equador,

<sup>143</sup> A instabilidade centro-americana também é sentida no processo de constitucionalização. Em El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá este processo foi marcado e influenciado pelas constantes quebras democráticas e aos ciclos de curtos períodos democráticos seguidos de governos autoritários. Estes fatores produziram uma certa demora no processo de reconhecimento legal – El Salvador – e constantes reformas nas legislações dos outros países (AGUILAR GONZÁLEZ, 2006; MEDRANO; CONDE, 2006; URQUILLA, 2006; VALDÉS ESCOFFERY, 2006).

Peru e Uruguai. O México também reformou sua legislação partidária, entretanto, a alteração na legislação aconteceu com o objetivo de promover uma maior abertura de seu sistema partidário com a passagem de um sistema hegemônico ou semi-competitivo para um desenho mais competitivo, no qual as forças concorrentes ao PRI adquirissem maior espaço e, principalmente, desempenho eleitoral.

A vigência das leis não garante a sua estabilidade, estas são alvo constante de reformas e ajustes que vão aos poucos alterando – partes – de sua natureza. Ao invés de grandes reformas das legislações eleitorais e partidárias, os partidos optam por fazer reformas pontuais constantemente. É claro que as agremiações também realizam reformas, que alteram completamente as legislações, produzindo novas leis partidárias – ou eleitorais – em substituição as antigas legislações, porém, não é um fenômeno comum e ocorre geralmente em três situações: a) substituição da legislação do período autoritário: como o Brasil, por exemplo; b) após momentos de crise: Peru e; c) como estratégia para alterar a dinâmica político-partidária, como os casos colombiano, mexicano e uruguaio, por exemplo.

#### *4.4. Regulações: a normativa sobre os partidos latino-americanos*

A análise das coerções limitou-se a análise de conteúdo dos artigos constitucionais que tratam dos partidos políticos e das normas sobre suas atividades (LP, Código Eleitoral e outros dispositivos). Optou-se também, por não matematizar os dados através de técnicas de contagem ou percentuais de palavras no texto dedicado a cada tema. Essa opção se deu basicamente por causa da natureza das legislações, nas quais distinções na quantidade de espaço dedicado a cada tema não equivale a regulamentação, ou seja, normas jurídicas mais curtas podem regulamentar de forma mais efetiva as atividades partidárias (MÜLLER, 2006). Portanto, reconhecemos a importância da *matematização*, porém, neste caso, não seria a melhor alternativa, visto que não se busca examinar a quantidade de texto dedicado a cada tema nas legislações, mas sim uma análise qualitativa dos textos. Como solução optou-se por verificar a presença (identificado pelo numeral 1) ou a ausência (identificado pelo numeral 0) de determinadas características nas legislações, estas foram selecionados de acordo com o debate teórico. Esta opção é complementada pela análise de conteúdo dos textos, ou seja, primeiro verifica-se a existência de determinado dispositivo nas normas e após, os discutimos.

A seleção dos dispositivos a serem examinados se deu por meio da literatura especializada sobre o tema e também sobre partidos políticos. Esta separa o conteúdo das legislações em quatro grandes temas – identidade e comportamento, registro ou formação, organização e financiamento – que influenciam o comportamento e a definição do desenho das estruturas organizacionais das formações partidárias.

#### *4.4.1. Identidade e comportamento*

O primeiro ponto a ser analisado trata da questão da identidade dos partidos, isto é, qual a visão que os governos têm de seus partidos e quais os limites que estes podem ter. no primeiro ponto, a discussão é basicamente centrada em dois pontos: se os partidos são organizações de direito público ou privado. Nos demais pontos, as normas e regras estatais limitam algumas formas de partidos, como anti-democráticos e anti-sistêmicos.

Tabela 4.3 – Identidade

(Contínua)

País	Legislação	Associação privada	Associação pública	Anti- sistema	Anti- democrático	Outros
Argentina	Constituição	0	0	0	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0	0	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	0	0	0	0	0
Bolívia	Constituição	0	0	0	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos <sup>144</sup>	0	1	0	0	0
Brasil	Constituição	0	0	0	0	1
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	1	0	0	0	1
Chile	Constituição	0	0	1	1	1
Chile	Lei dos Partidos Políticos	0	1	0	0	0
Colômbia	Constituição	0	1	0	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	0	0	0	0	0
Costa Rica	Constituição	1	0	0	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	0	0	0	0	0
El Salvador	Constituição	0	0	0	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	0	0	0	0	0
Equador	Constituição	0	0	0	0	0
Equador	Lei de Partidos	0	0	0	0	0
Guatemala	Constituição	0	0	0	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	0	1	0	0	0
Honduras	Constituição	0	1	1	1	0
Honduras	Lei Eleitoral	0	1	0	0	1

<sup>144</sup> Em 2004 os partidos perderam a exclusividade da representação com a criação dos grupos cidadãos (LAZARTE, 2006).

**Tabela 4.3 – Identidade****(Conclusão)**

País	Legislação	Associação privada	Associação pública	Anti-sistema	Anti-democrático	Outros
México	Constituição	0	1	0	0	0
México	Lei Partidos Políticos	0	1	0	0	0
Nicarágua	Constituição	0	0	0	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	1	0	0	1
Panamá	Constituição	0	0	0	1	1
Panamá	Código Eleitoral	1	0	0	0	1
Paraguai	Constituição	0	1	0	0	1
Paraguai	Código Eleitoral	0	1	0	0	1
Peru	Constituição	0	0	0	1	0
Peru	Lei de partidos	1	0	0	0	0
República Dominicana	Constituição	0	0	0	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	0	0	0	1	1
Uruguai	Constituição	0	0	0	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	1	0	0	0	0
Venezuela	Constituição	1	0	0	0	0
Venezuela <sup>145</sup>	Lei de Partidos	0	0	0	0	1

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

O primeiro ponto, trata se os partidos são entidades de direito público ou privado, nesse caso, a principal diferença na definição se encontra que os primeiros integram a administração pública de forma direta, atuando como autarquias, enquanto as segundas se constituem fora do âmbito governamental, porém, estão sujeitas as mesmas normas que as primeiras. Ambas as definições apresentam os partidos como entidades sujeitas as regulamentações dos governos, porém diferem na questão da inserção das agremiações no interior dos governos, porém, esta percepção é imprecisa, visto que, apesar de ser reconhecido como uma entidade pública, os partidos chilenos, por exemplo, não recebem fundos estatais para sua manutenção e atuação. Destarte, a definição dos partidos como

<sup>145</sup> Entre 1929 e 1945 a legislação venezuelana proibia a veiculação de qualquer tipo de propaganda comunista (BREWER-CARIAS, 2006).



públicos ou privados funciona mais como uma carta de intenções dos governos perante as legendas, pois, não são encontradas grandes diferenças entre um tipo e outro no que diz respeito a maior ou menor regulamentação sobre eles.

Apenas quatro países não definem seus partidos políticos juridicamente – Argentina, El Salvador, Equador e República Dominicana –, isto é, não determinam se estes são entidades públicas ou privadas, entretanto, esta opção, não acarreta na falta de reconhecimento destes, com eles sendo reconhecidos como fundamentais para o funcionamento das instituições democráticas e da expressão do pluralismo político.

O segundo conjunto trata de proibições de determinados tipos de partidos. Em si, a literatura descreve que os países buscam limitar a participação de legendas anti-sistêmicas e anti-democráticas. De forma surpreendente somente o Chile, Honduras<sup>146</sup> e Peru proíbem estes tipos de formações em seus normas e regras constitucionais e partidárias. Somado a estas Nações, o Panamá e a República Dominicana também proíbem partidos anti-democráticos. A surpresa com esta situação vem da trajetória da região, marcada por golpes – civis, militares, parlamentares, etc. – e por poucos períodos democráticos, os quais, poderiam influenciar em um maior número de casos de proibições de partidos anti-sistêmicos e anti-democráticos.

Somada a esta questão, mais países proíbem outras formas de organização, o Brasil e o Paraguai, por exemplo vetam a formação de partidos com inspiração paramilitar. Outros como Honduras, Panamá, República Dominicana e Venezuela<sup>147</sup>, impedem a formação de partidos de acordo com raça, sexo, religião e outras formas que podem gerar preconceitos. Por fim, a Nicarágua proíbe a formação de partidos baseados na ditadura de Somoza<sup>148</sup> ou de partidos que busquem se transformar em herdeiros do antigo regime.

Portanto, as regras e normas jurídicas sobre as atividades partidárias influenciam no comportamento e na identidade ao, primeiramente conferir uma identidade comum a todas as agremiações – associações privadas, públicas, etc. – e, em segundo lugar ao vetar a participação de alguns tipos de partidos – ou ideologias – no jogo político. Contudo, esta primeira parte é um tanto quanto subjetiva, pois as legendas podem retirar menções a posições anti-sistêmicas de seus programas, no entanto, o primeiro conjunto de regulamentações atua como um primeiro filtro para a construção das legendas.

---

<sup>146</sup> Honduras também proíbe a formação de partidos de orientação marxista.

<sup>147</sup> Também há proibição de formações de milícias por parte das agremiações.

<sup>148</sup> Quando do retorno à democracia, a Nicarágua proibiu a formação de partidos que apoiavam ou reclamavam a herança da ditadura de Somoza.

O segundo ponto em que as regras interferem sobre as agremiações ocorre ao definir o conteúdo de seus documentos estatutários e programáticos. Essa forma impacta de modo mais direto as organizações, pois define um marco mínimo a ser cumprido por todas as legendas.

**Tabela 4.4 – Comportamento**

(Contínua)

País	Legislação	Programa	Estatuto	Manifesto
Argentina	Constituição	0	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	0	0	0
Bolívia	Constituição	0	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	0	1	1
Brasil	Constituição	0	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	0	1	0
Chile	Constituição	0	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	0	1	0
Colômbia	Constituição	0	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	0	1	0
Costa Rica	Constituição	0	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	0	1	0
El Salvador	Constituição	0	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	1	1	1
Equador	Constituição	0	0	0
Equador	Lei de Partidos	0	0	0
Guatemala	Constituição	0	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	0	1	0
Honduras	Constituição	0	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	1	1	1
México	Constituição	0	0	0
México	Lei Partidos Políticos	0	0	0
Nicarágua	Constituição	0	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0	0
Panamá	Constituição	0	0	0
Panamá	Código Eleitoral	1	0	0

**Tabela 4.4 – Comportamento****(Conclusão)**

País	Legislação	Programa	Estatuto	Manifesto
Paraguai	Constituição	0	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	0	0	0
Peru	Constituição	0	0	0
Peru	Lei de partidos	0	0	0
República Dominicana	Constituição	0	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	0	0	0
Uruguai	Constituição	0	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	0	0	0
Venezuela	Constituição	0	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	1	0	1

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

O primeiro dado importante da Tabela 4.4 é que as normas regulamentam mais os documentos estatutários que os programáticos (oito casos contra quatro de cada documento programático), porém, esta situação já era esperada, visto que, os países, em sua maioria buscam somente limitar a participação de alguns tipos partidários, e quando nos voltamos à organização, existe uma busca por dar uma aparência democrática as mesmas, definindo a exigência de democracia interna, mesmo sem definir o que seria a democracia interna. A segunda informação importante é que somente El Salvador e Honduras estabelecem normas em suas legislações para os três tipos de documentos. Em relação aos manifestos e programas é necessário fazer uma distinção, ambos são documentos doutrinários, porém, com o primeiro constituindo uma espécie de carta de princípios básica da legenda, a qual expõe seus ideais, o segundo constitui um documento mais robusto, no qual o partido se posiciona sobre temas de interesses econômicos, políticos, sociais, entre outros<sup>149</sup> (TAROUCO, 2011; TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Os documentos estatutários serão examinados com maiores detalhes no item 4.4.4, porém, é interessante reparar que apenas um pouco menos que a metade dos países –

<sup>149</sup> O estudo dos manifestos e programas partidários se desenvolveu nas últimas décadas. Um importante fator para este desenvolvimento foi a criação e consolidação do *Manifesto Group Research* (MGR), o qual compilou e codificou manifestos e programas de mais de cinquenta países (KLINGEMAN *et al*, 1994).

Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá – estabelece a obrigatoriedade de conteúdos nos documentos estatutários. Outro dado interessante, é que alguns países – Brasil, El Salvador e Panamá – apenas citam alguns elementos básicos que os estatutos devem conter, mas não os regulamentam, ou seja, apenas definem um desenho organizacional básico a todos e fornecem autonomia para os partidos atuarem dentro destes limites.

Os manifestos e os programas constituem documentos ideológicos, na maioria dos casos, os países obrigam que seus conteúdos contemplem a defesa da democracia – Bolívia, Brasil e Venezuela – ou que temas específicos ligados a história do país, como a Venezuela que além de estabelecer que os partidos devem defender a soberania popular, também devem aceitar o carácter apolítico das forças armadas. Nos demais casos, os países determinam que os programas e/ou manifestos conttenham os objetivos políticos dos partidos – no caso dos manifestos – e sua visão acerca de temas importantes para os países (nos casos dos programas)<sup>150</sup>.

#### *4.4.2. Registro*

As normas que regem as atividades partidárias na América Latina dedicam um grande espaço de seus textos para a regulamentação da criação de legendas. Estas regras determinam o acesso dos partidos a arena política, bem como a natureza de sua atuação, isto é, se os partidos são nacionais ou locais. Contudo, o principal aspecto do registro é o grau de abertura a formação de novos partidos, isto é, se as regras facilitam ou dificultam a formação de novas legendas.

---

<sup>150</sup> O México e o Panamá estipulam que os partidos devem possuir publicações semestrais.

**Tabela 4.5 – Documentos para fundação dos partidos políticos****(Contínua)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Estatuto</b>	<b>Carta de princípios e/ou manifesto</b>	<b>Programa</b>
Argentina	Constituição	0	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos <sup>151</sup>	1	1	1
Bolívia	Constituição	0	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	1	1	0
Brasil	Constituição	0	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	1	1	1
Chile	Constituição	0	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	1	1	0
Colômbia	Constituição	0	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	1	0	1
Costa Rica	Constituição	0	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	1	0	0
El Salvador	Constituição	0	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	1	1	1
Equador	Constituição	1	1	1
Equador	Lei de Partidos	0	0	0
Guatemala	Constituição	0	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	1	0	1
Honduras	Constituição	0	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	1	1	0
México	Constituição	0	0	0
México	Lei Partidos Políticos	1	1	1
Nicarágua	Constituição	0	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	1	1	1
Panamá	Constituição	0	0	0

<sup>151</sup> A legislação argentina também estabelece a possibilidade de construção de alianças entre partidos, inclusive entre níveis diferentes (nacional e local). As alianças precisam ser formalizadas junto ao tribunal eleitoral, com a formalização do acordo, a forma de distribuição do fundo partidário permanente e o comitê eleitoral conjunto da aliança.

**Tabela 4.5 – Documentos para fundação dos partidos políticos****(Conclusão)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Estatuto</b>	<b>Carta de princípios e/ou manifesto</b>	<b>Programa</b>
Panamá	Código Eleitoral	1	1	1
Paraguai	Constituição	0	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	1	1	1
Peru	Constituição	0	0	0
Peru	Lei de partidos	1	1	0
República Dominicana	Constituição	0	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	1	1	0
Uruguai	Constituição	0	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	1	1	0
Venezuela	Constituição	0	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	1	1	1

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

A documentação não apresenta grande variação, com exceção da Costa Rica, todos os países determinam a apresentação de documentos estatutários junto com doutrinários no momento da solicitação da constituição do partido<sup>152</sup>.

Metade dos países determina que este tipo de documentação – que consiste em dois documentos doutrinários – seja entregue junto com os estatutos. O primeiro documento – manifesto ou carta de princípios – se refere a visão política do partido e seus objetivos e, o segundo consiste basicamente em planos de governos. Dentre aqueles que precisam apenas entregar um documento doutrinário, há maior predominância dos manifestos em relação aos programas (seis contra dois), porém, não é possível afirmar o porquê desta situação, visto que, em relação aos programas convivem dois países com desenvolvimentos partidários distintos, um com maior tradição (Colômbia) e outro com um dos mais baixos da região (Guatemala).

O segundo requisito principal da formação dos partidos é a necessidade de contar com alguma forma de apoio social e/ou um número mínimo de filiados para sua

<sup>152</sup> Os países também estabelecem a obrigatoriedade de entrega das atas de fundação, estas devem possuir a identificação do partido (nome, sigla, símbolo e outros elementos) e a identificação de seus fundadores.

constituição. Esta obrigação também atua como um filtro e pode ser mais aberta ou restrita, ou seja, um número menor de apoio pode incentivar a formação de partidos, enquanto uma maior quantidade de apoio pode limitar a construção de novas agremiações.

**Tabela 4.6 – Apoio de filiados e/ou simpatizantes**

(Contínua)

País	Legislação	Número de filiados	Número de apoiadores
Argentina	Constituição	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	1	1
Bolívia	Constituição	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	1	0
Brasil	Constituição	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	0	1
Chile	Constituição	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	0	1
Colômbia	Constituição	0	1
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	1	0
Costa Rica	Constituição	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	1	0
El Salvador	Constituição	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	1	0
Equador	Constituição	1	0
Equador	Lei de Partidos	0	1
Guatemala	Constituição	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	1	0
Honduras	Constituição	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	0	1
México	Constituição	0	0
México	Lei Partidos Políticos	1	1
Nicarágua	Constituição	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0
Panamá	Constituição	0	0
Panamá	Código Eleitoral	1	0

**Tabela 4.6 – Apoio de filiados e/ou simpatizantes****(Conclusão)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Número de filiados</b>	<b>Número de apoiadores</b>
Paraguai	Constituição	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	1	0
Peru	Constituição	0	0
Peru	Lei de partidos	1	0
República Dominicana	Constituição	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	1	0
Uruguai	Constituição	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	0	1
Venezuela	Constituição	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	1	0

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

A quantidade de apoio e/ou filiação é exigido em praticamente todos, os países, com exceção da Nicarágua. Na grande maioria dos casos, é ordenado o apoio ou a filiação como requisito mínimo para a legalização de novos partidos. Entretanto, em alguns países – Argentina, México e Panamá – existe a exigência de um apoio social mínimo para a constituição e posteriormente a filiação de membros. A Argentina, por exemplo, exige o apoio de quatro por cento dos eleitores do distrito no qual o partido ambiciona se constituir e após cento e cinquenta dias, a filiação do mesmo percentual<sup>153</sup>. Por fim, o Panamá exige o apoio mínimo de mil assinaturas para a constituição do partido e após a filiação de quatro por cento do padrão eleitoral.

Com exceção<sup>154</sup> da Costa Rica que exige a filiação de três mil eleitores para os partidos nacionais e da Colômbia e El Salvador, que definem apoio e filiação, respectivamente em cinquenta mil assinaturas e filiados, todos os demais países definem percentuais de filiação ou apoio para a constituição dos partidos, estes variam entre

<sup>153</sup> O número mínimo de filiados também é exigido para a manutenção da personalidade jurídica das legendas, se estas sofrem com a diminuição de seus quadros, seu registro pode ser cassado. A verificação e o cancelamento dos registros ocorrem anualmente.

<sup>154</sup> A legislação nicaraguense não estabelece percentuais mínimos ou máximos para a construção de agremiações partidárias.



percentuais de eleitores inscritos nos registros eleitorais (Argentina, Equador<sup>155</sup>, Guatemala<sup>156</sup>, Honduras, México<sup>157</sup>, Peru, Uruguai e Venezuela), em votos para eleição da Câmara dos Deputados (Brasil, Chile), Senado (Paraguai), presidência da República (Bolívia, Panamá) e também de votos nas eleições gerais (República Dominicana).

**Tabela 4.7 – Apoio e filiação**

País	Apoio-filiação	Percentual
Bolívia	Filiados	2
Brasil	Apoio	0,5
Chile	Apoio	0,5
Equador	Filiados	1,5
Guatemala	Filiados	0,3
Honduras	Apoio	2
Paraguai	Filiados	0,5
Peru	Apoio	3
República Dominicana	Filiados	2
Uruguai	Apoio	0,5
Venezuela	Filiados	0,5

Fonte: Elaboração do autor com base na legislação partidária.

O número percentual varia entre 0,30% na Guatemala até 3% no Peru. A quantidade de assinaturas ou filiados constitui uma forma de controle da entrada de novos competidores, porém, não um completo fechamento do sistema. Ao estabelecer uma quantidade mínima e máxima de apoio, além, da documentação e outros benefícios e/ou outros incentivos, os governos buscam incentivar ou dificultar a criação de partidos e/ou movimentos. No caso guatemalteco, por exemplo, a baixa quantidade de assinaturas, somado ao histórico de grande instabilidade do país, incentiva a formação de novas legendas (JONES, 2011). No caso argentino e colombiano – entre 1991 e 2006 – há o

<sup>155</sup> Os partidos manter pelo menos um por cento dos eleitores filiados para manter seu status legal.

<sup>156</sup> Destes, metade devem ser alfabetizados.

<sup>157</sup> O México estabelece que um partido para se formar deve possuir três mil filiados distribuídos em pelos menos vinte estados ou trezentos distribuídos em duzentos distritos eleitorais uninominais. O país também estabelece a obrigatoriedade de um número mínimo de filiados por partido, que não pode ser inferior a 0,26% do padrão eleitoral.

incentivo de abertura do sistema a novos atores, no caso, regionais na Argentina e na criação de novos atores, que concorram contra as forças tradicionais, como na Colômbia.

Em relação ao apoio, também é importante examinar se existe se é exigido que este seja distribuído territorialmente ou se há a possibilidade de formação de partidos ou movimentos partidários com bases regionais. Isso implica na construção de vários outros incentivos ou regulamentações para a construção partidária:

**Tabela 4.8 – Distribuição territorial**

(Contínua)

País	Legislação	Distribuição territorial de membros	Partidos locais
Argentina	Constituição	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos <sup>158</sup>	1	1
Bolívia	Constituição	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	0	0
Brasil	Constituição	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	1	0
Chile	Constituição	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	1	0
Colômbia	Constituição	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	0	0
Costa Rica	Constituição	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	1	1
El Salvador	Constituição	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	0	0
Equador	Constituição	1	1
Equador	Lei de Partidos	0	0
Guatemala	Constituição	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	0	0
Honduras	Constituição	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	0	0

<sup>158</sup> A constituição de partidos locais na Argentina ocorre com o apoio de pelo menos quatro por cento dos eleitores do distrito. Devido à baixa dificuldade de formação de legendas, o país apresenta grande atividade no que se refere a constituição e encerramento de legendas.

**Tabela 4.8 – Distribuição territorial****(Conclusão)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Distribuição territorial de membros</b>	<b>Partidos locais</b>
México	Constituição	0	0
México	Lei Partidos Políticos	1	1
Nicarágua	Constituição	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0
Panamá	Constituição	0	0
Panamá	Código Eleitoral	0	0
Paraguai	Constituição	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	1	0
Peru	Constituição	0	0
Peru	Lei de partidos	0	1
República Dominicana	Constituição	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	1	0
Uruguai	Constituição	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	0	0
Venezuela	Constituição	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	1	1

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

Mais da metade dos países latinos estabelecem que o processo de construção de seus partidos devem obedecer algum tipo de critério territorial, seja nas províncias, seja nos municípios. No caso da distribuição provincial, a Argentina determina que a formação de partidos nacionais ocorre com a solicitação do partido em atuar com o mesmo nome e programa em pelo menos cinco províncias. O Brasil e o Chile estabelecem que seus partidos devem ser nacionais e para isso, determinam que sua constituição deve acontecer em pelo menos um terço dos estados, no caso brasileiro e em pelo menos oito regiões, no caso chileno<sup>159</sup>. O Equador também define a formação nas províncias como pré-requisito para a constituição de seus partidos, estes deve se organizar em pelo menos cinquenta por

<sup>159</sup> Atualmente o Chile possui quinze provinciais (ou regiões). Para constituir uma nova agremiação, esta deve ter 0,5 do apoio do eleitorado em cada região.

cento das províncias e em duas das três maiores populações do país<sup>160</sup>. O caso mexicano se assemelha ao argentino ao determinar que os partidos para serem nacionais necessitam se constituir em diversas províncias, neste caso, se exige a filiação de três mil militantes em pelo menos vinte províncias – ou três mil militantes em pelo menos duzentos distritos – com o número não podendo ser inferior a 0,26% do registro de eleitores na eleição anterior. Honduras por ser um país unitário determina que os partidos devam se constituir em pelo menos metade de seus municípios. Assim como o Brasil e o Chile, o Panamá também determina que os partidos devam ser nacionais e para isso, determina que o apoio para sua formação deve ser distribuído em cada província do país, com pelo menos cinquenta assinaturas em cada. O Paraguai determina que seus partidos devem estar constituídos na capital e em pelo menos quatro departamentos para serem reconhecidos legalmente. A República Dominicana não delimita um número mínimo de províncias para a constituição dos partidos, somente a porcentagem de um por cento dos eleitores filiados em cada província em que as agremiações estejam constituídas. Por fim, a Venezuela segue o caso argentino, e determina que os partidos para serem nacionais devem ser constituídos em pelo menos doze províncias.

Por fim, a questão territorial também envolve a questão da formação de partidos regionais. Estes na maioria dos casos<sup>161</sup>, obedecem às mesmas legislações de suas contrapartes nacionais, porém, somente possuem permissão para atuar a nível local. A Argentina é um caso à parte, devido à grande autonomia<sup>162</sup> de suas províncias, estas possuem a capacidade de definir em suas constituições locais regras sobre a política, tais como, regras eleitorais e também normas para regulamentar as atividades e organizações partidárias locais (LEIRAS, 2007, 2010).

---

<sup>160</sup> O Equador divide a representação partidária em dois grupos. O primeiro é constituído pelos partidos políticos, que devem ser nacionais e o segundo, pelos movimentos políticos que possuem carácter regional.

<sup>161</sup> A Bolívia divide a organização partidária em dois grupos, os partidos políticos (nacionais) e as agrupações cidadãos de carácter regional. Na Venezuela, o partido regional deve ter meio por cento dos eleitores do distrito filiados para se constituir e manter o registro a cada início de legislatura.

<sup>162</sup> Desde o começo do século XX, a Argentina fornece grande autonomia para suas províncias. Estas podem determinar os rumos de suas políticas administrativas, econômicas e políticas. Em relação a autonomia política, as províncias possuem autonomia para determinar as regras para seus partidos, tais como, normas para fundação, financiamento, organização, gênero, entre outras (LEIRAS, 2007, 2010).

**Tabela 4.9 – Organização prévia****(Contínua)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Organização prévia</b>	<b>Dirigentes</b>
Argentina	Constituição	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	0	1
Bolívia	Constituição	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	0	0
Brasil	Constituição	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	0	1
Chile	Constituição	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	0	1
Colômbia	Constituição	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	0	1
Costa Rica	Constituição	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	1	1
El Salvador	Constituição	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	0	0
Equador	Constituição	0	0
Equador	Lei de Partidos	0	0
Guatemala	Constituição	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	0	1
Honduras	Constituição	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	0	0
México	Constituição	0	0
México	Lei Partidos Políticos	0	0
Nicarágua	Constituição	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	1	0
Panamá	Constituição	0	0
Panamá	Código Eleitoral	0	0
Paraguai	Constituição	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	1	0
Peru	Constituição	0	0
Peru	Lei de partidos	1	1
República Dominicana	Constituição	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	1	1

**Tabela 4.9 – Organização prévia****(Conclusão)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Organização prévia</b>	<b>Dirigentes</b>
Uruguai	Constituição	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	0	1
Venezuela	Constituição	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	0	0

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

O processo de formação dos partidos políticos pode exigir a existência de uma organização prévia ou provisória para o reconhecimento da organização, como também a designação de lideranças provisórias, esta determinação, busca inibir a proliferação de partidos, pois o custo de estruturas prévias é alto. Analisando os dados, não houve grande variação entre os casos, com as exigências se resumindo a organizações provisórias e a nomeação dos dirigentes durante o processo de constituição partidária.

#### 4.4.3. Organização

Os dois primeiros pontos trataram basicamente de delimitar os partidos políticos em dois sentidos. No primeiro são estabelecidos limites de identidade e comportamento, no qual os partidos devem obedecer determinadas normas e funções para poderem atuar, além, da visão que os países possuem sobre as legendas. O segundo limita a entrada de novos atores, ao determinar as normas de fundação e regularização das legendas, ou seja, determina o grau de abertura da arena política a novos competidores.

Ambas estabelecem um filtro para a entrada de novos atores. O primeiro filtro é mais “subjetivo”, pois barra agremiações de acordo com suas ideologias e/ou programas políticos. O segundo é mais objetivo, pois determina os ritos que novos atores devem cumprir para participar da arena política. Ambos atuam como filtros prévios para as novas organizações e determina, os requisitos mínimos para sua entrada na arena política.

O terceiro tipo de regulamentação aflige as agremiações de forma mais direta ao regulamentar aspectos internos às estruturas organizacionais, como o modo como estes

se organizam e pode chegar a determinar além de quais instâncias, as suas funções e a quantidade de reuniões da legenda.

**Tabela 4.10 – Instâncias obrigatórias**

(Contínua)

País	Legislação	Jurídica	Financeira	Deliberativa	Diretiva	Específicas
Argentina	Constituição	0	0	0	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0	0	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	0	0	0	0	0
Bolívia	Constituição	0	0	0	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	1	1	1	1	1
Brasil	Constituição	0	0	0	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	1	1	0	0	0
Chile	Constituição	0	0	0	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	1	0	1	1	0
Colômbia	Constituição	0	0	0	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	1	1	0	1	0
Costa Rica	Constituição	0	0	0	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	1	1	1	1	1
El Salvador	Constituição	0	0	0	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	0	1	1	0	1

**Tabela 4.10 – Instâncias obrigatórias****(Conclusão)**

Equador	Constituição	0	0	0	0	0
Equador	Lei de Partidos	0	0	0	0	0
Guatemala	Constituição	0	0	0	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	1	1	1	1	0
Honduras	Constituição	0	0	0	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	1	1	1	1	1
México	Constituição	0	0	0	0	0
México	Lei Partidos Políticos	0	0	0	0	0
Nicarágua	Constituição	0	0	0	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0	0	0	0
Panamá	Constituição	0	0	0	0	0
Panamá	Código Eleitoral	0	0	0	0	0
Paraguai	Constituição	0	0	0	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	0	0	1	0	0
Peru	Constituição	0	0	0	0	0
Peru	Lei de partidos	1	1	1	1	0
República Dominicana	Constituição	0	0	0	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	0	0	0	0	0
Uruguai	Constituição	0	0	0	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	0	0	0	0	0
Venezuela	Constituição	0	0	0	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.



Com exceção de sete países – Argentina, Equador, México, Nicarágua, República Dominicana, Uruguai e Venezuela – as legislações estabelecem alguma forma de controle direto sobre as estruturas organizacionais partidárias. Este controle varia de intensidade, indo de apenas meras menções de quais organismos as legendas devem possuir (Brasil e Honduras e Paraguai, por exemplo) até legislações que controlam praticamente todos os aspectos da organização (Chile, por exemplo).

No primeiro grupo, encontra-se o Brasil, no qual apenas cita que os partidos devem possuir organismos jurídicas e financeiras<sup>163</sup>, porém, estes são apenas mencionados e não há maiores regulamentações sobre as atividades. Outra peculiaridade da legislação brasileira é a obrigatoriedade de normas sobre a estrutura organizacional, direitos e deveres dos filiados, distribuição do fundo partidário entre as instâncias e a seleção dos candidatos e dirigentes, entretanto, não há maior regulamentação sobre estes temas. O Panamá também se encontra neste grupo, ao apenas mencionar os requisitos básicos que as agremiações devem possuir, bem como questões de administração do patrimônio financeiro, seleção de cargos e dirigentes, e assim como a legislação brasileira, a legislação panamenha apenas menciona a sua obrigatoriedade e fornece autonomia dentro deste desenho.

Por fim, o segundo grupo, as legislações estabelecem controles que vão além da obrigatoriedade de organismos, mas também a definição de seus atributos, composição e funções, além de regras para seleção de candidatos e dirigentes (Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Paraguai, Peru), distribuição dos recursos financeiros entre as esferas (Colômbia), existência de organismos específicos de participação de jovens e mulheres (Bolívia), métodos de eleição interna (Peru, por exemplo), entre outras.

---

<sup>163</sup> A atual legislação brasileira resulta da reforma da antiga lei orgânica dos partidos políticos de 1971 (LOPP). Esta data do período militar e limitava as atividades partidárias, ao estabelecer um desenho institucional básico a todos os partidos, além, de limitar a adoção de estruturas organizacionais distintas (JARDIM, 2006; MAYER, 2011).

**Tabela 4.11 – Outras regulamentações sobre a organização partidária****(Contínua)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Democracia interna</b>	<b>Mínimo de reuniões</b>	<b>Primárias</b>
Argentina	Constituição	0	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	0	0	1
Bolívia	Constituição	1	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	1	1	1
Brasil	Constituição	0	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	0	0	0
Chile	Constituição	0	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	1	1	0
Colômbia	Constituição	0	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	1	0	1
Costa Rica	Constituição	0	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	1	0	0
El Salvador	Constituição	0	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	1	0	0
Equador	Constituição	0	0	0
Equador	Lei de Partidos	0	0	0
Guatemala	Constituição	0	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	0	0	0
Honduras	Constituição	0	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	0	0	1
México	Constituição	0	0	0
México	Lei Partidos Políticos	0	0	0
Nicarágua	Constituição	0	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0	0
Panamá	Constituição	0	0	0
Panamá	Código Eleitoral	1	0	0
Paraguai	Constituição	0	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	0	0	0

**Tabela 4.11 – Outras regulamentações sobre a organização partidária****(Conclusão)**

País	Legislação	Democracia interna	Mínimo de reuniões	Primárias
Peru	Constituição	0	0	0
Peru	Lei de partidos	1	0	1
República Dominicana	Constituição	0	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	0	0	0
Uruguai	Constituição	0	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	0	0	1
Venezuela	Constituição	0	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	0	0	0

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

Outras formas de controle direto sobre a organização se encontram na definição de mecanismos de democracia interna, como seleção de candidatos, membros e participação nas decisões internas por meio de mecanismos de consulta<sup>164</sup>. O segundo ponto interfere diretamente no rito interno, ao definir um número mínimo de reuniões das instâncias partidárias, como a Bolívia que determina que os Congressos partidários se reúnam pelo menos uma vez a cada cinco anos e o Chile, que determina que o Conselho Geral<sup>165</sup> se reúna uma vez por ano. O terceiro ponto também envolve a questão de democracia interna ao estabelecer que os partidos devem selecionar seus candidatos por meio de primárias internas, nesse ponto, chama a atenção os casos argentino e uruguaio que determinam a simultaneidade de sua realização, nos demais, há apenas a menção a sua obrigatoriedade.

Por fim, as normas também interferem na questão dos membros, ao proibir a participação de alguns tipos de filiados e também a criação de percentuais de participação de mulheres, juventude e outros grupos em seu interior.

<sup>164</sup> A legislação colombiana estabelece a obrigatoriedade de mecanismos de participação democrática para seleção de candidatos e decisões internas.

<sup>165</sup> O Conselho Geral constitui o principal organismo diretivo dos partidos chilenos.

Tabela 4.12 – Membros

(Contínua)

País	Legislação	Membros (proibição)	Gênero	Cota de participação
Argentina	Constituição	0	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	0	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	1	-	0
Bolívia	Constituição	0	1	1
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	0	0	1
Brasil	Constituição	1	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	0	0	0
Chile	Constituição	0	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	1	0	0
Colômbia	Constituição	0	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	0	0	-
Costa Rica	Constituição	0	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	0	1	1
El Salvador	Constituição	0	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	0	1	-
Equador	Constituição	1	1	1
Equador	Lei de Partidos	0	0	0
Guatemala	Constituição	0	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	0	0	0
Honduras	Constituição	0	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	0	0	0
México	Constituição	0	0	0
México	Lei Partidos Políticos	0	1	0
Nicarágua	Constituição	0	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0	0
Panamá	Constituição	0	0	0
Panamá	Código Eleitoral	0	0	0
Paraguai	Constituição	0	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	1	0	0

**Tabela 4.12 – Membros****(Conclusão)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Membros (proibição)</b>	<b>Gênero</b>	<b>Cota de participação</b>
Peru	Constituição	0	0	0
Peru	Lei de partidos	0	1	1
República Dominicana	Constituição	0	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	0	0	0
Uruguai	Constituição	0	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	0	0	0
Venezuela	Constituição	0	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	0	0	0

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

No primeiro ponto, os países proíbem a filiação de membros pertencentes as forças armadas, a polícia (com exceção do Brasil), líderes religiosos (Panamá e Paraguai), magistrados – Argentina, Chile e Equador), polícia (Argentina, Chile, Equador, Panamá e Paraguai) – e cidadãos que já foram condenados judicialmente (Argentina, Equador<sup>166</sup> e Paraguai). Em si, todos os países citados proíbem a participação de militares, fato que pode ter sido motivado pelos governos autoritários na região durante o século XX, em relação aos demais países da América Central, pode-se deduzir que a não proibição decorre do poder ou da influência política mantida pelas forças armadas pós-transição<sup>167</sup>. Sobre os membros dos partidos, também são estabelecidas cotas de participação de gêneros e de juventude nas direções e nas listas de candidatos. Na relação de gênero, esta varia de mera menção a sua obrigatoriedade, com as legendas possuindo autonomia para definição dos percentuais (México), aos que determinam a existência de mecanismos para a participação das mulheres, até os que definem percentuais nas listas de candidatos, que varia entre vinte por cento (Paraguai), trinta por cento (Bolívia, Brasil, Colômbia, Honduras, México, Panamá, Peru e Venezuela) até os que definem a paridade das listas

<sup>166</sup> A proibição se estende a condenados por delitos com pena de reclusão ou por enriquecimento ilícito ou peculato. Os devedores de pensão alimentícia também não podem ser filiados aos partidos equatorianos.

<sup>167</sup> Como parte dos desdobramentos pós-invasão estadunidense em 1989, o Panamá proibiu a participação de militares na política.

(Costa Rica e Equador). Somado a estes países, a Argentina também define a participação de gêneros, mas através de uma lei específica (Lei 24.012/1991) para tratar do tema, e assim, como a maioria estabelece trinta por cento de cota de gênero<sup>168</sup>.

O segundo conjunto envolve cotas de participação para juventude e outros grupos no interior dos partidos. Somente a Bolívia e a Costa Rica determinam a criação de instâncias e mecanismos para a promoção da participação destes grupos.

#### *4.4.4. Financiamento*

O último trecho das regulamentações trata do processo de financiamento dos partidos. As legislações neste trecho tratam basicamente de cinco temas: financiamento público e a forma como este é distribuído; os critérios de distribuição (se é proporcional ao número de votos, dotações orçamentárias, entre outras); os subsídios indiretos, tais como, isenção de impostos, acesso à mídia, etc. e; proibições a determinados tipos de financiamento.

---

<sup>168</sup> Outro ponto central da questão de gênero, para além do percentual, se encontra na sua distribuição nas listas, nesse caso, a Costa Rica e o Equador estabelecem a paridade de gênero nas listas de candidatos e a alternância de gênero.

**Tabela 4.13 – Aplicação do fundo público****(Contínua)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Campanhas</b>	<b>Organização</b>	<b>Institutos e/ou pesquisa</b>	<b>Outras atividades</b>
Argentina	Constituição	0	0	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos <sup>169</sup>	1	1	1	1
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	0	0	0	0
Bolívia	Constituição	0	0	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	1	0	1	1
Brasil	Constituição	0	0	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	1	1	1	1
Chile	Constituição	0	0	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	0	0	0	0
Colômbia	Constituição	0	0	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	1	1	1	1
Costa Rica	Constituição	1	0	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	1	1	1	1
El Salvador	Constituição	0	0	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	0	0	1	1
Equador	Constituição	0	0	0	0
Equador	Lei de Partidos	0	0	0	0
Guatemala	Constituição	0	0	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	0	0	0	0
Honduras	Constituição	0	0	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	0	0	0	0
México	Constituição	1	1	1	0
México	Lei Partidos Políticos	0	0	0	0

<sup>169</sup> A lei também estipula o limite de gastos de um peso por eleitor para cada partido nas eleições.

**Tabela 4.13 – Aplicação do fundo público****(Conclusão)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Campanhas</b>	<b>Organização</b>	<b>Institutos e/ou pesquisa</b>	<b>Outras atividades</b>
Nicarágua	Constituição	0	0	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0	0	0
Panamá	Constituição	0	0	0	0
Panamá	Código Eleitoral	1	1	0	0
Paraguai	Constituição	0	0	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	0	0	0	0
Peru	Constituição	0	0	0	0
Peru	Lei de partidos	0	0	0	0
República Dominicana	Constituição	0	0	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	1	1	0	0
Uruguai	Constituição	0	0	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	1	1	0	0
Venezuela	Constituição	0	0	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	0	0	0	0

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

Com exceção do Chile e da Nicarágua, todos os demais países latinos estabelecem mecanismos de financiamento público a seus partidos. Dentre os demais países, a grande maioria estabelece critérios para a aplicação destes recursos em determinadas áreas, tais como manutenção da estrutura organizacional, atividades relacionadas a campanha eleitoral, manutenção dos institutos de pesquisa e formação ligados à legenda e outros temas, como fomentar a participação feminina, por exemplo.

Das quatro áreas selecionadas, esta pode ser dividida em dois grupos. A primeira – campanhas e organização – trata de atividades vitais para a organização, as quais necessitam de recursos, e segundo a bibliografia, estas demandam atualmente cada vez mais recursos financeiros e a fonte de financiamento tradicional – financiamento por meio dos membros – é instável em termos de entradas de recursos<sup>170</sup>, o que faz com que as

<sup>170</sup> A teoria do cartel argumenta que o principal motivo da passagem dos partidos da sociedade para o Estado se deve a instabilidade do financiamento por meio das cotizações dos membros (KATZ; MAIR, 1995).



legendas passem a depender de outras fontes de receitas, tais como, subsídios públicos e de grupos de interesses. O segundo grupo – institutos e outras – pode ser tratado como uma espécie de contrapartida ao financiamento estatal, pois obriga os partidos a alocarem recursos na formação política de seus filiados e na promoção de participação de gênero e de minorias na política.

Metade dos países regulamenta a aplicação de subsídios públicos nas campanhas eleitorais. Destes países, o Brasil e a República Dominicana apenas citam a aplicação dos fundos partidários nas campanhas eleitorais, mas não estabelecem critérios para tal. Nos demais casos, a distribuição em cinco países – Colômbia<sup>171</sup>, Costa Rica, México<sup>172</sup>, Panamá<sup>173</sup> e Uruguai – ocorre após as eleições, através de um sistema de reposição dos gastos<sup>174</sup>, baseado no desempenho eleitoral dos partidos<sup>175</sup>. A Bolívia e Honduras adotam um sistema misto, no qual, parte dos valores é distribuído antes e o restante posteriormente, no caso boliviano a distribuição é de cinquenta por cento antes e cinquenta após as eleições e, no caso hondurenho a divisão ocorre com sessenta por cento antecipado e quarenta por cento posterior.

O uso do fundo público para a manutenção da organização é apenas citado nas legislações, com somente o Brasil estabelecendo um limite para os gastos em cinquenta por cento do fundo público. Por fim, também são citadas a aplicação dos recursos nos institutos de pesquisa vinculados aos partidos e também em atividades de promoção de participação de minorias. Dos que regulamentam estas atividades, somente três definem percentuais da aplicação dos recursos estatais nestas atividades. O Brasil também define um percentual mínimo a ser utilizado para promoção da participação feminina – cinco por cento – e manutenção dos institutos de pesquisa (vinte por cento). A Colômbia cita a aplicação dos recursos em propaganda e inclusão e define, a aplicação de quinze por cento do fundo estatal na formação e inclusão das minorias. Por fim, o México também estabelece a aplicação de três por cento dos subsídios estatais na formação de seus filiados.

---

<sup>171</sup> O Conselho Eleitoral Nacional colombiano fixa o limite de gastos das campanhas individuais ou das listas partidárias.

<sup>172</sup> O México estabelece que em anos eleitorais, os partidos podem usar até metade do financiamento público para custear suas campanhas.

<sup>173</sup> O Panamá repõe até quarenta por cento dos gastos eleitorais parcelados em cinco anos.

<sup>174</sup> A reposição dos gastos pode ser adiantada em alguns casos. A Colômbia permite que oitenta por cento dos valores possam ser antecipados com bases nas eleições anteriores e os valores que sejam superiores ao desempenho eleitoral serão devolvidos. A Costa Rica também permite a antecipação, porém, em um percentual menor – quinze por cento – e não menciona uma possível devolução dos valores.

<sup>175</sup> O Uruguai determina oitenta e sete unidades impositivas por voto obtido para as eleições presidenciais. Se houver segundo turno, o valor cai para treze unidades impositivas.

**Tabela 4.14 – Forma de distribuição dos recursos do fundo partidário****(Contínua)**

<b>País</b>	<b>Legislação</b>	<b>Eleição</b>	<b>Representatividade</b>
Argentina	Constituição	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	1
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	0	0
Bolívia	Constituição	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	1	0
Brasil	Constituição	0	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	0	1
Chile	Constituição	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	0	0
Colômbia	Constituição	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	1	1
Costa Rica	Constituição	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	0	1
El Salvador	Constituição	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	0	0
Equador	Constituição	0	0
Equador	Lei de Partidos	0	0
Guatemala	Constituição	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	1	0
Honduras	Constituição	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	1	0
México	Constituição	0	1
México	Lei Partidos Políticos	0	0
Nicarágua	Constituição	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0
Panamá	Constituição	0	0
Panamá	Código Eleitoral	1	0
Paraguai	Constituição	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	1	0
Peru	Constituição	0	0
Peru	Lei de partidos	1	0

**Tabela 4.14 – Forma de distribuição dos recursos do fundo partidário****(Conclusão)**

País	Legislação	Eleição	Representatividade
República Dominicana	Constituição	0	0
República Dominicana <sup>176</sup>	Código Eleitoral	0	1
Uruguai	Constituição	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	1	0
Venezuela	Constituição	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	0	0

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

Basicamente a distribuição dos recursos públicos aos partidos ocorre de dois modos. O primeiro é de acordo com o desempenho eleitoral dos partidos, isto é, distribui-se os fundos de acordo com a quantidade de votos obtidos em eleições (para câmara dos deputados, senado ou presidente)<sup>177</sup>. O segundo tipo, é de acordo com a representação dos partidos no congresso nacional (câmara, senado ou ambos). Por fim, a definição pode ser através de um valor fixo definido nos orçamentos e posteriormente são adotados critérios para a distribuição dos recursos entre os partidos.

O critério eleitoral define basicamente que cada voto equivale a uma soma em dinheiro, este pode ser, na moeda nacional ou através de uma unidade monetária, como no Peru e Uruguai. A distribuição por meio da representatividade é mais restritiva que a eleitoral, pois limita o repasse financeiro aos partidos presentes no parlamento ou, como na maioria dos casos, determina a maior parte dos repasses as legendas parlamentares em detrimento daquelas que não presentes.

Como visto, a distribuição dos subsídios envolve também a questão da repartição dos recursos de acordo com critérios que distingam as legendas de acordo com sua

<sup>176</sup> A República Dominicana define meio por cento do orçamento da nação para auxílio dos partidos nos anos eleitorais e metade do valor (0,25%) nos anos não eleitorais.

<sup>177</sup> Alguns países determinam que a divisão dos fundos públicos ocorre apenas para partidos com representação parlamentar ou que tenham atingido um percentual de votos. A Bolívia exige que se tenha pelo menos três por cento dos votos válidos a nível nacional. A Costa Rica estabelece que o acesso ocorre apenas para partidos com um deputado ou quatro por cento dos votos nas eleições nacionais ou provinciais. Na Guatemala se necessita de cinco por cento dos votos ou um deputado. No Paraguai há a exigência de dois por cento dos votos para ter acesso ao financiamento público.

representação ou número de votos. Esta separação ocorre, basicamente, por meio de duas maneiras.

A primeira forma de distribuição consiste em uma modalidade mais direta, na qual as nações distribuem os subsídios públicos de acordo com a quantidade de votos obtidos. Neste caso pode separar dois grupos, o primeiro constituído pelo Peru e o Uruguai, determina a distribuição por meio de uma quantidade de unidade impositiva (UI) por voto, respectivamente, até sessenta (60) por ano e oitenta e sete (87). O segundo grupo, constituído por Guatemala e Honduras distribuem uma quantidade fixa de dinheiro de acordo com o montante de votos, no primeiro são distribuídos dois dólares americanos por voto<sup>178</sup> e no segundo, vinte lempiras por voto. Por fim, a Costa Rica define que o Tribunal Eleitoral irá definir a cada eleição o valor de cada voto dado aos partidos.

A outra forma disposta nas legislações distribui de acordo com o desempenho eleitoral. Neste caso, os valores são distribuídos proporcionalmente aos votos ou cadeiras obtidas em eleições parlamentares ou gerais. No primeiro caso, encontram-se, a Argentina, o Brasil, a Colômbia e o México. No segundo, estão o Equador e a República Dominicana, que distribuem os recursos de acordo com o desempenho nas eleições nacionais (presidente e para o Congresso Nacional).

O desempenho eleitoral também trata da forma da distinção da distribuição de recursos entre as legendas. Este pode ser mais aberto ou fechado, ou seja, pode distribuir um montante maior entre todas as legendas ou adotar critérios que restrinjam a distribuição – ou a maior parte dos recursos – aos partidos presentes.

---

<sup>178</sup> A distribuição ocorre na moeda local (quetzales).

**Tabela 4.15 – Distribuição do fundo público**

<b>País</b>	<b>Igual a todos</b>	<b>Proporcional</b>
Argentina	20%	80%
Brasil <sup>179</sup>	5%	95%
Colômbia	10%	40%
Equador	65%	35%
México	30%	70%
Panamá	40%	Não consta
Peru	40%	60%
República Dominicana	25%	75%

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

Com exceção do Equador, todos os países distribuem mais recursos aos partidos políticos com representação parlamentar. Destes, o Brasil possui o sistema de distribuição mais restritivo, no sentido, em que apenas cinco por cento do fundo partidário público é distribuído de forma igual a todos, nos demais casos com exceção da Argentina e República Dominicana, existe um relativo equilíbrio entre a distribuição dos recursos, com o predomínio dos partidos parlamentares. A Colômbia, constitui um caso à parte, com a distribuição dividida com maior predomínio dos partidos parlamentares sobre uma repartição mais igualitária, porém, há uma terceira faixa de distribuição, na qual 15% dos valores são distribuídos de forma igual para as agremiações que obtiveram mais de três por cento de votos para as eleições para o Senado.

Outra forma de controle dispostas nas legislações é a questão do acesso aos subsídios públicos. Neste caso, o acesso somente é permitido aos partidos que obtém uma representação mínima, aqui pode-se incluir os casos boliviano (três por cento dos votos), guatemalteco (cinco por cento dos votos ou um assento na câmara dos deputados) e o paraguaio (dois por cento).

Outra importante fonte distribuída pelos governos ocorre através de benefícios indiretos, isto é, também são fornecidos aos partidos acesso aos meios de comunicação, isenção de impostos e outros serviços sem custos. Mais uma importante fonte de recursos

---

<sup>179</sup> A distribuição no Brasil antes da reforma da legislação partidária em 1995 era mais restrita, no sentido que exercia maior controle sobre a organização e a distribuição de recursos, era mais restrita, com apenas um por cento distribuído de forma igualitária a todos.

é a alocação de recursos pessoais – staff – para as legendas, porém, esta não se encontra regulamentada nas normas e regras sobre as legendas.

**Tabela 4.16 – Subsídios indiretos**

(Contínua)

País	Legislação	Acesso à mídia	Isenção de impostos	Outros
Argentina	Constituição	0	0	0
Argentina	Lei de financiamento dos partidos	0	1	0
Argentina	Lei dos Partidos Políticos	0	0	0
Bolívia	Constituição	0	0	0
Bolívia	Lei de Partidos Políticos	0	0	0
Brasil	Constituição	1	1	0
Brasil	Lei dos Partidos Políticos	1	0	1
Chile	Constituição	0	0	0
Chile	Lei dos Partidos Políticos	0	1	0
Colômbia	Constituição	1	0	0
Colômbia	Lei de Partidos Políticos e movimentos	1	0	0
Costa Rica	Constituição	0	0	0
Costa Rica	Código Eleitoral	0	1	1
El Salvador	Constituição	0	0	0
El Salvador	Código Eleitoral	1	0	0
Equador	Constituição	1	0	0
Equador	Lei de Partidos	1	1	0
Guatemala	Constituição	0	0	0
Guatemala	Lei eleitoral e de partidos políticos	0	0	1
Honduras	Constituição	0	0	0
Honduras	Lei Eleitoral	0	0	0
México	Constituição	1	0	0
México	Lei Partidos Políticos	1	0	1
Nicarágua	Constituição	0	0	0
Nicarágua	Lei de partidos	0	0	0
Panamá	Constituição	0	0	0
Panamá	Código Eleitoral	0	1	1
Paraguai	Constituição	0	0	0
Paraguai	Código Eleitoral	0	0	1

**Tabela 4.16 – Subsídios indiretos****(Conclusão)**

País	Legislação	Acesso à mídia	Isenção de impostos	Outros
Peru	Constituição	0	0	0
Peru	Lei de partidos	1	0	0
República Dominicana	Constituição	0	0	0
República Dominicana	Código Eleitoral	0	0	0
Uruguai	Constituição	0	0	0
Uruguai	Lei de Partidos	0	0	0
Venezuela	Constituição	0	0	0
Venezuela	Lei de Partidos	0	0	0

Fonte: Elaboração do autor com base nas legislações nacionais.

Em sua maioria, esta modalidade regulamenta o acesso dos partidos aos meios de comunicação – Brasil, Colômbia, El Salvador, Equador e Peru –, a isenção de impostos para as suas atividades e outros benefícios, tais como, acesso ao serviço postal<sup>180</sup> (Paraguai), isenção de impostos para compra de material para suas atividades, tais como informática (Paraguai). Fora isso, o Panamá também fornece uma linha telefônica para as sedes nacionais das legendas, com custeio das ligações locais (inclusive celulares) e desconto de cinquenta por cento da tarifa de eletricidade.

Somado a estas questões, as legislações determinam quais tipos de financiamentos privados são proibidos ou impõe limites a algumas modalidades deste tipo, como o financiamento por meio de empresas<sup>181</sup> ou doações de pessoas físicas.

Em sua maioria, os países proíbem a contribuição de governos e entidades estrangeiras, salvo quando estas financiam cursos (Bolívia, Colômbia, Guatemala, Panamá e Peru), e limitam as contribuições anônimas<sup>182</sup>. Fora estas formas de contribuições, as legislações em alguns casos – Brasil, Paraguai<sup>183</sup>, Peru e Uruguai –

<sup>180</sup> O Paraguai também estabelece a gratuidade do uso de telégrafo por parte dos partidos.

<sup>181</sup> Em 2015 o Congresso brasileiro proibiu a doação empresarial para partidos e campanhas eleitorais.

<sup>182</sup> Três países regulamentam as doações anônimas. A Bolívia e o Panamá as permitem desde que sejam obtidas por meio de coletas públicas regulamentadas pelos organismos eleitorais. O Uruguai permite doações que não ultrapassem quatro mil unidades indexadas.

<sup>183</sup> O Paraguai proíbe doações acima de cinco mil salários mínimos.

limitam as contribuições sindicais, patronais e de empresas que prestam serviços públicos por meio de concessões públicas.

Outra forma de limitação descrita nas normas e regras sobre os partidos está na questão da doação empresarial, algumas nações proíbem esta forma de financiamento, enquanto outras – Argentina, Colômbia, Guatemala e o Peru – estabelecem limites, os quais variam de um por cento dos gastos totais de campanha (Argentina) até dez por cento dos gastos (Colômbia e Guatemala) e o Peru determina que as doações empresariais não podem atrasar sessenta unidades indexadas por ano (60UI).

Por fim, alguns países possuem algumas peculiaridades sobre o tema, tais como, proibições de doações de pessoas ou empresas que exploram jogos de azar (Argentina e Honduras), atividades ilícitas (Bolívia, Colômbia<sup>184</sup> e Uruguai), ONG's (Bolívia) e de entidades religiosas (Bolívia e Equador).

### *Considerações finais*

Este capítulo apresentou o debate acerca de um ponto fundamental sobre a organização partidária, as legislações constituem um importante elemento para a determinação da organização dos partidos políticos, pois determinam os limites que as organizações devem obedecer em algumas matérias, tais como, obtenção de recursos e formação das legendas. Em relação a outros temas, também são estabelecidos limites, mas também são criadas margens para atuação dos partidos, neste ponto, reside as regulamentações sobre a organização, na qual, quando existentes, determinam o “ponto de partida” que as estruturas organizacionais devem seguir e fornecem autonomia para determinação de seus desenhos organizacionais.

A bibliografia sobre o tema se mostra, ainda, incipiente com a maioria dos estudos se concentrando na área do Direito Constitucional. No campo da ciência política, o debate sobre o papel das legislações está em que medida os partidos são pautados pelos governos ou os governos são pautados por eles, este debate, apesar de importante, os trabalhos destas correntes pouco examinam o interior das legislações e focam no seu impacto sobre os governos, ou seja, focam mais nas consequências das regulações – no caso do cartel – ou na importância dos partidos para a sobrevivência dos governos (Estado de partidos).

---

<sup>184</sup> A Colômbia também proíbe doações advindas de atividades ligadas ao narcotráfico e milícias paramilitares.



Quando trazemos o debate para a América Latina nota-se um esforço em descrever as legislações ou em buscar aplicar a teoria do cartel partidário no contexto local. A produção, no entanto, se mostra ainda mais restrita do que no caso europeu, com foco ainda na história das legislações e na descrição de suas características principais.

As legislações não constituem um entrave ou ameaça à liberdade dos partidos, como a teoria do cartel pressupõe, tampouco, nota-se um controle exagerado por parte de todos os países da região. O maior ou menor rigor das leis vem da importância que os próprios atores conferem a si mesmo, isto é, são os próprios partidos que criam os limites para atuação partidária por meio de negociação entre si. Quando não formulam, como no caso do Chile, possuem capacidade ou poder para modifica-las. Estes limites criam um marco comum a todos ou parafraseando Tarrow (2012), um conjunto de estruturas de oportunidades, no qual os partidos desempenham suas atividades. Dito de outra forma, as leis criam um ponto comum a todos os atores, os quais aproveitam de modo distinto, conforme as ambições de seus membros.

A possibilidade de criar e/ou alterar o marco jurídico não garante necessariamente o domínio dos partidos sobre os governos e tampouco, pode-se argumentar que os governos dominam as agremiações, como Katz e Mair (1995) e demais autores da teoria do cartel partidário defendem. A relação entre as legendas e os governos se mostra muito mais complexa do que a simples discussão de quem domina quem.

Retomando uma discussão iniciada por Duverger (1970) sobre as tensões entre as esferas partidárias – neste caso, entre a organização e a parte parlamentar –, na qual uma esfera busca dominar a outra e continuada por Katz e Mair (1995) que tratam das tensões entre as esferas governamentais e a organização do partido em si, na qual, o alvo de disputa e o poder se encontram na extração dos recursos, com a atualmente a esfera governamental dominando a questão de recursos, visto que, os recursos por meio da organização – basicamente membros – se encontram instáveis.

Pode-se pensar que o relacionamento dos partidos com os governos é conflituoso, vide que ambos buscam realizar suas ambições, porém, também há interdependência entre as partes, pois uma depende da outra. Dito isso, pode-se seguir a linha de pensamento de Aldrich (2011) e Colomer (2005), na qual, ambos os autores argumentam que os partidos selecionam o seu campo de atuação, porém, esta definição é conflituosa e marcada por constantes alterações ao longo do tempo.

Destarte, a América Latina mostrou uma grande diversidade nas legislações, e assim como no caso dos partidos, esta gera dificuldades para a classificação. Ao longo do capítulo, duas tentativas de classificações das legislações latinas foram apresentadas. A

primeira, formulada por Molenaar (2014) trata do grau de acesso aos partidos ao sistema político e, a segunda proposta por Zovatto (2006) mede o grau de controle do marco jurídico sobre as organizações. Das duas classificações, a de Zovatto (*idem*) se mostra a mais fácil de operacionalizar, pois divide os partidos em dois polos (máxima e mínimo), porém, o autor não cria tipos intermediários entre os tipos.

O capítulo também analisou as legislações da região, com foco não somente nas normativas específicas (leis partidárias e códigos eleitorais), mas também os artigos nas constituições nacionais e outras legislações acerca dos partidos da região. Verificou-se a grande diversidade da região, na qual são encontradas leis que pouco regulamentam as atividades partidárias – Argentina, Nicarágua, Uruguai e Venezuela – e outras que descrevem as atividades partidárias minuciosamente, como o Chile e a Colômbia, entre estes tipos, existe uma grande variedade de tipos intermediários como o Brasil e o Paraguai.

Por fim, o capítulo não propôs uma classificação e se ateve apenas na descrição das legislações, esta estratégia foi adotada de modo a examinar de modo mais aprofundado o marco jurídico da região, entretanto, a discussão sobre as legislações e a proposta de sua classificação será trabalhada no capítulo 6.

## 5. A organização dos partidos latinos: o que dizem os estatutos

O estudo dos partidos como organizações não enfrenta desafios somente pela indefinição acerca do objeto ou pelo lento avanço da teoria, mas também por noções pré-concebidas sobre eles, Panebianco (2005) resume essas noções em dois tipos. O primeiro tipo denominado de preconceito sociológico parte do princípio que os partidos são produtos das demandas dos grupos por eles representados, isto é, os partidos são expressões de segmentos ou grupos sociais específicos<sup>185</sup>, tais como operários, burgueses, entre outros e suas organizações são moldadas por esses grupos, ignorando toda a complexidade das relações entre os partidos e os grupos<sup>186</sup>. O segundo, chamado de preconceito teleológico confere objetivos aos partidos, os quais são o principal motivo de sua existência e moldam a organização para a obtenção de suas ambições. Para Panebianco (2005) ambos preconceitos conferem um papel secundário a organização<sup>187</sup>, que é explicada de modo simplista pelas duas visões e não se atém a complexidade de sua formação, o qual para o autor somente pode ser compreendido através das relações que o partido estabelece com o ambiente, ou seja, dos locais onde os partidos extraem os recursos necessários para a sua sobrevivência, mais especificamente com as arena eleitoral e legislativa, que segundo o autor é são as arenas específicas das agremiações partidárias.

Junto a esses dois preconceitos os estudos sobre a organização dos partidos políticos enfrenta outro problema de ordem normativa, que é tratar de suas organizações internas como estas deveriam ser, ou seja, as funções que devem desempenhar, como devem financiar suas atividades, o relacionamento entre seus filiados e a direção do partido, entre outras características e não como estas realmente são. Esse tipo de orientação possui diversos problemas, o principal é estabelecer um ideal partidário que não encontra paralelo com a sociedade, geralmente, os partidos de massas são tomados

---

<sup>185</sup> O argumento que os partidos representam conflitos sociais é mais utilizada nos estudos sobre os sistemas partidários, nos quais são estes conflitos que estruturam a dinâmica do sistema (LIPSET; ROKKAN, 1992). Quando trazemos a discussão das clivagens para a organização dos partidos, essa se resume a classificação das legendas em famílias partidárias, tais como, partidos liberais, religiosos, entre outros (VON BEYME, 1985; WARE, 2004).

<sup>186</sup> Panebianco (2005) cita o trabalho de Eldersveld (1964) como maior exemplo da visão sociológica sobre os partidos, segundo o autor, Eldersveld (*idem*) toma as divisões internas das legendas como expressões das orientações sócio-econômicas e culturais destas divisões. Sartori (1990) também trabalha a visão sociológica sobre os partidos políticos, com o autor afirmando que estes não são expressões de classes específicas, mas que são eles que conferem significados as classes por meio de sua ação.

<sup>187</sup> A segunda visão se resume basicamente aos autores da teoria da escolha racional e aos estudos sobre os partidos estadunidenses, os quais são tomados como meios para a obtenção das ambições de seus filiados.

como este modelo ideal, porém, não são tratados em alguns casos como um tipo ideal no sentido weberiano, mas um modelo que foi alcançado pelos partidos em um passado não muito distante e que os partidos devem buscar reprisá-lo. Neste ponto, ocorre um exagero ou uma visão demasiada romantizada do modelo de massas, o quais são tidos como o tipo mais acabado – ou perfeito – de organização partidária, no qual os partidos atingem seu ápice, porém, este tipo foi sobrevalorizado por Duverger (1970) que tomou o caso francês – e mais específico do Partido Socialista – como modelo e segundo Ware (2004) o cientista político francês considera: “*a forma organizacional dos partidos políticos socialistas era superior ao restante das outras possíveis e havia sido e seguiria sendo copiada por outros partidos*” (WARE, 2004, p.161)<sup>188</sup>.

Visões pré-concebidas não são encontradas apenas nas perspectivas teóricas, mas também nos estudos sobre as agremiações partidárias de outras regiões, com destaque para os estudos sobre os casos latino-americanos. Esses são tratados com certa desconfiança por parte da bibliografia especializada, que em sua maioria, os considera como organizações frágeis, pouco dotadas de mecanismos efetivos de participação da sociedade e de seus membros em seu interior, dominados por redes de clientelismo e patronagem, além da predominância de práticas informais em seu interior e, em alguns casos, formados em torno de lideranças caudilhas. Essa perspectiva, entretanto, é um tanto quanto exagerada, não que os partidos políticos latino-americanos não possuam problemas, mas atribuem uma série de dificuldades, não são exclusivas a eles e podem ser encontradas de modo geral em grande parte dos partidos em todo o globo e, particularmente, empregam um excesso de rigor metodológico nas análises sobre a região.

Um segundo problema deste tipo de exame está na realização da comparação entre os partidos políticos de diferentes regiões sem os devidos ajustes, os quais colocam os partidos europeus ocidentais como o tipo ideal que dificilmente será alcançado pelos partidos latino-americanos, pois estes não atravessaram o mesmo desenvolvimento que os grandes partidos europeus e, assim, não construíram organizações sólidas que garantam sua inserção na sociedade a partir de estratégia programáticas e não apenas a ação voltada ao desempenho eleitoral. O equívoco desta visão está na estratégia ou opção de ignorar as mudanças atravessadas pelos partidos nas últimas décadas como assinalado por Lapalombara (2007) ao rever sua obra quarenta anos depois. Somada a esta questão,

---

<sup>188</sup> Tradução do autor.

também está no surgimento e retorno dos partidos políticos em regiões anteriormente pouco estudadas, como a América Latina, por exemplo:

“É evidente que diferentes tipos de partidos estão sendo muito mais observados do que o foram no passado e, o que é mais importante, o interesse acadêmico recente tem focalizado, numa extensão sem precedentes a formação partidária, consolidação e mudança partidária. Isso implica a necessidade de reconsideração dos conceitos que definem um partido e seus atributos, assim como aqueles que definem suas relações com outros partidos” (BARDI; MAIR, 2010, p.229).

Bardi e Mair (2010) apresentam uma importante reflexão sobre os estudos partidários. Com o crescimento do número de casos, os indicadores, proposições e teorias necessitam atravessar uma reflexão para sua aplicabilidade aos novos contextos, os quais não reproduzem as mesmas características descritas pelas teorias. O problema de transpor as teorias partidárias para as “novas democracias” se encontra primeiro no carácter eurocêntrico das teorias (ALARCÓN, 2003; DE LA ROSA; CONTRERAS, 2007; MAYER, 2013; REVELES, 1999), as quais são formuladas para explicar casos de sistemas parlamentaristas, em sua maioria, com desenvolvimento histórico distinto, um modelo ideal de partido baseado na inserção da sociedade ou de segmentos sociais no interior das agremiações – partido de massas – que raramente é encontrado em outras regiões, etc. Ao aplicar essas proposições em outros contextos, ocorre uma distorção dos fatos, no qual as novas democracias, com raras exceções, não se encaixam e para alguns, os partidos não cumprem suas funções básicas, essa visão, também se relaciona com os preconceitos descritos por Panebianco (2005) ao não cumprirem as exigências (representação, articulação dos interesses da sociedade junto aos governos, etc.). O central ao examinar, categorizar e comparar os partidos das novas democracias, não é estabelecer critérios de comparação com outras regiões, mas sim, criar mecanismos que possibilitem compreender as características dos partidos locais a partir de seu desenvolvimento histórico e das características da região e de seus partidos.

Para isso também é fundamental se ver livre de alguns pressupostos teóricos da bibliografia especializada sobre a região. A literatura acerca dos partidos latino-americanos, sobretudo, sobre suas organizações possui excessos e demasiado rigor metodológico sobre suas estruturas organizacionais, este rigor traz a percepção que os partidos da região – em sua maioria – são organizações frágeis e pouco estruturadas se comparadas as das democracias da Europa Ocidental, principalmente os casos da Alemanha, França e Reino Unido. Esta orientação deve ser contrastada a própria visão

que os partidos possuem hoje em dia na bibliografia, no qual ora são tratados como em declínio, ora em adaptação e revitalização, entretanto, ambas as concepções argumentam que as estruturas organizacionais não são mais o que eram no período de massas e que as agremiações atravessam uma fase de adaptação a um novo contexto, no qual suas funções representativas não são essenciais à sua própria sobrevivência (ALDRICH, 2011; MAIR, 2003; MAYER, 2013).

Uma das propostas centrais deste trabalho é que deve-se limitar as concepções negativas – e até positivas – sobre a região e desenvolver análises mais descritivas sobre as agremiações partidárias latino-americanas, sem excluir as questões dos problemas e desafios das legendas. Essa posição não ignora que os partidos da região possuem problemas ou limitações decorrentes de sua história, embora, alguns dos problemas apresentados pela bibliografia sejam comuns a outras regiões, como dificuldades na execução de suas funções representativas e diminuições do número de filiados ao longo do tempo, no entanto, apesar de reconhecer que estes problemas podem afetar alguns dos partidos presentes na América Latina, a análise irá se concentrar em suas características formais, por isso é fundamental não partir de pressupostos normativos acerca das agremiações e dirigir o exame para análises mais descritivas sobre como os partidos são organizados e os diversos padrões identificados na região.

O capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, serão desenvolvidos alguns apontamentos teóricos sobre a organização dos partidos políticos. Estes serão trabalhados de modo breve e retomarão questões já levantadas nos capítulos anteriores, além, de apresentar os indicadores utilizados. A segunda parte focará na descrição dos estatutos e as semelhanças e diferenças entre as organizações latino-americanas, bem como apresentará os diferentes desenhos organizacionais presentes na região. Os estatutos serão utilizados como fonte primária de informação. Ao final do capítulo será possível identificar os diversos padrões de organização da região, com a identificação da grande diversidade partidária, a qual será a base para o próximo capítulo.

### *5.1. A anatomia dos partidos políticos: alguns apontamentos teóricos*

O primeiro capítulo apresentou uma série de definições do que se trata a organização partidária. Esta pode ser tratada como expressão de uma classe ou segmento social específico (BOIX, 2007), como um mecanismo para a obtenção das ambições ou

objetivos de seus membros (ALDRICH, 2011; DOWNS, 1999), como um meio de atração de membros (VON BEYME, 1985), modo de utilização dos recursos (WARE, 2004), entre outros. Nesse caso, como argumentamos no primeiro capítulo a organização é compreendida por meio da divisão do trabalho interno das legendas para a realização das ambições de seus membros e do partido político em si, visto que, os filiados possuem interesses diversos e por vezes conflitantes.

Por muito tempo, o foco dos estudos organizacionais se concentrou no processo de mudança organizacional, no qual, um tipo substitui outro em uma espécie de evolução, visto que, a substituição ocorre de modo a melhor se adaptar ao ambiente e aos novos desafios e estímulos produzidos ao seu redor. Porém, esta perspectiva pouco trabalha com a questão da organização em si, com ênfase no sistema e, mais precisamente, nos impactos que os subsídios estatais trouxeram para a sobrevivência das legendas. O foco aqui se encontra na questão da identificação de como as legendas estão organizadas, ou seja, se ambiciona realizar um estudo mais descritivo e em profundidade das organizações internas, o qual se encontra em segundo plano nos estudos comparativos partidários nos dias atuais (ALBUQUERQUE; CONTRERAS, 2011).

Dito isso, é importante definir do que se trata a questão da organização partidária. Para Sartori (2012), em mais uma aproximação com as ciências biológicas, a análise da máquina partidária se refere ao estudo da anatomia das agremiações partidárias. Duverger (1970) segue por um caminho semelhante ao definir a organização como uma série de comunidades interligadas. Lapalombara (1982) e Panebianco (2005) partem da divisão do trabalho interno, no qual a organização se refere a distribuição do poder e do trabalho interno das legendas. Katz e Mair (1995) retomam uma interpretação antiga e argumentam que a organização é separada em três faces de acordo com suas funções (ISHIYAMA, 2001; RIHOUX, 2001). Nesse caso, tomamos a organização ou desenho organizacional, como o formato que o partido – ou mais especificamente, seus membros – seleciona para desenvolver suas atividades e atingir suas ambições, esse se refere a divisão do trabalho interno, bem como a sua disposição ao longo do território nacional.

A organização nesse caso não seria somente um escalão, o qual divide suas tarefas entre seus membros. As máquinas partidárias são dotadas de subdivisões, ou comunidades como definem Crotty (1970) e Duverger (1970)<sup>189</sup>, presentes tanto nas instâncias nacionais, quanto nas regionais. Estas divisões se interligam formando o todo

---

<sup>189</sup> Eldersveld (1964) toma os partidos americanos como uma série de subdivisões internas, nas quais cada uma representa um interesse distinto. Nesse caso, um partido para o autor seria a junção de diversos interesses conflitantes entre si.

partidário e possuem cada uma atribuições, funções e membros próprios e são dispostas em um sistema hierárquico, mesmo que rudimentar.

O problema aqui seria como comparar estas comunidades? Duverger (1970) propõe a comparação através do conceito de elementos de base, estes segundo o autor se referem a cada elemento constitutivo da organização:

“Cada partido tem a sua própria estrutura, que não se assemelha absolutamente à dos outros. Pode-se, apesar de tudo, distinguir quatro grandes tipos de elementos de base, aos quais se chega a vincular a maioria dos partidos existentes: o comitê, a seção, a célula e a milícia” (DUVERGER, 1970, p.52-53).

Estes elementos equivalem aos grupos dirigentes (comitês), a organismos mais amplos que comportam um número maior de membros, abertos a maior participação dos filiados (seções), organismos de base, organizados de forma territorial (células) e estruturas paramilitares (milícias). Para Ware (2004) o autor não considera que todos os partidos possuem a mesma organização, porém, toma o Partido Socialista francês como um modelo a ser seguido e imitado por todos os demais partidos. Partindo do mesmo princípio, von Beyme (1985) alega que o trabalho do autor é fortemente influenciado pelo caso francês, o que explica a composição dos elementos de base e a dificuldade de operacionalizar o conceito e sua utilização para partidos de outros países.

Como solução para a operacionalização do desenho organizativo das legendas, propomos a identificação dos principais componentes que formam a organização e sua disposição hierárquica. Esta opção é motivada pelos seguintes motivos: a) não reduz toda a pluralidade encontrada nos partidos políticos latino-americanos a somente quatro tipos, sendo um deles (milícias) exclusivos de partidos de orientações fascistas e nazistas; b) resolve o problema das exceções do modelo de Duverger (1970), como salientado ao longo do texto, a América Latina possui ampla diversidade partidária, com legendas de várias orientações, os quais possuem diferentes estruturas organizacionais, regras partidárias e constitucionais, trajetórias, etc.; c) a opção por realizar um exame descritivo buscou evitar a redução de toda a pluralidade da região a somente alguns tipos e evidenciar o desenho organizacional próprio de cada partido e; d) devido a pluralidade e a simplificação que o conceito de elementos de base exige, corre-se o risco de esticar demais o conceito para incluir todos os casos.



## *5.2. O que dizem os estatutos? A apresentação do desenho organizacional dos partidos latino-americanos*

Os estatutos dos partidos latino-americanos exibem grande variação. Alguns são extremamente curtos em relação ao número de páginas, como os dos partidos argentinos que não possuem mais de vinte páginas e outros são extremamente longos, com mais de cem páginas (PLH; PRD/MEX; PRI). Não apenas a quantidade de páginas evidencia a grande diversidade da região, mas também a sua composição. Quase todos os partidos políticos se atêm somente as regras estatutárias em seus documentos, outros porém, acrescentam outras disposições e documentos, como os partidos guatemaltecos – PP e UNE – que acrescentam seus princípios programáticos aos seus estatutos, o PLH que publica sua história junto a seu programa e estatuto e, por fim, o PSUV edita um documento confuso, com poucas regulamentações e foca mais em sua doutrina e na propaganda de sua máxima liderança – Hugo Chávez – do que regulamentar sua organização.

As próprias disposições estatutárias também exibem uma relativa variação, com alguns partidos, como os mexicanos, o PSDB, o PT, PC/COL, PL/COL, PLH regulamentando de modo mais completo – e com mais restrições a margem de manobra de suas lideranças – as suas organizações e outros, como os equatorianos e os venezuelanos descrevendo as disposições estatutárias de modo vago. Mesmo com estas diferenças, os estatutos constituem um importante instrumento para a identificação do mapa do poder organizativo e sua comparação.

Nesse caso, foram identificadas organizações que variam de uma grande divisão do trabalho interno, com a criação de diversas instâncias que promovem uma maior inserção dos filiados no interior da legenda ou, em alguns casos, uma maior distribuição de poder entre os grupos internos. A outras mais centrados nas lideranças, com poucas instâncias e poucos canais de participação dos filiados, ou seja, mais fechadas. Entre os dois extremos, encontram-se vários tipos intermediários que constroem organizações com diferentes graus de inclusão dos filiados na vida partidária e divisão do trabalho interno.

Dito isso, é fundamental discutir os scores utilizados para identificar o desenho organizacional das legendas latino-americanas. Assim, como no capítulo anterior, o foco no momento se encontra na identificação da presença dos organismos nos estatutos partidários, a maioria diferenciação entre elas, ocorrerá no próximo capítulo, aonde os padrões serão identificados de modo mais complexo, tratando não apenas, da

identificação da existência ou não dos organismos, mas também da diferenciação entre elas.

A organização dos partidos políticos é relativamente simples<sup>190</sup>, cada legenda possui um desenho organizacional único, porém, algumas semelhanças podem ser encontradas entre eles. De forma básica, as estruturas organizacionais podem ser resumidas a seis tipos de organismos, que vão desde instâncias deliberativas até instâncias de consultas a seus membros<sup>191</sup>:

1 – Deliberativos: constituem o principal organismo partidário, de carácter sazonal – ocorrem somente algumas vezes durante o mandato dos grupos dirigentes – no qual as principais decisões são tomadas, tais como, seleção de candidatos e dirigentes, alianças, reformas estatutárias, determinação do programa político, de análises de conjunturas, entre outros. A sua composição varia de legenda para legenda, com graus diferentes de abertura para a participação dos filiados, as legendas podem possuir mais de uma instância deste tipo;

2 – Diretivos: são organismos intermediários entre os deliberativos e os executivos. Também possuem periodicidade sazonal, isto é, sua reunião ocorre somente algumas vezes por mês ou por ano. Tem como funções básicas a direção do partido, a definição de estratégias e da ação partidária, eleição de sua comissão executiva, entre outras. A sua composição também é variável e pode ser mais restrito aos círculos internos ou mais aberto e ser composto por mais de uma centena de casos;

3 – Executivo: são organismos de ação e direção partidária, responsáveis pela condução das ações cotidianas do partido, em alguns casos, acumula também as funções das instâncias diretivas e em outros é substituída pelo presidente da legenda. Seu número de filiados é menor que os organismos diretivos e, assim, como os demais organismos, a quantidade de cargos é flexível, indo desde um baixo número de membros até um número

---

<sup>190</sup> A organização dos partidos é relativamente simples se comparado a outras organizações, como algumas ONG's, sindicatos ou movimentos sociais, entretanto, são entidades mais pluriclassistas que estas e cada legenda possui um desenho organizacional único, porém, algumas semelhanças podem ser encontradas entre eles.

<sup>191</sup> Os estatutos possuem grande diferença no que diz respeito a descrição da organização, alguns como os partidos argentinos e equatorianos são mais diretos e somente descrevem o básico, outros, como os mexicanos realizam longas descrições das funções de seus organismos. Como forma de comparar a organização, optamos por centrar nas características centrais da organização.

elevado devido às secretarias anexas a ele, estas em alguns partidos ocupam o espaço de organismos de atuação com a sociedade, com esta ação subordinando a ação social diretamente aos organismos partidários;

4 – Contato com a sociedade: constituem organismos criados com a função de estabelecer relações com grupos sociais. Estes podem ser organizados de acordo com suas funções (acadêmicos, local de trabalho, sindicatos, etc.), com base territorial e/ou de etnias, gênero, juventude, entre outros;

5 – Apoio: são organismos que auxiliam no desenvolvimento das atividades partidárias, tais como, organismos jurídicos, financeiros, eleitorais, etc., estas instâncias atuam basicamente no auxílio as atividades dos partidos políticos;

6 – Consulta: atua como um organismo informativo que presta auxílio as instâncias superiores no processo de tomada de decisão. Este tipo de organismo pode ser formado por meio de lideranças destacadas da legenda, personalidades que são convidadas a participar e/ou membros por meio de instâncias de consulta.

Após a identificação é preciso definir como classificar as legendas. Assim, como no capítulo 4, a opção foi por identificar a presença e a ausência de algumas características, nesse caso, de alguns grupos de instâncias, nos estatutos, portanto, os scores nesse capítulo, são definidos de acordo com a presença (com o operador 1) ou ausência (com o operador 0) da instância nos estatutos. Esta etapa constitui o primeiro passo para a identificação dos padrões de organização partidária ao identificar o desenho organizacional básico das legendas e no próximo capítulo, este desenho será destrinchado, de modo a melhor diferenciar e estabelecer os padrões.

Tabela 5.1 – Organismos dos partidos políticos latino-americanos

(Contínua)

Partido	Deliberativo	Diretivo	Executivo	Base	Apoio	Consulta
PJ	1	1	1	1	1	0
PRO	1	1	1	0	1	0
UCR	1	1	1	1	1	1
FUN	1	1	0	1	1	0
MAS-IPSP	1	1	1	0	1	0
PMDB	1	1	1	0	1	1
PSDB	1	1	1	1	1	1
PT	1	1	1	1	1	1
PDC	1	1	1	0	1	0
PSCH	1	1	1	1	1	1
RN	1	1	1	0	0	1
PC/COL	1	1	1	1	1	0
PL/COL	1	1	1	1	1	0
PLU	1	1	0	0	1	0
PAC	1	0	1	0	1	1
PLN	1	1	1	1	1	0
ARENA	1	0	1	1	1	1
FMLN	1	1	1	1	1	1
AP	1	1	1	1	0	0
CREO	1	1	0	1	1	0
PP	1	0	1	1	1	1
UNE	1	0	1	0	1	1
PLH	1	1	1	0	1	1
PNH	1	1	1	0	1	1
PAN	1	1	1	0	1	0
PRD/MÉX	1	1	1	1	1	1
PRI	1	1	1	1	1	0
FSLN	1	1	1	1	1	0
PLI	1	1	1	1	1	0
PRD/PAN	1	1	1	1	1	1
CAMBIO	1	1	1	1	1	1
ANR	1	1	1	1	1	0
PLRA	1	1	1	0	1	0
FP	1	0	1	1	1	0
PNP	1	0	1	1	1	0

**Tabela 5.1 – Organismos dos partidos políticos latino-americanos****(Conclusão)**

<b>Partido</b>	<b>Deliberativo</b>	<b>Diretivo</b>	<b>Executivo</b>	<b>Base</b>	<b>Apoio</b>	<b>Consulta</b>
PRD/DOM	1	1	1	1	1	1
PRSC	1	1	1	0	1	1
FA	1	0	1	1	1	0
PC/URU	1	0	1	1	1	0
PN/URU	1	0	1	0	1	1
MPJ	1	1	1	0	1	0
PSUV	1	0	1	1	1	0

Fonte: Elaboração do autor.

O senso comum argumenta que todos os partidos são iguais, ou que possuem poucas diferenças entre si, com os partidos de esquerda tendendo a construir organizações com maior grau de inserção de seus membros na vida partidária ou estruturas organizacionais mais robustas. Porém, a bibliografia especializada aponta para uma aproximação entre as legendas com a adoção do modelo *catch-all* por meio dos partidos europeus ocidentais devido a diminuição das clivagens e aumento da competição. Portanto, o senso comum e a literatura especializada apontam para uma tendência ao mimetismo por parte dos partidos.

Ao olharmos para a Tabela 5.1 é possível identificar a padronização ou tendências das legendas – onze para ser mais exato<sup>192</sup> –, construídos através da combinação das seis instâncias. Estes padrões, de modo resumido, vão desde organizações que contam as seis instâncias até outros que contam com apenas três (PLU), passando por outras com múltiplas combinações, como partidos sem organizações de base, ausência de instâncias de consulta, sem instâncias diretivas ou executivas, entre outros, com somente as instâncias deliberativas sendo uma constante em todas as organizações, o que explica isso? Um dos motivos vem de sua natureza que busca fornecer um aspecto democrático as principais decisões partidárias, em alguns casos (como será mostrado no próximo

<sup>192</sup> Os padrões encontrados são os seguintes: a) todas as instancias: UCR, PSDB, PT, PSCH, FMLN, PRD/MEX, PRD/PAN, CAMBIO, PRD/DOM; b) sem instancias de consulta: PJ, PC/COL, PL/COL, PLN, FSLN, PLI, PRI, ANR; c) sem instancias de base e de apoio: PRO, MAS-IPSP, PAN, PLRA, MPJ; d) sem instancias executivas e de consulta: FUN, CREO; e) sem instancias de base: PMDB, PLH, PNH, PRSC; f) sem instancias de base e de apoio: RN; g) somente com as instancias diretivas e de apoio: PLU; h) sem instancia diretiva e de base: PAC, UNE, PN/URU; i) sem instancia diretiva: ARENA, PP; j) sem instancia de apoio e consulta: AP e; k) sem instancia diretiva e de consulta: FP; PNP; FA; PC/URU, PSUV.

capítulo) é induzido pela legislação partidária, de lado ou de outro, todos os partidos adotam esta instância como a principal da legenda.

Um dos principais problemas encontrados neste trabalho se refere a questão da descrição das instâncias partidária. Como trabalhamos com quarenta e dois estatutos, uma extensa descrição se torna inviável, por mais importante que uma descrição minuciosa seja, não é possível por causa do espaço e também para a realização da comparação, pois, se recorrêssemos a estudos de caso, a análise seria meramente descritiva e dificultaria a questão da comparação entre os casos, pois tornaria as categorias demasiado exclusivas.

Dito isso, o exame se concentrará nos seis grupos de instâncias identificados acima. O desafio aqui reside na questão da extensão das categorias, de um lado, busca não estender demasiadamente e o que acarreta na inclusão de muitos casos em uma mesma categoria, de outro, não trata da criação de categorias muito exclusivas, de modo a não permitir a categorização. Assume-se o carácter único de todas as organizações, como também, assumimos que os partidos não são estruturas monolíticas, mas sim, estruturas organizacionais dotadas de certa complexidade que visam a obtenção das ambições de seus membros – enquanto indivíduos – e dos objetivos da própria organização em si.

### *5.2.1. Instâncias deliberativas*

São definidas pelas legendas como as instâncias partidárias máximas, nas quais – na maioria dos casos – as eleições internas são realizadas, bem como a definição de alianças eleitorais, alteração no programa partidário e no estatuto, determinação das estratégias eleitorais e partidárias, entre outras. Em resumo, quase todos os partidos definem estas como as principais funções das suas instâncias deliberativas – que recebem nomes diversos, como Convenções, Congressos, Ampliados, Encontros, entre outros –, entretanto, a identificação das funções é algo relativo, pois os partidos dedicam espaços distintos a este tema. Sua variação não está nas funções, mas sim, em seu grau de abertura a participação dos membros, esta pode ser disposta em uma escala que vai desde instâncias mais restritas até instâncias mais abertas.

O grau de abertura trata de quão permeável o partido é para a participação dos filiados no processo decisório. Como tratado em capítulos anteriores, as legendas são entidades fechadas em si, com pouca afeição a participação dos filiados ou de grupos

exteriores em seus núcleos internos. A participação aqui é tratada como uma espécie de colégio eleitoral, que pode ser mais aberto – ou amplo – por meio da adoção de mecanismos de eleições direta até vários tipos de sistemas representativos, que contam com a participação de filiados, delegados, dirigentes, detentores de mandato eletivo, entre outros.

Portanto, a classificação é pensada em uma escala de pertencimento, onde 1 significa total abertura, ou seja, a participação é aberta aos filiados e 0 significa total restrição, isto é, a participação é restrita a seus grupos dirigentes. Uma segunda dimensão também é acrescentada, esta trata da forma de eleição de seus grupos dirigentes com 1 se referindo a eleições com a participação de todos os filiados e 0 com somente grupos dirigentes.

Também é preciso tipificar os grupos intermediários nesta questão, os scores na questão da participação/presença dos grupos são fornecidos a partir dos seguintes critérios: a) quando a participação é aberta aos filiados, o partido recebe o score 1; b) quando a presença é somente de delegados, com estes sendo eleitos de acordo com critérios territoriais, o partido recebe 0,9; c) 0,8 para a presença de delegados, com estes selecionados de acordo com o número de filiados da legenda; d) 0,7 para delegados selecionados de acordo com dois critérios (eleitoral, número de membros, territorial, etc.); e) 0,6 quando a seleção de delegados ocorre somente com critérios eleitorais; f) 0,5 quando a participação é por meio de delegados e dirigentes; g) 0,4 para delegados e entre dois e quatro tipos de grupos dirigentes; h) 0,3 para a presença de delegados e entre cinco e nove grupos dirigentes; i) 0,2 para a presença de delegados e entre dez e quatorze grupos dirigentes; j) delegados e mais de quinze grupos dirigentes e; k) somente dirigentes.

A segunda dimensão trata do grau de abertura a participação dos membros no processo eleitoral interno, a qual será categorizada da seguinte maneira: a) quando a eleição ocorre de maneira direta, por meio da votação de todos os filiados – ou dos inscritos para tal – em eleições primárias ou outras formas de consulta, receberá o score 1; b) 0,9 quando a eleição ocorre por meio dos delegados; c) 0,8 quando se dá pelo sistema majoritário de dois turnos para os principais cargos partidários e para cargos executivos e, proporcional com sistema puro ou D'Hondt para os demais cargos; d) 0,7 quando se dá pelo sistema majoritário de dois turnos para os principais cargos partidários e para cargos executivos e proporcional com sistema de maioria e minoria para os demais cargos; e) 0,6 para o majoritário em turno e, proporcional com sistema puro, D'Hondt ou de maiorias e minorias para os demais; f) a utilização do sistema majoritário e proporcional, mas com poucos critérios para ambos possui o score 0,5; g) 0,4 para o majoritário e sem critérios

para deputados; h) 0,3 para o sistema majoritário e no qual os dirigentes podem indicar candidatos; i) 0,2 para o sistema em que a base indicam uma lista e os dirigentes selecionam; j) 0,1 quando a indicação por meio dos dirigentes e; k) 0 quando não constam critérios.

Portanto, as duas dimensões tratam do grau de abertura da instância a participação dos filiados, no qual 1 equivale a participação mais ampla, isto é, é aberta a todos os filiados e 0 a mais restrita – no caso dos componentes das instâncias deliberativas – ou a ausência de regulamentações (quando da participação eleitoral). O quadro 5.2 trabalha a questão do pertencimento dos partidos nestas duas dimensões, é preciso atentar que a participação nas instâncias deliberativas não garante a participação no processo eleitoral, pois este pode ocorrer com um corpo distinto ao da Assembleia deliberativa.

**Tabela 5.2 – Grau de abertura das instâncias deliberativas**

(Contínua)

Partidos	Componentes	Eleição
PJ	0,9	1
PRO	0,5	1
UCR	0,8	1
FUN	0,4	1
MAS-IPSP	0,4	1
PMDB	0,3	0,6
PSDB	0,4	0,6
PT	0,9	1
PDC	0,4	1
PSCH	0,3	1
RN	0,3	0
PC/COL	0,1	1
PL/COL	0,1	1
PLU	0,1	0
PAC	0,9	0,3
PLN	0,4	0,6
ARENA	0,2	0,3
FMLN	0,2	0
AP	0,4	0
CREO	0,4	0,3



**Tabela 5.2 – Grau de abertura das instâncias deliberativas****(Conclusão)**

<b>Partidos</b>	<b>Componentes</b>	<b>Eleição</b>
PP	0,9	0
UNE	0,5	0
PLH	0,9	1
PNH	0,6	1
PAN	0,5	0,6
PRD/MEX	0,3	0,6
PRI	0,1	0,6
FSLN	0,3	0
PLI	0,1	0,6
CAMBIO	0,2	1
PRD/PAN	0,9	1
ANR	0,9	0,6
PLRA	0,8	0,6
FP	0	0,6
PNP	0,3	0,9
PRD/DOM	0,1	0,9
PRSC	0,2	1
FA	0,9	1
PC/URU	0,3	1
PN/URU	0,5	1
MPJ	1	0,6
PSUV	0	0

Fonte: Elaboração do autor.

Os partidos divergem na questão da abertura a participação dos membros. Aproximadamente um quarto deles, define um maior grau de abertura a participação dos membros no processo decisório e nas eleições internas (com scores superiores a 0,5), no entanto, esta precisa ser relativizada, pois como tratamos, em alguns países a adoção de primárias é obrigatória e, por isso pode ser considerada “artificial” em comparação as outras legendas. Um segundo grupo, mais amplo com dezenove partidos, define mecanismos de eleições mais abertos, porém, com menor abertura sobre o processo decisório interno, com estes mais restritos aos grupos dirigentes. Sete partidos, ao contrário, definem uma maior participação no processo decisório interno e menor

eleitoral. Por fim, somente quatro partidos são mais fechados em relação as eleições internas e ao processo decisório, com o PSUV<sup>193</sup> não regulamentando nenhuma das atividades.

A questão da participação mostra que a maioria dos partidos são mais abertos ao que tange a questão eleitoral (31 partidos políticos definem um colégio eleitoral mais amplo) do que o processo decisório, conferindo uma imagem democrática na seleção de candidatos e dirigentes, mas em sua maioria, são mais fechados, em se tratando do processo decisório interno.

Algumas legendas optam por ramificar a questão deliberativa, com a criação de duas ou mais instâncias deste tipo, em um sistema semelhante ao centralismo democrático descrito por Duverger (1970):

O centralismo democrático supõe, por outro lado, que se produzam discussões muito livres na base antes que a decisão seja adotada, para esclarecer o centro, mas que a disciplina mais rigorosa seja observada por todos depois que ocorra essa decisão (DUVERGER, 1970, p.93).

Ao todo são sete legendas que adotam esta estratégia (FUN, MAS-IPSP, PT, PDC, PAN, PRI e, FA). Nos dois partidos bolivianos a separação ocorre da seguinte forma: a) a autoridade máxima (Assembleia) toma decisões no que tange a seleção de candidatos, lideranças e outros temas a relacionados às eleições e; b) o segundo (Assembleia de delegados e Congresso Orgânico) trata de temas diversos, porém, fundamentais para a legenda como análise de conjuntura, orçamento, reformas estatutárias e outras. A democracia cristã chilena segue um padrão semelhantes, com o Congresso Nacional formulando o programa, reforma do estatuto e o segundo com as outras funções deliberativas. O PT se encaixa na lógica descrita por Duverger (1970) ao adotar o centralismo democrático, no qual as principais decisões são tomadas no organismo deliberativo mais aberto e são homologadas em sua Convenção<sup>194</sup> que é composta por seus grupos dirigentes. A Frente Amplio também segue um modelo semelhante ao dos partidos bolivianos e separa a deliberação em duas partes: a) a Plenária, trata do organismo de maior hierarquia do partido e trata basicamente da reunião dos vários

---

<sup>193</sup> O estatuto do PSUV é um caso à parte, este pouco regulamenta as atividades partidárias e serve mais como uma peça de propaganda de Hugo Chávez.

<sup>194</sup> As convenções petistas devem obrigatoriamente homologar as decisões dos Encontros, menos em casos, em que haja discordâncias em relação a candidaturas.

grupos internos para tratar de temas de interesse da entidade e; b) O Congresso, define questões eleitorais, tais como seleção de candidatos, aprovação da plataforma eleitoral e as estratégias de ação partidária. Por fim, os dois partidos mexicanos (PAN e PRI) separam a questão deliberativa em duas partes, a primeira trata da questão eleitoral, bem como da definição da linha político-partidária da legenda e, a segunda instância como revisora do programa, da linha de ação e também como analista da conjuntura política.

Outras retiram o poder destas instâncias e transferem à instância diretiva, como o PRD mexicano, que toma a sua Convenção como local de reforma programática e estatutária e o seu Diretório Nacional como local de tomada de decisões sobre os rumos do partido. Em última instância as instâncias deliberativas constituem o local – aparente – de disputa pelo poder interno e ditam as normas gerais para ação da legenda em um determinado período de tempo, bem como, local de seleção de dirigentes e candidatos às eleições gerais.

O grupo mais aberto, ou seja, que rege a questão eleitoral é dividido em três tipos. O primeiro trata daqueles que obedecem a uma determinação legal da obrigatoriedade de realização de primárias na Argentina<sup>195</sup>, Bolívia, Costa Rica, Honduras, Panamá e Uruguai. A legislação colombiana também regulamenta a questão das primárias, porém, somente dita suas regras se os partidos optarem por sua realização, ou seja, sua ocorrência somente por meio da opção das legendas (PAYNE *et al*, 2002).

O segundo grupo trata daqueles que optam pela realização de primárias, este grupo busca aumentar ou garantir a participação de seus filiados no processo decisório, porém, com alguns controles sobre seus filiados, de modo, a somente garantir a presença daquele que contribuem financeiramente para a organização<sup>196</sup>. Dos partidos que adotam este procedimento (PT, PDC, PSCH, PC/COL, PL/COL e PRSC), o PT é o que mais regulamenta a sua aplicação por meio da adoção do Processo Eleitoral Direto (PED), que de modo resumido, organiza as eleições partidárias internas<sup>197</sup>. Das demais legendas, todas regulamentam de modo breve ou pouco detalhado a aplicação de primárias internas. Os partidos colombianos somente mencionam a realização da seleção de candidatos por meio das consultas internas, porém, detalham a sua realização em seus estatutos.

---

<sup>195</sup> Apesar da exigência da realização de primárias, o PRO define que as regras para a sua execução são dadas pela direção nacional.

<sup>196</sup> A maioria dos filiados somente contribui financeiramente para com as legendas quando são obrigadas a tal, como para votar nas eleições internas (MAYER, 2011).

<sup>197</sup> A literatura sobre o PT é a mais rica dos partidos brasileiros, os primeiros trabalhos de Keck (1991) e de Meneguello (1989) tratam de seu processo de formação e sua aproximação com os partidos de massas, ultimamente a literatura tem focado em seu processo de transformação, dentre os principais estudos se destacam o estudo de Amaral (2010) que examina a mudança do partido após os processos eleitorais internos da legenda na década de 2000.

Também existem alguns partidos políticos (PMDB e PSDB) que somente mencionam a existência a possibilidade de adoção ou realização de primárias, as quais podem ser solicitadas por suas direções, isto é, não são obrigatórias e podem ser utilizadas como ferramenta de seus dirigentes.

Portanto, a questão da abertura à ampla participação dos filiados também trata dos constrangimentos ou limitações impostas aos partidos pelos governos – e por eles mesmos, por meio de sua participação governamental – através de legislações que induzem a um comportamento dos partidos, ou seja, a definição é externa a eles, e por vezes, os partidos tem que se adaptar a esta nova realidade, como o Uruguai pós-reforma constitucional de 1996, que adotou o sistema de dois turnos nas eleições do país e estabeleceu a obrigatoriedade (BUQUET, 1997; CHASQUETTI, 2003; VAIRO, 2008). Quando se trata de uma definição interna, esta opção vem com o objetivo de maior inserção dos filiados na vida partidária e/ou de fornecer uma imagem democrática à legenda.

O PRD/MEX adota um modelo mais amplo na definição de seu sistema eleitoral interno, a legenda não determina um modelo, mas sim quatro (eleição direta, por meio de delegados, através das organizações de base e candidatura única), que são selecionados pela direção partidária. Esta característica confere um grande poder a sua direção para influenciar a seleção dos dirigentes e candidatos. Outro partido que adota um sistema distinto, porém, um pouco diferente é o PNP e o PRD/DOM, que regulamentam as eleições internas por meio da participação de delegados, isto é, as legendas buscam adotar um método mais inclusivo, porém, não tanto quanto a participação de todos os membros, pois busca ter algum controle sobre a seleção.

O segundo maior grupo apresenta um sistema misto de eleição de seus dirigentes e candidatos as eleições populares<sup>198</sup>. O sistema em si funciona da seguinte maneira: para os cargos do Executivo – principais cargos de direção partidária e candidatos à presidência da República – são eleitos os mais votados ou os primeiros da lista mais votada e para os demais cargos, um sistema de maioria e minoria é adotado, quando uma chapa atinge uma determinada votação, a chapa é eleita em sua totalidade e quando não, as outras chapas contam com uma participação proporcional a sua participação<sup>199</sup>. Outros

---

<sup>198</sup> São raros os partidos que regulamentam a seleção dos candidatos a deputados. Nos poucos a maioria somente cita a conformação de listas para tal.

<sup>199</sup> O PMDB e o PSDB determinam a seguinte proporção da distribuição das chapas. Quando uma obtiver mais de 80% dos votos, será eleita de forma proporcional. Quando outra chapa obtiver 20% ou mais, tem o direito de ocupar cargos na proporção de sua votação.

partidos diferem deste sistema ao definir o sistema eleitoral puro ou a variação D'Hondt do mesmo, no segundo caso, os partidos paraguaios adotam este sistema.

O terceiro grupo identificado trata das legendas que definem que os grupos dirigentes podem interferir diretamente sobre o processo de seleção de candidaturas. Dos três selecionados, o PLN<sup>200</sup> é o que melhor rege a questão interna, ao estabelecer que as eleições internas são regidas pelo princípio da proporcionalidade, com a representação de minorias e a participação dos setores, porém, estas decisões devem ser ratificadas pela direção, que pode intervir no processo. A ARENA também aponta para o protagonismo da direção, ao definir que as regras para o processo eleitoral interno são determinadas pela direção partidária, mas especificadamente pela Comissão Executiva Nacional. Por último, o CREO determina que a direção partidária pode convidar até cinquenta por cento dos candidatos às eleições, os quais, não necessitam ser filiados à legenda.

Por fim, de forma surpreendente sete<sup>201</sup> legendas não regulamentam o processo eleitoral interno e tampouco a seleção de candidatos para eleições populares. Essa estratégia pode ser explicada por uma tentativa de controle da direção partidária sobre o processo eleitoral partidário e em última instância, como uma forma de manter o controle sobre o partido em si, pois a direção controla os canais de renovação da mesma<sup>202</sup>.

A questão sobre o sistema eleitoral interno é complexa e de difícil compreensão quando recorremos somente ao exame dos estatutos partidários, analisamos somente parte da realidade que trata da regulamentação do processo eleitoral, porém, os métodos de seleção, os filtros utilizados, os papéis dos selecionadores, entre outros<sup>203</sup>, são pouco trabalhados e quando o são (basicamente o método de seleção), apenas citados ou pouco desenvolvidos nas normas estatutárias.

---

<sup>200</sup> Segundo Payne *et al* (2002), os partidos costa-riquenhos são obrigados, por meio da legislação eleitoral, a selecionar seus candidatos e dirigentes de forma direta e com a participação de seus filiados, porém, as lideranças têm que ratificar a escolha feita pela base, abrindo espaço para o domínio dos grupos dirigentes sobre o processo eleitoral, pois esses possuem o poder de veto sobre as bases.

<sup>201</sup> A FSLN determina que a comissão política indique os candidatos à presidência da República, retirando assim, uma importante função dos delegados.

<sup>202</sup> O PRD mexicano possui a mesma característica, ao definir que a direção seleciona o modo de seleção de candidatos, o partido confere grande poder ao grupo dirigente no poder, o qual, pode selecionar o modo que lhe traga mais vantagens.

<sup>203</sup> O estudo sobre o recrutamento e a seleção partidária tem evoluído ao longo do tempo, a ênfase deste tipo de estudo se encontra basicamente no processo de seleção e nos filtros que os partidos criam para as candidaturas. Nos estatutos são poucos os filtros descritos – e restritos a poucos partidos – e se referem basicamente ao tempo de filiação exigido para se candidatar.

### 5.2.2. *Instâncias diretivas e executivas*

As instâncias diretivas e executivas constituem os principais organismos de direção dos partidos políticos, em si, são o local de tomada de decisões partidárias entre a realização das instâncias deliberativas. Todos os partidos da região, contam com pelo menos uma instância deste tipo (uma diretiva e outra deliberativa), porém, algumas adotam um desenho organizacional, com somente uma delas (uma deliberativa ou uma executiva), fato que aumenta seu poder e também tende a concentrar o poder em poucos grupos dirigentes ou na presidência do partido.

As instâncias diretivas consistem na principal instância de direção partidárias. Suas decisões afetam o rumo da legenda ao longo do mandato de seus dirigentes, estas, porém, salvo exceções – como o PRD mexicano – se referem a aspectos cotidianos das agremiações, que não necessitam da realização de Assembleias para a tomada de posição. Sua constituição se encontra em um meio termo entre as instâncias deliberativas e executivas, seus componentes – na maioria dos casos – são em menor número que as Assembleias e Convenções, porém, em maior número que as executivas.

Em si, o organismo também atua como local de alocação de cargos ou de incentivos a seus membros, ao fornecer uma série de cargos a seus correligionários, tais como direção de secretaria anexas, de instâncias de apoio (tribunal de justiça, eleitoral, finanças), tesouraria, vice-presidências, secretarias, postos sem cargos especificados. Portanto, as instâncias deliberativas funcionam, não apenas como local de tomada de decisões, mas também, como fonte de poder para seus membros, o qual é distribuído de forma assimétrica entre seus filiados.

De forma complementar, as legendas criam instâncias executivas para tratar da direção cotidiana da agremiação. As instâncias diretivas são organismos de direção, porém, não se reúnem de forma frequente para administração da legenda, se preocupando com aspectos mais gerais da mesma, de forma, que a criação de instâncias executivas visa preencher esta lacuna na organização. Seu desenho é mais simples que a outra instância, se restringindo a um pequeno contingente de membros, como presidente, vice-presidente, secretário geral, tesoureiro, entre outros. Sua principal função se encontra na administração da legenda em si e também de acordos, ações, estratégias, que não precisem da participação de um maior número de filiados.

Em relação ao desenho organizacional não é possível fazer uma analogia com o desenho apresentado por Duverger (1970), principalmente a questão da conformação em

comitês e seções. O principal motivo é a diferença de natureza entre eles, as instâncias executivas tratam mais dos aspectos burocráticos e administrativos das máquinas partidárias, porém, não é um comitê fechado, mas uma instância subordinada as decisões tomadas pelas superiores, ou seja, por mais independência que os Comitês Executivos possuam, eles ainda atuam sob limites definidos pelas instâncias superiores, que obviamente podem ser mais frouxos e permitir uma maior liberdade de atuação aos seus dirigentes. O organismo diretivo também não pode ser tomado como análogo as seções, pois apesar de sua composição mais ampla, ele não consiste em um espaço mais amplo de participação dos filiados, mas como um local de tomada de decisão por parte de seus grupos dirigentes, com a participação de seus filiados, ocorrendo em outras instâncias regidas pelos estatutos.

De modo resumido, as instâncias deliberativas e executivas tratam do processo de tomada de decisão partidário, bem como são o local, em que o poder é exercido e distribuído entre seus membros, por meio da distribuição dos cargos a seus filiados e também, a possibilidade de intervenção sobre as esferas partidárias.

Não são encontradas grandes variações no que diz respeito a estes tipos de instâncias na América Latina. No entanto, algumas legendas decidem agrupar as duas em suas instâncias diretivas (FUN, PLU, CREO), outras nas instâncias executivas (ARENA, PP, UNE, FP, PNP, FA, PC/URU e PN/URU). Com exceção dos partidos uruguaios, todas as demais legendas conferem grandes poderes à presidência, com a ARENA, o PP, a UNE e o PNP definindo o cargo como a personificação do partido, a FP dotando o mandatário de grandes poderes, como nomeação de cargos, aprovação de contratos, destituição de cargos e candidatos, etc. O Partido de La U também fornece o poder de nomeação de candidatos ao presidente do partido, bem como, a representação da legenda. Por fim, o CREO determina que seu mandatário pode propor e planejar a linha política, o programa e a estratégia de ação a ser executada da legenda e também, a criação de criações e instâncias que achar necessário.

### *5.2.3. Núcleos de Base*

Os núcleos de base são definidos como organismos de ação dos partidos junto a sociedade, normalmente, a sua existência é associada aos partidos de esquerda, mais precisamente aos partidos socialistas e comunistas, porém, a sua organização se difundiu

entre os partidos dos demais espectros ideológicos, principalmente por sua facilidade de organização e pela tendência das legendas em adotarem mecanismos que funcionem ou garantam vantagens de outras entidades partidárias. Dito isso, nota-se que aproximadamente metade das legendas selecionados adota algum tipo de núcleo de base, seja, em base territorial ou de acordo com as funções e/ou setores de atuação.

**Quadro 5.1 – Núcleos de base**

		<b>Partidos</b>
Núcleos de base	Setor de atuação	UCR; PSDB; PT; PDC; PSCH; PC/COL; PL/COL; PLN; FMLN; AP; CREO; PLH; CAMBIO; PRD/PAN; PNP; PRD/DOM; PRSC; FA; PSUV
	Territorial	PJ; FUN; PSDB; PT; PSCH; PC/COL; PLN; FMLN; AP; CREO; PP; PLH; PRI; FSLN; ANR; FP; PNP; PRD/DOM; FA; PC/URU; MPJ; PSUV

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos estatutários.

A divisão setorial ou por local de atuação trata da ação do partido junto a setores específicos da sociedade. Estes, podem ser através do local de trabalho ou de estudo, ou por meio da atuação junto a movimentos sociais, minorias, grupos étnicos, juventude, mulheres, trabalhadores, camponeses, aposentados, entre outros. As funções descritas apresentam uma relação de troca da legenda para com os grupos, com os partidos angariando apoio, filiados e material para formulação de seus programas, e os grupos, representação para suas reivindicações.

A divisão territorial se resume a organização dos partidos com base no local de moradia dos filiados ou a circunscrição eleitoral a qual pertence. Esta conformação consiste no tipo clássico de núcleo, no qual os filiados se reúnem e debatem as ações da legenda. Os partidos, na não estabelecem os núcleos como somente um local de debate, mas também como local de filiação, promoção da legenda, contato com a sociedade para



formulação de seu programa, local de extração de recursos (novos membros), entre outros.

Dos partidos selecionados, doze estabelecem que os núcleos de base devem se constituir nas duas bases, as quais se complementam e possuem as mesmas funções, não ocorrendo grandes diferenciações entre os dois tipos nos estatutos partidários.

Algumas legendas, não determinam a criação deste tipo de organismo, mas buscam regulamentar a ação social por meio de secretarias ligadas aos seus órgãos diretivos. Como exemplos, tem-se a PLU que regulamenta a ação por meio de seu instituto de pesquisa, o PRO e o PLRA por meio de secretarias anexas a sua direção, a ARENA e o PAN através de secretarias ligadas aos Diretórios Municipais. Nesses casos, o relacionamento perde um pouco da questão de troca e se torna, mais institucional, com as legendas optando por criar secretarias específicas para tratar com cada grupo social e, não incentivar a filiação e a organização de membros pertencentes a estes grupos.

#### 5.2.4. Organismos de Consulta

As instâncias de consulta atuam como uma espécie de consultoria dentro das máquinas partidárias, estas auxiliam na obtenção de informação, apoio, consultorias para formulação de propostas, programas e estratégias de atuação partidária, ou seja, atua no processo de tomada de decisão. Ao todo são três os mecanismos de consulta: a) direto: envolve a participação de todos os membros; b) indireto: constituído por grupos dirigentes e; c) notáveis: formado por intelectuais, ex-dirigentes, pessoas destacadas na sociedade, entre outras.

O tipo direto<sup>204</sup>, consiste basicamente na criação de mecanismos de participação direta por meio de plebiscitos, estes são adotados por somente seis partidos (PT, PC/COL<sup>205</sup>; PL/COL, PRD/MEX, PRD/DOM e FA) e tratam da participação dos membros no processo decisório, por meio de consultas realizadas pelos partidos a todos seus filiados. O PT e a FA também adotam outros mecanismos de consulta, como a retificação (FA), que é chamada a consulta para ratificar decisões já tomadas, o referendo

---

<sup>204</sup> O Partido Liberal Hondurenho cita que a organização deve propiciar a participação da sociedade no interior da organização, porém, esta é realizada no interior da secretaria de participação cidadã.

<sup>205</sup> O Partido Conservador Colombiano define que as consultas são separadas em três tipos: populares, quando é aberta para a participação da população; internas, quando é restrita somente a filiados e; interpartidária, quando é realizada junto a outro partido.

(PT e FA) que trata da reavaliação de decisões já tomadas e, consultas (PT) que apenas possuem carácter informativo e auxiliam na tomada de decisões. O PSCH também determina um mecanismo de participação, porém, este funciona como uma plenária ou assembleia de membros e possui somente carácter informativo.

O segundo tipo – indireto – se refere a instâncias de consultas constituídas somente pelos grupos dirigentes. Ao todo, quatorze partidos estipulam a criação deste tipo de instâncias, que em sua maioria atuam na análise de conjuntura, assessoramento, consultoria e cooperação às instâncias superiores. Contudo, algumas possuem funções distintas, o PAC e a ANR estabelecem que suas instâncias de consultoria, tem como objetivo revisar o estatuto e o programa doutrinário. O PMDB o cria com o objetivo de criar uma instância em que as decisões sejam tomadas de modo mais ágil. Por fim, a UNE separa a questão em duas instâncias, o conselho cidadão que atua na cooperação e supervisão das atividades das demais instâncias e o conselho de integração que presta assessoria à legenda.

Cinco legendas (FUN, PDSB, PL/COL, AP e PRD/DOM) também determinam a criação (ou a possibilidade) de instâncias consultivas com a presença de notáveis. Nos tucanos e nos liberais, a presença se restringe a ex-presidentes e ex-dirigentes da legenda, enquanto, nos demais, ela é aberta a intelectuais (PRD/DOM) e a cidadãos destacados da sociedade (AP e FUN).

#### *5.2.5. Organismos de Apoio*

São instâncias que auxiliam no trabalho interno, ao assumir funções muito específicas dentro da organização partidária, tais como, jurídicas, eleitorais, financeiras, de administração, fundações de pesquisas, entre outras. Estas são produtos da divisão do trabalho interno e podem ser instâncias separadas das deliberativas e/ou executivas ou anexas a elas<sup>206</sup>, ou seja, sua atuação pode ocorrer de modo mais independentes ou limitado de modo direto pela direção.

---

<sup>206</sup> Ao todo são dezesseis partidos que criam instâncias ou secretarias anexas: PJ, PRO, PAC, PLN, ARENA, PAN, PRI, FSLN, PLI, CAMBIO, PRD/PAN, ANR, PLRA, FP, PRSC. Estas se encontram subordinadas a direção partidária, a qual possui o poder de criar e fechar instâncias.

### 5.3. Divisões internas dos partidos

Como salientado ao longo do texto os partidos não são entidades unitárias, esta visão, fortemente influenciada pelos estudos sobre democracia: “*A unidade partidária é a variação da velha ficção da vontade uniforme das pessoas de teorias democráticas radicais*” (VON BEYME, 1985, p.224). Um dos aspectos de sua organização não unitária reside na presença de grupos organizados em seu interior, as chamadas facções ou tendências<sup>207</sup>. Continuando nesta linha, Montero e Gunther (2009) tomam a questão de pensar a organização como um ente único é resultado da predominância da teoria da escolha racional nos estudos partidários, sobretudo, os eleitorais.

De modo resumido, as divisões internas<sup>208</sup> podem ser distinguidas de acordo com seu grau de organização, estas podem ser distinguidas em três grupos, de acordo com seu grau de organização: a) tendências: são grupos organizados e com comportamentos estável, porém, não possuem alguma forma de organização; b) Institucionais, as quais contam com relativa formalização e organização e; c) facções: atuam como partidos dentro da própria máquina partidária.

Em sua maioria as divisões internas dos partidos políticos latinos apenas se referem a organização dos militantes e/ou filiados em agrupamentos para disputa eleitoral, sem grandes vínculos posteriores ou regulamentações sobre suas atividades. Esse padrão é seguido pelo PSCH, PLH, PNH, ANR, PC/URU e o PN/URU. O PLN também define os movimentos internos como agrupações eleitorais, mas também estabelece um mínimo de requisitos para sua formação, como o apoio de um percentual equivalente a cinco mil votos no partido em cada cantão, a apresentação do programa de ação política do movimento e sua lista de membros.

Outros, como o PT e o PRD/MÉX definem seus movimentos internos (ou tendências) de modo mais completo. O primeiro o define como agrupamentos internos de filiados de acordo com a sua opinião política. As tendências petistas não podem ter expressão política, se reunir fora da sede partidária sem a concordância da Comissão

---

<sup>207</sup> Sartori (2012) realizou, provavelmente, o trabalho mais célebre sobre a divisão interna dos partidos. Para o autor, as máquinas partidárias são constituídas por uma ampla gama de subunidades formando um sistema. O desafio para o autor se encontra em como identificar e nomear estas divisões de modo correto, de modo que propõe diferenciar as subunidades internas de acordo com seu grau de autonomia e sua motivação (BETTCHEER, 2005; SARTORI, 2012).

<sup>208</sup> Na literatura especializada não há uma clara definição do conceito das divisões internas das legendas, este, assim como muitos dos conceitos utilizados nas ciências sociais, é flexível e alvo de debate sobre os pesquisadores (BELLER; BELLANI, 1978).

Executiva ou se constituir enquanto frações: *“O Partido não reconhece o direito de seus filiados ou filiadas organizarem-se em frações, públicas ou internas”* (PT, 2012, p.58).

O Partido dos Trabalhadores permite as tendências a coleta de fundos para seu funcionamento, desde que não sejam concorrentes com as finanças partidárias, e a publicação de boletins e materiais informativos, desde que seja de circulação interna.

Os republicanos democratas mexicanos também estabelecem que organização dos filiados em tendências internas, estas se organizam por meio da afinidade ideológica. Assim, como os liberais nacionais, o PRD/MÉX também define critérios para sua criação, como o apoio de três por cento dos congressistas do partido, carta compromisso com o delineamento de sua plataforma programática, a definição de seu símbolo e nome e o registro de membros. Assim, como os petistas, os republicanos democratas editam publicações, porém, estas são obrigatórias e devem circular a cada dois meses. Outra obrigatoriedade está na publicação de seu balanço financeiro a cada três meses a participação nas reuniões partidárias.

A FA difere de todos os partidos da região, ao adotar um sistema de composição por meio de grupos internos, os quais, se unem a legenda por meio do apoio dos filiados frentes amplistas (três por cento) e a aprovação de quatro quintos da Plenária Nacional. O partido, porém, não estabelece maiores controles sobre sua ação, com estes grupos possuindo ampla autonomia de atuação, captação de recursos, recrutamento de membros, organização, entre outros.

Um dado importante se encontra no relacionamento entre a questão ideológica e a presença de grupos internos organizados no interior das legendas. Contrariando a afirmação de von Beyme (1985) de que os partidos faccionados tendem a serem aqueles orientados para a disputa por cargos internos e dominados por redes de patronagem, temos legendas com forte apelo ideológico e programático, com o PT e a FA.

No Uruguai, a divisão se explica pelo sistema de lemas (que são uma espécie de grupo interno ou frações existentes no interior da legenda), os quais historicamente conferiram aos grupos internos grande autonomia de atuação. Esta conformação, inicialmente, evitou a fragmentação do sistema partidário do país, mas a transferiu para o interior das legendas, sobretudo as tradicionais, as quais contavam e ainda contam com a estruturação de diversos grupos semi-autônomos em seu interior. A FA é explicada à parte nesse quesito, o partido, inicialmente não contou com a organização de seus grupos por

meio dos lemas, mas sim, foi fundada por meio da união de diversos partidos, com estes mantendo sua autonomia em relação ao centro<sup>209</sup>.

#### *5.4. Relacionamento entre os vários níveis partidários*

Continuando na questão da conformação dos partidos em várias subunidades, é importante discutir a questão de sua conformação em múltiplos territórios, ou seja, a sua conformação ao longo do território nacional e a forma como o relacionamento entre as diversas esferas se relacionam.

A organização em múltiplos níveis, portanto, se refere a presença do partido em vários níveis, no qual, se estruturam e se organiza para competir pelo poder, bem como, alimentam os antagonismos entre o centro e a periferia pelo controle partidário, com uma maior autonomia do segundo, representando seus interesses (MOON; BRATBERG, 2010; THORLAKOSN, 2007, 2009).

O debate sobre o relacionamento em diversas esferas tem origem na questão da descentralização política e na construção de múltiplas arenas de disputa com especificidades distintas (DESCHOUWER, 2003, 2006; HARBERS, 2010a; 2010b). Essas novas arenas apresentam, apresentam níveis distintos de assimetria e simetria com a nacional, bem como, podem apresentar padrões distintos do mesmo partido ao longo território nacional, no que tange a sua organização, ideologia, comportamento, alianças, etc. a descentralização também impacta na formação dos partidos, este tema foi extensamente trabalhado na questão da nacionalização dos partidos políticos, ou seja, de sua , porém, é importante salientar que a assimetria dos níveis pode gerar incentivos para a formação de partidos regionais, ou que atuam, em apenas alguns estados (ou províncias), bem como, a formação de partidos étnicos (HARBERS, 2010b; RICE; VAN COTT, 2006).

---

<sup>209</sup> A Frente Ampla é composta pelos seguintes setores: Movimiento de los Claveles Rojos; Grupo País; Partido Socialista de Uruguay; Movimiento Socialista; Movimiento 20 de Mayo; Partido por la Victoria del Pueblo; Movimiento de Participación Popular; Compromiso Frenteamplista; Baluarte Frenteamplista; Partido Obrero Revolucionario; Partido Comunista de Uruguay; Frente Izquierda de Liberación; Partido de la Seguridad Social; Liga Federal; Partido Socialista de los Trabajadores; Asamblea Uruguay; Movimiento Popular Frenteamplista; Izquierda Abierta; Corriente de Izquierda; Corriente de Acción y Pensamiento – Libertad; Corriente de Unidad Frenteamplista; Nuevo Espacio; Corriente 78; Confluencia Frenteamplista; Partido Demócrata Cristiano; Vertiente Artiguista; Movimiento Cambio Frenteamplista; Ir e; Casa Grande.

O tema se encontra em crescimento na bibliografia partidária, com grande concentração dos estudos na dinâmica eleitoral, sobretudo, se as dinâmicas se repetem ao longo do território nacional, ou seja, grande parte do foco é direcionado a compreensão do nível de congruência entre as partes.

Contudo, apesar do foco se encontrar, principalmente, nos estudos eleitorais, o tema também é amplamente debatido quando tratamos da organização partidária. Com ênfase no relacionamento entre as diversas esferas de poder das máquinas partidárias, principalmente no que tange a questão da autonomia das esferas locais e o grau de controle do centro sobre a periferia (DETTERBECK, 2012; THORLAKSON, 2013). Este tipo de interpretação, também exige uma nova visão sobre o que é a organização, como salientado ao longo de todo texto, os partidos políticos não são estruturas organizacionais unitárias, mas sim, compostas por várias subunidades, ao incluirmos a questão local, conferimos a organização um aspecto flexível, de modo que ela é dotada de variados níveis de estratégias, apelos ao eleitorado, flexibilidade, barganhas, simetria e assimetria organizacional e níveis de autonomia, dependência e interdependência, o que confere a organização múltiplos pontos de referência (DESCHOUWER, 2003; THORLAKSON, 2013).

Portanto, quando tratamos da questão de múltiplos níveis, falamos, em última instância do relacionamento entre o centro e a periferia, ou seja, o grau de autonomia e influência que um nível exerce sobre o outro. A dificuldade se encontra em como medir, Duverger (1970) e Panebianco (2005) tratam do tema, porém, não desenvolvem mecanismos para medição. O primeiro desenvolve o conceito de articulação geral, o qual retrata o relacionamento entre as instâncias, entretanto, como Janda e Colman (1985) argumentam, o conceito é relativamente vago e sem mecanismos que permitem a operacionalização. Panebianco (2005) trata o relacionamento entre as esferas como um dos principais indicadores do processo de institucionalização e desenvolve um conceito (sistemicidade) melhor desenvolvido, no qual, o principal indicador é o grau de semelhança entre as instâncias partidária e o grau de autonomia das esferas locais, porém, o conceito possui os mesmos problemas da articulação geral, ao não desenvolver os indicadores para sua operacionalização.

Como forma de solucionar este problema, Thorlakson (2009, 2013) desenvolve o conceito de articulação vertical, esse trata da medição do grau de autonomia conferido as subunidades partidárias, por meio de seus estatutos. Como indicadores, o autor elenca o compartilhamento de recursos, membros, grau de interferência nas questões locais, como, lançamento de candidatos, programas, políticas, alianças, etc. Como o autor trabalha com

partidos em sistemas federados como o Canadá, por exemplo, é preciso fazer algumas adaptações a aplicação deste conceito, a principal se refere a questão do compartilhamento dos membros, pois estamos trabalhando com partidos nacionais, nos quais, os filiados são distinguidos de acordo com seu grau de inserção na legenda e não pelo seu local de filiação e atuação.

Como modo de medir, adaptamos o modelo proposto por Thorlakson (2009) e direcionamos o foco para a questão do grau de intervenção da esfera superior sobre a inferior por meio da determinam de algumas medidas que interferem sobre o funcionamento local. É importante salientar que nem todos os partidos definem de modo preciso as atribuições de suas esferas locais, quando muito, alguns, somente definem que estes devem fornecer delegados às instâncias superiores. Essa observação é importante, pois as esferas locais, possuem certa autonomia de atuação, limitada é claro (com exceção do PJ e do PRO), pelas recomendações de suas esferas nacionais, ou seja, como descrito acima, a relação entre as esferas é complexa e cada província e município possui sua própria especificidade em relação ao seu relacionamento com o centro partidário, fato que necessita de mais estudos para ser compreendido.

A medição nesse caso ocorrerá na identificação da presença ou ausência de certos artigos ou dispositivos estatutários sobre o relacionamento entre os níveis. O objetivo deste trabalho não se encontra na compressão de todos os níveis, porém, a autonomia que estes fornecem as suas esferas locais, é importante para compreender o modo como os partidos se organizam.

Tabela 5.3 – Multi-Nível

(Contínua)

Partido	Intervenção	Candidatos	Alianças	Ideologia	Ação Política
PJ	0	0	0	0	0
PRO	0	0	0	0	0
UCR	1	0	0	0	0
FUN	0	0	0	1	0
MAS-IPSP	0	0	0	1	0
PMDB	1	1	1	1	1
PSDB	1	1	1	1	1
PT	1	1	1	1	1
PDC	0	0	0	1	1
PSCH	0	1	0	0	1
RN	0	1	0	0	0
PC/COL	0	0	0	0	0
PL/COL	0	0	0	0	0
PLU	0	0	0	0	1
PAC	0	0	0	0	1
PLN	0	0	0	0	0
ARENA	0	0	0	0	1
FMLN	0	0	0	0	1
AP	0	0	0	0	0
CREO	0	0	0	0	0
PP	0	0	0	0	1
UNE	0	0	0	0	1
PLH	0	0	0	0	1
PNH	0	0	0	0	1
PAN	0	0	0	1	0
PRD/MEX	1	0	0	0	1
PRI	0	0	0	0	0
FSLN	0	0	0	1	1
PLI	0	0	0	1	1
CAMBIO	0	0	0	1	1
PRD/PAN	0	0	0	0	0
ANR	0	0	0	0	0
PLRA	0	0	0	0	1
FP	0	0	0	0	0
PNP	0	0	0	0	0



**Tabela 5.3 – Multi-Nível****(Conclusão)**

<b>Partido</b>	<b>Intervenção</b>	<b>Candidatos</b>	<b>Alianças</b>	<b>Ideologia</b>	<b>Ação Política</b>
PRD/DOM	0	0	0	0	1
PRSC	0	0	0	0	0
FA	0	0	0	0	1
PC/URU	0	0	0	0	1
PN/URU	0	0	0	0	0
MPJ	0	0	0	0	0
PSUV	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos documentos estatutários.

Somente cinco partidos regulam a intervenção direta das instâncias superiores sobre as instâncias inferiores, destes, os radicais apenas mencionam a possibilidade devido à instabilidade da esfera regional (ou municipal) ou se esta não cumpriu as resoluções ditadas pelas instâncias superiores. Os republicanos democratas apenas mencionam que a Comissão Política (o equivalente a instância diretiva) pode intervir sobre as demais esferas partidárias, porém, sem descrever as motivações para tal.

Diferentemente dos demais países, os partidos brasileiros dedicam um espaço considerável a questão do relacionamento entre os níveis, com ampla descrição das funções e atribuições das esferas locais, bem como do processo de intervenção das esferas superiores sobre as inferiores. No PT a intervenção ocorre quando há violação ao programa e para evitar alianças e/ou acordos com outros partidos. O PMDB e o PSDB determinam um maior número de motivos para intervir, basicamente ambas legendas intervêm em casos de reorganização financeira, proibição de coligações e alianças, preservação da linha política, assegurar a disciplina e devido ao desempenho eleitoral. Algumas diferenças pontuais também são encontradas, com os tucanos intervindo para preservar a democracia interna e os peemedebistas para assegurar os direitos das minorias.

Além da intervenção, existe a questão da destituição das esferas e sua substituição por comitês provisórios, estes segundo Guarnieri (2011) são utilizados como uma estratégia das elites partidárias para manutenção de seu poder do centro partidário. A dissolução ocorre em poucos casos, e são semelhantes no PMDB e no PSDB – o PT não possui um dispositivo estatutário sobre o tema – e são motivadas por violações ao

programa e as deliberações das instâncias inferiores e devido ao desempenho eleitoral da instância.

A maioria das legendas regulamentam a relação entre os níveis de modo genérico, com menções a necessidade de apresentar os candidatos selecionados às instâncias superiores (PSCH, RN) e, no caso da maioria de seguir as linhas programáticas nacionais e as resoluções no que diz respeito a ação do partido em sua jurisdição.

Infelizmente, são poucos os dados fornecidos sobre o relacionamento entre os níveis, com grande maioria das legendas somente citando a existência dos outros níveis e poucos, ou nenhum, mecanismos de controle de uma instância sobre a outra. Em alguns casos, como a Argentina, as esferas pertencentes são dotadas de autonomia para a definição de seus documentos estatutários. Em outros, como a Bolívia, a regulamentação sobre as esferas locais ocorre dentro do estatuto, com este descrevendo as atribuições e funções das esferas locais. Contudo, da região, somente o Brasil, desenvolve a questão do controle de uma esfera sobre a outra, bem como o modo de intervenção em suas atividades.

Sabemos que os partidos atuam em múltiplas arenas sob a identidade de uma mesma etiqueta, porém, seus estatutos ainda pouco regulamentam esta relação, conferindo autonomia ou uma larga margem de interpretação as lideranças locais, não sendo possível, auferir se é uma questão de autonomia ou somente omissão nos estatutos. Esta relação se mostra importante e merece mais estudos, que vão além da análise documental para elucidar a questão.

### 5.5. *Membros*

Dentro de um mesmo partido pode se encontrar diferentes tipos de membros que convivem entre si no interior da organização: “*A noção de adepto tende, portanto, a diversificar-se: no interior mesmo do partido encontram-se círculos concêntricos que correspondem a graus diversos de fidelidade e de atividade*” (DUVERGER, 1970, p.107). Os diversos tipos ou círculos atuam na diferenciação do grau de participação ou inclusão dos atores na vida partidária e vão desde os pontos mais externos que trata dos eleitores fiéis até os círculos mais internos que são os grupos dirigentes.

Os estatutos partidários também descrevem a distinção entre os grupos de membros, os quais são separados em cinco grupos – simpatizantes, filiados, pré-

militantes, militantes e dirigentes – com diferentes responsabilidades distintas. Entretanto, são poucos os partidos que regulamentam ou que adotam a distinção entre os membros de modo formal, com a maioria somente regulamentando a questão dos filiados de modo geral.

Grande parte dos partidos selecionados não estabelecem a distinção entre seus membros, com a maioria definindo seus direitos, deveres, sanções de modo geral. Sobre os que distinguem mais de um tipo de filiado, aproximadamente um quarto – treze de quarenta e dois – definem a existência de simpatizantes, estes, em geral são definidos como cidadãos que colaboram com o partido de algum modo, porém, não desejam adquirir o status de filiado e/ou militante. O PDC, neste quesito, constitui a exceção da região, pois além de determinar a existência dos simpatizantes, cria uma instância intermediária entre os filiados normais e os militantes da legião, que são os pré-militantes, que são filiados da legenda que pretendem passar à condição de militante após passar o período de formação.

Em menor número – somente quatro – separam a questão dos membros entre filiados e militantes. A distinção entre estes tipos ocorre, basicamente, na questão da participação dos membros nas atividades partidárias, os filiados são descritos como membros que participam das atividades, porém, não de modo tão frequente quanto os militantes. A FMLN também estabelece que os militantes são aqueles membros que também se encontram organizados nos organismos de base.

Quase totalidade dos estatutos possui uma seção específica para tratar dos membros da legenda. Estas seções, em sua maioria, descrevem os direitos e os deveres que os filiados possuem, bem como as sanções a que estão sujeitos. No entanto, estas descrições carecem de substância, sendo, em grande parte, meras “listas” do que os filiados têm direito e suas obrigações, sem maiores descrições sobre acesso ao interior do partido ou como usufruir da estrutura organizacional da legenda.

A listagem dos direitos e deveres trabalham uma série de atribuições inerentes aos filiados, com cada agremiação conferindo um caráter único a ela. Porém, apesar da grande quantidade de temas tratados, estes podem ser reduzidos em três grandes grupos: participação nas atividades desenvolvidas; comportamento e; outros, que tratam das demais questões desenvolvidas.

O primeiro grupo trata de questões que envolvem o desenvolvimento de atividades por meio da estrutura organizacional dos partidos políticos e demonstra uma tentativa de maior inclusão dos membros no interior da organização, essa no entanto, pode ser mais aparente do que real.

Os direitos dos membros tratam basicamente de dois tipos de conjuntos (processual e comportamento), os quais, em sua maioria são somente listados nos estatutos e pouco desenvolvidos ao longo do documento.

A questão processual relata o direito dos membros, estes, no entanto, são descritos de forma genérica e com pouca diferenciação, com as legendas optando por defini-los como o direito à participação nas instâncias, organismos e atividades organizadas pela legenda.

O direito a participação em organismos de contato com a sociedade se restringe basicamente a partidos de esquerda, com exceção do PRI, porém, este desde seus primórdios buscou se constituir como uma entidade pluriclassista, por isso, a busca por constituir redes de relacionamento com diversos grupos e movimentos da sociedade. O terceiro ponto (tendências), se remete a participação em movimentos internos ou em grupos políticos organizados no interior das legendas.

Mais da metade dos partidos estipula a formação como um direito de seus filiados, mas poucos, regulamentam de forma mais precisa os institutos de formação e os cursos a serem realizados pela legenda. Assim, como os outros direitos, estes somente são citados e pouco regulamentados.

O segundo grupo consiste em dispositivos que determinam ou influenciam o comportamento dos atores, em si, tratam da possibilidade dos filiados em manifestar suas opiniões, fiscalizar as atividades partidárias, fazer denúncias e se defender. Assim, como os demais dispositivos, estes são meramente descritos, com exceção do direito de defesa, que é tratado nos capítulos sobre os tribunais de justiça internos.

Os deveres dos filiados são descritos do mesmo modo que os direitos, ou seja, são apenas listados e com pouco – ou nenhum – desenvolvimento por parte dos partidos. O quadro 5.2 elenca as principais obrigações descritas nos estatutos.

**Quadro 5.2 – Deveres dos filiados**

		<b>Partidos</b>
Processuais	Participação nas atividades	PJ; PRO; MAS-IPSP; PMDB; PSDB; PT; PDC; PC/COL; PAC; PLN; FMLN; UNE; PNH; PAN; PRI; FSLN; PLI; ANR; RN; FP; PRSC
	Eleitoral	FUN; PSDB; PT; RN; PC/COL; PLN; ARENA; PP; PNH; PRD/MEX; PRI; PLI; PRD/PAN; ANR
	Desenvolvimento do partido	FUN; PLU; ARENA; PLH; PRI; FP; PNP; PSUV
Base	Movimentos sociais	MAS-IPSP; PDC; PL/COL; FMLN
	Organismos de base	PT; PDC; AP; FMLN; FSLN; PRD/PAN
Comportamento	Ética	PMDB; PSDB; PT; PDC; PSCH; PC/COL; PL/COL; PAC; PLN; AP; ARENA; FMLN; PNH; PRD/MEX; PRI; FSLN; PLI; CAMBIO; PRD/PAN; FP; PNP; ANR; PLRA; PRSC; PSUV
	Ideologia	MAS-IPSP; PL/COL; PLN; AP; ARENA; FMLN; PP; UNE; PLH; PNH; PAN; PRD/MEX; PRI; FSLN; PLI; CAMBIO; PRD/PAN; FP
	Defesa do partido	PT; UNE; PLH; FSLN
	Disciplina partidária	PJ; PRO; MAS-IPSP; PMDB; PSDB; PT; PDC; PSCH; RN; PC/COL; PL/COL; PLU; PAC; PLN; ARENA; PP; UNE; PLH; PNH; PAN; PRD/MEX; PRI; FSLN; PLI; CAMBIO; PRD/PAN; ANR; PLRA; FP; PNP; PSUV
Finanças	Contribuições financeiras	PJ; MAS-IPSP; FUN; PMDB; PSDB; PT; PDC; PSCH; RN; PC/COL; PL/COL; PLU; PAC; PLN; AP; FMLN; PP; PLH; PNH; PAN; PRI; FSLN; PLI; CAMBIO; PRD/PAN; FP; PNP; ANR; PLRA; PRSC; PSUV

Fonte: Elaboração do autor.

Grande parte das legendas da região estabelece alguma forma de obrigatoriedade de participação dos filiados nas atividades desenvolvidas no interior da organização. A

questão da participação, em sua maioria, é definida de modo genérico, com somente menções a sua obrigatoriedade. A ausência de um maior rigor na definição causa dificuldades para o conhecimento das atividades desenvolvidas pela legenda e também afeta a questão da participação eleitoral, enquanto somente quatorze legendas definem isso como um dever dos filiados, as demais podem incluir o tema na miscelânea que é a participação nas atividades. Ainda no quesito processual, oito partidos, determinam que seus filiados devem auxiliar no desenvolvimento da legenda, porém, não existe definição do que é este auxílio.

O segundo trata da inserção dos filiados junto aos movimentos sociais e as organizações de base do partido. Neste ponto, com exceção do PDC, todos os partidos que determinam esta obrigatoriedade pertencem ao campo da esquerda, porém, devido a seu histórico de inserção junto aos movimentos sociais, essa situação não é estranha.

O terceiro ponto trata da influência sobre o comportamento de seus filiados, em si, as legendas citam questões de disciplina, isto é, exigem o comportamento ético de seus filiados e a obediência as disposições dos organismos diretivos das legendas (disciplina partidária. Finalmente quatro partidos (PT, UNE, PLH e FSLN) definem que seus filiados devem atuar na defesa da legenda, porém, não especificam o que seria a defesa da legenda e as circunstâncias para este tipo de atuação.

O último ponto da obrigatoriedade se refere a contribuições financeiras de seus filiados, porém, estas são apenas citadas como obrigatórias e desenvolvidas de modo mais complexo, em alguns casos, no tópico sobre financiamento partidário.

Por último, as agremiações estabelecem uma miscelânea de obrigatoriedades e direitos. Estes variam de acordo de partido para partido, com a contribuição financeira sendo a mais comum entre as legendas. Outros como a Frente de Unidad Nacional da Bolívia define a participação nos mecanismos de consulta como direito e o PT a considera como um dever, os conservadores colombianos também consideram como um direito a solicitação de intervenção nos organismos para elaboração de política públicas. O PAN e o PRI definem que os filiados têm direito de aceitar cargos e intervir nas decisões do partido através dos mecanismos partidários. O PLH e o PRD/MEX determinam que os filiados podem fazer petições e, por fim, o PMDB e a ANR, o uso dos recursos partidários. No campo dos deveres, o PRD/MEX e a FMLN estipulam a equidade de gênero como tema a ser defendido por seus membros, o combate à discriminação é uma das obrigações

dos membros do PT e, a FSLN estipula que seus membros devem combater o faccionismo interno<sup>210</sup>.

Para compreender a questão dos membros no interior dos partidos, é importante ir além da simples questão da filiação. Para von Beyme (1985), os membros ativos são mais importantes que o filiado comum em si, pois contribuem com o desenvolvimento da agremiação. A questão da “atividade” dos membros também é retomada por Scarrow (2006) ao argumentar que a maioria dos filiados está disposta a contribuir financeiramente para com as legendas, mas não em fornecer o seu tempo para as atividades partidárias. Como consequência, a autora expõe que os partidos passam a abrir as suas estruturas e organismos institucionais à maior participação dos filiados. Em parte esta questão foi respondida no item que trata do grau de abertura aos membros na participação<sup>211</sup>, onde encontramos uma grande variedade de tipos, desde mais “artificiais” como os argentinos que são obrigados a realizar primárias abertas a participação de todos seus filiados e outros mais fechados, como o PSUV que não estipula nenhum critério de participação de seus membros no interior da legenda.

## 5.6. Financiamento

Compreender o financiamento dos partidos políticos significa buscar entender como os partidos políticos obtêm os recursos financeiros que são fundamentais para manter suas atividades e competir eleitoralmente, Lapalombara (1982) expõe a dificuldade desta tarefa ao responder a uma questão simples, como os partidos são financiados? *“A resposta a essa pergunta vital permanece cercada de obscuridades e ambiguidades mesmo nas sociedades mais abertas”* (LAPALOMBARA, 1982, p.488).

Junto a dificuldade de obtenção de dados para compreensão do financiamento partidário têm-se um problema teórico, ou melhor dizendo, a falta de um problema teórico. Apesar dos estudiosos reconhecerem a importância do financiamento para os partidos e sua influência sobre os demais aspectos da vida partidária, este campo continua subdesenvolvido em relação aos demais campos dos estudos partidários, com poucos

---

<sup>210</sup> Esta questão é levantada devido à natureza do partido. A FSLN, originalmente é a união de diversos grupos guerrilheiros, que após a sua conformação em partidos, se transformaram em grupos internos.

<sup>211</sup> Como outras partes da organização formal, a questão dos membros e seu impacto sobre as atividades partidárias necessita de uma comparação entre o formal e o real, principalmente, em termos qualitativos, ou seja, não apenas verificar se os canais de participação funcionam, mas também, como funcionam.

estudos que ambicionam teorizar sobre o tema e alvo de pesquisas mais descritivas – quando são o objeto principal de estudo – ou relegadas a um papel secundário, como indicadores de mudanças partidárias como na teoria do partido cartel (FISCHER; EISENSTADT, 2004; HOPKIN, 2004; SCARROW, 2004).

É consenso que os partidos políticos necessitam de recursos para desenvolverem suas atividades dentro e fora do parlamento, bem como para sobreviver. Os recursos podem vir de uma grande pluralidade de fontes legais e ilegais (LAPALOMBARA, 1982; NASSMACHER, 2003), bem como contribuições dos membros, doações privadas e subsídios estatais. As fontes legais podem ser divididas em dois grupos, as fontes tradicionais que equivalem basicamente às cotas privadas pagas por parte de seus membros e de doações de grupos de pressão – ou interesse – e as recentes, que equivalem aos subsídios estatais.

Por muito tempo, o financiamento tradicional foi a principal fonte de receita dos partidos (RUBIO, 2005). A obtenção de recursos por meio de doações de membros – e do pagamento de cotas regulares destes – e de doadores privados – grupos de pressão, de interesse, etc. – constituíam a forma básica de financiamento dos partidos políticos de quadros e de massas. Esse fato forneceu uma espécie de “*aura*” a este formato, com muitos autores afirmando que esse tipo de financiamento é mais democrático e legítimo em comparação ao estatal (VAN BIEZEN, 2003); traz maior enraizamento social para os partidos, possui mecanismos mais efetivos de controle e auxilia no recrutamento de novos membros (ZOVATTO, 2003) e auxilia na compreensão da natureza dos partidos (SCHEFOLD, 1995). Nos capítulos anteriores, foi falado do *contágio pela esquerda* ao tratar da adaptação dos antigos partidos de quadros para algumas características dos partidos de massas como forma de sobreviver ao novo ambiente, em relação ao financiamento, o movimento que ocorre é uma espécie de saudosismo de alguns autores – sobretudo Katz e Mair (1995) – que argumentam que esse tipo de partido foi o auge das atividades partidárias.

Contudo, esse formato traz – ou trouxe – grandes dificuldades aos partidos visto que o fluxo de recursos é instável e de difícil previsão<sup>212</sup>, pois ocorrem variações no montante de contribuições, com aumento nos períodos eleitorais em comparação aos demais. O próprio volume das contribuições pode ser questionado, apesar de importante, este se mostra inferior as doações privadas de outros grupos, principalmente nos períodos

---

<sup>212</sup> Segundo Nassmacher (2003), os membros necessitam de algum tipo de incentivo para contribuir financeiramente e com seu tempo para os partidos políticos.



eleitorais, entretanto, todos os recursos financeiros são importantes – em diferentes medidas – para a sobrevivência e custeio de suas atividades.

O processo de constitucionalização dos partidos políticos ocorridos no pós-segunda guerra mundial (VAN BIEZEN, 2012), não trouxe somente o carácter legal para as organizações partidárias, como também trouxe importantes consequências para o seu desenvolvimento, como a criação e a expansão dos subsídios estatais<sup>213</sup> para o suporte das atividades partidárias e a regulamentação das atividades partidárias (PINTO-DUSCHINSKY, 2002; VON BEYME, 1985).

Portanto, a ideia de subsídio financeiro público para os partidos políticos vem, em sua maioria, acompanhada da percepção da incapacidade dos partidos de continuarem a se financiar por meio das contribuições de seus filiados, não é à toa que a adoção dos fundos públicos é tratada como indicador da diminuição do número de membros (FISCHER; EISENSTADT, 2004; HOPKIN, 2004; VON BEYME, 1985).

Embora tentador, realizar uma relação direta entre financiamento público e declínio do número de membros é equivocada. Como visto quando tratamos do conceito de *Estado de partidos*, os subsídios públicos pode vir a atuar como uma forma de proteção aos partidos devido a sua importância para as democracias representativas (GARCÍA-PELAYO, 1986) e como Nassmacher (2006) bem coloca, na maioria dos países – europeus – são os parlamentares que definem o montante a ser distribuído aos partidos.

Retornando para o debate sobre o financiamento partidário público, a literatura sobre o tema apresenta suas vantagens e desvantagens. Como vantagens – fora o fluxo regular de recursos para o interior dos partidos – tem o aumento a igualdade entre os partidos (NASSMASCHER, 2006; SCHEFOLD, 1995) e a independência dos partidos em relação aos doadores privados (SCARROW, 2006). As desvantagens apresentadas basicamente tratam da perda da autonomia dos partidos em relação aos governos, que passam a interferir em suas atividades e seu funcionamento (NASSMACHER, 2006).

Contudo, ambas as visões apresentam problemas, a primeira é na dita igualdade. O acesso aos subsídios públicos é viável em vários sistemas partidários para todos os partidos, porém, com diferentes graus de distribuição, em outros, a distribuição ocorre somente para os partidos presentes nos parlamentos nacionais, com distribuição de acordo com sua representação parlamentar, portanto, deve-se olhar os critérios de distribuição dos recursos, como Scarrow (2006) argumenta, a aplicação dos subsídios acaba por

---

<sup>213</sup> Os fundos públicos surgem para resolução de um duplo problema. O primeiro tem como objetivo diminuir a influência do financiamento privado, mais especificamente dos grupos de interesse, sobre as organizações e, o segundo busca garantir uma fonte de receitas mais estáveis para as legendas devido ao aumento da volatilidade (VON BEYME, 1985).

privilegiar os maiores partidos e auxilia no fechamento ou aumenta a dificuldade de partidos não pertencentes ao *status quo* de competirem igualmente na arena eleitoral.

O segundo problema está na perda da autonomia dos partidos, ao fornecer recursos para os partidos, os governos passam a regular as atividades partidárias, mais que controlar os partidos políticos, exigem uma contrapartida as agremiações partidárias e também buscam conferir maior transparência a relação entre eles. A dita chamada perda de autonomia, nada mais é do que um controle dos governos sobre os recursos que estes destinam aos partidos, atuando como uma resposta a questionamento a opinião pública sobre os subsídios partidários<sup>214</sup>. Uma maior autonomia dos partidos acarreta em menor controle dos partidos e novamente, retoma a uma visão romantizada de partidos que se encontram entre a sociedade e o Estado, sem pertencer a nenhum dos dois.

Um problema que a falta de teorização causa é a ausência de critérios objetivos para a operacionalização da questão financeira. Normalmente, o fluxo financeiro é tratado como um indicador da alteração do padrão partidária, como por exemplo a passagem do modelo de partidos de quadros para partidos de massas que tratou da mudança do financiamento por meio de grandes contribuições esporádicas de poucos membros para pequenas contribuições regulares de um grande número de membros.

A comparação aqui, no entanto, não será através do total destinado aos partidos. O principal motivo para isso, é a falta de informações dos partidos sobre a quantidade de dinheiro que entra nas organizações e suas fontes, alguns países – como o Brasil, por exemplo – disponibilizam os recursos de modo detalhado, entretanto, outros como a Argentina somente disponibiliza os balanços financeiros, sem entrar em detalhes sobre as origens dos recursos e finalmente, muitos não tornam estes dados públicos, como o Uruguai, por exemplo. Essa limitação influi no sentido em que não será possível testar o impacto dos subsídios estatais sobre as finanças partidárias, tampouco será possível realizar uma comparação sobre este tema ao longo do tempo.

Se não é possível medir a diferença de recursos para todos os partidos latino-americanos por meio da quantidade e da origem dos recursos, como estes podem ser trabalhados comparativamente?

Retornando aos clássicos trabalhos de Duverger (1970) e Panebianco (2005) deve-se olhar também para as fontes disponíveis. Duverger (*idem*) ao analisar as finanças dos partidos de quadros e de massas, parte da dicotomia entre grande financiador em pequeno número e pequeno financiador em grande número, não se atendo as diferenças de grau

---

<sup>214</sup> A adoção de subsídios públicos, segundo, Nassmacher (2006) enfrenta resistência da opinião pública.

entre os vários tipos de contribuições. Panebianco (*idem*) fornece um modelo de mais fácil operacionalização ao expor que os partidos com forte institucionalização são financiados por uma grande diversidade de fontes, o autor, no entanto, não entra em maiores detalhes sobre essas fontes.

Partindo do pressuposto que os partidos podem ser financiados por uma pluralidade de fontes, podemos separá-las através de seus estatutos e legislações partidárias que tratam sobre o tema com o objetivo de mapear as possíveis fontes legais de financiamento partidário e, como explicado anteriormente, apesar de não acerca das regras formais, apenas a menção não é garantia da aplicação das normas, mas estabelece um limite legal, por isso é importante mapear a presença ou ausência de determinadas modalidades de financiamento nos documentos partidários e governamentais.

### Quadro 5.3 – Fontes de receitas

		<b>Partidos</b>
Contribuição de membros	Obrigatória	PT; CREO; PNH; PRD/MEX; FSLN; PRD/PAN; PNP; PRD/DOM; PRSC; PC/URU; PSUV
	Voluntária	PJ; PRO; UCR; MAS-IPSP; FUN; PMDB; PSDB; PT; RN; PC/COL; PL/COL; PLU; PAC; PLN; ARENA; FMLN; AP; CREO; PP; UNE; PLH; PNH; PRD/MEX; FSLN; PLI; PRD/PAN; FP; PNP; PRSC; PC/URU; PN/URU; MPJ; PSUV
	Ocupantes de cargos eletivos	PJ; PRO; UCR; PMDB; PSDB; PT; PLN; AP; PP; UNE; PRD/MEX; FSLN; PLRA; PRD/DOM; PC/URU; PN/URU
	Comissionados	PRO; UCR; PMDB; PSDB; PT; PLN; AP; UNE; PRD/MEX; FSLN; PC/URU; PN/URU
Atividades	Bens, Eventos	PSDB; PT; MAS-IPSP; PSCH; PC/COL; PL/COL; PLU; ARENA; FMLN; PP; UNE; PLH; PNH; PRD/MEX; FSLN; CAMBIO; PRD/PAN; PLRA; FP; PRSC; PC/URU; PL/URU
	Doações	PJ; PRO; MAS-IPSP; PMDB; PSDB; PT; PSCH; PC/COL; PL/COL; PLU; CREO; ARENA; PP; UNE; PLH; PNH; CAMBIO; PRD/PAN; PLRA; FP; PC/URU; PN/URU
	Publicações	PC/COL; PL/COL; PLU; PP

Fonte: Elaboração própria.

Como em muitas partes dos estatutos, o financiamento partidário é pouco regulamentado nas disposições estatutárias, apesar de possuir – em quase todos os casos – um capítulo específico sobre o tema. Quase a totalidade das agremiações apenas cita as principais fontes de receitas, porém, com pouca regulamentação sobre sua obtenção e aplicação dos recursos, com exceção do Brasil, principalmente no que tange a questão da distribuição do fundo estatal entre as esferas partidárias.

As principais fontes de receitas descritas podem ser divididas em dois grupos, como demonstrado no Quadro 5.3, estas se dividem entre as contribuições de seus filiados e as provenientes de atividades partidárias e demais que não proibidas pelas legislações. A questão do financiamento estatal, é pouco regulamentado pelas legendas, com os recursos somente sendo citados como uma das fontes de receitas.

No quesito atividades, um pouco mais de dois terços dos partidos selecionados regulamentam alguma forma de financiamento por meio de atividades, doações e/ou publicações. No primeiro ponto, as atividades são descritas como rendimentos de atividades realizadas no interior da organização, eventos para arrecadação de fundos, entre outros. As doações são citadas como doações, heranças e outras formas de transferências financeiras direcionadas às agremiações, que estejam dentro dos limites legais. Por fim, algumas legendas editam publicações e obtêm rendimentos de suas vendas<sup>215</sup>.

Tradicionalmente, a principal fonte de receita dos partidos é a contribuição de seus membros, seja, por meio de contribuições extraordinárias – que vão de doações em dinheiro, até empréstimos financeiros e de bens para as atividades partidárias – e de ordinárias que são fontes de receitas regulares, cobradas através de cotas, estas, variam na periodicidade, que na maioria das vezes é mensal, semestral ou anual. Ao longo do tempo, este tipo de financiamento foi perdendo o protagonismo para outras formas de financiamento, como o estatal e as doações por parte de grupos de interesse, porém, embora diminuído, este continua importante, pois garante uma entrada de recursos mais ou menos regulares as legendas<sup>216</sup>.

---

<sup>215</sup> Apesar de não estarem descritos nos estatutos dos partidos selecionados, o México e o Panamá exigem que seus partidos políticos editem publicações (revistas).

<sup>216</sup> Um problema sobre o financiamento por parte dos membros é a irregularidade das entradas. Estas geralmente ocorrem de forma instável e concentradas em períodos eleitorais ou quando se precisa estar em dia financeiramente com o partido para participar das atividades internas.

### Quadro 5.4 – Contribuição financeira dos membros

	<b>Membros (obrigatório)</b>	<b>Membros (voluntário)</b>	<b>Eletivos</b>	<b>Comissionados</b>
PJ	Não consta	Não consta	10%	Não consta
PRO	Não consta	Não consta	5%	Não consta
UCR	Não consta	Não consta	10%	Não consta
PMDB	Não consta	Não consta	5% mensal	3% mensal
PSDB	Não consta	Não consta	3% mensal	3% mensal
PT	Não consta	Não consta	5% mensal	5% mensal
PLN	Não consta	Não consta	1% mensal	1% mensal
PP	Não consta	Não consta	5% mensal	Não consta
PNH	1 Lempira (mínimo)	Não consta	Não consta	Não consta
PRD/MÉX	1 dia de salário mínimo na DF (anual)	Não consta	15% mensal	15% mensal
FSLN	3 córdobas mensais	Não consta	10% mensal	10% mensal
PRD/PAN	1 Balboa por ano (mínimo)	Não consta	Não consta	Não consta
PLRA	Não consta	Não consta	5% mensal	Não consta
PC/URU	Não consta	Não consta	5 a 10% mensal	5 a 10% mensal
PN/URU	Não consta	Não consta	5% mensal	5% mensal

Fonte: Elaboração do autor com base nos documentos estatutários.

Aproximadamente um quarto dos partidos selecionados estipulam a obrigatoriedade da contribuição financeira de todos seus membros e, dentre estes, a grande maioria apenas cita a sua obrigatoriedade e não estipula valores<sup>217</sup>. Dos que estipulam, nota-se o baixo valor das cotas, com o PNH determinando a contribuição de um lempira por ano, o PRD mexicano com o equivalente a um dia de salário mínimo na Cidade do México por ano, a FSLN três córdobas mensais e, o PRD panamenho com um balboa por ano. O PT constitui nesse grupo o caso mais complexo, a legenda estabelece uma série de níveis de contribuições que são determinadas anualmente com base no

<sup>217</sup> O PRD dominicano não estabelece um valor fixo para as cotizações dos filiados, com estas sendo determinadas caso a caso.

rendimento de seus filiados. Estas devem ser pagas em duas parcelas semestralmente e atualmente equivale a quinze reais para militantes que ganham até três salários mínimos, três por cento de seus salários para ganhos de até seis salários mínimos e de seis por cento em ganhos maiores. Um dado interessante e que corrobora o objetivo inicial das contribuições obrigatórias, reside, em seu baixo valor, o que torna a sua contribuição acessível aos filiados, bem como exige, uma extensa quantidade de filiados para que estas possam ter grandes efeitos sobre o custeio da legenda.

As contribuições voluntárias, são tidas, como aquelas em que os partidos citam a existência da contribuição dos filiados, mas não determinam a sua obrigatoriedade, deixando o dispositivo estatutário um tanto quanto vago. Quase a totalidade das legendas determina este tipo de contribuição, com exceção à Frente Amplio, porém, as contribuições financeiras à legenda são regulamentadas nos estatutos de seus grupos internos.

Novamente, aproximadamente um quarto das legendas – e de metade dos países – determina a obrigatoriedade de contribuições financeiras por parte dos ocupantes de cargos eletivos. Os valores são calculados com base nos ganhos de seu cargo<sup>218</sup> e variam de um por cento no PLN até quinze por cento no PAN. Novamente, o PT escalona as contribuições de acordo com os ganhos, com os ganhos de até cinco salários mínimos até vinte por cento para ganhos superiores a vinte salários mínimos<sup>219</sup>. De modo diferente da contribuição dos filiados, as cotas dos detentores de mandatos eletivos são mensais e, portanto, seu fluxo se mostra menos volátil que dos demais filiados.

Os ocupantes de cargos comissionados também devem contribuir com porcentagens sobre seus ganhos mensais<sup>220</sup>. Estes, novamente variam de um por cento nos liberais nacionais costa-riquenhos e chegam a dez por cento nos sandinistas e nos colorados uruguaios, com os últimos adotando um percentual variável entre cinco e dez por cento a ser determinada pela direção nacional. Por fim, o PT, diferentemente das outras disposições financeiras, adota um percentual fixo de cinco por cento dos ganhos mensais dos cargos comissionados.

Das contribuições financeiras dos filiados, as dos ocupantes de cargos ligados ao governo são mais estáveis e garantem um fluxo mais recorrente de receitas que os dos

---

<sup>218</sup> O Partido Colorado do Uruguai estabelece uma porcentagem variável das contribuições financeiras, que variam entre cinco e dez por cento dos ganhos mensais.

<sup>219</sup> O partido também estabelece que filiados que ganham entre cinco e dez salários mínimos devem contribuir com oito por cento, os ganhos acima de dez até quinze devem contribuir com onze por cento e os rendimentos entre quinze e vinte salários mínimos com dezesseis por cento.

<sup>220</sup> A Alianza País determina que os ocupantes de cargos comissionados devem contribuir financeiramente com a legenda, porém, não estabelece os valores em seu estatuto.

filiados. Além disso, há uma importante variação na questão dos valores, os membros individuais contribuem, em sua quase totalidade, com pequenas quantias anuais e os membros ocupantes de cargos, com montantes superiores e de forma mensal. Novamente, a ausência de dados não permite a realização de maiores considerações sobre o tema e tampouco, comparações sobre seus impactos sobre os balanços financeiros das legendas.

No quesito dos membros, a maior surpresa foi a baixa cobrança de cotas dos dirigentes, apenas o PJ, a UCR, o PT, PRD/MEX, o PLRA e o PN/URU estabelecem esta forma de contribuição. No PJ, esta é cobrada apenas das lideranças locais (vinte por cento), sem especificar o cargo e surpreende devido a autonomia entre as partes do partido. A UCR somente cobra uma contribuição dos delegados, mas sem nenhum percentual definido. Nos casos restantes, as contribuições variam de um por cento no PT, cinco por cento (PLRA, PN/URU) para os dirigentes nacionais e locais, com os brancos estabelecendo o mesmo percentual para o presidente e secretário geral do partido e o PRD/MEX com quinze por cento para os dirigentes de todos os níveis.

Por fim, o financiamento estatal constituiu uma das mais importantes fontes de receitas partidárias, com exceção do Chile, todos os demais partidos contam com esta forma de receita, que vai desde a reposição dos gastos das campanhas eleitorais até o financiamento direto por meio de transferências diretas de recursos. No entanto, assim, como a maioria dos dados partidários existe o problema do acesso aos dados e a forma como estes – quando – são disponibilizados tratam apenas de balanços financeiros, com poucas informações sobre a origem das receitas.

As doações e os recursos financeiros dos partidos latino-americanos ocupam pouco espaço em seus estatutos e se resumem basicamente a menções da existência da contribuição e em alguns casos, o montante das cotas dos membros. A que isso se deve? Primeiramente, com exceção do Chile, todos os demais países contam com algum tipo de subsídio estatal para o funcionamento das legendas e/ou de suas campanhas eleitorais, os quais constituem uma importante fonte de receitas estáveis. O segundo fator, se deve ao suporte fornecido por grupos de interesses, os quais, também, consistem em uma importante fonte de receitas, porém, não são tão estáveis quanto o financiamento estatal. O exame do financiamento mostrou a pluralidade da região, com os partidos brasileiros, os dois tradicionais uruguaios, a PLRA, etc. como os que buscam garantir a maior pluralidade de suas receitas, e não depender somente do financiamento estatal ou de grupos de interesses. Infelizmente, devido à falta de acesso a dados de todos os partidos examinados, não foi possível medir o impacto de cada tipo de financiamento no interior dos partidos, bem como a variação de fontes e montante dos recursos em anos eleitorais

e não eleitorais, mais estudos sobre estes temas e possíveis comparações entre partidos de diferentes países se faz necessário.

### *Considerações finais*

O Capítulo 5 desenvolveu a questão da organização interna dos partidos políticos latino-americanos. Como base de dados primária utilizamos os estatutos partidários, estes variam em extensão e também, na forma como o conteúdo é apresentado em seu interior, com alguns partidos – notadamente os brasileiros, hondurenhos, mexicanos e dominicanos – construindo documentos com elevado grau de descrição das atividades partidárias e outros – argentinos, equatorianos e guatemaltecos – com estatutos vagos e imprecisos.

O senso comum tende a argumentar que todos os partidos são iguais. Ao analisar os estatutos verificou-se que os partidos possuem diferenças entre si, algumas vezes grandes e outras sutis, conferindo um desenho organizacional único à cada legenda. A maior preocupação do capítulo foi desenvolver e identificar o mapa organizativo dos partidos políticos da região. Inicialmente, separamos a organização em seis grandes grupos que equivalem aos tipos de instâncias presentes nos estatutos partidários, após esta etapa, identificamos onze padrões de organização presentes na região, cada qual com várias peculiaridades em seu interior.

Em relação a primeira instância (deliberativas) notou-se uma variação no que diz respeito ao seu grau de abertura, na questão da participação algumas legendas optam por dividir a instância em dois tipos, uma mais aberta a participação dos membros e outra mais restrita a seus dirigentes. A questão eleitoral também se mostra complexa, uma quantidade considerável de partidos seleciona suas lideranças por meio de primárias, porém, em seis casos (Argentina, Bolívia, Costa Rica, Honduras, Panamá e Uruguai) estas são obrigatórias de acordo com a legislação de cada país, nos demais casos, os partidos optam por estabelecerem esta forma de seleção de lideranças. Em outro extremo, algumas legendas, como a AP, não definem critérios de seleção de candidatos e outros três (PLN, CREO e ARENA) determinam que os dirigentes podem interferir na nomeação de candidatos.

As instâncias diretivas não apresentam grandes variações, com aproximadamente três quartos dos partidos da região, adotando um sistema em que são adotadas instâncias



diretivas e executivas para a direção partidária. No entanto, algumas legendas unem as duas instâncias em uma só e conferem grandes poderes a presidência da legenda.

Outro achado se encontra na presença de núcleos de base e mecanismos de consulta por aproximadamente metade dos partidos selecionados. No primeiro caso, estas são criadas de acordo com critérios de função, isto é, de acordo com os atributos e funções dos filiados e também através do local de moradia e/ou trabalho dos filiados. Em relação aos mecanismos de consulta, também são adotados por aproximadamente metade das legendas da região, com seis adotando mecanismos de consulta direta (PT, PC/COL, PL/COL, PRD/MEX, PRD/DOM e FA), outros quatorze com um misto de dirigentes e membros e, quatro (PSDB, PL/COL, AP e PRD/DOM) com mecanismos de consulta a notáveis do partido ou da sociedade.

Foram encontradas poucas divisões internas formais nos partidos da região, com a maioria delas tratando somente de conformação de grupos eleitorais internos, sem maiores vínculos. O PT e a FA definem a questão das divisões internas de outro modo, com o primeiro, regulamentando a existência de tendências no interior da legenda, as quais atuam como grupos internos e a Frente Amplio a dos partidos que fazem parte da legenda.

De modo surpreendente, há pouca regulamentação sobre o relacionamento entre os diversos níveis dos partidos políticos, quando existentes, os estatutos descrevem as funções básicas dos organismos nos níveis, e quando são criados mecanismos de controle, estes – em sua maioria – se referem a obrigação de seguir a linha ideológica e de ação traçada pela direção nacional. O Brasil é a exceção, com as três legendas com mecanismos de controle, como intervenção e destituição das esferas pelos organismos superiores.

Por último, os estatutos regulamentam as questões dos filiados e de financiamento. Na primeira, são definidas questões de comportamento e, principalmente, de direitos e deveres dos membros. No segundo, as legendas definem quais são as suas principais fontes de receitas, com destaque ao baixo número de agremiações que determinam a obrigatoriedade da contribuição financeira de todos os filiados (onze no total) e destes somente cinco definem o valor ou o percentual a ser cobrado. Como um todo, a questão financeira se encontra pouco regulamentada nos partidos, com somente a listagem das fontes de receita e, quando muito, a porcentagem de contribuições por parte dos filiados e dos detentores de cargos eletivos.

## **6. A Organização dos Partidos Políticos Latino-americanos: padrões de organização interna**

Partindo do princípio que os partidos políticos são antes de tudo, organizações, as quais interagem com outras – partidos, empresas, movimentos sociais, ONG's, etc. –, com instituições – governos, suas partes legislativas, Judiciário – e com a sociedade civil – eleitores e a população – em uma relação de múltipla influência, a qual impacta sobre o formato de seu desenho organizacional. Entretanto, este relacionamento não influi de forma constante quando tratamos do desenvolvimento das legendas, assim como muitas organizações os partidos políticos são pouco afeitos as mudanças. Estas para Harmel (2009) e Harmel e Janda (1994) ocorrem basicamente devido ao desempenho eleitoral, mudanças internas devido a troca de lideranças e/ou disputas pelo poder interno e, mudanças no ambiente, que podem ser relacionados a mudanças na sociedade, bem como das regras que gerem as atividades partidárias (HARMEL *et al*, 1995).

Esse processo, entretanto, não é descrito de forma simples para a literatura especializada. Alguns autores (Duverger, Katz e Mair, Panebianco) tomam a organização partidária a partir de uma perspectiva evolucionista, na qual o seu desenvolvimento é influenciado por meio de uma série de adaptações ao meio, quase que no sentido de Darwin, na qual, somente as mais adaptadas estão destinadas a sobreviver as novas exigências.

Portanto, podemos argumentar que a organização dos partidos é produto de uma série de influências internas e externas que moldam a própria organização. De um lado, as influências exógenas exigem que as legendas respondam aos desafios e se adaptem a eles, de modo a garantir a sua sobrevivência e em igual medida o sucesso eleitoral, ou a obtenção de suas ambições, no caso de partidos ideológicos. De outro, as pressões endógenas evidência a disputa pelo poder interno, o qual Panebianco (2005) toma como principais fatores para alterações nas máquinas partidárias.

O debate sobre a adaptação ou mudança dos partidos políticos é fundamental para compreender a sua organização. A discussão sobre este tema, tem início nos debates acerca do declínio dos partidos políticos<sup>221</sup>, ao argumentar que os partidos de massas se

---

<sup>221</sup> A própria questão do declínio é relativa, se considerarmos o declínio como decorrente da perda de membros, alguns partidos entram em declínio enquanto outros se encontram em expansão. Ao levarmos esta situação a uma comparação mais ampla entre países, von Beyme (1985) argumenta que na década de 1970 enquanto os partidos de outras nações se encontravam em declínio, os partidos franceses se

encontram em declínio, sobretudo, pela diminuição de suas funções representativas e consequentemente o afastamento de suas bases sociais (GUNTHER; MONTERO, 2009).

A nova situação traz importantes mudanças para os partidos políticos, a principal se encontra em relação ao seu corpo burocrático. Antes descrito como um corpo burocrático robusto e dotado de grande poder, este passa a ser descrito como uma entidade frágil. A bem da verdade, a noção de uma ampla e extensa burocracia partidária definida por Michels (2001) e Duverger (1970) é segundo von Beyme (1985) um tanto quanto exagerada, pois, as organizações partidárias não apresentam um extenso, diversificado e especializado corpo burocrático, como os sindicatos, por exemplo.

Com o enfraquecimento das burocracias centrais, ocorre uma alteração em seu formato, estas continuam a existir, com dirigentes e funcionários profissionais, porém, as agremiações passam de entidades voluntárias para organizações profissionais, isto é, ocorre a profissionalização dos partidos políticos, que passam a contratar serviços de prestadores de serviços, além do crescimento dos custos para sua manutenção e realização de atividades. Esta passagem é inicialmente descrita por Kirchheimer (1966) e posteriormente desenvolvida por outros autores (HARMEL; JANDA, 1994; VON BEYME, 1985) e, relata o processo de transformação e adaptação dos partidos europeus a esta nova realidade.

É fundamental salientar que os partidos políticos, apesar de serem organizações, não são máquinas tão complexas como outras organizações em que a divisão do trabalho se encontra amplamente difundida (sindicatos, por exemplo). Os partidos são organizações relativamente simples, que estruturam a competição eleitoral e buscam satisfazer as ambições de seus membros por meio de sua ação.

O capítulo será dividido da seguinte maneira. Na primeira parte, serão trabalhadas algumas questões metodológicas e de técnicas de pesquisa sobre a classificação e categorização dos partidos políticos latino-americanos. A segunda parte tratará da categorização dos mesmos e do seu relacionamento com os conjuntos examinados. Por fim, os partidos políticos da região serão classificados de acordo com suas características organizacionais, bem como verificaremos os fatores explicativos para os padrões e as diferenças e semelhanças encontradas.

---

encontravam em uma fase de ressurgimento, fato que leva o autor a expor que o debate sobre o declínio é precedido pela questão do ressurgimento e revitalização das legendas.

### *6.1. Questões metodológicas*

A visão corrente sobre a organização dos partidos latino-americanos, é que estes, salvo exceções são entidades frágeis e dominadas por grupos clientelistas e de patronagem, estes grupos, se encontram formalmente no interior das organizações, porém, tomam as decisões em espaços distantes da organização formal, com esta, se encontrando esvaziada.

Como contraponto, argumentamos ao longo do texto, que esta visão possui vícios no que tange ao excesso de rigor metodológico e também de sobrevalorizar o impacto do declínio dos partidos políticos, as máquinas partidárias da região. Outro problema, apontado é a grande instabilidade partidária, na qual legendas são criadas e destruídas com grande facilidade, ora, isso é um fato recorrente não somente na América Latina, mas em vários países do globo.

Mesmo os sistemas em colapso, mostram sinais de relativa estabilização, ainda que seja entre partidos no governo e sua oposição. A estabilidade do sistema é importante, mas deve-se questionar até que ponto a estabilidade não cristaliza as preferências dos eleitores, bem como, inibe a formação de novos partidos, criados a partir de novas demandas ou de crises de representação das forças tradicionais e sua demora ou incapacidade de responder as demais sociais.

A principal dificuldade deste trabalho residiu em como equilibrar a questão qualitativa em número médio de casos. Com 42 partidos distribuídos em 18 países, uma análise mais aprofundada exigiria várias teses e/ou trabalhos. A saída encontrada foi recorrer a um elemento básico do método comparativo, que argumenta que deve-se concentrar a análise nas variáveis chave ao invés de todas as características dos casos (LJPHART, 1971).

Com a seleção do método comparativo é necessário selecionar técnicas de modo a operacionaliza-lo. A primeira adotada é a análise de conteúdo dos documentos partidários – estatutos – e das legislações partidárias, além, do exame bibliográfico sobre a região.

O uso do QCA – e mais precisamente do fsQCA – nos permite criar uma série de tipologias de modo a representar toda a heterogeneidade encontrada na região. Seu uso também nos permite a identificação das múltiplas causalidades dos fenômenos que geram a opção dos partidos de acordo com suas características organizacionais. Em última

instância, este trabalho propõe o “retorno” às organizações, ou seja, o direcionamento do foco da pesquisa as questões organizacionais.

Contudo, o uso do QCA neste trabalho é restrito. Isso se deve a alguns fatores. Primeiro, o objetivo deste trabalho não se encontra somente na averiguação da necessidade e da suficiência dos conjuntos, mas em como eles podem afetar de modo distinto os partidos da região, além, do foco na questão descritiva de suas organizações. O fsQCA neste trabalho auxiliou na categorização dos casos e na aferição dos graus de pertencimento dos partidos nas variáveis selecionadas. Outra característica chave da ferramenta se encontra na questão dos resultados, com cada resultado podendo ser gerado por uma diferente combinação de variáveis.

A distinção entre os tipos de partidos é, como Duverger (1970) e Sartori (2012) argumentam, uma questão de anatomia, ou seja, trata do formato organizativo selecionado por suas lideranças, limitado pelas regras vigentes no momento de sua formação e também pela modificação das mesmas ao longo do tempo. A partir desta consideração, é preciso determinar critérios objetivos para categorizar e classificar os partidos políticos latinos. Ao todo classificamos os partidos de acordo com quatro categorias: 1) participação ou grau de abertura a participação dos filiados: trata de quão abertos os partidos são a participação dos filiados no processo decisório e é medida de acordo com três indicadores: a) participação nas instâncias deliberativas; b) modo de eleição dos dirigentes e dos candidatos as eleições gerais e, c) mecanismos de consulta; 2) desenho organizacional: envolve a identificação de algumas instâncias partidárias chaves, nesse caso, são identificados, partidos mais restritos a instâncias processuais e outros mais abertos a participação junto sociedade, por meio de núcleos de base; 3) fonte de financiamento: quantidade de fontes descritas pelos partidos e; 4) relacionamento entre níveis e divisões internas: no primeiro são identificados mecanismos de controle de uma esfera sobre outra, tais como, intervenção, destituição, definição de candidaturas, de estratégias e ideologia, etc. e, a segunda (divisão) trata do controle dos partidos sobre suas divisões internas formais, este item é raro, pois a maioria das agremiações não formaliza as suas divisões e/ou grupos internos, ou seja, a divisão interna é pouco visível nos documentos partidários.

## 6.2. América Latina: a organização de seus partidos

De modo geral, os partidos políticos latino-americanos são descritos como organizações frágeis e pouco organizadas. Isso é explicado em grande parte pelo personalismo das agremiações – com muitas delas dominadas por lideranças caudilhas –, organizadas e estruturadas por meio de redes clientelistas e de patronagem. A questão da fragilidade trata de uma espécie de medição da “qualidade” dos partidos ao determinar quais são os melhores tipos, entretanto, esta discussão se direciona mais ao debate de como os partidos deveriam ser e não como realmente são, como visto nos capítulos anteriores, esta discussão é dominada por grandes juízos de valor e também, por uma visão distorcida sobre os partidos políticos da região, pois são aplicados conceitos e indicadores formulados aos casos da Europa Ocidental, sem os devidos cuidados.

Portanto, a discussão realizada neste capítulo – e trabalho – não tratará da delimitação de força ou da qualidade entre os partidos latinos, pois, consideramos que não existe um tipo partidário “superior”, mas sim que as organizações são produtos das escolhas de suas lideranças em um ambiente limitado e, que estas escolhas são resultadas de diferentes opções, ou seja, opções e histórias diferentes podem produzir resultados semelhantes.

Uma segunda questão sobre a questão partidária envolve a produção bibliográfica sobre os partidos latino-americanos. Esta ainda se mostra escassa, porém em desenvolvimento, com grande concentração em alguns países – como a Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai – e estudos de casos sobre os partidos da região, com especial foco aos partidos da esquerda, como o PT, por exemplo<sup>222</sup>. Os estudos comparativos são mais escassos, com destaque para os que analisam os partidos do Cone Sul, como De Riz (1986), Di Tella (1998) e Serna (2004). Também podemos destacar os trabalhos de Kitschelt *et al* (2010), Freidenberg e Suárez-Cao (2015), Alcántara e Freidenberg (2002, 2003a, 2003b) e Alcántara (2004, 2013) que buscam comparar os partidos da região, entretanto, nos trabalhos de Freidenberg e Suárez-Cao (2014), Alcántara e Freidenberg (2002, 2003), os partidos e os países são apresentados separadamente e com pouco foco na comparação entre eles, entre estes trabalhos, os de Alcántara (2004) e Kitschelt *et al* (2010) realizam uma comparação sistemática das características organizacionais, o

---

<sup>222</sup> Em outros países, os estudos de caso se concentram em estudos sobre partidos centristas como o PJ, o PDC e o PRI.

primeiro, com foco nas organizações propriamente dita e o segundo, no comportamento dos partidos, com a diferenciação entre partidos ideológicos e pragmáticos.

Feitas todas as observações e debates é preciso estabelecer como os partidos políticos serão comparados. A comparação entre as instâncias partidárias internas pode ser realizada por meio de um grande número de fatores, tais como, os mecanismos eleitorais internos, os grupos que se encontram representados em seu interior, o grau de institucionalização do partido, as modalidades de financiamento, etc.

Além da quantidade de variáveis, também a própria organização, como visto, é alvo de diferentes interpretações, esta pode ser considerada como reflexos dos grupos presentes em seu interior, como a visão sociológica apregoa; também podem ser consideradas como unitárias, como nos estudos baseados na teoria da escolha racional; ou como franquias, como Carty (2004) propõem, na qual, as esferas locais funcionam com certo grau de autonomia, mas devem seguir certas orientações do centro partidário; outros, como von Beyme (1985) a retrata como entidades para recrutar e inserir os filiados na vida política; também como forma de utilização de recursos (WARE, 2004), entre outras.

A organização aqui é descrita como o produto de uma série de opções e limites impostos a eles, por fatores exógenos – constituições nacionais, legislações, competição, etc. – e fatores internos, como ambições de seus filiados, objetivos, ideologia, entre outros. Em última instância, a organização limita a ação de seus próprios membros, ao definir os limites do partido.

A proposta de um “retorno” às organizações traz a necessidade de mobilizar uma série de variáveis e questões. Em primeiro lugar, devido ao grande N, o foco da pesquisa precisa ser direcionado a questões mais gerais, que possam ser comparadas. Isso é resultado do desenho organizacional único de cada legenda, a qual, se mostra cada vez mais exclusivo à medida que a pesquisa se aprofunda, por isso, o foco da comparação se encontra nos aspectos mais gerais da organização partidária, como citado ao longo do texto, a ampliação do número de estudos de casos se faz necessária para aumentar a compreensão sobre as agremiações partidárias locais.

A organização partidária, como descrita nos capítulos anteriores, é retratada aqui como uma estrutura organizacional que proporciona os meios e mecanismos a seus membros, de modo que eles atinjam seus objetivos e ambição, esta, no entanto, não atua somente como “facilitadora”, mas também limita a ação de seus membros no acesso aos benefícios, bem como, regulamenta as disputas internas.

Dito isso, é preciso definir como categorizar organizações tão diferentes e com histórias tão diferentes, como a FSLN que nasceu de movimentos ligados a guerrilha sandinista e se converteu em partido político ao final da década de setenta e a Fuerza Popular que se originou como um projeto de poder de Keiko Fujimori e se estruturou ao redor de sua liderança, sendo ainda prematura afirmar que se trata de um partido consolidado.

Como saída a esta questão, propomos uma categorização calcada nos estatutos partidários. A criação de categorias baseadas somente nos aspectos formais, pode levar a problemas, como um excesso de normativismo, ou seja, de considerar que determinadas regras formais são melhores que outras, como o velho institucionalismo, por exemplo. Outro problema enfrentado seria que os estatutos podem descrever uma realidade que se encontra distante da prática. Porém, para resolver estes problemas, alguns cuidados e observações são necessárias. A primeira trata da questão formal propriamente dita e se relaciona diretamente com os objetivos deste trabalho, que trata do exame dos partidos políticos latinos sem as pretensões de quantificar questões de força e/ou de quais tipos são melhores que os outros, o que se busca aqui é compreender como são organizados e não qual o melhor tipo. Em segundo lugar, os estatutos podem não descrever toda a realidade partidária e variam de acordo com o grau de controle que exercem sobre os filiados, alguns, como os dos partidos mexicanos regulamentam de forma minuciosa a vida partidária e outros, como os peruanos e nicaraguenses somente descrevem os aspectos gerais, entretanto, fornecem importantes pistas de como os partidos políticos são organizados e também delimitam sua organização e regulamentam o acesso dos membros a importantes recursos, como candidaturas a cargos eletivos, por exemplo.

Portanto, a categorização dos partidos ocorre inicialmente por meio da identificação do grau de pertencimento dos partidos nas seguintes categorias: a) anatomia partidária: identifica quais as principais instâncias partidárias e os diferentes desenhos organizacionais de cada partido; b) grau de participação dos filiados nas decisões internas, seja nas instâncias deliberativas, seja nas eleições internas; c) financiamento: não trata somente das principais fontes de financiamento, pois estas são descritas em sua maioria nas legislações partidárias, mas sim, as contribuições de seus filiados, se os partidos, a questão neste ponto não é a importância do financiamento, mas a adoção de canais de financiamento para além dos regulamentados pelas legislações e; d) controle sobre os níveis partidários e as divisões internas: grau de intervenção das esferas nacionais sobre as locais e também o controle sobre as divisões internas formais.



Após a definição das categorias é preciso estabelecer o peso delas para a classificação. Nesse ponto, fornecemos peso maior a questão do desenho organizacional e o grau de participação. Nesse ponto, os partidos mais próximos do score 1 são aqueles que possuem todos os organismos descritos no capítulo cinco, bem como, ampla participação, financiamento amplo por parte dos filiados e controle sobre suas divisões internas e sobre suas esferas locais. No outro extremo, existem partidos que fornecem pouca regulamentação sobre suas atividades de modo geral, e, no intervalo entre os extremos existem um amplo número de outros tipos partidários, que vão desde mais abertos – ou regulamentados – até outros que conferem maior autonomia as suas lideranças.

Novamente, o posicionamento não equivale a graus de força ou de qualidade das legendas, mas sim, a questões organizacionais, ou seja, se tratam de opções dos partidos – e de seus membros e, principalmente, dirigentes – de modo a buscar cumprir os objetivos traçados pela legenda, isto é, os desenhos organizacionais são frutos de escolhas realizadas pelos atores. Feitas estas observações o quadro XX apresenta a distribuição dos partidos ao longo do seu pertencimento no quesito organizacional.

**Tabela 6.1 – Organização dos partidos políticos latino-americanos**

(Contínua)

<b>Partido</b>	<b>Score</b>
PJ	0.8
PRO	0.5
UCR	0.9
FUN	0.4
MAS-IPSP	0.2
PMDB	0.6
PSDB	0.8
PT	1
PDC	0.5
PSCH	0.8
RN	0.6
PC/COL	0.9
PL/COL	0.9
PLU	0.2

**Tabela 6.1 – Organização dos partidos políticos latino-americanos****(Conclusão)**

<b>Partido</b>	<b>Score</b>
PAC	0.3
PLN	0.7
ARENA	0.3
FMLN	0.7
AP	0.7
CREO	0.3
PP	0.3
UNE	0.3
PLH	0.9
PNH	0.8
PAN	0.5
PRD/MEX	0.7
PRI	0.2
FSLN	0.6
PLI	0.5
CAMBIO	0.8
PRD/PAN	0.9
ANR	0.8
PLRA	0.5
FP	0.3
PNP	0.4
PRD/DOM	0.9
PRSC	0.7
FA	0.4
PC/URU	0.4
PN/URU	0.4
MPJ	0.7
PSUV	0.3

Fonte: Elaboração do autor com base nos estatutos partidários.

O máximo pertencimento somente foi encontrado uma vez, e é representado pelo PT, este tipo une o máximo pertencimento em todos os conjuntos examinados, ou seja, o partido adota um desenho organizacional com maior divisão de trabalho, abertura à

participação dos filiados no processo decisório, amplos canais de financiamento e controle sobre suas divisões internas e esferas locais.

A distribuição dos partidos no conjunto organizacional demonstra um relativo equilíbrio entre os partidos, com uma maior concentração nas legendas com maior grau de abertura e também, desenhos organizacionais que comportam mais instâncias e controles.

Mas como podemos explicar estes padrões? Como veremos mais adiante há uma aproximação de alguns partidos nas categorias estipuladas e também uma ampla distribuição deles no *continuum* organizacional, com boa parte da pluralidade partidária da região sendo representada.

A organização, em si, é fruto de uma série de influências internas e externas aos partidos. As endógenas tratam da escolha dos membros por um determinado desenho por meio de negociações entre seus filiados em um ambiente limitado pelas regras vigentes. A ideologia também se apresenta como um fator determinante na definição da estrutura interna ao definir o local de extração de recursos – pessoal e eleitoral – e relacionamento, ou não, com movimentos sociais. Por fim, a forma como os partidos se originam também deixa marcas na organização no decorrer de sua história, principalmente, pelo contato que estes possuem com a sociedade, seu grau de abertura aos membros, entre outras características.

Como fatores exógenos, podemos separar o ambiente – ou arena política – em que estão inseridos, se a competição é maior ou menor, bem, como a sua trajetória. No primeiro quesito, Panebianco (2005) argumenta que ambientes mais instáveis tendem a produzir partidos menos institucionalizados, outros como Mainwaring e Scully (1995) argumentam que sistemas mais frágeis ou caóticos geram partidos frágeis, porém, a visão dos autores, possui sérios problemas metodológicos, como a falta de clareza dos critérios de classificação, bem como excesso de rigor metodológico quando examina a região latino-americana. Um grande problema de tomar o sistema como uma variável explicativa se encontra em tomar apenas um fator externo sobre os demais, além, de ignorar os diferentes efeitos que incidem sobre as máquinas partidárias. A arena política aqui é tomada como o local de competição dos partidos, e confere múltiplos incentivos e cenários as legendas, que podem reagir de modos distintos. Outro fator exógeno que incide sobre as organizações se trata das legislações partidárias, estas determinam os limites da ação partidária, bem como podem incidir diretamente sobre a organização, porém, as legislações também podem ser tomadas como fatores endógenos, pois são criadas, regulamentadas e alteradas pelos partidos políticos em sua ação governamental.

Outras variáveis – como sistema eleitoral – poderiam ser mobilizadas para identificar padrões de organização na região, no entanto, este trabalho foca essencialmente em seis variáveis: a) arena política: mais precisamente a trajetória destes, sistemas mais estáveis tendem a influenciar menos a vida política, enquanto os mais instáveis facilitam a proliferação de partidos personalistas e/ou de *flash-parties*; b) tipo originário: se surgiram internamente ou externamente ao parlamento, a questão da nacionalização levantada por Panebianco (2005) não será trabalhada, pela dificuldade de operacionalização dos índices; c) presença ou ausência de uma liderança personalista: diz respeito se o partido foi formado em torno ou como projeto de uma liderança personalista; d) surgimento patrocinado ou auxiliado por movimentos sociais ou segmentos da sociedade; se a criação do partido contou com o apoio de movimentos sociais ou de segmentos da sociedade, este apoio não necessariamente consiste que o partido foi construído como braço político da organização; e) legislação: trata do grau de controle das legislações partidárias sobre a organização dos partidos, como controle sobre o acesso, comportamento, financiamento e a organização partidária, propriamente dita, e; f) ideologia: o posicionamento definido pela bibliografia partidária.

Após a identificação destas variáveis e/ou conjuntos nos documentos e na bibliografia partidária sobre a região, é preciso definir os critérios para categorizar os conjuntos de variáveis. O primeiro é definido de regimes em que o sistema entrou em colapso até sistemas com maior estabilidade de seus partidos ao longo das últimas décadas<sup>223</sup>. Em relação ao personalismo e aos movimentos sociais, os scores são definidos por sua presença (score 1) ou sua ausência (score 0) e no caso do personalismo, também há um ponto intermediário (score 0.5), que se refere a lideranças históricas cuja figura é sempre retomada pela agremiação. A legislação, assim como a organização, é categorizada de acordo com o grau de pertencimento dos partidos em um contínuo, que vai desde poucas ou ausência – regulamentações (com scores próximos de 0) até outras mais restritivas com scores acima de 0.5. Por fim, a ideologia é categorizada em uma escala que vai do 0 que se refere a extrema esquerda até o 1 que se refere a extrema-direita<sup>224</sup>. De modo igual a questão organizacional, os scores tratam de graus de

---

<sup>223</sup> A arena política foi categorizada por meio da literatura especializada da seguinte maneira: 0 para os países em que seus sistemas atravessam por forte instabilidade e que ainda se recuperam ou sentem os efeitos da mesma, 0.1 para sistemas com larga instabilidade, 0.3 para sistemas com instabilidade, mas não tão graves, 0.5 para sistemas em estabilização ou razoavelmente estáveis, 0.8 para alta estabilidade e, 1 para estabilidade por longos períodos de tempo.

<sup>224</sup> A ideologia foi categorizada da seguinte forma: 0 para os partidos de extrema-esquerda, 0.2 para a esquerda, 0.4 para a centro-esquerda, 0.5 para o centro, 0.6 para a centro-direita, 0.8 para a direita e, 1 para a extrema direita.

pertencimento em escalas construídas de acordo com o aporte teórico de modo a representar toda a variedade encontrada na região. Portanto, os scores não representam ou equivalem a tipos e escalas de melhores ou piores ou mais fortes e mais fracos, mas a diferentes padrões dentro de um mesmo conjunto.

**Tabela 6.2 – Escalas de pertencimento**

(Contínua)

Partido	Sistema	Origem	Personalismo	Movimentos sociais	Legislação	Ideologia
PJ	0.8	0.4	0.5	1	0.4	0.5
PRO	0.8	0.4	1	0	0.4	0.8
UCR	0.8	1	0	0	0.4	0.5
FUN	0	0.3	1	0	0.8	0.6
MAS-IPSP	0	1	1	1	0.8	0.2
PMDB	0.5	0.1	0	0	0.9	0.5
PSDB	0.5	0.3	0	0	0.9	0.6
PT	0.5	1	0	1	0.9	0.2
PDC	0.8	0.4	0	0	0.7	0.5
PSCH	0.8	0.4	0	0	0.7	0.2
RN	0.8	0.1	0.5	0	0.7	0.6
PC/COL	0.8	0.1	0	0	1	0.8
PL/COL	0.8	0.1	0	0	1	0.5
PLU	0.8	0.3	1	0	1	0.8
PAC	1	0.3	0	0	1	0.4
PLN	1	0.1	0.5	0	1	0.4
ARENA	0.5	1	0	1	0.5	0.8
FMLN	0.5	1	0	1	0.5	0.2
AP	0	1	1	1	0.2	0.2
CREO	0	1	1	1	0.2	0.8
PP	0.1	0.1	0	0	1	0.6
UNE	0.1	0.3	0	0	1	0.4
PLH	0.8	0.1	0.5	0	0.5	0.6
PNH	0.8	0.4	0	0	0.5	0.8
PAN	0.3	1	0.5	0	0.3	0.6
PRD/MEX	0.3	0.3	0	0	0.3	0.4
PRI	0.3	0.1	0	0	0.3	0.5

**Tabela 6.2 – Escalas de pertencimento****(Conclusão)**

<b>Partido</b>	<b>Sistema</b>	<b>Origem</b>	<b>Personalismo</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Legislação</b>	<b>Ideologia</b>
FSLN	0.3	1	0	1	0.1	0.2
PLI	0.3	0.3	0	0	0.1	0.6
CAMBIO	0.1	0.3	0	0	0.3	0.6
PRD/PAN	0.1	0.1	1	1	0.3	0.4
ANR	0.3	0.1	0	0	0.9	0.8
PLRA	0.3	0.2	0	0	0.9	0.5
FP	0	0.2	1	0	0.9	0.8
PNP	0	0.2	1	0	0.9	0.4
PRD/DOM	0.3	1	0.5	0	0.2	0.5
PRSC	0.3	0.2	0	0	0.2	0.6
FA	0.8	0.4	0	1	0.4	0.2
PC/URU	0.8	0.1	0.5	0	0.4	0.5
PN/URU	0.8	0.1	0.5	0	0.4	0.5
MPJ	0	1	1	0	0.2	0.8
PSUV	0	0.3	1	1	0.2	0.2

Fonte: Elaboração do autor.

Após a questão organizacional é importante conferir a questão da distribuição – ou as frequências – dos partidos ao longo dos conjuntos selecionados. A importância desta etapa, é de conferir se ocorre uma concentração das legendas em determinado espaço ou se estas se distribuem de modo mais igualitário ao longo dos conjuntos.

Como estamos lidando com partidos latino-americanos esta etapa se mostra fundamental, pois demonstra que a região possui inúmeras especificidades e que não pode ser estudada como se fosse um grande bloco. A região, até como estratégia analítica, pode ser subdivida em grandes grupos, como Países Andinos, Centro-americanos e do Cone Sul, entretanto, dentro destas subdivisões existem grandes diferenças, como a grande instabilidade democrática no Peru e a estabilidade colombiana e, mesmo na conformação dos sistemas partidários, com alguns com alto número de partidos (Argentina), outros com grande fragmentação (Brasil) e outros com baixa fragmentação (Costa Rica) e baixo número de partidos (República Dominicana). Fora as questões institucionais, a região

conta com grandes diferenças de trajetória em questões de identidade, populacional, com à Bolívia e a Guatemala com alta representatividade indígena, por exemplo.

Esta pequena introdução serve para exemplificar algumas diferenças entre os países da região e demonstrar que esta é bem mais complexa do que se supõe e o tratamento de seus países e casos deve considerar estas especificidades e evitar tratar a região como um todo, mas como composta por várias unidades distintas entre si.

A distribuição dos partidos de acordo com a arena política mostra que a metade deles se encontra em regimes que ainda não se estabilizaram ou que entraram em colapso ao final do século XX. Em parte, a distribuição corrobora com a visão corrente sobre a região, que são dotados de grande instabilidade, porém, alguns destes possuem legendas com certa continuidade, como o guatemalteco e, no caso das novas forças na Bolívia e no Equador se encontram em fase de estabilização, após o seu reordenamento. Entretanto, em muitos ainda há grande presença de lideranças que emergiram durante a instabilidade e encontram dificuldades para se estabelecer. Nos casos guatemalteco e panamenho a instabilidade é recorrente desde a redemocratização, com o primeiro exibindo um número alto de criação e encerramento de legendas e, o segundo com alto grau de volatilidade e aumento da quantidade de legendas.

A região também apresenta casos de estabilização, como o Brasil, este, porém, se encontra em uma situação de difícil previsão, pois apesar dos prognósticos de estabilização após a fase inicial, o seu sistema político atravessa uma forte crise desde meados de 2014.

No outro extremo, a região também apresenta arenas mais estáveis, como o chileno, costa-riquenho, colombiano e uruguaio, que são tratados como modelos pela maioria a literatura especializada. Dos quatro casos, a inclusão da Colômbia é a que gera mais dúvidas, pois o país entre a década de 50 e 90 manteve um sistema bipartidário com alto grau de estabilidade no que diz respeito a estrutura de competição, no entanto, com as reformas iniciadas em 1991 o país fragmentou seu sistema e somente novas reformas em 2005, o país voltou a estabilizar a competição partidária, chegando a ser considerado como um caso de des-institucionalização, no entanto, o sistema não entrou em colapso e tampouco entrou em profunda crise, por isso a manutenção do país como um dos mais estáveis.

A questão sistêmica mostrou inicialmente que a região conta com diferentes tipos de incentivos advindos da estrutura de competição e, principalmente, que as legendas atuam em sistemas em que a competição e a própria política é mais instável, e em outros

em que os padrões se cristalizaram, seja em torno de algumas legendas – Colômbia, Costa Rica e Uruguai – ou em torno de coalizões estáveis entre os partidos, como no Chile.

O tipo originário apresenta uma situação um tanto quanto, visto que os partidos são entidades que resistem a mudanças e por causa disso, seu tipo originário deixa marcas na organização. Entretanto, é preciso tecer algumas observações. A primeira, é que alguns partidos carregam mais de 100 anos de história e atravessaram os inúmeros períodos democráticos e autoritários, ou seja, a legenda conta com muitos recomeços, por isso, é importante analisar não apenas o tipo de origem, mas o período em que ela ocorreu.

Como tratado no terceiro capítulo, a origem dos partidos se concentra basicamente dentro do parlamento, com grande parte deles se originando por meio de atuação governamental (12 de 42). Entre os outros grupos do tipo interno, uma maior seleção ocorreu entre partidos originários por meio de cisões internas, como o PSDB que se originou de uma divisão do PMDB ou do PLI que surgiu como uma facção do partido de Somoza, por exemplo. Aproximadamente um quarto dos partidos, possui origem externa, este tipo originário é tido como mais aberto ou mais complexo que o interno, pois – na maioria das vezes –, é acompanhado por apoio de grupos externos como sindicatos, movimentos sociais, empresariado e até, grupos armados, como guerrilhas.

Somente a identificação do local de origem não é necessário para compreender a questão originária, esta precisa ser complementada com outros fatores. Panebianco (2005) propõe a separação em três partes, a primeira trata do movimento da origem, se esta ocorre do centro da periferia ou ao contrário, se é patrocinada por grupos externos e se é formada ao redor de uma liderança personalista. Destas, somente iremos utilizar as duas últimas, o motivo foi, que optamos por analisar o local de origem dos partidos e não o seu movimento originário.

De modo complementar, separamos a questão dos movimentos sociais e do personalismo em dois conjuntos separados. A participação de movimentos externos é tratada de duas formas, como apoio explícito dos grupos aos partidos no momento originário ou na aproximação posterior, como o caso do PJ e dos movimentos sindicais. A questão da liderança personalista também é trabalhada de modo fragmentado, com a separação entre lideranças carismáticas atuais e as históricas, ou seja, entre partidos atuais construídos ao redor de uma liderança e aquelas, que mesmo após a sua morte ou destituição continuam influenciando – ao menos no discurso – a vida partidária. Nesse caso, o PSUV se encontra em um meio termo ou na metade do caminho, pois a morte de sua liderança carismática ainda é recente e o partido ainda giro em torno de suas ideias.



Sobre os movimentos sociais, são poucos os partidos que possuem contato estreito com segmentos sociais organizados, com a maioria dos partidos, se encontrando mais à esquerda do espectro ideológico, com exceção da ARENA salvadorenha, que foi construída por meio da ação de grupos empresariais e o PRD panamenho que foi formado por meio da ação das forças armadas do país, porém, com apoio de outros grupos sociais, como ex-membros do partido comunista e outros setores da esquerda. Em resumo, a maioria dos partidos da região, não é formada com apoio de segmentos sociais, mas através da reacomodação dos grupos dirigentes no interior do parlamento.

Aproximadamente metade dos partidos latinos contam com alguma forma de liderança personalista, destas oito são históricas e doze se encontram com partidos mais atuais, dos quais, muitos – oito – dos quais formados após o colapso de seu sistema, como no caso dos países andinos. A Colômbia, apesar de ser a exceção da região, conta com um forte partido personalista – Partido de la U – formado após as reformas eleitorais do país, de modo a viabilizar a trajetória política de sua principal liderança, Álvaro Uribe. Com uma porcentagem próxima da metade dos casos, o personalismo demonstra uma grande força na região, entretanto, este número não pode ser tomado em estado bruto, mas relativizado, pois dos vinte casos, oito são de lideranças históricas, ou seja, os partidos adquiriram valor em si, ou nas palavras de Lapalombara e Weiner (1966) sobreviverem as suas lideranças iniciais. Após esta observação, o personalismo se mostra relevante, mas não é dominante em toda região e atualmente, o seu surgimento se encontra mais vinculado aos países que atravessaram por fortes crises em seus sistemas no final do século XX. Uma segunda – e importante observação –, é que o personalismo não é exclusividade da região, com outras regiões possuindo partidos construídos ao redor de lideranças.

A primeira etapa da análise comparativa focou na distribuição das variáveis apresentadas ao longo deste trabalho. Esta identificação é fundamental para a compreensão da diversidade encontrada na região, sobretudo pela opção por vários desenhos organizacionais distintos e também pelo diferente impacto que cada um dos conjuntos possui sobre a organização.

A primeira etapa deste trabalho focou na questão da categorização dos partidos ao longo de escalas de pertencimento. Estas procuraram envolver uma série de questões pertinentes a questão organizacional, como a estrutura de competição, as regulamentações que eles estão sujeitos, tipo originário, contato com movimentos sociais, ideologia, porém, devido ao largo N as questões se voltaram a aspectos mais gerais dos partidos, pois, um exame mais detalhado apresentaria um cenário mais caótico, no qual, as

especificidades dificultariam a classificação, por causa disso o foco foi direcionado aos conjuntos tidos como chave na bibliografia partidária.

Com a categorização foi possível identificar o rico cenário encontrado na região e também, começar a compreender as diferenças e semelhanças dos partidos da região ao agrupá-los de acordo com suas organizações internas. Ao optarmos pelo estudo da organização interna, também foi preciso definir a fonte primária de dados, nesse caso os estatutos partidários. Estes consistem em uma importante fonte de informação, porém, é preciso deixar claro que o seu conteúdo pode não ser encontrado na realidade, entretanto, fornece importantes pistas sobre como o partido é organizado e define seus limites legais.

Durante boa parte do texto, debatemos a questão da classificação por meio de tipologias. Estas, como demonstrado por Krouwel (2006), são formuladas de acordo com os partidos da Europa Ocidental. Uma alternativa de classificação seria de acordo com as famílias ideológicas presentes na região, tais como, partidos socialistas, operários, liberais, elitistas, etc., porém, esta não será utilizada devido à dificuldade de obtenção de dados sobre posicionamentos ideológicos dos partidos, de modo a complementar o exame e também, a dificuldade de classificar alguns dos partidos da região em alguma família.

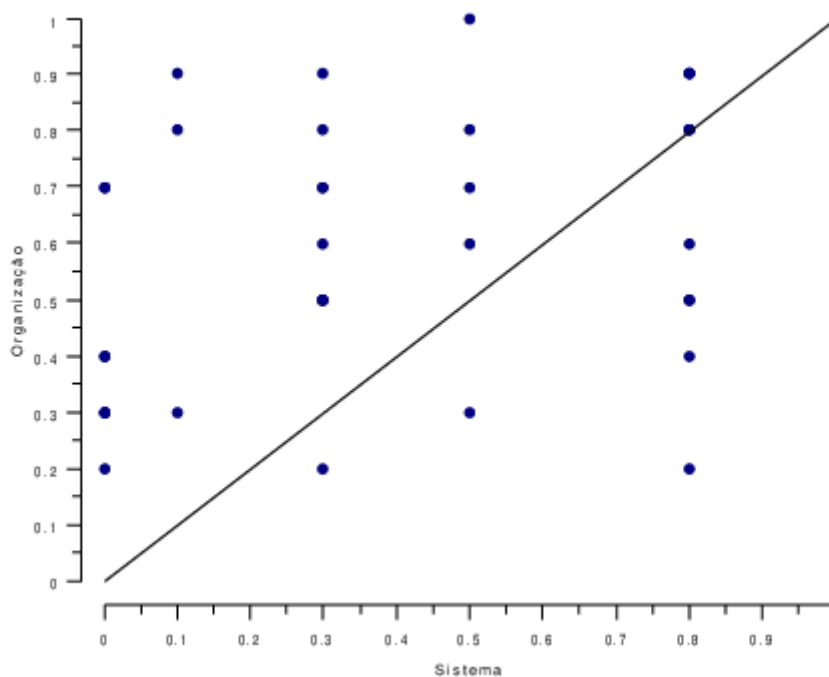
Como proposta e/ou alternativa, esta tese argumenta que os partidos devem ser classificados primordialmente de acordo com suas organizações, em um exame mais descritivo, dentro do qual, as diferenças entre os partidos de uma mesma classificação sejam expostas. Outro motivo para recorrer a técnicas mais descritivas se encontra na visão corrente que a bibliografia – mais especificadamente, a externa aos países latino-americanos – possuem da região, com a maioria negativa, este trabalho não objetiva um debate se os partidos latino-americanos são menos organizados ou mais frágeis que os europeus, mas sim, como se encontram organizados.

Após a primeira etapa, de identificação e separação dos membros em categorias, uma segunda etapa é necessária, a qual trata do relacionamento entre os conceitos utilizados e mostra a distância entre eles, por meio do processo de calibração (SCHNEIDER; WAGEMAN, 2013). Este processo trata de uma etapa conceitual, no qual, a empiria e os conceitos se encontram relacionados e mede a precisão do segundo (RAGIN, 2000). Alguns cuidados prévios necessitam ser realizados para tal, o principal é justificar bem as âncoras dos conceitos para evitar arbitrariedades e falsa noção de precisão dos conceitos (THIEM, 2010).

Os gráficos a seguir tratam desta relação, neles a calibração mostra o relacionamento entre os conjuntos em relação à organização dos partidos (eixo y) com os demais conjuntos. Além da distribuição dos partidos nestes dois eixos, que ilustra a

questão do pertencimento dos partidos nos conjuntos a seguir, bem como o grau de precisão conceitual medido por meio da consistência entre os conceitos.

**Gráfico 6.1 – Calibração (organização e sistema)**



O primeiro *xyplot* rodado trata do relacionamento entre a questão organizacional e a arena política. Este *plot* possui um grau de coerência alto em relação a organização (0.793) e médio-alto em relação ao sistema (0.611), o qual demonstra um bom nível de convergência entre as partes.

De acordo com a bibliografia especializada, o esperado ao analisar o gráfico seria encontrar uma relação forte entre baixa organização e sistemas instáveis, porém, o que ocorre é que a maioria dos casos se concentra na área que possui média a alta organização até sistemas instáveis e em estabilização. Nesse caso, haveria uma relação entre sistemas fracos e partidos fortes? Não seria possível afirmar isso, pois, como repetimos ao longo do texto, este trabalho não trata de questão de força, mas de desenho organizacional, comparações a partir de força, necessitariam de outros critérios, fora que teriam que lidar com o problema do normativismo da questão.

Para uma melhor compreensão é preciso que o sistema seja trabalhado junto a outras variáveis e/ou conjuntos, pois, ele por si só não explica a questão organizacional e, pode trazer mais problemas do que soluções para o exame da organização, pois pode dar uma falsa impressão ou induzir o pesquisador a considerar todos os partidos desorganizados ou organizados de acordo com a estabilidade do padrão de competição partidária.

Na América Latina, a última grande janela de oportunidades para a proliferação de novas legendas em substituição as antigas, ocorreu com o colapso do sistema dos países andinos, que com exceção da Colômbia – que acabou por fragmentar seu sistema –, que substituíram seus antigos sistemas por novos que se originaram após o colapso, com muitos possuindo forte orientação personalista, ou seja, construídos em torno de lideranças que adquiriram protagonismo durante os momentos de crise. O caso argentino também merece destaque, assim como os países dos Andes, o país atravessou por uma forte crise econômica e política, porém, apesar dos baixos níveis de confiança da população em seus partidos, o sistema partidário nacional pouco foi alterado, com o domínio dos peronistas mantido.

Quando separamos a dispersão em quatro grupos, nota-se dois padrões distintos entre os grupos. A primeira e a quarta divisão possuem uma maior dispersão no eixo organizacional, o qual vai do ponto mínimo até quase o máximo pertencimento, o mesmo movimento não ocorre no eixo do sistema, que se encontra separado em diversas graduações, até a sua metade. Na segunda e na terceira separação, a questão se inverte, com a segunda composta por partidos com altos índices de pertencimento na questão organizacional acompanhada de uma dispersão em termos de sistema. A situação se assemelha na terceira divisão, mas trata de partidos com baixo grau de inserção na escala organizacional.

O primeiro padrão identificado trata de sistemas que entraram em colapso – Bolívia, Equador, Peru e Venezuela – até outros que se estabilizaram, como o Brasil e o Paraguai. Como esperado o corte induz a uma aproximação entre os partidos de um mesmo país dentro de um mesmo grupo, com a distância entre eles representada pela questão organizacional, esta relação fica explícita quando comparamos a AP e o MPJ com o CREO e o PSUV, no qual os primeiros se encontram mais inseridos na escala organizacional e os segundos, com índices mais baixos.

De modo simétrico o quarto padrão trata da mesma questão, mas com sistemas mais estáveis. A tendência a aproximação neste padrão é reduzida, com os partidos uruguaios se encontrando dentro do mesmo grupo organizacional e os costa-riquenhos se

encontrando em grupos distintos na questão organizacional. A principal diferença aqui se encontra na divisão dos partidos argentinos e chilenos, que se encontram divididos em dois padrões devido a questão organizacional.

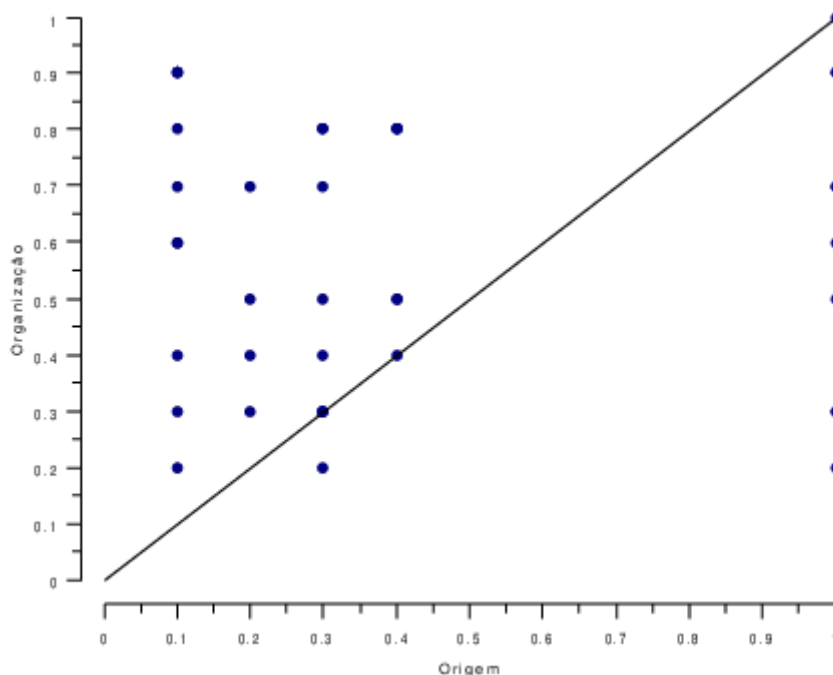
Diferentemente do primeiro e do quarto padrão exibido, o segundo e o terceiro se concentra em uma maior abrangência na questão sistêmica e o foco em altos índices de pertencimento na questão organizacional no segundo padrão e em baixos no terceiro. No segundo, há a maior concentração de partidos em relação aos demais e o segundo, exhibe somente três legendas (PRI, ARENA e PLU).

A questão central é até onde o sistema influencia a questão organizacional? O primeiro ponto a se considerar, é que estamos trabalhando somente com os maiores – ou para ser mais específico, com alguns dos maiores – partidos de cada país, ou seja, a diversidade partidária tende a ser maior. Quando voltamos a questão do relacionamento entre o sistema e a organização fica claro que estabilidade não é garantia de um maior pertencimento na escala organizacional, pois são encontrados casos de partidos pertencentes em sistemas mais instáveis, com destaque aos dois panamenhos, e com alto pertencimento na questão organizacional. O contrário também acontece, com o PAC e o PLU se encontrando em sistemas tidos como dos mais estabelecidos da região, mas com baixos graus no quesito organizacional.

Podemos concluir nesse ponto que o sistema fornece as bases para a atuação e definição das estratégias partidárias com cada legenda determinando diferentes modos de atuação frente ao mesmo cenário.

O segundo conjunto testado trata do relacionamento da organização com os tipos originários e como visto abaixo, demonstra uma grande dispersão quando tratado dos partidos de formação interna.

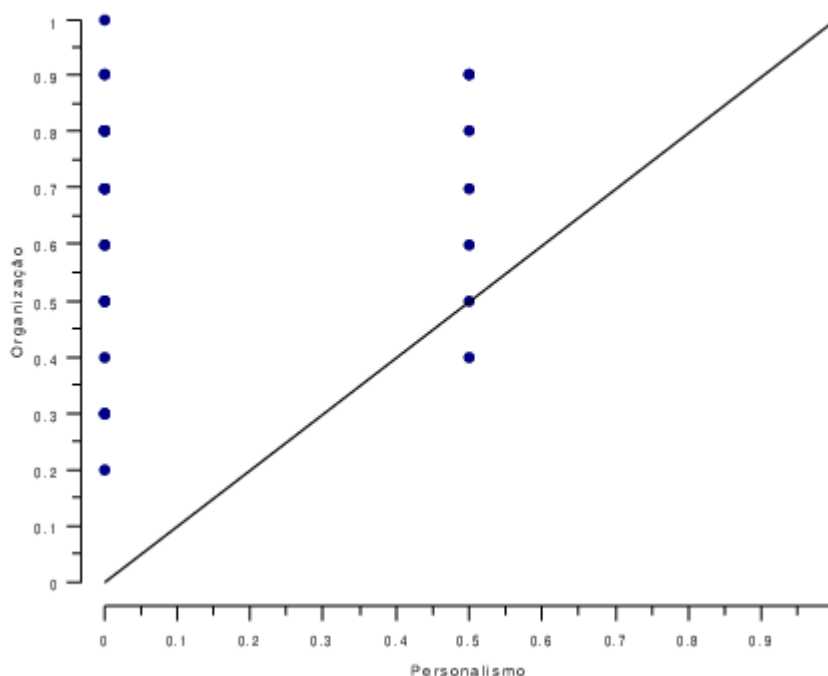
Gráfico 6.2 – Calibração (Organização e origem)



O segundo conjunto trabalha a relação entre a organização e o tipo originário, esta possui uma consistência um pouco menor – 0.766 para a organização e 0.566 para a origem – que em relação ao relacionamento entre a organização e o sistema. A consistência da questão originária não chega a ser baixa e se encontra mais relacionada com a estratégia de separação do tipo interno em mais de um tipo.

Novamente, se partirmos das preposições teóricas, temos que os partidos de origem externa tendem a uma maior abertura e adoção de desenhos organizacionais mais complexos do que os de origem interna. Porém, a distribuição aponta para uma grande distribuição entre os tipos internos e externos ao longo do quesito organizacional, sem nenhum padrão identificável. Isso traz a necessidade de comparar caso a caso e dentro do mesmo país para medir a questão do impacto que o tipo genérico possui sobre os desenhos organizacionais e também uma maior necessidade de estudos para medir este impacto.

Gráfico 6.3 – Calibração (Organização e personalismo)

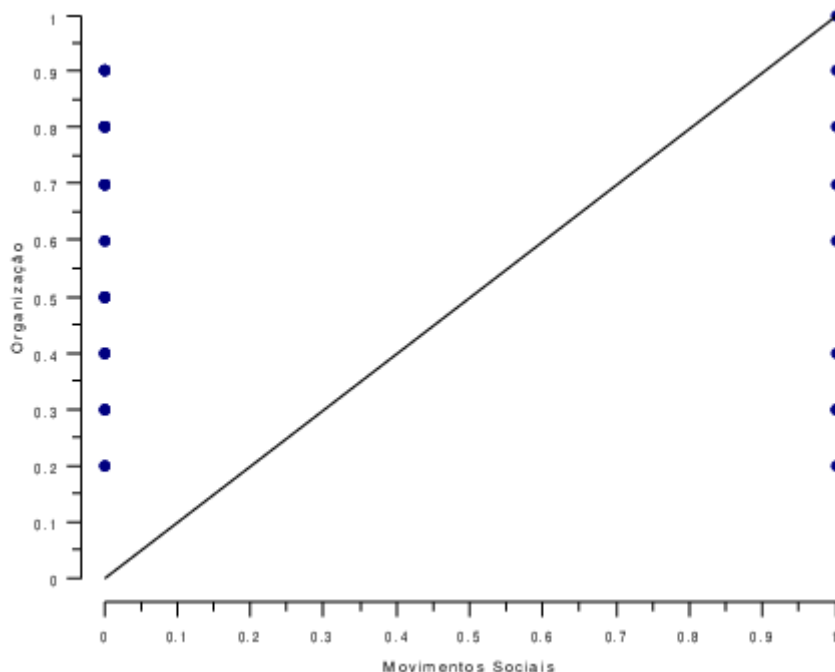


O personalismo e os movimentos sociais apresentam os menores índices de consistência dos conjuntos examinados. No caso do personalismo, este se encontra em 0.594 para a organização e 0.389 para o personalismo, o baixo nível demonstra um baixo nível de relacionamento entre os dois conjuntos.

Contudo, a questão do personalismo atua como um importante indicador da organização, pois, os partidos formados ao redor de uma liderança carismática tendem a construir organizações menos complexas e mais fechadas a participação dos filiados na vida partidária interna.

Quando analisamos a distribuição dos partidos ao longo do pertencimento nos conjuntos nota-se que as legendas que possuem lideranças personalistas históricas tendem a se organizarem de modo mais complexo do que aquelas que atualmente estão organizadas ao redor de uma liderança carismática, principalmente porque necessitam a construção de uma construção e/ou imagem além da figura personalista.

**Gráfico 6.4 – Calibração (Organização e movimentos sociais)**



Do mesmo modo que o personalismo, o apoio dos movimentos sociais também exhibe baixos índices de consistência, com a organização com 0.564 e os movimentos com 0.254. A questão da consistência aqui se encontra fortemente ligada a baixa incidência de partidos formados ao redor de movimentos sociais, com aproximadamente um quarto dos partidos constituídos desta forma, fato que afeta a questão do relacionamento da questão organizacional com as demais.

Porém, apesar destas questões, a distribuição mostra uma tendência dos partidos que possuam apoio de movimentos sociais, em sua maioria, se encontram entre os grupos partidários com maior abertura à participação dos membros e organismos partidários.

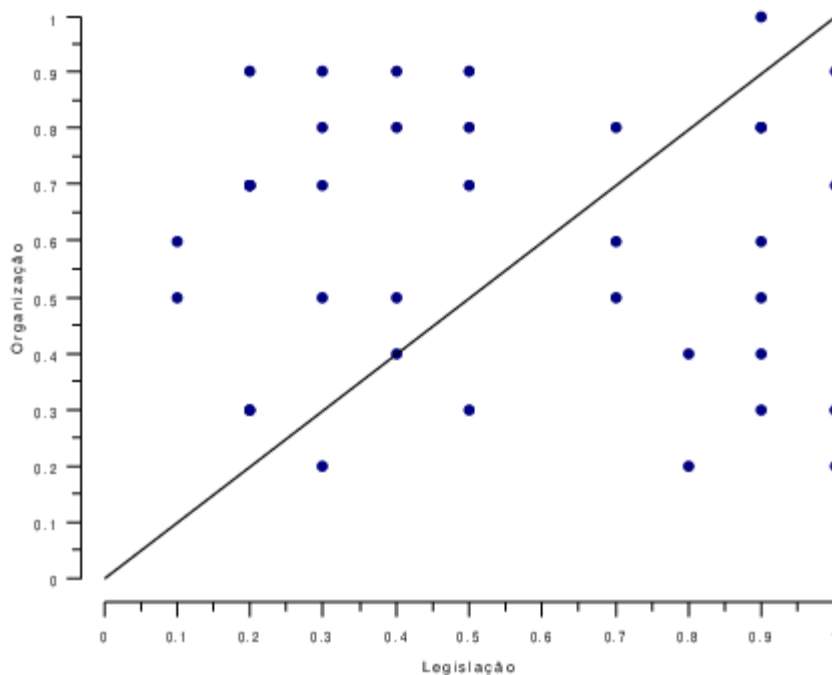
Quando analisamos para a questão originária o cenário não apresenta grande dispersão. Isso ocorre pelo modo como categorizamos o conjunto, com a decomposição do tipo interno em quatro tipos, de acordo com a forma que a formação ocorreu. Nesse ponto, não é possível tirar maiores conclusões devido a distribuição dos casos e também do predomínio deste tipo originário. O tipo externo apresenta uma razoável dispersão, porém, a maioria se concentra em partidos com maior inclusão na escala organizacional, com exceção da ARENA, do CREO e do MAS-IPSP. Quando inserimos a questão da



liderança personalista e do contato com os movimentos sociais vemos que a dispersão no *continuum* organizacional permanece com partidos com vários graus de organização formados por meio destas estratégias.

A questão da legislação se mostra mais complexa, pois assim como o sistema também exhibe grande dispersão e alguns achados interessantes. O principal reside na questão se legislações mais restritivas levam a organizações com maiores graus de organização na escala desenvolvida. A resposta a esta questão é: não necessariamente, pois partidos com baixos graus de organização podem ser regulamentados por meio de legislações mais restritas e o contrário também acontece. Quando olhamos para a distribuição dos partidos ao longo das duas escalas, nota-se uma distribuição semelhante dos partidos com alto grau de organização no conjunto das legislações mais abertas e as mais restritivas, ou seja, não foi encontrada uma grande correlação entre leis mais restritivas e organizações com altos índices de organização, bem como, não foi encontrado outra correlação possível entre o conjunto legislação e o organizacional.

**Gráfico 6.5 – Calibração (Organização e legislação)**

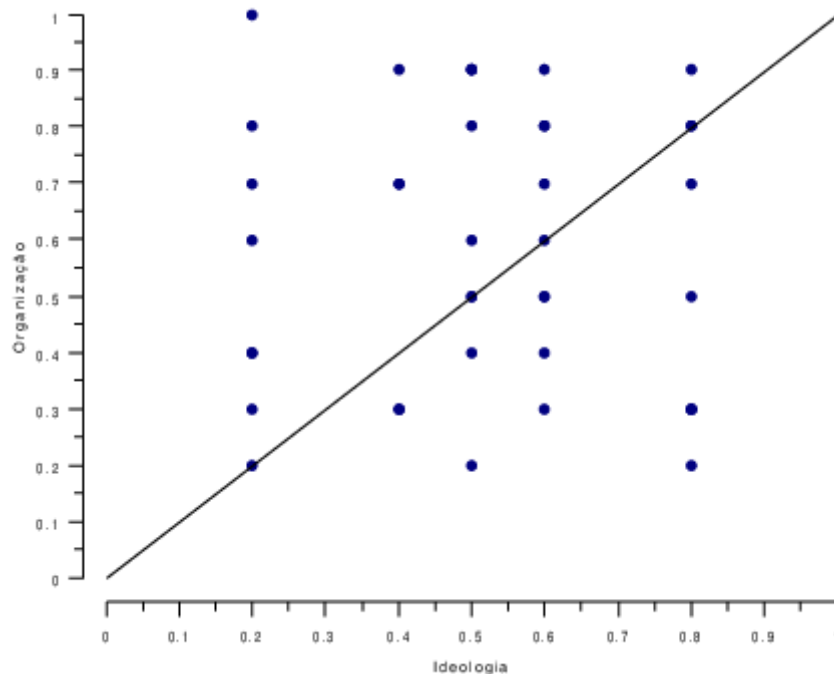


Um dos conjuntos mais consistentes se encontra no relacionamento entre a organização e as legislações, com 0.712 e 0.717 respectivamente. Examinando o Gráfico 9.6, algumas considerações podem ser retiradas, a primeira é a distribuição dos partidos ao longo de toda a área, que demonstra uma grande pluralidade de partidos e de legislações e o segundo, é que não necessariamente um alto score – ou alta restrição – na questão da regulamentação equivale a um alto score no conjunto organizacional, esta questão se mostra mais complexa do que o Gráfico 6.6 supõe e será mais desenvolvida no último item deste capítulo, porém, é importante salientar que as legislações atuam como limites da ação partidária, dentro dos quais, os partidos atuam de diferentes formas ao formularem diferentes estratégias.

Por que isso acontece? Primeiro que as leis inicialmente determinam limites aos partidos, mas ao mesmo tempo abrem espaços para as legendas adotarem desenhos institucionais distintos respeitando estes limites. Um segundo ponto, é que mesmo as regulamentações que definem quais são os organismos e as atribuições que os partidos devam possuir, geralmente tratam somente da criação de instâncias deliberativas e algumas atribuições mais genéricas, como democracia interna, por exemplo. Como no caso do sistema, são encontradas reações diferentes para casos pertencentes no mesmo grupo, ou seja, cada partido adota diferentes estratégias frente a um mesmo incentivo.

Por fim, a ideologia apresenta características semelhantes, com os partidos distribuídos ao longo do espectro ideológico. Novamente não é possível afirmar que um grupo se sobrepõe a outro, com partidos de todos os espectros se encontrando nos diversos níveis organizacionais, sem uma diferença nítida entre os posicionamentos no quesito organizacional, ou seja, em comparação a América Latina apresenta um cenário rico no qual, as agremiações se distribuem ao longo dos conjuntos construídos.

Gráfico 6.6 – Calibração (Organização e ideologia)



Fechando a questão do grau de pertencimento a questão do relacionamento entre a organização e ideologia possui o mais alto grau de consistência dos conjuntos selecionados, com 0.818 e 0.717, respectivamente.

A distribuição dos casos na área se encontra de modo equânime, sem um padrão claro, com os casos distribuídos ao longo da escala organização-ideologia. Nesse ponto, de modo geral, também existe algumas pequenas contradições com a literatura, com os partidos à direita sendo descritos pelos especialistas como mais simples que os da esquerda, e estes considerados como um modelo partidário a seguir. Assim, como em outros conjuntos esta afirmação pode ser considerada como parcialmente verdadeira, pois a região em si, apresenta partidos de esquerda, centro e direita contabilizados próximos ao score máximo e outros próximos ao mínimo, sendo necessário um exame caso a caso, como será realizado na última parte.

O exame dos gráficos mostrou um cenário diverso na região, com posicionamentos diferentes dos partidos em relação aos conjuntos selecionados. O pertencimento da organização nos conjuntos também apresentou variação, porém, de modo ligeiro, com o relacionamento entre a organização e o personalismo e movimentos

sociais apresentando baixa coerência e as demais apresentando índices de coerência relativamente altos. Um menor pertencimento dos partidos aos conjuntos de liderança personalista e de movimentos sociais, pode ser explicado pela adesão dos partidos a sua construção ao redor destes fatores, dos quais, aproximadamente um quarto conta com o suporte de segmentos sociais e metade com algum tipo de liderança carismática. Dos demais casos, a coerência se mostra alta em relação a dois conjuntos – legislação e ideologia – e de média a alta quando se refere ao tipo originário e ao sistema.

Esse cenário leva a crer ou induz que alguns conjuntos, no quesito geral, impactam mais na questão organizacional que outros. Porém, a situação não se apresenta de modo tão simples, pois cada conjunto impacta as legendas de modo distinto, ou seja, cada caso apresenta uma história própria e reage de modo diferente ao mesmo incentivo. Para compreender melhor esta situação, a última parte deste capítulo irá examinar os casos de modo mais aprofundado e as diferentes reações de cada legenda a cada cenário.

A primeira etapa deste trabalho focou na questão da categorização dos partidos ao longo de escalas de pertencimento. Estas procuraram envolver uma série de questões pertinentes a questão organizacional, como a estrutura de competição, as regulamentações que eles estão sujeitos, tipo originário, contato com movimentos sociais, ideologia, porém, devido ao largo N as questões se voltaram a aspectos mais gerais dos partidos, pois, um exame mais detalhado apresentaria um cenário mais caótico, no qual, as especificidades dificultariam a classificação, por causa disso o foco foi direcionado aos conjuntos tidos como chave na bibliografia partidária.

Com a categorização foi possível identificar o rico cenário encontrado na região e também, começar a compreender as diferenças e semelhanças dos partidos da região ao agrupá-los de acordo com suas organizações internas. Ao optarmos pelo estudo da organização interna, também foi preciso definir a fonte primária de dados, nesse caso os estatutos partidários. Estes consistem em uma importante fonte de informação, porém, é preciso deixar claro que o seu conteúdo pode não ser encontrado na realidade, entretanto, fornece importantes pistas sobre como o partido é organizado e define seus limites legais.

Durante o texto, debatemos a questão da classificação por meio de tipologias. Estas, como demonstrado por Krouwel (2006), são formuladas de acordo com os partidos da Europa Ocidental. Uma alternativa de classificação seria de acordo com as famílias ideológicas presentes na região, tais como, partidos socialistas, operários, liberais, elitistas, etc., porém, esta não será utilizada devido à dificuldade de obtenção de dados sobre posicionamentos ideológicos dos partidos, de modo a complementar o exame e também, a dificuldade de classificar alguns dos partidos da região em alguma família.

Como proposta e/ou alternativa, esta tese argumenta que os partidos devem ser classificados primordialmente de acordo com suas organizações, em um exame mais descritivo, dentro do qual, as diferenças entre os partidos de uma mesma classificação sejam expostas. Outro motivo para recorrer a técnicas mais descritivas se encontra na visão corrente que a bibliografia possui sobre a região, com a maioria negativa, este trabalho não objetiva um debate se os partidos latino-americanos são menos organizados ou mais frágeis que os europeus, mas sim, como se encontram organizados.

Após esta discussão é importante questionar: é possível identificar padrões de organização presentes na região? A resposta a esta questão é afirmativa, porém, é preciso realizar alguns ajustes na construção das escalas de pertencimento, para ser mais preciso, uma simplificação se faz necessária de modo a compreender o impacto de cada conjunto sobre a questão organizacional.

### 6.3. *Tipologias: Classificação dos partidos políticos*

O principal desafio deste trabalho se encontra em como comparar e categorizar a organização dos partidos políticos em tipos ideais. Ao longo de todo o trabalho, debatemos a possibilidade de aplicação dos modelos tradicionais para a categorização e comparação dos partidos latino-americanos. Como resultado, argumentamos que seu uso é possível, porém, este precisaria ser adaptado a realidade latino-americana, bem como as suas peculiaridades quando examinamos a sua trajetória.

A utilização das tipologias tradicionais ocorreu de modo indiscriminado na região, com as legendas sendo classificadas nos tipos sem devidos ajustes ou, em última instância, com seu uso utilizado como forma de demonstrar a fragilidade das máquinas partidárias da região em comparação as das democracias consolidadas. De modo resumido, as tipologias tradicionais tratam do desenvolvimento e/ou evolução dos modelos partidários europeus, os quais se formam – em sua maioria – como entidades elitistas (partido de quadros), com o advento do sufrágio universal, estes abrem suas estruturas organizacionais a um grande – e novo – contingente populacional, fato que altera a sua estrutura (partido de massas), com o acirramento da disputa eleitoral, os partidos de massas passam a representar um número cada vez maior de grupos sociais (partido *catch-all*) e por fim, o aumento da importância dos subsídios estatais geram o

fortalecimento da parcela governamental dos partidos políticos em detrimento de sua organização em si (partido cartel).

Como esse desenvolvimento não foi encontrado na América Latina, o seu uso, carece de adaptações a realidade latino-americana, que foi muito mais acidentada do que a europeia devido aos constantes ciclos de autoritarismo e democracia encontrados na região. Devido a isso, encontramos múltiplos desenvolvimentos, os quais, incluem domínio de partidos formados para legitimar regimes autoritários (Paraguai), outros contam tradição de grande rotatividade das legendas (Guatemala), fora os casos de ruptura e reestruturação do sistema partidário como um todo, como nos Andes (com exceção da Colômbia).

Outro problema seria sobre a própria questão das tipologias partidárias em si, estas, segundo Mair (2008) estas atualmente se encontram menos estruturadas, inconsistentes e aleatórios. Somado a isso, existe um grande número de tipologias concorrentes, que buscam elucidar a organização ou o desenvolvimento dos partidos. Quase todas para explicar a realidade europeia, por isso, é necessário pensar em alternativas para explicar a América Latina.

Uma alternativa seria classificar os partidos de acordo com a sua ideologia. Destarte, as classificações ideológicas tratam de dispor as legendas em diversos pontos da escala direita-esquerda do espectro ideológico, porém, isso, por si só não é suficiente para classificar os partidos. De modo a resolver este problema von Beyme (1985) argumenta que os partidos políticos são organizações ideológicas e diferentemente das organizações de patronagem – e de partidos com esta orientação – mantém largos vínculos com as orientações formuladas em seu momento originário, os quais podem ser dispostos em nove famílias de acordo com a orientação ideológica e seu tipo genético.

Contudo, como o próprio autor expõe, seu modelo é formulado para uso nas democracias europeias ocidentais e na Austrália e Nova Zelândia, sendo de pouca utilidade para aplicação em outras regiões, sobretudo a latino-americana, que no momento da formulação do trabalho do autor se encontrava no processo de transição democrática. Outro problema para seu uso é apontado para Ware (2004) se relaciona com a questão dos largos períodos autoritários, que inviabilizam a construção de vínculos fortes ou duradouros das máquinas partidárias com as famílias.

Não que na América Latina não seja possível identificar famílias ideológicas. Na região existem partidos que se aproximam dos partidos operários (PT, PSCH), de partidos religiosos (PDC), de legendas liberais (PL/COL, PLH), entretanto, outras famílias podem ser encontradas, como partidos étnicos (MAS-IPSP), guerrilheiros (FMLN, FSLN), entre

outros. A classificação de acordo com novas famílias seria um trabalho extenso e necessitaria de um amplo resgate histórico e de adaptação, pois devido à natureza fragmentada do desenvolvimento dos partidos da região e também pelas grandes diferenças ideológicas entre os partidos latinos.

O esforço para examinar o desenvolvimento e a evolução dos partidos políticos nos séculos XIX e XX acabou por encobrir a questão da organização e focou muito mais na questão das mudanças geradas pela expansão do sufrágio universal (partidos de massas), do acirramento da competição (*catch-all*) e no impacto dos subsídios estatais, do que nas organizações em si.

Como levantado ao longo do texto, propomos um retorno ao exame das organizações, ou seja, o foco se encontra na análise comparativa de seus desenhos institucionais e não em seu processo de mudança. Não que o desenvolvimento e a mudança dos padrões não sejam importantes, mas é um campo que encontra bem servido de trabalhos, inclusive com vários trabalhos comparativos, apesar da maioria se concentrar no exame dos partidos da Europa Ocidental.

Portanto, a proposta central deste trabalho é categorizar e comparar a organização dos partidos políticos através de suas organizações. Para isso, é preciso construir novas tipologias que sejam baseadas no desenho organizacional das legendas.

Para classificarmos os partidos recorreremos a categorização realizada no capítulo 5, porém, os partidos serão agrupados em cinco tipos conforme a sua inserção nos critérios utilizados para categorizá-los (desenho organizativo, grau de abertura à participação, controle sobre os níveis e divisões e, financiamento).

Como a classificação é realizada com base nos documentos formais dos partidos – mais precisamente, em seus estatutos – é preciso tecer algumas considerações sobre isso. Primeiro, a questão formal não trata de gradação de força, ou seja, não estamos tratando de quais estatutos são melhores que os outros, mas sim, de regulamentos internos que definem os limites da atuação dos membros dentro da legenda. Isso leva a outra questão central, os partidos adotam diferentes estratégias, as quais podem levar a resultados semelhantes. Um segundo ponto fundamental trata da natureza da classificação, esta, apesar de ser construída com bases teóricas, foca na descrição da organização, evitando juízos de valor sobre a mesma. O terceiro ponto, é que mesmo classificando os partidos em um mesmo tipo ou “espécie”, mantivemos a distinção entre eles, ou seja, os partidos dentro de uma mesma classificação não são tratados como iguais, mas como entidades distintas que se assemelham.

Ao agruparmos os partidos políticos selecionados de acordo com os scores definido, identificamos quatro padrões de organização, que vão desde agremiações com maior divisão do trabalho interno até as que optaram por desenhos organizacionais mais simples, o quadro abaixo resume as características centrais dos tipos encontrados:

**Quadro 6.1 – Classificação dos partidos políticos latino-americanos**

(Contínua)

	<b>Divisão do trabalho interno</b>	<b>Canais de participação</b>	<b>Finanças</b>	<b>Controle sobre divisões e esferas</b>
Partidos mais complexos, ou seja, com maior divisão do trabalho interno	Alta, existência de várias instancias	Amplamente na questão eleitoral, mas existência de canais de consulta	Amplamente com contribuição obrigatória de todos os filiados	Amplamente com mecanismos de intervenção
Partidos complexos, ou seja, existe uma alta divisão do trabalho interno, mas também ocorre a inexistência de alguma instância de base ou consulta	Alta, existência de várias instancias	Amplamente, porém, em sua maioria somente questões eleitorais	Amplamente, no entanto, não consta a obrigatoriedade da contribuição de todos os filiados	Varia de amplo controle a menções a existência das outras esferas
Partidos intermediários, exibem boa divisão do trabalho, mas não há presença de instâncias de base ou consulta	Média, conta com a presença de todas as instancias diretivas, mas pode não possuir instancias de base, apoio e consulta	Médios, com presença eleitoral, mas sem canais de consulta	Somente menções a contribuição dos filiados	Apenas menções a existência das esferas locais



### Quadro 6.1 – Classificação dos partidos políticos latino-americanos

(Conclusão)

	<b>Divisão do trabalho interno</b>	<b>Canais de participação</b>	<b>Finanças</b>	<b>Controle sobre divisões e esferas</b>
Partidos simples, alguns podem exibir mecanismos de base e consulta, porém, seu processo decisório é restrito	Baixa na questão diretiva, com ausência de instancias diretivas ou executivas. Nos demais, varia da ausência de instancias de base, de apoio e de consulta	Em sua maioria, somente trata de questões eleitorais	Varia de obrigatoriedade de todos até a inexistência de menções	Varia entre apenas menções as esferas locais a inexistência destas menções

Fonte: Elaboração do autor.

O primeiro tipo não apresenta um claro padrão ao compararmos a inserção dos partidos nos conjuntos examinados. Neste tipo, convivem partidos de democracia tidas como mais estáveis – Colômbia – e outros em países mais instáveis como o Panamá, por exemplo. A questão do sistema aponta para um ponto que irá se repetir ao longo dos demais tipos, que é a existência de tipos partidários inseridos em sistemas instáveis ou o contrário, com arenas políticas mais estáveis, que contam com legendas um tanto quanto mais simples.

**Quadro 6.2 – Partidos com alto grau de complexidade interna**

<b>Partido</b>	<b>Sistema</b>	<b>Origem</b>	<b>Personalismo</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Legislação</b>	<b>Ideologia</b>
UCR	Estável	Externa	Ausente	Ausente	Média	Centro
PT	Em estabilização	Externa	Ausente	Presente (múltiplos)	Alta	Centro-esquerda
PC/COL	Estável	Interna (governo)	Ausente	Ausente	Alta	Centro-direita
PL/COL	Estável	Interna (governo)	Ausente	Ausente	Alta	Centro
PLH	Estável	Interna (governo)	Presente (histórico)	Ausente	Média	Centro-direita
PRD/PAN	Instável	Interna (governo)	Presente	Presente (múltiplos)	Baixa	Centro-esquerda
PRD/DOM	Instável	Externa	Presente (histórico)	Ausente	Baixa	Centro

Fonte: Elaboração do autor.

Analisando o quadro acima, dois conjuntos especificamente se destacam, o primeiro é o tipo de formação, o qual é restrito somente a tipos externos e a partidos formados por meio da ação governamental ou dentro dos governos e o, segundo, trata da ausência de partidos que giram ao redor de alguma forma de liderança, destes, dois foram formados ao redor de lideranças, porém, se consolidaram como organizações com o decorrer do tempo.

O ambiente demonstra pouco impacto sobre esta questão, de um lado, como era esperado os partidos tradicionais colombianos se encontram entre os com maiores índices na escala organizacional. Outro partido que era esperado neste grupo era o PT, o qual consiste em uma novidade no cenário brasileiro – partido de formação externa, com participação da sociedade civil em sua formação. Entretanto, não podemos afirmar que o sistema induz a uma formação com maiores índices, visto que ambos os PRD pertencem a sistemas tidos como instáveis, porém, podemos argumentar que ocorre uma tendência de partidos de sistemas em estabilização ou mais estáveis para a adoção deste tipo organizacional.

Quando analisamos para a questão originária a questão que mais chama a atenção é para a formação de três legendas através do tipo externo (UCR, PT e PRD/DOM), os quais se originaram em momentos distintos da vida de seus países, com o primeiro se formando ainda no século XIX em oposição as oligarquias dominantes na Argentina e em busca da expansão do sufrágio (ESCUADERO, 2003), o segundo como uma novidade na cena política brasileira ao se constituir com base em movimentos sindicais, intelectuais e setores da Igreja Católica (KECK, 1991) e, os dominicanos por meio de exilados. Dos três, os radicais e os republicanos democratas atravessaram por mais de um período ditatorial, mantendo a estrutura e se consolidando como importantes atores políticos de seus países, os petistas, ao contrário, se originaram no último ciclo democrático brasileiro e se consolidaram como uma das principais forças partidárias do país. Nos demais casos, a origem se deu de modo interno, com todos pertencentes ao grupo de partidos formados dentro dos governos, com destaque para o PRD panamenho, que se originou por meio de uma ampla aliança de setores do país.

O local de origem auxilia na questão organizacional, mas por si só não responde a questionamentos ou auxilia na explicação dos padrões. Também é preciso ver se as legendas são formadas em torno de lideranças personalistas e/ou de movimentos sociais. Ambos os PRD possuem lideranças carismáticas e/ou personalistas, a lógica seria considerar que as duas legendas não possuem incentivos para a construção de organizações mais complexas, porém, o personalismo de suas lideranças se encontra em um período histórico, com ambas as legendas sobrevivendo aos seus líderes e formando organizações mais sólidas.

Sobre os movimentos sociais somente o PT e o PRD panamenho possuem vínculos originários com entidades externas a eles. O primeiro como bem documentado, se originou como uma novidade no cenário político brasileiro ao ser formado por meio do novo sindicalismo auxiliado por setores intelectuais e religiosos (MENEGUELLO, 1989). O partido ao longo do tempo também estreitou laços com outros setores sociais, como o MST (Movimento dos Sem Terras), por exemplo. No partido panamenho o relacionamento externo é um tanto quanto mais complexo e curioso, o partido se originou por meio do relacionamento de seus membros com o antigo regime ditatorial e ao mesmo tempo com setores à esquerda – porém não comunistas – e empresariais, ou seja, a agremiação surgiu por meio de uma ampla aliança de grupos ligados a setores opostos da sociedade.

Quando analisamos a questão da legislação também existem diferenças. De um lado, os partidos colombianos e o PT, o PLH e o PRD/PAN são regulamentados por leis

que interferem de modo mais incisivo sobre o desenho organizativo, com a obrigatoriedade de organismos mínimos, de outro há o caso dominicano, que pouco regulamenta a atividade partidária e o argentino, que estabelece uma regulamentação complexa que envolve o federalismo no país, ou seja, regulamenta os partidos nacionais e locais de modo distinto, conferindo grande poder as províncias (LEIRAS, 2007).

A ideologia também apresenta variações. Se nos atermos a bibliografia especializada, é de se supor que os partidos mais à esquerda construiriam organizações com desenho mais complexos e mais canais de participação e financiamento, porém, ao analisarmos os dados, nota-se que somente dois (PT e PRD/PAN) se encontram nesse espectro ou, mais precisamente na centro-esquerda, com os demais indo do centro à direita, ou seja, não há um claro predomínio de um espectro ideológico sobre os demais.

O primeiro padrão mostrou que a questão partidária na América Latina é mais complexa do que se supõe com legendas com trajetórias distintas adotando estratégias semelhantes no que tange aos desenhos organizacionais, nos quais, são encontradas diferenças em relação ao tipo originário, relacionamento com movimentos sociais, legislações, nos quais estão incluídos e na ideologia. Entretanto, dois fatores se destacam, o primeiro é a questão originária, onde aproximadamente a metade dos partidos originários no governo se encontram neste grupo, fato que chamou a atenção e será trabalhado mais adiante, o segundo, é a ausência de formações personalistas, ou seja, não se encontram organizadas ao redor de uma personalidade carismática.

O segundo grupo apresenta um padrão semelhante ao primeiro no que diz respeito a diversidade dos partidos que o compõe. De um lado, isso já era esperado, pois o grupo possui uma abrangência maior, que vai de partidos mais próximos do primeiro tipo – PJ, PSDB, PSCH, PNH, PRSC – até outros mais distantes (RN, por exemplo).

**Quadro 6.3 – Partidos complexos**

<b>Partido</b>	<b>Sistema</b>	<b>Origem</b>	<b>Personalismo</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Legislação</b>	<b>Ideologia</b>
PJ	Estável	Interna (fusão)	Presente (histórico)	Presente (sindicatos)	Média	Centro
PMDB	Em estabilização	Interna (governo)	Ausente	Ausente	Alta	Centro
PSDB	Em estabilização	Interna (cisão)	Ausente	Ausente	Alta	Centro-direita
PSCH	Estável	Interna (fusão)	Ausente	Ausente	Alta	Esquerda
RN	Estável	Interna (governo)	Presente (histórico)	Ausente	Alta	Centro-direita
PLN	Estável	Interna (governo)	Presente (histórico)	Ausente	Alta	Centro-esquerda
FMLN	Em estabilização	Externo	Ausente	Presente (guerrilha)	Médio	Esquerda
AP	Colapso	Externo	Presente	Presente (múltiplos)	Baixo	Esquerda
PNH	Estável	Interna (fusão)	Presente (histórico)	Ausente	Médio	Centro-direita
PRD/MEX	Instável, com partidos dominantes	Interna (cisão)	Ausente	Ausente	Baixo	Centro-esquerda
FSLN	Instável, com partidos dominantes	Externo	Ausente	Presente (guerrilha)	Baixo	Esquerda
CAMBIO	Instável	Interna (cisão)	Ausente	Ausente	Baixo	Centro-direita
ANR	Instável, com partidos dominantes	Interna (governo)	Ausente	Ausente	Alta	Centro-direita
PRSC	Instável, com partidos dominantes	Interna (?)	Ausente	Ausente	Baixo	Centro-direita
MPJ	Colapso	Externa	Personalismo	Ausente	Baixo	Direita

Fonte: Elaboração do autor.

Olhando para a estrutura de competição no qual estão inseridos, nota-se uma ampla diversidade e alguns padrões encontrados. O primeiro que se destaque são os partidos que dominam seus sistemas partidários, como a AP, ANR, FMLN e a FSLN. No caso equatoriano, a AP emerge como principal partido após a falência do antigo sistema, o qual, além da instabilidade, apresentou altos índices de volatilidade e de criação de legendas (PACHANO, 2005, 2010). Os partidos originários de movimentos guerrilheiros (FMLN e FSLN) apresentam características semelhantes, pois estruturam todo o sistema, porém, no caso salvadoreño, a ARENA se mostra um adversário mais constante, ao contrário dos sandinistas que enfrentam pouca competição interna. Por fim, a ANR também estrutura o sistema paraguaio, com um fato importante, isso ocorre, com algumas exceções, desde o século XIX.

Um segundo grupo se relaciona com o primeiro tipo, ao serem partidos inseridos no primeiro tipo, mas com opções diferentes de desenho organizacional. Nesse caso, optam por desenhos mais centrados nas lideranças (PMDB), uma organização que ao menos na aparência busca uma inserção junto à sociedade, porém, de modo mais tímido que o PT (PSDB), outra que apresenta um desenho extremamente semelhante ao seu principal rival, incluindo a questão federativa (PJ) e os demais que se assemelham as principais legendas do país (CAMBIO, PNH e PRSC). Por fim, o último padrão se concentra em partidos de países tidos como modelos, como o Chile e a Costa Rica. Ambos os países são considerados pela bibliografia especializada como os mais semelhantes aos europeus.

A exceção do modelo consiste no MPJ venezuelano. Que se apresenta, ao menos formalmente como uma organização com alto índice de estrutura organizacional. A surpresa, é que a legenda, assim, como no caso equatoriano, se encontra em um sistema altamente instável e ao contrário dos sandinistas e da FMLN, não estrutura o sistema e ainda busca se firmar como principalmente alternativa ao partido dominante (PSUV). O PRD/MEX também pode ser considerado como uma exceção, visto que, o sistema mexicano, apesar de estável, foi amplamente dominado pelo PRI, em um sistema semicompetitivo, que abriu poucos espaços para a consolidação de outras forças até o final da década de 1980.

Quando olhamos para a origem vemos que a maioria se concentra em partidos parlamentares, porém, sem um amplo domínio do tipo governamental como no primeiro e com a presença de todos os tipos internos encontrados. A formação externa também se encontra presente e apresenta um fato considerado como exceção pela bibliografia

especializada, que é a formação por meio de grupos mais ligados à direita, nesse caso a formação do MPJ que ocorre por meio da ação do empresariado venezuelano em oposição aos socialistas. Dos demais, a Alianza Pais surge na esteira da crise do sistema e com apoio de movimentos sociais para a sua formação. A FMLN e a FSLN surgem como a transformação de grupos guerrilheiros em partidos políticos após o processo de redemocratização no caso do primeiro e, no segundo após a vitória da guerrilha (VAN COTT, 2000).

O personalismo no PJ e na RN se apresenta de forma histórica, com o caso chileno se apresentando de modo mais discreto, com menções a seus fundadores, que possibilitou o surgimento da legenda e se apresentou como uma figura importante durante o governo de Pinochet e, no caso justicialista é mais emblemático com a figura de Perón exercendo grande influência sobre toda a política argentina. De outro lado, a AP e o MPJ são partidos formados em torno de lideranças carismáticas, Correa e Capriles, respectivamente, os quais ainda dominam as legendas, as quais precisam ainda provar se são só organizações para viabilizar os projetos políticos de seus dois maiores líderes ou se constituem partidos políticos em si.

O contato com movimentos sociais apresenta algumas características interessantes. A primeira é que somente o PJ possui laços estreitos com sindicatos, os demais são com guerrilhas, empresários (MPJ), a Alianza Pais se relaciona com uma grande pluralidade de movimentos sociais, com destaque para movimentos que objetivavam a revisão da dívida pública equatoriana.

Não foi identificado um padrão em relação as legislações, assim como nos demais conjuntos, as agremiações adotam estratégias semelhantes em sistemas diferentes, ou seja, respondem a estímulos diferentes de modo semelhante. O fato que chama atenção neste ponto foi o predomínio de legislações menos restritivas, com somente os partidos do Chile e da Costa Rica regulamentados por meio de legislações mais restritivas.

Ideologicamente o tipo também apresenta grande variação, com legendas mais à esquerda como a AP e a FSLN até outras mais à direita como a ANR e o MPJ, isto é, não há um claro predomínio de um posicionamento ideológico sobre outro. A grande variação demonstra, que ao menos formalmente e a nível das maiores legendas, os partidos adotam estratégias semelhantes para o desenho organizacional, isso fica claro quando comparamos partidos de um mesmo país, seja nesse tipo, seja com a soma do primeiro tipo.

Os dois primeiros tipos – com partidos dotados de scores superiores a 0.5 – não apresentam padrões nítidos de combinação dos conjuntos, dos quais seria possível realizar

generalizações, entretanto, três características se destacam. A primeira, é a quase ausência de partidos que se encontram organizados ao redor de lideranças carismáticas, esta característica somente é encontrada na AP e no MPJ, com a presença do primeiro sendo explicada – ou melhor, tentando ser – por meio da grande presença de movimentos sociais ligados, que forçam uma maior – mesmo que aparente – abertura da legenda, bem como a conformação de uma estrutura com maior divisão do trabalho. A categorização e classificação do segundo no segundo grupo carece de explicações, principalmente pela inexistente produção bibliográfica sobre sua organização. Ainda na questão do personalismo, este, quando encontrado, em sua maioria, se tratou de lideranças que se encontram na categoria de lideranças históricas.

Relacionado a questão originária, o local de origem também se destaca. Como esperado, a maioria dos partidos de formação externa (7 de 11) se encontram entre as legendas com maiores scores, a surpresa vem da grande concentração das agremiações formadas no interior dos governos (9 de 12) nestes tipos, esta situação, no entanto, será melhor explorada no próximo item, de modo a compreender o porquê desta situação.

Para finalizar, novamente com exceção da AP e do MPJ, os partidos cujos sistemas entraram em colapso no final do século XX e começo do século XXI se encontram ausentes nos dois primeiros tipos. Esta situação já era esperada, principalmente, pela forma como o sistema se rearranjou em torno de lideranças que adquiriram protagonismo durante a crise.

Consiste em um tipo intermediário, onde as legendas constroem organizações que possuem um tipo médio de inserção no quesito organizacional. Assim como nos demais tipos, o intermediário é composto por legendas de diversos países da região, nesse caso de cinco nações, as quais possuem trajetórias distintas, com destaque para o PLI, que se encontra inserido em um sistema com amplo predomínio dos sandinistas.



**Quadro 6.4 – Partidos com organização intermediária**

<b>Partido</b>	<b>Sistema</b>	<b>Origem</b>	<b>Personalismo</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Legislação</b>	<b>Ideologia</b>
PRO	Estável	Interno (fusão)	Presente	Ausente	Média	Direita
PDC	Estável	Interno (fusão)	Ausente	Ausente	Alta	Centro
PAN	Instável, com partidos dominantes	Externo	Presente (histórico)	Ausente	Baixa	Centro- direita
PLI	Instável, com partidos dominantes	Interno (cisão)	Ausente	Ausente	Baixa	Centro- direita
PLRA	Instável, com partidos dominantes	Interno (oposição)	Ausente	Ausente	Alta	Centro

Fonte: Elaboração do autor.

Sobre o tipo originário, somente o PAN possui origem externa, sendo formado por intelectuais contrários aos rumos da revolução mexicana. O PAN também contou com a formação em torno de uma liderança carismática, Manuel Gómez Morin, o qual com o desenvolvimento da legenda se transformou em um quadro histórico, ou seja, a legenda conseguiu se desenvolver enquanto partido político e não somente como projeto de um líder. O PRO argentino se encontra em uma situação peculiar, pois a legenda foi formada com o objetivo de viabilizar a carreira política de Mauricio Macri e até o momento não demonstra se vai conseguir se estabilizar como partido político ou desaparecer com um eventual insucesso de sua principal liderança, como é como na Argentina.

As questões de legislação e ideologia seguem o mesmo padrão apresentado pelos demais tipos, ou seja, apresenta uma diversidade de situações que acabam por produzir resultados semelhantes. Quando falamos das regras, novamente, encontram-se regras mais restritivas, como a chilena e outras mais brandas como a nicaraguense. De outro lado, a questão ideológica não apresenta nenhum partido de esquerda ou de centro-

esquerda, com partidos mais ao centro (PDC, PAN, PLRA), de centro-direita (PLI) e de direita (PRO).

O tipo intermediário se caracteriza bem mais pela ausência, como a não inclusão de partidos de esquerda e ligados a movimentos sociais. Esta característica é passível de alguma forma de explicação? A ausência de algumas características pode estar relacionada a questão dos scores, todos os partidos desta classificação possuem os scores mais baixos de seus países, no entanto, esta discussão será retomada no próximo item.

O quarto tipo encontrado se refere a legendas que constroem organizações mais restritas as suas lideranças (PLU, FP, PSUV) ou que adotam desenhos organizacionais mais simples em comparação aos dos tipos acima.

### Quadro 6.5 – Partidos com baixo grau de complexidade interna

(Contínua)

Partido	Sistema	Origem	Personalismo	Movimentos sociais	Legislação	Ideologia
FUN	Colapso	Interna (cisão)	Presente	Ausente	Alta	Centro-direita
MAS-IPSP	Colapso	Externa	Presente	Presente (múltiplos)	Alta	Esquerda
PLU	Estável	Interna (cisão)	Presente	Ausente	Alta	Direita
PAC	Estável	Interna (cisão)	Ausente	Ausente	Alta	Centro-esquerda
ARENA	Em estabilização	Externa	Ausente	Presente (empresários)	Média	Direita
CREO	Colapso	Externa	Presente	Presente (empresários)	Baixa	Direita
PP	Instável	Interna (governo)	Ausente	Ausente	Alta	Centro-direita
UNE	Instável	Interna (cisão)	Ausente	Ausente	Alta	Centro-esquerda
PRI	Instável, com partidos dominantes	Interna (governo)	Ausente	Ausente	Baixa	Centro

**Quadro 6.5 – Partidos com baixo grau de complexidade interna****(Conclusão)**

<b>Partido</b>	<b>Sistema</b>	<b>Origem</b>	<b>Personalismo</b>	<b>Movimentos sociais</b>	<b>Legislação</b>	<b>Ideologia</b>
FP	Colapso	Interno (oposição)	Presente	Ausente	Alta	Direita
PNP	Colapso	Interno (oposição)	Presente	Ausente	Alta	Centro-esquerda
FA	Estável	Interna (fusão)	Ausente	Presente (múltiplos)	Média	Esquerda
PC/URU	Estável	Interna (governo)	Presente (histórico)	Ausente	Média	Centro
PN/URU	Estável	Interna (governo)	Presente (histórico)	Ausente	Média	Centro
PSUV	Colapso	Interna (cisão)	Presente	Presente (múltiplos)	Baixa	Esquerda

Fonte: Elaboração própria.

Novamente, como nos demais tipos, os partidos estão dispostos em sistemas com trajetórias distintas entre si, como sistemas que contam com alta estabilidade e são considerados como modelos pela bibliografia – Colômbia, Costa Rica e Uruguai –, outros que demonstram uma certa instabilidade e se encontram em processo de estabilização – El Salvador e México –, outros historicamente instáveis – Guatemala – e países cujo sistema entrou em colapso ao final do século XX e começo do XXI, fato que gerou o realinhamento do sistema (Bolívia, Equador, Peru e Venezuela).

A inclusão dos partidos uruguaios neste tipo é controversa, já que estes são tidos como um dos exemplos da região, tanto em questão de estabilidade do sistema, quanto dos partidos em si. No entanto, os partidos uruguaios são fragmentados internamente, ou seja, dispostos de muitas divisões internas – lemas ou grupos internos – que possuem vida e organização própria, conferindo um desenho único aos partidos do país. Outra surpresa foi a inclusão do PRI, principalmente pelo predomínio que a legenda exerceu sobre a política mexicana durante o século XX, com a legenda penetrando territorialmente e principalmente, por sua ação governamental.

O tipo originário aponta para um grande predomínio do tipo interno sobre o externo, com somente o MAS-IPSP, o CREO e a ARENA se originando por meio de

grupos externos ao parlamento, com o primeiro relacionado a diversos movimentos sociais, como indígenas, de produtores de coca, entre outros e, o segundo e o terceiro a grupos empresariais. Chama a atenção o fato que dois dos três partidos externos são organizações mais à direita do espectro ideológico, fato que contrasta com a tendência de partidos mais à esquerda no interior deste modelo genético.

Metade dos partidos deste tipo apresentam lideranças personalistas, os quais em sua totalidade são encontrados nos países andinos, com destaque para o PLU que surgiu como ferramenta para possibilitar a candidatura de Uribe a presidência da Colômbia junto com as consequências das reformas eleitorais no país, que visavam a alteração do sistema partidário. Os dois partidos tradicionais uruguaios (Colorado e Nacional) também apresentam traços personalistas, porém, estes remetem ao século XIX e ao processo de formação dos partidos e do próprio Uruguai.

Novamente a regulamentação e a ideologia apresentam grandes diferenças entre si, com legislações restritivas e mais abertas convivendo dentro do mesmo grupo, além de partidos presentes em todos os espectros ideológicos selecionados, não sendo possível identificar uma clara tendência.

Seguindo os critérios utilizados, um quinto tipo seria possível, o qual seria composto por partidos com desenhos organizacionais com baixa divisão do trabalho e extremamente restritos as suas lideranças. Porém, este tipo não foi encontrado entre os casos selecionados.

A classificação dos partidos levou em consideração a categorização dos partidos realizada no capítulo anterior, ou seja, o foco da classificação se encontrou nas características organizacionais e os classificou de acordo com uma escala que focou basicamente em seu grau de inserção nas categorias.

Ao longo de toda a segunda parte apresentamos algumas características que pudessem explicar os motivos para a classificação dos partidos em um ou outro tipo. Após a confrontação entre a escala organizacional verificou-se que estes conjuntos ou variáveis possuem impacto distinto sobre cada legenda, ou seja, os partidos respondem de modo diferente ao mesmo incentivo.

De modo geral, a classificação foi baseada nos scores definidos ao longo deste capítulo e no anterior. Ao agruparmos as escalas de acordo com o grau de pertencimento, chegamos ao total de 5 grupos, esta estratégia se mostrou eficiente no sentido de classificar os partidos de modo mais efetivo na escala definida.

Quando olhamos para a distribuição dos partidos ao longo dos tipos estipulados, nota-se uma grande concentração no segundo e no quarto tipo, que concentram 30 dos 42

examinados. No entanto, este predomínio não é inesperado, principalmente pela diferença de scores presentes em cada um. Um segundo motivo para isso também decorre das estratégias das legendas, de construir legendas com características únicas, que por vezes optam por desenhos organizacionais com menor divisão do trabalho, com poucas instancias de participação dos membros tanto na questão institucional, quanto na contribuição financeira. De outro lado, existem partidos que optam – ou são forçados – organizações com maior distribuição do trabalho e mecanismos de participação e controle. A concentração de partidos em tipos tidos como médios-alto ou médio-baixo reflete esta estratégia, com as legendas adotando estratégias organizacionais distintas, que acabam por incluir as legendas em um tipo ou outro. Os extremos, apesar de existentes concentram pouca quantidade de legendas, o tipo 5 – ou mais restrito – não apresenta nenhum caso e o tipo 1 – com maior divisão – apresenta somente 7 casos.

Examinando os tipos criados, algumas tendências foram encontradas e se mostram fundamentais para compreender a região como um todo. A primeira é o impacto das questões originárias sobre o desenho organizacional. Com exceção de 3 partidos, todos os partidos de origem externa possuem scores iguais ou maiores a 0.5, fato que indica uma tendência destes partidos de construir organizações com maior divisão do trabalho. Ainda neste ponto, a surpresa foi a grande presença de partidos formados a partir da ação ou dentro dos governos nos dois primeiros tipos, este fato ainda carece de maiores explicações e precisa ser compreendido em conjunto a outros fatores. Da questão originária, ainda foi encontrado a tendência a uma menor divisão do trabalho por parte dos partidos construídos – e que continuam – ao redor de lideranças carismáticas. Por fim, uma última tendência se encontra na relação entre o colapso do sistema e a formação de partidos com menor divisão do trabalho, bem como de agremiações personalistas.

Surpreendentemente a legislação e a ideologia não apresentaram nenhum padrão, porém, estes dois conjuntos atuam de modo distinto, o primeiro fornece as bases de atuação e pode induzir os partidos a adotar determinado desenho ao definir órgãos e instancias mínimas. A ideologia atua de modo mais efetivo no interior de cada sistema, porém, de modo geral, vimos que partidos de diferentes posicionamentos ideológicos podem adotar estratégias semelhantes no que tange a questão organizacional.

Para finalizar, a classificação mostrou um cenário rico na América Latina, no qual, partidos de diferentes orientações pertencem ao mesmo conjunto. Também mostrou uma tendência das legendas em adotarem desenhos mais complexos em relação aos mais simples, fato que pode ser explicado pela seleção de casos que privilegiou as legendas que se encontram entre as maiores de cada país.

Para compreender a questão originária se faz necessário mais um modo de comparação, este agora se concentra nos casos individuais comparados intra-países, ou seja, dentro de um mesmo país, isso ocorre como modo de compreender o impacto de cada conjunto dentro de cada nação.

Quando analisamos a questão individual, percebemos uma grande variação dos partidos ao longo dos conjuntos, assim como encontramos na primeira parte da comparação que focou na análise da América Latina como um todo. Esta demonstrou a grande pluralidade partidária encontrada nas maiores legendas da região, bem como, algumas tendências, como o impacto negativo do personalismo sobre a questão da divisão do trabalho interna, a grande presença dos partidos de origem externa dentre os partidos mais complexos.

Destarte, a primeira parte da comparação focou em classificar e comparar os partidos da região de modo geral, apresentando o rico cenário disposto e a segunda, foca em uma questão mais micro, na comparação entre partidos de um mesmo país, de modo facilitar a verificação do impacto dos conjuntos sobre a questão organizacional.

Comparativamente a questão sistêmica apresenta pouco impacto sobre a definição da organização partidária de modo geral, apesar do alto índice de coerência apresentado na calibração. A arena política em si, exerce influência sobre os partidos ao fornecer a estrutura básica de atuação e variações nesta estrutura podem gerar novos incentivos, seja para mudanças nos partidos atuais, seja para a abertura de espaço para novas agremiações.

De forma direta, o impacto do sistema sobre a questão da organização somente é sentido nos países que atravessaram forte crise no final do século passado e no começo deste, mais especificadamente, os países andinos, com exceção da Colômbia. O impacto nestes países ocorreu principalmente com o fim ou o enfraquecimento de seus sistemas tradicionais – no caso da Venezuela – ou do novo sistema político que emergiu da redemocratização (demais países). O esfacelamento destes sistemas promoveu o incentivo para a criação de novas legendas, as quais, em sua maioria, são dominadas por lideranças carismáticas e não possuem incentivos para a construção de organizações mãos complexas, a exceção fica por conta da Alianza País e do Movimiento Primero Justicia, os quais constroem organizações classificadas em scores mais altos. O primeiro por conta da grande quantidade de movimentos sociais presentes em seu interior, o que pode forçar a construção de uma organização menos centrada na sua liderança, ao menos formalmente, e o segundo ainda carece de maiores explicações, fato que acentua a falta de estudos sobre ambos de modo a compreender se o funcionamento real é igual ou semelhante ao formal.

A alta instabilidade também vai traçar um caminho semelhante com o incentivo à construção de inúmeros partidos, porém, o seu impacto é relativo, pois em alguns países como a Guatemala as legendas são descritas como fortemente personalistas, de baixa duração e sem a construção de organizações, em outros como no Panamá, El Salvador e Nicarágua, o problema é semelhante, mas não afeta todas – ou algumas das maiores – as legendas.

Um terceiro ponto que pode incidir sobre a organização partidária trata de reformas nas constituições. Em alguns casos, no Brasil e no Uruguai, as reformas inicialmente não geraram incentivos para a proliferação de legendas, somente alterou a legislação vigente do período autoritário no primeiro e no segundo, buscou diminuir a fragmentação interna dos partidos, entretanto, o caso brasileiro passou a enfrentar um aumento da fragmentação e aumento da quantidade de partidos nos últimos anos. Em outros casos, as reformas produziram o aumento da fragmentação a nível local como nos casos argentino e mexicano, em outros casos, como o colombiano e o costa-riquenho abriram espaço para novas legendas em competição às tradicionais.

De modo resumido podemos argumentar que o sistema interfere na questão organizacional ao disponibilizar oportunidades para as legendas, neste caso, para a formação de novos partidos. Em alguns casos, as crises dos sistemas também abrem espaço para formações personalistas e sem incentivos para a construção da organização, mesmo que formal, como nos países andinos e nas reformas produzidas na Colômbia e na Argentina, que no primeiro incentivou a formação de legendas de modo desenfreado e, no segundo, forneceu fortes incentivos para a formação de partidos regionais.

A origem possui um padrão semelhante ao encontrado na comparação mais geral, com os partidos externos apresentando, em sua maioria, scores mais altos em comparação aos demais. A exceção fica por conta do MAS-IPSP, porém, a diferença de um score para o outro é baixa, cerca de 0.2, e pode ser compreendida pela natureza extremamente personalista do MAS-IPSP, que apesar de ampla participação e contato com movimentos sociais, gira em torno da figura de Morales, que coordena todas suas ações. Em alguns países, como o Equador e El Salvador, as duas maiores legendas são do tipo externo e nesse caso, os partidos mais à esquerda possuem scores mais altos.

A principal surpresa veio com a decomposição do tipo interno em quatro grupos, destes, os partidos formados dentro – ou por meio – da ação governamental. Com exceção do PRI e de alguns casos que concorrem com tipos externos, a maioria apresenta scores altos, muito por causa da existência de organização prévia, bem como, incentivos e recursos para a construção das legendas.

A presença de uma liderança carismática é um fator que impacta negativamente na definição dos scores. Dentre os partidos que ainda se encontram com este tipo de formação – pois, separamos o conjunto em três tipos: ausência, liderança histórica e atual. A liderança histórica se refere a antigos líderes que fundaram a legenda e que se encontram em um passado distante da mesma, ou seja, as agremiações sobreviveram a seus líderes e adquiriram incentivos para se consolidar – a maioria que possui lideranças personalistas atuais se encontram entre os partidos com menores scores, com exceção da AP e do MPJ, em comparação aos demais e também, classificados na categoria dos partidos de organização partidária mais simples, ou seja, na classificação de tipos com tendência a menores scores no quesito organizacional. Em que pese as duas exceções, podemos deduzir que os partidos com lideranças carismáticas não possuem incentivos para construir organizações mais complexas, a exceção fica quando consideramos os partidos com lideranças históricas, que se espalham entre os tipos propostos.

O senso comum sobre a região diz que este é dominada por lideranças do tipo caudilho. Ao analisarmos os atuais líderes carismáticos, esta situação se mostra mais complexa que a apresentada, pois apesar de lideranças caudilhas – Chávez seria o maior e melhor exemplo – são encontradas lideranças populistas – Evo Morales no MAS-IPSP, Rafael Correa na AP e Keiko Fujimori no FP, por exemplo –, empresariais – Samuel Doria Medina na FUN, por exemplo – e políticos, como Álvaro Uribe do PLU. Ou seja, não encontramos somente o estereótipo do caudilho, mas lideranças do tipo empresarial – com legendas, como a ARENA e o FUN, formadas por setores empresariais – que se assemelham, ao menos em sua formação a partidos europeus. Portanto, o tipo caudilho e/ou populista ainda existe na região, mas concorre a partidos que não são constituídos por esta estratégia, seja por não terem uma liderança carismática em sua formação, seja por formação baseada a outros grupos, como os empresários, por exemplo.

A presença de movimentos sociais e outros grupos de apoio, em sua maioria, impacta a questão organizacional positivamente, principalmente quando se encontra relacionado a movimentos sociais como sindicatos e outros movimentos da sociedade civil. Em alguns países como o Brasil, Equador, El Salvador, Nicarágua, Panamá e Uruguai, os partidos dotados de maiores scores são aqueles que possuem contato com movimentos sociais mais relacionado à esquerda em comparação aos demais e também aos que são formados por grupos empresariais. Esta situação não é unânime na região, na Argentina, o PJ apesar de alto índice de organização se encontra abaixo da UCR na escala organizacional e outros como o MPJ e o PP se encontra a frente dos partidos mais à esquerda analisados em seus países.



A legislação não possui um impacto generalizado sobre as organizações, isso vem da própria estratégia dos países – e dos próprios partidos – que podem optar regulamentações mais rígidas ou fornecer maior autonomia a questão organizacional.

Uma maior rigidez não, necessariamente, implica em uma maior restrição a construção partidária, como visto no capítulo 4, muitos países somente mencionam a exigência de construção de determinadas instâncias – basicamente deliberativas – e de mecanismos de democracia interna. Outros de forma mais restritiva, determinando quais as instâncias e suas funções. A maioria, porém, pouco regulamenta esta questão, se atendo a questões de financiamento e proibições de determinadas ações por parte das legendas.

Dentre as que determinam legislações mais restritivas, dois grupos são encontrados. O primeiro composto pela Colômbia e Costa Rica, definem as instâncias mínimas exigidas de modo minucioso, com determinação de quais as instâncias mínimas e algumas de suas funções básicas, porém, abrem a possibilidade dos partidos adotarem algumas variações, as quais podem gerar partidos com menor pertencimento na escala organizacional. O segundo grupo, composto por Bolívia, Chile, Paraguai e Peru, regulamenta a questão organizacional minuciosamente, definindo os organismos e suas atribuições, o efeito obtido não é um maior pertencimento dos partidos na escala organizacional, mas uma maior aproximação das legendas, pois estas possuem menor margem de manobra para definição de sua organização. O Brasil até 1995 pertencia a este grupo, com uma legislação fortemente restritiva, que foi herdada de seu período militar, porém, com a reforma, somente o financiamento se mostra com maiores regulamentações e as demais somente com menções.

Uma outra forma de aproximar as legendas reside no controle sobre suas eleições internas, por meio da obrigatoriedade de realização de primárias. Esta determinação interfere diretamente nos mecanismos de eleições internas e na abertura a participação de seus filiados, promovendo uma artificialidade no quesito de participação dos membros no interior das agremiações, como no caso argentino e uruguaio.

Portanto, em sua maioria, as legislações somente fornecem uma base mínima para todas as legendas e abrem espaço para diferentes estratégias organizacionais. Regulamentações mais rígidas como a colombiana e a costa-riquenha também abrem espaço para diferentes estratégias por parte de seus partidos, que vão desde organizações mais complexas até outras mais simples, como o PLU e o PAC.

A ação direta das legislações se dá quando estas definem as instâncias mínimas que cada legenda deve possuir, bem como suas funções, o seu efeito não é um maior ou menor pertencimento, mas uma aproximação entre as legendas de um mesmo país. Outra

forma de aproximação também ocorre quando da exigência de primárias e uma forte regulamentação, esta ação atua diretamente na abertura dos partidos a seus membros e os mecanismos de eleições internas, esta, no entanto, para aproximar necessita de outras regulamentações que também induzam a aproximação, como determinação de instâncias mínimas e regulamentações financeiras.

A ideologia é o principal fator explicativo quando analisamos a questão organizacional. Ao analisarmos os países que possuem partidos de centro, direita e esquerda selecionados, vemos que há uma tendência dos partidos mais à esquerda em possuírem scores maiores que os outros, características que aumenta quando combinada com outras, como ausência de personalismo, presença de movimentos sociais e origem externa.

Nos países em que não foram selecionados partidos de esquerda, a tendência é que os partidos que tendem ao centro se constituam como organizações mais complexas em comparação as legendas de direita. Algumas exceções foram encontradas, como no caso boliviano e venezuelano, em que a figura do líder se sobrepõem a questão ideológica.

De modo geral, dois fatores afetam as legendas latino-americanas. A primeira é a presença de uma liderança carismática que incentiva a formação de organizações com menores scores organizacionais, pois não incentiva a construção de estruturas organizacionais com ampla divisão do trabalho interno. A segunda se encontra em legendas constituídas após o colapso de seus sistemas partidários, que emergiram ao redor de lideranças destacadas deste período, e do mesmo lado, tendem a não construção de organizações complexas e conseqüentemente, se encontram entre aquelas com menores scores. A terceira é a ideologia, na qual, os partidos mais à esquerda tendem a contruir organizações mais complexas do que os localizados mais à direita.

Diferentemente de Duverger (1970) o foco não está na identificação dos tipos mais adaptados à realidade latina, mas as diferentes estratégias adotadas pelas legendas na região de acordo com os incentivos que lhes são impostos e também de modo a atingir a ambição de seus filiados. Isto é, são as próprias legendas que determinam o seu desenho organizacional, mas não o fazem com total autonomia, sendo necessário obedecer regulamentações, que podem ser tomadas como uma “ameaça” a liberdade dos partidos (KATZ, 2009) ou como conseqüência de seu desenvolvimento e atuação junto ao Estado e aos governos (GARCÍA-PELAYO, 1985).

Os partidos políticos respondem aos estímulos internos e externos de modo distinto, com cada um equilibrando suas tensões internas e os incentivos externos de modo a buscar a obtenção dos seus objetivos e ambições, porém, o fazem com limitações,

pois devem seguir as regras ditadas pelas legislações partidárias e as constituições nacionais.

Um questionamento frequente no texto foi a questão dos padrões encontrados, de um lado expomos durante todo o trabalho que a região apresenta uma grande pluralidade de tipos partidários, o qual dificulta a classificação, pois não há uma trajetória linear de suas organizações partidárias, bem como são poucos os países que contam com um desenvolvimento linear de seus partidos, com o ciclo de autoritarismo e democracia vigorando, somado ao surgimento de novas agremiações nos momentos após as redemocratizações.

Dito isso, ao todo foram formuladas 6 hipóteses para tentar explicar o pertencimento das legendas no conjunto organizacional, estas não são excludentes entre si, ou seja, uma hipótese se relaciona com outra construindo uma explicação mais ampla.

*H1: Partidos mais à esquerda tendem a construir organizações com maior divisão do trabalho, ou seja, com maiores scores na escala organizacional.*

Como todas as demais hipóteses, esta é trabalhada em duas vias. A primeira, de modo geral, buscando compreender se existe algum fator que impacta a região como um todo e a outra, trata o impacto separadamente em cada país.

De modo geral, a questão ideológica, impacta de modo significativo somente quando voltamos o olhar para as diferenças no interior de cada país. Quando analisamos a região como um todo, não encontramos um espectro ideológico que predomine sobre o outro, ou seja, não há uma nítida separação entre os partidos de espectros distintos, com partidos ideologicamente distintos adotando estratégias organizacionais semelhantes.

Entretanto, quando analisamos os países de modo separado nota-se uma predominância dos partidos de esquerda em relação aos de direita na escala organizacional. Com exceção da Bolívia e da Venezuela, onde os partidos mais à esquerda selecionados possuem scores mais baixos que os outros partidos selecionados de seus países, isso ocorre principalmente, devido ao grande personalismo de suas principais lideranças, porém, seus concorrentes selecionados também possuem lideranças personalistas.

Nos demais casos, quando há ocorrência de legendas de esquerda ou de centro-esquerda, estas possuem scores mais altos que os demais espectros, salvo exceções, esta

situação comprova a hipótese, pois ocorre uma nítida separação entre os espectros ideológicos selecionados. Esta situação era inicialmente esperada, muito pelo argumento apresentado pela literatura especializada, os partidos mais à esquerda tendem a construir organizações mais complexas ou mais robustas que as dos demais espectros, muito por causa do estreito contato com movimentos sociais que estas agremiações possuem.

Um adendo nesta questão se faz necessário, nem todos os países contaram com partidos de esquerda entre os selecionados, com destaque para a Argentina, Colômbia, Honduras e o Paraguai. Nestes casos, os partidos mais tradicionais apresentam scores mais altos, independentemente de seu posicionamento ideológico.

*H2: Os partidos de formação externa, independentemente de sua ideologia, tendem a construir organizações com maior especialização interna.*

Esta hipótese originalmente foi formulada por Duverger (1970) para explicar uma das diferenças entre os partidos de quadros e os partidos de massas. Apesar da inexistência do modelo de massas na América Latina, o mesmo padrão é encontrado, com a maioria dos partidos de origem externa possuindo altos scores, esta situação ocorre nos dois tipos de comparação, a geral, com somente a ARENA e o CREO se encontrando dentre as legendas com scores mais baixos e também a específica, com as mesmas agremiações se encontrando na mesma situação.

De modo comum, o tipo externo é identificado com as legendas de esquerda, muito por causa da forte ligação que estas possuíam com movimentos sociais – principalmente, sindicatos – porém, a América Latina apresenta um cenário distinto, com partidos conservadores também possuindo este tipo genético, muito pela ação do empresariado (ARENA, CREO), bem como de profissionais liberais (PAN) ou de grêmios estudantis (UCR). Ou seja, este tipo de formação, apesar de ligado à esquerda, não se encontra restrito somente a este espectro ideológico, mas é compartilhado pelos demais.

A principal surpresa do exame originário veio com a decomposição do tipo interno em vários tipos e a grande presença dos partidos originários do interior ou da ação dos governos entre os maiores scores, a explicação para este fenômeno reside no – possível – uso da máquina governamental para a construção da legenda e a atração que esta pode causar para representantes da sociedade civil e ocupantes de postos políticos, por isso,

uma formação governamental – e sem ser objeto de um projeto pessoal – possui incentivos para a construção de legendas com altos índices de divisão do trabalho.

*H3: Os partidos formados ao redor de uma liderança carismática tendem a construir organizações com menor divisão do trabalho interno.*

Segundo Panebianco (2005), os partidos políticos formados em torno de lideranças carismáticas ou personalistas possuem poucos incentivos para institucionalizar a organização, esse fator pode impactar na questão organizacional, pois como argumentamos, a formação ao redor de uma liderança personalista não incentiva a construção de uma organização mais ampla, mas sim, em uma concentrada em sua figura. Como nas duas hipóteses anteriores, esta é confirmada, mas com duas exceções, no caso a AP e o MPJ, os quais possuem scores altos, o primeiro muito por causa da presença de um grande número de entidades e movimentos sociais em seu interior devido ao seu processo originário e o segundo, por causa de seu movimento de expansão, que saiu de uma província e se nacionalizou, isso pode ter gerado a necessidade de aumentar a divisão do trabalho interno para comportar novos grupos.

Um dado importante é que quase todos os partidos com lideranças carismáticas selecionados foram constituídos nos países andinos, os quais passaram por reformas para fragmentar o seu sistema partidário – Colômbia – ou devido ao reordenamento do sistema, com a substituição dos antigos partidos que surgiram durante ou após uma forte crise. A formação deste tipo também não está relacionada com o espectro ideológico, com partidos conservadores (PRO e PLU, por exemplo) e de esquerda (MAS-IPSP e PSUV) pertencentes a este conjunto.

A visão que a região é dominada por líderes caudilhos também pode ser contestada, apesar de Morales e Chávez se encaixarem nesta categoria, outros partidos como a FUN, o PRO, o PLU e a ARENA foram constituídos por grupos empresariais, ou seja, o tipo da liderança varia muito na região.

Em alguns partidos optamos por colocar a etiqueta de liderança histórica, ou seja, eles foram formados ao redor de líderes carismáticos, mas após o falecimento ou perda do poder destes, se estruturaram enquanto legendas. Como exemplos há partidos que se originaram de lideranças caudilhas como o PJ e o PC/URU.

*H4: A presença de um movimento social, independentemente da ideologia da legenda, tende a fazer com que o partido construa uma organização com maior complexidade interna.*

A tendência neste caso é considerar que os partidos construídos por meio ou com apoio de movimentos sociais possuem a tendência de construção de organizações mais robustas, pois necessitam enquadrar e absorver os quadros das entidades patrocinadoras.

Porém, o exame do conjunto na América Latina mostrou um cenário equilibrado entre legendas que contam com a presença de movimentos sociais nos scores mais altos e mais baixos, fato que impossibilita uma generalização nos dois sentidos – geral e específico –, pois a presença não indica um domínio na escala organizacional no interior do sistema. Uma única generalização possível seria argumentar que os partidos patrocinados por entidades empresariais tendem a menores scores, porém, como a amostra é baixo – somente a ARENA e o CREO – não é possível tirar maiores conclusões.

Como conclusão, não é possível afirmar que existe uma relação direta entre o desenho organizacional e a presença de entidades patrocinadoras, estas impactam a organização de modo distinto e é preciso maiores estudos para compreender o seu efeito sobre a organização dos partidos políticos da região.

*H5: O ambiente – arena – político fornece a estrutura de oportunidades para a construção de legendas mais ou menos complexas, com ambientes mais instáveis favorecendo a construção de organizações com menores graus de divisão do trabalho interno.*

Uma das principais proposições e teses mais comuns sobre os partidos latinos é que estes são frágeis porque estão inseridos em sistemas instáveis. Não entrando na questão de força e fragilidade, a qual já foi trabalhada ao longo do texto, este argumento é frágil, pois como vimos ao longo dos últimos capítulos, partidos com scores mais altos podem se constituir em sistemas mais instáveis (como os partidos panamenhos, por exemplo) e o contrário também ocorre (como no caso dos partidos uruguaios, por exemplo).

A única relação possível entre sistema e partidos se encontra no momento de reformas deste, que abre espaço para a formação de novas legendas, como ocorreu nos casos colombiano e costa-riquenho ou em fortes momentos de crise, como na Argentina, que incentivou a fragmentação do sistema e nos demais países andinos, que acarretou no enfraquecimento dos partidos tradicionais e/ou na sua substituição por novos atores. O caso dos países dos Andes, com exceção da Colômbia, é sintomático, pois no caso das maiores legendas analisadas, a substituição veio acompanhada de partidos com baixos scores, mas principalmente, que giram ao redor de lideranças carismáticas que emergiram como os principais atores pós-crise e que ainda, estruturam a competição nestes países.

*H6: As regulamentações sobre os partidos delimitam a atuação e a organização das legendas, com as mais restritivas, fornecendo pouco espaço de “manobra” para as agremiações, ou seja, determinando desenhos organizacionais mínimos sobre os quais os partidos constroem sua organização.*

As regras e normas que regulamentam as atividades partidárias exercem forte influência sobre os partidos, como trabalhado no Capítulo 4. Contudo, essa influência em muitos casos se resume a definir ou delimitar o escopo da ação dos partidos, principalmente, na questão de formação e financiamento.

O impacto direto sobre as organizações é relativo, na maioria dos países, ocorre a exigência da adoção de determinados organismos, sobretudo deliberativos e adoção de democracia interna no interior do partido, porém, estas não passam de menções. Entretanto, em alguns países, como o Chile, o Paraguai e o Peru as legislações são mais restritivas e definem, não apenas os aspectos básicos das atuações e da organização dos partidos, definindo não apenas as instâncias mínimas, mas principalmente, suas funções.

### *Considerações finais*

O sexto capítulo focou na realização da comparação entre as organizações dos partidos políticos latino-americanos, estes, exibem grande diversidade em suas trajetórias e de sua organização.

Quando voltamos nosso olhar para o exame das trajetórias dos partidos políticos da região, ela se mostra rica, mesmo com as inúmeras interrupções democráticas que a região atravessou desde os processos de independências no século XIX. A riqueza partidária é evidenciada pela ampla pluralidade de partidos que a região possui, na qual, coexistem partidos criados no século XIX – notadamente, a UCR, o Partido Colorado paraguaio e o Partido Colorado e Nacional do Uruguai – com novas formações, originárias no século XXI, como a AP e o PRO, por exemplo.

A trajetória, além de produzir cenários distintos – que necessitam maiores estudos comparativos para compreender o desenvolvimento dos partidos da região de modo mais efetivo –, também inviabilizou o uso das tipologias tradicionais, pois os partidos latino-americanos atravessaram diferentes desenvolvimentos em comparação aos europeus ocidentais, fato que necessitaria um grande estiramento dos conceitos utilizados para a comparação.

Como opção para a comparação, recorreremos a uma análise predominantemente descritiva e métodos de classificação baseados na identificação de presenças e ausências de determinadas características nos documentos formais das legendas locais. A questão temporal também foi alvo de um amplo recorte, com o foco nos atuais estatutos e não no desenvolvimento dos partidos da região, isso ocorreu basicamente pela ausência de dados, porém, admite-se que o estudo temporal do desenvolvimento dos partidos da região é um campo a ser explorado.

Ainda na questão genética, a grande maioria das legendas examinadas se encontram em países que retornaram a democracia em meados da década de 70 e começo da década de 90 por meio de processos de transições democráticas. No entanto, alguns países possuem trajetórias democráticas mais longevas, como a Colômbia, Costa Rica e Venezuela que atravessaram a transição nas décadas de 40 e 50. O Paraguai, manteve os partidos atuante do período autoritário e o México, exibe um padrão iniciado na década de 30 com a Revolução Mexicana.

Por causa das transições, muitos analistas – sobretudo van Biezen (1998) – tomam que os partidos latino-americanos possuem vínculos estreitos com o Estado, fato que causa um afastamento da sociedade, pois não possuem incentivos para tal. Contudo, esta situação não é tão simples como parece, primeiro, é de difícil averiguação e em segundo lugar, esta situação não é restrita somente aos partidos latinos, mas as agremiações partidárias de modo geral.

A organização dos partidos foi tratada como uma opção dos partidos políticos – e mais precisamente, de suas lideranças – frente a incentivos externos e internos a eles,



estes impactam a organização de modo distinto, fruto das opções, estratégias e das disputas internas das legendas. A averiguação destes fatos, no entanto, é prejudicada pela restrição ao acesso ao interior da organização, porém, pode-se deduzir, por meio da bibliografia especializada e da análise dos dados, que o formato organizativo é determinado de acordo com as estratégias das lideranças, porém, limitado suas disputas internas e pela legislação partidária.

O exame da organização recorreu basicamente a análise de conteúdo dos estatutos partidários. Esta opção, como trabalhada ao longo do texto, possui vantagens e desvantagens, porém, auxilia na compreensão da organização, bem como, em futuras comparações entre a organização formal e a real.

O tratamento dos dados se deu por meio de duas etapas. Na primeira, foram identificadas as presenças e/ou ausências de determinadas instâncias no interior das entidades e após, esta etapa, ocorreu a construção de escalas de pertencimento dos partidos no quesito organizacional.

Após esta etapa, as comparações foram realizadas e novamente, ocorreu em etapas separadas. A primeira parte se ocupou em ver a distribuição dos partidos nas escalas construídas e o impacto dos conjuntos/variáveis em relação a organização propriamente dita. A segunda parte procurou identificar alguns padrões organizativos, primeiro, de modo geral, ou seja, se algum fator impactava toda a região e após, o impacto em cada um dos países.

Verificou-se alguns padrões na região. O primeiro, de modo geral, a presença de uma liderança carismática tende a impactar negativamente a escala organizacional, ou seja, partidos construídos ao redor de uma liderança personalistas tendem a construir organizações com menor divisão do trabalho e centrada na figura de seu líder, ou seja, não possuem incentivos, ao menos iniciais, para adotar um desenho com mais escalões de poder, porém, esta situação pode se modificar com o passar dos anos com a consolidação da legenda. Um segundo fator que impacta de modo de geral, é a formação em países que reordenaram todo seu sistema devido a fortes crises, neste caso, o impacto também é negativo, ou seja, não há incentivos para a construção de legendas com organizações mais robustas, muito por causa da instabilidade sistêmica em seu momento genético. As duas questões se encontram relacionada, com a maioria dos partidos personalistas se encontrando em sistemas instáveis – as exceções são o PRO na Argentina e o PLU na Colômbia, porém, em ambos os casos, a formação de partidos personalistas foi incentivada pelas legislações de seus países – que devido a sua situação, incentivaram

a formação de legendas ao redor de novas lideranças que emergiram durante o período de crise.

De modo distinto, a formação de partidos de modo externo ao parlamento exerce uma influência “positiva” sobre a organização, com a maioria das legendas constituídas desta forma se encontrando entre aqueles com maiores scores, isso se deve a existência de organizações prévias a formação das legendas.

Ao olhar para os países de modo isolado, verificou um domínio da esquerda – quando existente – e dos partidos tradicionais sobre os demais no quesito de pertencimento aos scores. Nesse caso, pode-se argumentar que a esquerda tende a produzir partidos com scores organizativos maiores que os de direita e de centro. Para finalizar, algumas considerações finais podem ser apresentadas:

1) a região exibe grande diversidade partidária, na qual há constante criação e encerramento de partidos – que é comum em outras regiões, partidos são constantemente criados e desaparecem após insucessos eleitorais –, bem como, a longevidade de muitos, aliado a coexistência entre legendas antigas e novos competidores. Esta característica aliada as diferentes trajetórias e desenvolvimento dos partidos da região, leva a uma grande pluralidade de legendas e um cenário que dificulta a generalização, pois, apresenta partidos com diferentes estratégias organizativas;

2) os partidos políticos apresentam grandes diferenças na definição de seus desenhos organizativos, fruto das diferentes estratégias adotadas por cada um. Estas refletem as tensões internas dos partidos, principalmente no que tange o domínio da legenda e também incentivos externos, como legislações e a estrutura de competição em que estão inseridos. No caso dos partidos selecionados, vimos que estes, na maioria dos casos, buscam desenvolver organizações formais com grande divisão do trabalho e mecanismos de democracia interna, entretanto, outros optam por desenhos mais simples e outros por estruturas organizacionais mais restritas.

Os dois primeiros pontos enfatizam um dos principais pontos deste trabalho que foi demonstrar a grande pluralidade partidária encontrada na região, os partidos latino-americanos não se reduzem somente ao estereótipo de boa parte da literatura internacional, mas apresentam diversos modelos e padrões, mesmo que formais, que afastam – em parte – esta visão. Esta situação, obviamente se refere as maiores legendas e a sua organização formal, que pode somente exibir um desenho interno com grande divisão do trabalho e mecanismos de participação e na prática ser distinto.

Ao todo a organização foi examinada junto a seis conjuntos, de modo a compreender o impacto delas sobre a organização e verificar se elas – ou algumas delas – exercem influência direta sobre o desenho organizacional das agremiações.

Como maior surpresa, tivemos o pouco impacto direto das legislações sobre o desenho organizativo. As normas e regulamentações que incidem sobre as legendas, em sua maioria, atuam de modo indireto, ou seja, delimitam mais o que as legendas não podem fazer do que exigências sobre o conteúdo de seus estatutos. Quando, há obrigatoriedade, em sua maioria, são apenas menções.

As normas atuam não como uma forma de afronta a autonomia das legendas, como controle sobre suas atividades e também como uma base sobre a qual as agremiações devem atuar, ou seja, elas – na maioria dos casos – determinam um desenho organizacional básico a todas as entidades partidárias, as quais definem suas estratégias com base nelas.

Outro fator externo que não impacta diretamente a todos é a conformação e trajetória da arena política de cada país. Assim como as normas e regulamentações, este auxilia na estruturação dos partidos ao dispor a estrutura de competição entre as agremiações e também a estabilidade da mesma. Apesar de não afetar, esta, como vimos, abre possibilidades para a emergência, consolidação e protagonismo de novos competidores, sobretudo em momentos de crise.

As questões internas atuam de modo mais direto sobre as legendas, com destaque para o tipo genético, principalmente os partidos externos e os de formação interna, mas com formação patrocinada pelos governos como os que tendem a construir organizações com maiores scores na escala. Outro fator originário que impacta se encontra na formação da legenda ao redor de uma liderança carismática, no entanto, esta característica incentiva a construção de legendas com menores scores organizacionais. Por fim, a construção através de uma entidade patrocinadora não exhibe um padrão ou tendência, com equilíbrio entre scores altos e baixos.

Para fechar, a ideologia é um fator determinante quando olhamos para o interior dos sistemas partidários, no qual, existe uma tendência de maiores scores dos partidos mais à esquerda e também das legendas tradicionais em comparação as demais.

A comparação mostrou um rico cenário na região, na qual, as maiores legendas adotam uma ampla série de estratégias organizativas, que variam, desde as mais complexas – e abertas a participação – até as mais restritas, nas quais, o processo decisório é restringido a poucos membros e organismos. Esta situação se contrapõe ao estereótipo de legendas frágeis e/ou dominadas por lideranças populistas e/ou caudilhas e a apresenta

um rico cenário, no qual, este tipo de formação coexiste com outros modelos, menos centrados em uma figura.

## 7. Conclusões

A proposta de um exame mais descritivo das organizações partidárias permitiu o exame mais detalhado das máquinas partidárias da região, sem se ater a visões pré-concebidas como o domínio de redes de clientelismo e patronagem sobre suas estruturas formais, o que acaba por enfraquecer a estrutura organizativa. Consideramos que as agremiações da região possuem problemas, porém, muitos deles – como o distanciamento da sociedade, domínio de lideranças personalistas, a existência de práticas de patronagem em seu interior – não são exclusivos da região, mas sim, se encontram presentes em partidos políticos como um todo.

Ao examinar apenas as organizações formais por meio de seus estatutos, partimos da premissa de que as legendas são, antes de tudo, organizações. A esta premissa, somamos outras duas: as máquinas partidárias são estratégicas, isto é, o seu desenho organizacional é produto das escolhas de seus membros e dirigentes e; a escolha ocorre dentro de um ambiente limitado, seja pela competição entre as legendas, seja pelas legislações partidárias. No entanto, o exame formal enfrenta críticas, pois a realidade descrita pode se afastar da realidade apresentada, porém, os estatutos partidários nos fornecem os limites organizacionais das legendas, como também, o mapa – ou anatomia – da organização.

Ao todo, podemos fazer quatro considerações sobre as agremiações partidárias latino-americanas. A primeira é que o cenário encontrado no nível formal não é tão caótico quanto o apresentado pela bibliografia especializada, a qual descreve as formações partidárias locais, em sua maioria, como débeis, dotadas de organizações fragilizadas ou inexistentes e dependentes do organismo estatal, mas sim, diferentes padrões que vão desde os casos extremos tomados por um amplo número de especialistas, até casos – mais notadamente o PT brasileiro – que se assemelham – em parte – aos partidos de massas europeus.

Somada a esta consideração, propomos a realização de um estudo descritivo sobre as legendas da região, de modo a compreender o seu funcionamento formal, sem pressupostos pré-concebidos sobre a região. Esta opção também acarretou na não utilização das tipologias tradicionais na comparação das legendas locais, pois estas foram formuladas para a compreensão dos partidos políticos europeus ocidentais e seu uso pode acarretar em distorções no exame das máquinas partidárias latino-americanas.

O exame da organização partidária comprovou a existência de um rico mosaico partidário no que diz respeito aos desenhos organizativos. Assim, como Duverger (1970) afirmou, cada legenda possui um desenho próprio que lhe confere identidade própria. Na América Latina identificamos uma ampla gama de modelos organizacionais coexistentes, nos quais existem partidos dotados de ampla divisão do trabalho interno (PT, PRD/PAN, por exemplo) e outros mais simples, como o PSUV, por exemplo. Destarte, a existência de múltiplos formatos organizacionais indica as diferentes estratégias adotadas pelas legendas frente aos incentivos a que estão expostas.

A segunda consideração do trabalho é que a origem dos partidos exerce um papel fundamental na determinação do desenho organizativo das agremiações partidárias. Assim como a tese de Duverger (1970), os partidos políticos de origem externa tendem a construir máquinas partidárias mais complexas que as de formação interna. Além disso, as agremiações de origem interna, mas com formação a partir do aparato governamental também tendem a construir organizações com maior complexidade que as demais. No primeiro caso, a complexidade vem do relacionamento com as organizações externas, mais precisamente sindicatos, o que gera uma organização com múltiplas camadas de participação dos membros. No segundo caso, não é possível tecer maiores considerações, sendo necessário um estudo caso-a-caso para melhor compreensão.

Diferentemente de Duverger (1970), a formação externa não se restringe somente aos partidos de esquerda e a formação através do relacionamento com os sindicatos, mas também se encontra presente em diversos outros grupos – como entidades patronais, empresariado, etc. – e espectros ideológicos, demonstrando a expansão deste tipo originário e a forte influência que esta possui sobre as máquinas partidárias.

A questão originária não se resume somente ao local de origem das legendas, mas também aos tipos de grupos que patrocinam e a forma da liderança partidária. No primeiro caso, diferentemente da literatura, não há uma relação direta entre apoio de um grupo externo e maior complexidade organizacional, com as legendas dispostas ao longo de toda a escala organizacional construída. No segundo grupo, verificou-se que os partidos constituídos ao redor de uma liderança carismática tendem a possuir menores graus de divisão interna de suas atividades e, segundo Panebianco (2005) isso é causado pelo baixo incentivo a construção de uma ampla organização por parte de suas lideranças.

A terceira consideração foi sobre o impacto dos fatores exógenos – sistema partidário e legislação – sobre as legendas. Em relação ao sistema, o seu impacto se refere ao fornecer a estrutura de competição, que pode gerar uma aproximação entre as legendas, devido a tendência de mimetismo das organizações. Diferentemente do exposto pela

literatura especializada, não existe uma correlação direta entre tipo de sistema e o formato das organizações partidárias, isto é, a estrutura de competição não estrutura o modo como os partidos se encontram organizados, mas sim, fornece incentivos para a formação de novas legendas e também, a aproximação devido à concorrência entre as legendas.

O exame das legislações partidárias e seu impacto direto sobre as organizações partidárias necessita de maiores estudos e aprofundamento de seus diferentes efeitos sobre os partidos políticos de diversas regiões. Entretanto, pode-se afirmar que as legislações definem os limites sob os quais as legendas partidárias atuam, estes podem ser mais restritivos, como no Chile, ou mais abertos como na Nicarágua.

A quarta e última consideração trata do papel da ideologia na definição dos desenhos organizacionais dos partidos políticos. Considerando a região como um todo, nenhum espectro se sobressai sobre os demais, contudo, é preciso fazer uma importante consideração sobre esta afirmação. Como a amostra foi recortada através de critérios eleitorais e não ideológicos, alguns países – Argentina, Panamá, Paraguai, etc. – não contaram com legendas de todos os espectros e este fator pode impactar nas generalizações. Entretanto, nos países que contam com mais de um espectro, os partidos mais à esquerda tendem a construir organizações mais complexas que as demais. Esta característica é recorrente nos partidos de esquerda redor do planeta, isso não constituiu um “hino a esquerda”, mas sim, apresenta uma estratégia compartilhadas pelas legendas deste espectro.

O foco do trabalho foi em apresentar como os partidos políticos se encontram formalmente organizados. A partir deste objetivo examinamos os estatutos partidários de modo a compreender como os escalões de poder interno estão dispostos e passamos a comparação entre as agremiações por meio de construção de escalas de pertencimento das agremiações no conjunto organizacional, o que possibilitou a comparação entre os organismos partidários e sua agregação em tipos, os quais iam de total pertencimento das legendas na escala formulada até baixos índices, pois trabalhamos com a premissa que todas as legendas possuem algum tipo de organização interna. Dentro deste cenário, a análise dos estatutos possibilitou a verificação de que os partidos políticos adotam diferentes estratégias organizativas.

Dois fatores foram apontados como os principais responsáveis pelas diferentes estratégias organizativas partidárias. A primeira trata de fatores endógenos, como o tipo originário – local de origem e tipo de liderança – e a ideologia da agremiação. O segundo tipo trata de influências exógenas, ou seja, externas aos partidos, como o sistema partidário e as regras que regulamentam as atividades dos partidos políticos. No primeiro,

vimos que o tipo genético influencia a organização através de dois pontos distintos: a) os partidos de origem externa tendem a construir organizações mais complexas que os de origem interna e; b) as legendas personalistas tendem a uma organização mais simples. A ideologia também apresenta uma tendência, neste caso, os partidos de centro-esquerda e de esquerda de adotarem desenhos organizacionais com maior divisão do trabalho interno e comparação aos dos outros espectros em seus respectivos países. No segundo ponto, a estrutura de competição – e sua estabilidade – e as leis partidárias fornecem a estrutura de oportunidades para a entrada e consolidação de novos competidores, além, de delimitar as bases e limites da organização e atuação partidária, como efeito, a influência exógena aproxima as máquinas partidárias.

Nesse ponto, é possível concluir que os fatores endógenos e exógenos atuam de dois modos distintos sobre os partidos latino-americanos. De um lado, os exógenos, atuam na determinação da arena política, isso é mecanismos comuns aos partidos políticos, ao conferir a estrutura de oportunidades das legendas, seja regulamentando as agremiações por meio das legislações as quais podem conferir maior liberdade para as agremiações definirem seu modelo organizativo ou restringirem por meio da exigência da adoção de instâncias mínimas sob as quais todos devem partir. Seja abrindo espaço para a formação de novas agremiações. De outro, os fatores endógenos fornecem a diferenciação aos mesmos, ao explicitar as diferentes estratégias apresentadas pelos mesmos, tais como, adoção de organizações mais complexas pelos partidos de esquerda ou partidos construídos ao redor de uma liderança tendem a construir organizações mais simples, por exemplo.

A opção por um estudo descritivo veio acompanhado de uma estratégia de compreender a organização dos partidos políticos da região sem partir do suposto que a região é em sua maioria composta por legendas fracas, isso possibilitou o exame de seus elementos organizacionais e não focar na determinação de graus de força entre eles. Por meio dessa estratégia, é possível afirmar que ao menos ao nível organizacional e das maiores legendas, o cenário encontrado não se apresenta um ambiente tão frágil como a maioria dos especialistas expõe. Os diferentes padrões encontrados representam diferentes estratégias adotadas pelas legendas de modo a atuar dentro dos limites impostos, estas vão desde a tendência de construção de legendas ao redor de lideranças personalistas no caso dos países andinos – com exceção dos partidos tradicionais da colômbia –, os quais emergiram após o colapso de seus sistemas nas décadas de 1990 e 2000 e tendem a construir organizações mais simples. Do mesmo modo, verificamos que em relação a região como um todo, partidos de todos os espectros ideológicos constroem



organizações mais simples ou complexas sem um padrão nítido, entretanto, quando examinamos os países de modo separado verificamos que os partidos de esquerda tendem a construir organizações com maior divisão do trabalho que as demais.

Deste modo, verificamos que não existe apenas um fator explicativo para os diferentes padrões de organização da região, mas vários, que podem atuar em conjunto ou de modo separado, o que demonstra a grande pluralidade partidária encontrada o que contrapõe com boa parte da literatura especializada e um passo necessário para expandir o conhecimento sobre a organização partidária na região se encontra em estudos que vão além da análise formal e foquem no real funcionamento das máquinas partidárias, porém, este tipo de análise esbarra na abertura dos partidos para a realização de pesquisas.

Este trabalho buscou contribuir com o estudo comparativo dos partidos políticos latino-americanos e também com a teoria partidária ao debater o uso de alguns de seus modelos e pressupostos no exame dos partidos da região. O campo, apesar de contar com inúmeros e excelentes trabalhos, ainda se encontra em expansão e muitas das lacunas, como o exame das organizações reais ainda necessitam de maiores estudos.

## Referências bibliográficas

ABENTE, D. Un sistema de partidos en transición. El caso del Paraguay. **Revista Paraguaya de Sociología** vol.27, n.96, pp.39-62, 1996.

\_\_\_\_\_. Estabilidad y calidad de la democracia en Paraguay. **América Latina Hoy**, vol.60, pp.43-66, 2012.

AGOSTO, G.; CUETO VILLAMÁN, F. República Dominicana. In: ALCÁNTARA, M.S.; FREIDENBERG, F. (Eds.). **Partidos políticos de América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana**. Salamanca: Ediciones Universidade Salamanca, 2001.

AGUILAR GONZÁLEZ, M.A. Regulación jurídica de los partidos políticos en Honduras. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

ALARCÓN, V. La teoría de los partidos políticos ante los retos del cambio de siglo. **Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial**, vol.1, n.3, pp.7-26, 2003.

ALBUQUERQUE, R.; CONTRERAS, J.M. El partido político: entre la ciencia política y los estudios organizacionales. **POLIS**, vol.3, n.2, pp.17-67, 2007.

ALCÁNTARA, M.S. **¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latino-americanos**. Barcelona: ICPS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sistemas políticos de América Latina: Volumen I. América del Sur**. 4ªEdição. Madrid: Tecnos, 2013.

ALCÁNTARA, M.S.; BARAHONA, E. **Política, dinero e institucionalización partidista en América Latina**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2003.

\_\_\_\_\_. **Política. Institucionalización partidista en América Latina**. México: UI-IFE-FLACSO, 2003.

ALCÁNTARA, M.S.; FREIDENBERG, F. **Partidos políticos de América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana**. Salamanca: Editorial Universidad de Salamanca, 2001.

\_\_\_\_\_. Partidos políticos na América Latina. **Opinão Pública**, vol.8, n.2, pp.137-157, 2002.

ALCÁNTARA, M.S.; FREIDENBERG, F. **Partidos políticos de América Latina: Cono Sur**. México: FCE, IFE, 2003.

ALCÁNTARA, M.S.; FREIDENBERG, F. **Partidos políticos de América Latina: Países Andinos**. México: FCE, IFE, 2003.

ALDRICH, J. **Why parties? The origin and transformation of political parties in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **Why parties? A second look.** Chicago: University of Chicago Press, 2011.

ALFARO SALAS, S. Costa Rica. In: ALCÁNTARA, M.S; FREIDENBERG, F. (eds.). **Partidos políticos de América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana.** Salamanca: Ediciones Universidade Salamanca, 2001.

ALMEIDA, P. El Salvador: Elecciones y movimientos sociales. **Revista de Ciência Política**, vol.30, n.2, pp.319-334, 2010.

ÁLVAREZ, G. Regulación jurídica de los partidos políticos en Nicaragua. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina.** Ciudad de México: International IDEA, 2006.

AMARAL, O. Adaptação e resistência: o PT no governo Lula entre 2003 e 2008. **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol.4, pp.105-134, 2010.

\_\_\_\_\_. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, vol.7, n.2, pp.11-32, 2013.

ARTIGA-GONZÁLEZ, A. El Salvador. In: ALCÁNTARA, M.S; FREIDENBERG, F. (Eds.). **Partidos políticos de América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana.** Salamanca: Ediciones Universidade Salamanca, 2001.

AUYERO, J. 1997. **¿Favores por votos? Estudios sobre clientelismo político contemporáneo.** Buenos Aires: Losada, 1997.

\_\_\_\_\_. Clientelismo político en Argentina: doble vida y negación colectiva. **Perfiles Latinoamericanos**, n.20, pp.33-52, 2002.

AUYERO, J.; LAPEGNA, P.; POMA, F. Patronage politics and contentious collective action: a recursive relationship. **Latin American Politics and Society**, vol.51, n.3, pp.1-31, 2009.

AYERBE, L.F. Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.83, pp. 179-216, 2011.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

BARAHONA, E. Hacia una nueva alternativa de organización partidista: el caso uruguayo del Frente Amplio. In: ALCÁNTARA, M.S.; BARAHONA, E (Eds.). **Política, dinero e institucionalización partidista en América Latina.** Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 2003.

BARDI, L.; MAIR, P. Os parâmetros dos sistemas partidários. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.4, pp. 227-253, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BAREIRO, L.; SOTO, L. Regulación jurídica de los partidos en Paraguay. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

BARTOLINI, S.; MAIR, P. Challenges to contemporary parties. In: DIAMOND, L; GUNTHER, R. (Eds.). **Political parties and democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

BASABE-SERRANO, S. Ecuador: reforma constitucional, nuevos actores políticos y viejas prácticas partidistas. **Revista de Ciência Política**, vol.29, n.2, pp. 381-406, 2009.

BATLLE, M.; PUYANA, J. Reformas políticas y partidos en Colombia: cuando el cambio es la regla. **Política: Revista de Ciência Política**, n.7, pp.73-88, 2013.

BEETHAM, D. **The Legitimation of Power**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1991.

BELLER, D.; BELLONI, F. Party and Faction: Modes of political competition. In: BELLONI, F; BELLER, D. (Eds.). **Faction politics: Political parties and factionalism in comparative perspective**. Santa Barbara: ABC-Clio, 1978.

BERG-SCHLOSSER, D.; DE MEUR; RIHOUX, B.; RAGIN, C. Qualitative comparative analysis (QCA) as an approach. In: RIHOUX, B.; RAGIN, C. (Eds.). **Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques**. Londres: SAGE Publications Inc, 2009.

BETTCHER, K.E. Factions of interest in Japan and Italy: The organizational and motivational dimensions of factionalism. **Party Politics**, vol.11, n.3, pp.339-358, 2005.

BETZ, H.G. **Radical right-wing populism in Western Europe**. Londres: Palgrave Macmillan, 1994.

BLONDEL, J. **Political parties. A genuine case for discontent?** Londres: Wildwood House, 1978.

\_\_\_\_\_. Party government, patronage, ad party decline in Western Europe. In: GUNTHER, R; MONTERO, J; LINZ, J (Eds.). **Political Parties: old concepts, new challenges**. New York: Oxford University Press, 2009.

BOIX, C. The emergence of parties and party systems. In: BOIX, C; STOKES, S. (Eds.). **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford Handbooks Online, 2007.

BOLLEYER, N. New organization in western europeu: of party hierarchies, stratarchies and federations. **Party Politics**, vol.18, n.3, p.315-336, 2011.

BRAGA, M.S.S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política, 1982-2002**. São Paulo: Editora Humanitas, 2006.

\_\_\_\_\_. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Agenda Política**, vol.1, n.1, pp.1-25, 2013.

BREWER-CARIAS, A. Regulación jurídica de los partidos políticos en Venezuela. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

BRYCE, J. **A comunidade americana**. Volume, 2. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1959.

BUQUET, D. Reforma política y gobernabilidad democrática en Uruguay: la reforma constitucional de 1996. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, vol.10, pp.9-24, 1997.

CALVO, E.; ESCOLAR, M. **La nueva política de partidos en la Argentina: crisis política, realineamientos partidarios y reforma electoral**. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

CALVO, E.; MURILLO, M. Cuando los partidos políticos encuentran con sus votantes: un análisis de los vínculos políticos a través de las redes partidarias y las expectativas distributivas en Argentina y Chile. **América Latina Hoy**, vol.63, pp.15-44, 2013.

CARAMANI, D; HUG, S. The literature on european parties and party systems since 1945: A quantitative analysis. **European Journal of Political Research**, n.33, pp.497-524, 1998.

CARAMANI, D. **The nationalization of politics. The Formation of national electorates and party systems in Western Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **Introduction to the comparative method with Boolean algebra**. Londres: SAGE Publications Inc, 2008.

CARRERAS, M. Los partidos importan. Democratización y evolución del sistema de partidos en América Latina. **Nueva Sociedad**, n.240, pp.175-187, 2012.

\_\_\_\_\_. Party systems in Latin America after the third wave: a critical reassessment. **Journal of politics in Latin America**, vol.4, n.1, pp.135-153, 2012.

CARTY, K. Parties as franchise systems. The stratarchical organizational imperative. **Party Politics**, vol.10, n.1, pp. 5-25, 2004.

CASAL BÉRTOA, F.; MOLENAAR, F.; PICCIO, D. R.; RASHKOVA, E. R. The world upside down: Delegitimising political finance regulation. **International Political Science Review**, vol.35, n.3, 355-375, 2014.

CASAL BÉRTOA, F.; VAN BIEZEN, I. Party regulation and party politics in post-communist Europe. **East European Politics**, vol.30, n.3, pp.295-314, 2014.

CAVAROZZI, M. El esquema partidario argentino: partidos viejos, sistema débil. **Muerte y resurrección. Los partidos políticos en el autoritarismo y las transiciones del Cono Sur**. Santiago de Chile: FLACSO, p. 297-334, 1989.

\_\_\_\_\_. Mas alla de las transiciones a la democracia en America Latina. **Revista de Estudios Políticos**, n.74, pp.85-111, 1991.

CAVAROZZI, M.; CASULLO, E. Los partidos políticos em América Latina Hoy: ¿ consolidación o crisis? In: CAVAROZZI, M; MEDINA, J.A (Eds.). **El asedio a la política. Los partidos latino-americanos tras la década del neoliberalismo**. Rosario: Homo Sapiens, 2002.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIES, J.P.; GROUXL, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. (eds). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHARLOT, J. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CHAGUACEDA, A.; PUERTA, M.I. “Quo vadis Venezuela”: de la democracia delegativa al autoritarismo del siglo XXI. **Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública**, vol.4, n.1, pp.175-202, 2015.

CHASQUETTI, D. El proceso constitucional en el Uruguay del siglo XX. In: CAETANO, G.; NAHUM, B. (Eds.). **El Uruguay del siglo XX. La Política**. Montevideo: Ediciones de la banda Oriental-ICP, 2003.

CHASQUETTI, D.; BUQUET, D. La democracia em Uruguay: una partidocracia de consenso. **Política**, n.42, pp.221-247, 2004.

CHHIBBER, P.; KOLLMAN, K. Party aggregation and the number of parties in India and the United States. **American political Science review**, v. 92, n. 02, p. 329-342, 1998.

COLEMAN, J. Party organization strenght and the public support for parties. **American Journal of Political Science**, vol.40, n.3, pp.805-824, 1996.

COLLIER, D. The Comparative Method: Two Decades of Change. In: RUSTOW, D.; ERICKSON, K. (Eds.). **Comparative Political Dynamics: Global Research Perspectives**. New York: Harper Collins Publishers, 1991.

COLOMER, J. It's Parties That Choose Electoral Systems (or, Duverger's Laws Upside Down). **Political Studies**, vol.53, pp.1-21, 2005.

COPPEDGE, M. **A classification of Latin American political parties**. Helen Kellogg Institute for International Studies. 1997.

\_\_\_\_\_. The Dynamic diversity of Latin America Party systems. **Party Politics**, vol.4, n.4, pp. 547-568, 1998.

\_\_\_\_\_. The evolution of latin american party systems. In: MAINWARING, S.; VALENZUELA, A (Eds.). **Politics, society and democracy: Latin America**. Boulder: Westview Press: 1998.

CORREAL, O.L. El ocaso de los partidos políticos tradicionales en Venezuela. **Papel Político**, vol.14, n.2, pp.491-505, 2009.

CRONQVIST, L.; BERG-SCHLOSSER, D. Multi-value QCA (mvQCA). In: RIHOUX, B.; RAGIN, C. (Eds.). **Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques**. Londres: SAGE Publications Inc, 2009.

CROTTY, W. A perspective for the comparative analysis of political parties. **Comparative political studies**, vol.3, n.3, pp.267-296, 1970.

DAALDER, H. The “reach” of the party system. In: MAIR, P. (Ed.). **The West European party system**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Parties: Denied, dismissed or redundant? A critique. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Eds.). **Political Parties: old concepts, new challenges**. New York: Oxford University Press, 2009.

DALTON, R. The decline of party identifications. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DALTON, R; MCALLISTER, I; WATTENBERG, M. The consequences of partisan dealignment. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DALTON, R; WATTENBERG, M. Partisan chance and the democratic process. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M. (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Unthinkable democracy: Political change in advanced industrial democracies. In: DALTON, R.; WATTENBERG, M (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_; WELDON, S. Public images of political parties: A necessary evil? **West European Politics**, vol.28, n.5, pp.931-951, 2005.

DE LA ROSA, A.; CONTRERAS, J.C. El partido político: entre la ciencia política y los estudios organizacionales. **Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial**, vol.3, n.2, pp.17-67, 2007.

DE MEUR, G.; RIHOUX, B.; YAMASAKI, S. Addressing the critics of QCA. In: RIHOUX, B.; RAGIN, C. (Eds.). **Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques**. Londres: SAGE Publications Inc, 2009.

DE RIZ, L. Política y partidos: ejercicio de analisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. **Desarrollo Económico**, vol.25, n.100, pp. 1-35, 1986.

DE ZEEUW, J. ‘Sons of war’: parties and party systems in post-war El Salvador and Cambodia. **Democratization**, vol.17, n.6, pp.1176-1201, 2010.

DESCHOUWER, K. Political parties in multi-layered systems. **European Urban and Regional Studies**, n.10, pp. 213-226, 2003.

\_\_\_\_\_. Political parties as multi-level organizations. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Eds.). **Handbook of political parties**. Londres: Sage publications, 2006.

\_\_\_\_\_. National electoral trends in decentralized states? The cases of Belgium and Spain. In: SWENDEN, W.; MADDENS, B. (Eds.). **Territorial party politics in western Europe**, London: Palgrave Macmillan, 2009.

DETTERBECK, K. **Multi-level party in Western Europe**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

DI TELLA, T. **Para uma política latino-americana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

\_\_\_\_\_. **Los partidos políticos: Teoría y análisis comparativo**. Buenos Aires: A-Z Editora, 1998.

DÍAZ-JIMÉNEZ, O.F; VIVERO-ÁVILA, I. Las dimensiones de la competencia en el sistema de partidos mexicano (1979-2012). **Convergencia: Revista de Ciencias Sociales**, vol.22, n.68, pp.13-49, 2015.

DIX, R. Cleavage structures and party systems in Latin America. **Comparative Politics**, vol.22, n.1, pp.23-37, 1989.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. Adhérents et électeurs des partis. **Revue française de science politique**, n.1-2, pp.56-75, 1951.

\_\_\_\_\_. **Os partidos políticos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar/UNB, 1970.

\_\_\_\_\_. Caucus and branch, cadre parties and mass parties. In: MAIR, P (ed). **The West european party system**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

ELDERSVELD, S. **Political parties. A behavioral analysis**. Chicago: Rand McNally, 1964.

EPSTEIN, L. **Political parties in western democracies**. Nova York, Washington e Londres: Praeteger, 1967.

ESCUADERO, L. Argentina. In: ALCÁNTARA, M.S.; FREIDENBERG, F. (Eds.). **Partidos políticos de América Latina: Cono Sur**. México: FCE, IFE, 2003.

ESPINAL, F. Regulación jurídica de los partidos políticos en República Dominicana. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

FARREL, D; WEBB, P. Political parties as campaign organizations. In: DALTON, R; WATTENBERG, M (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FILGUEIRA, F.; LUNA, J.P. Societies, social policies, and political representation: a Latin America perspective. **International Political Science Review**, vol.30, n.5, pp.471-485, 2009.



FISCHER, J; EISENSTADT, T.A. Comparative party finance: What is to be done? **Party Politics**, vol.10, n.6, pp. 619-626, 2004.

FITZ, P; REVELES, F.V. Los partidos en la democratización mexicana: logros y conflictos. **El Cotidiano**, vol.187, pp. 151-164, 2014.

FREIDENBERG, F. **Selección de candidatos y democracia interna en los partidos de América Latina**. Salamanca: Editora Universidad de Salamanca, 2003.

\_\_\_\_\_. Mucho ruido y pocas nueces: organizaciones partidistas y democracia interna em América Latina. **Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial**, vol.1, n.1, pp.91-134, 2005.

FREIDENBERG, F; LEVITSKY, S. Organización informal de los partidos en América Latina. **Desarrollo Economico**, vol.46, n.184, pp. 539-568, 2007.

FREIDENBERG, F; SUÁREZ-CAO, J. **Território y poder: nuevos actores y competência política en los sistemas de partido multinivel en América Latina**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2015.

FRETES, L. La consolidación democrática em Paraguay. **America Latina Hoy**, n.60, pp. 67-82, 2012.

GARCÉ, A.; YAFFÉ, J. La izquierda Uruguaya (1971-2004): ideología, estrategia y programa. **América Latina Hoy**, vol.44, pp.87-114, 2006.

GARCÍA, J.I. Regulación jurídica de los partidos en Chile. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. México D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006.

GARCÍA DÍEZ, F. Panamá. In: ALCÁNTARA, M.S.; FREIDENBERG, F. (Eds.). **Partidos Políticos de América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana**. Salamanca: Ediciones Universidade Salamanca, 2001.

GARCIA LAGUARDIA, J. Régimen constitucional de los partidos políticos en Centroamérica. En Fundación Friedrich Ebert/Instituto de Cooperación Iberoamericana (Org.). **Sistemas electorales y representación política en América Latina, tomo 1**. Madrid: Fundación Friedrich Ebert/Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1986.

GARCIA-PELAYO, M. **El Estado de partidos**. Madrid: Alianza Editorail, 1986.

GARCÍA MONTERO, M. Bolívia. In: ALCÁNTARA, M.S.; FREIDENBERG, F. (coord). **Partidos Políticos de América Latina: Países Andinos**. México: FCE, IFE, 2003.

GARRETÓN, M.A. Revisando las transacciones democráticas en América Latina. **Nueva Sociedad, Estado y Actores em un Mundo Comepejo**, n.148, pp.20-29, 1997.

GIBSON, J.; COTTER, C.; BIBBY, J.; HUCKSHORN, R. Assesing party organization strenght. **American Journal of Political Science**, vol.27, n.2, pp.193-222, 1983.

GIBSON, E.; SUÁREZ-CAO, J. Federalized party systems and subnational party competition: theory and empirical application to Argentina. **Comparative Politics**, vol.43, n.1, pp.21-39, 2010.

GIDDENS, A. **A terceira via**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GORDIN, J. **La sustentabilidade política del clientelismo: teoría y observaciones empírica en América Latina**. Barcelona: Fundació Cidob, 2006.

GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a um viejo problema**. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Volume 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GROS ESPIELL, H. Regulación jurídica de los partidos en Uruguay. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. Dados: Revista de Ciências Sociais, vol.54, n.1, pp.235-258, 2011.

GUNTHER, R.; DIAMOND, L. Species of political parties: A new tipology. **Party Politics**, vol.9, n.2, pp.167-199, 2003.

GUTIÉRREZ, F. ¿Se há aberto el sistema político colombiano? Una evaluación de los procesos de cambio (1970-1998). **América Latina Hoy**, vol.27, pp.189-215, 2001.

HAGOPIAN, F. Democracy and political representation in Latin America in the 1990s: Pause, reorganization, or decline? In: AGÜERO, F; STARK, J. (Eds.). **Fault lines of democracy in post-transition Latin America**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

HARBERS, I. Decentralization and the Development of Nationalized Party Systems in New Democracies: Evidence from Latin America. **Comparative Political Studies**, vol.43, n. 5, pp. 606-627, 2010.

\_\_\_\_\_. **Political organization in multi-level settings: Mexico and Latin American Parties after decentralization**. Tese de Doutorado. Faculty of Social and Behavioural Sciences, Leiden University. 2010.

HARMEL, R. Party organizational change: competing explanations? In: LUTHER, K; MÜLLER-ROMMEL (Eds.). **Political parties in the new europe: political and analytical changes**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

\_\_\_\_\_; JANDA, K. An integrated theory of party goals and party change. **Journal of Theoretical Politics**, vol.6, n.3, pp. 259-287, 1994.

\_\_\_\_\_; TAN, A. Performance, leadership, factions and party change: An empirical analysis. **West European Politics**, vol.18, n.1, pp. 1-33, 1995.

HERNÁNDEZ, A.I. Paraguay. In: ALCÁNTARA, M.S; FREIDENBERG, F. (Eds.). **Partidos políticos de América Latina: Cono Sur**. México, D.F: Instituto Federal Electoral, 2003.

HERNÁNDEZ, A.; BELISLE, J.M. Regulación jurídica de los partidos políticos en Argentina. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

HOFMEISTER, W. Problemas da democracia partidária. América Latina à luz das experiências internacionais. In: Cadernos Adenauer, VIII. **Partidos Políticos: quatro continentes**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2007.

HOPKIN, J. The problem with party finance: theoretical perspectives on funding of party politics. **Party Politics**, vol.10, n.6, pp. 627-651, 2004.

\_\_\_\_\_.; PAOLUCCI, C. The business firm model of party organization: cases from Spain and Italy. **European Journal of Political Research**, n.35, pp.307-339, 1999.

HUNTINGTON, S. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

HUNNEUS, C. A highly institucionalized political party: christian democracy in Chile. In: MAINWARING, S; SCULLY, T (Eds.). **Christian democracy in Latin America: Electoral competition and regime conflicts**. Stanford, Stanford University Press, 2003.

IGNAZI, P. The crisis of parties and the rise of new political parties. **Party Politics**, vol.2, n.4, pp.549-566, 1996.

\_\_\_\_\_. **Extreme right parties in Western Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

ISHIYAMA, J. Party organization and the political sucesso of the communist sucessor parties. **Social Science Quartely**, vol.2, n.4, pp.95-115, 2001.

JANDA, K. A coparative analysis of party organizations: The United States, Europe, and the World. In: CROTTY, W (Ed.). **The party symbol**. San Francisco: W.H. Freeman, 1980.

\_\_\_\_\_. **Political parties and democracy in the theoretical and practice perspectives: Adopting party law**. National democratic institute for international affairs, 2005.

JANDA, K; COLMAN, T. Effects of party organization on performance during the ‘gold age’ of parties. **Political Studies**, vol.46, n.3, pp.611-632, 1998.

JANDA, K; KING, D. Formalizing and testing Duverger’s theories on political parties. **Comparative Political Studies**, vol.18, n.2, pp. 139-169, 1985.

JARDIM, T. Regulación jurídica de los partidos políticos en Brasil. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

JIMÉNEZ, A.R. Venezuela. El ocaso de una democracia bipartidista. **Nueva Sociedad**, vol.161, pp.35-42, 1999.

JIMÉNEZ BADILLO, M. Partido Acción Nacional. In: ALCÁNTARA, M.S; FREIDEBERG, F. (Orgs). **Partidos políticos de América Latina**, Salamanca: Universidad de Salamanca: 2001.

JONES, M.P. Weakly institutionalized party systems and presidential democracy: evidence from Guatemala. **International Area Studies Review**, vol.11, n.4, pp.3-30, 2011.

KARAPIN, R. Radical-right and neo-fascist political parties in Europe. **Comparative Politics**, vol.30, n.2, pp.213-234, 1998.

KARKOVEN, L. Legislation on political parties: a global comparison. *Party Politics*, vol.13, n.4, pp.437-455, 2007.

KARKOVEN, L.; RISSEVYK, J. How bright was the future? The study of parties, cleavages and voters in the age of the technological revolution. In: KARKOVEN, L.; KUHNLE, S. (Eds.). **Part systems and voter alignments revisited**. Londres: Routledge, 2001.

KATZ, R. Party government: a rationalistic conception. *The Future of Party Government: Visions and Realities of Party Government*, vol.1, pp. 31-71, 1986.

\_\_\_\_\_. Cadre, catch-all or cartel: a rejoinder. **Party Politics**, vol.2, n.4, pp. 525-534, 1996.

\_\_\_\_\_. The internal life of parties. In: LUTHER, K; MÜLLER-ROMMEL (eds). **Political parties in the new europe: political and analytical changes**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **Reforma a los partidos políticos mediante regulación legal**. Centro de Estudios Públicos y CIEPLAN, 2012.

\_\_\_\_\_; KOLODNY, R. Party organizations as an empty vessel: parties in american politics. In: KATZ, R.; MAIR, P. (Eds.). **How parties organize: change and adaptation**. Londres: Sage publications, 1994.

\_\_\_\_\_; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, vol.1, n.1, pp. 5-28, 1995.

\_\_\_\_\_. The ascendancy of the party in public office. Party organizational change in twentieth-century democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Eds.). **Political Parties: old concepts, new challenges**. New York: Oxford University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. The cartel party thesis: A restatement. **Perspective on politics**, n.7, pp.753-766, 2009.

\_\_\_\_\_. Parties, interest groups and cartels: A comment. **Party Politics**, vol.18, n.1. pp.107-111, 2012.

KECK, M. PT: a lógica da diferença. O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Editora Atica, 1991.

KEMAN, H. Comparative research methods. In: CARAMANI, D. (Ed.). **Comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

KESTLER, T.; LUCCA, J.B.; KRAUSE, S. Los break-in parties en América Latina: ¿éxito o fracasso? **Revista Debates**, vol.7, n.2, pp.159-172, 2013.

\_\_\_\_\_. 'Break-in parties' and changing patterns of democracy in Latin America. **Revista Debates**, vol.10, n.1, pp. 2-31, 2016.

KEY, V.O. **Política, partidos y grupos de presión**. Madrid: Instituto de estudios políticos, 1962.

KLESNER, J.L. Electoral competition and the new party system in Mexico. **Latin American Politics and Society**, vol.47, n. 2, p. 103-142, 2005.

KLINGEMANN, H.; HOFFERBERT, R.; BUDGE, I. **Parties, policies, and democracy**. Westview Press, 1994.

KINZO, M. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, O. The transformation of the western european party system. In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (eds). **Political parties development**. Princenton: Princenton University Press, 1966.

KITSCHOLT, H.; HAWKINS, K.; ROSAS, G.; ZECHMEISTER, E. Introduction: party competition in Latin America. In: KITSCHOLT, H.; HAWKINS, K.; LUNA, J.P.; ROSAS, G.; ZECHMEISTER, E. (Eds.). **Latin american party systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KITSCHOLT, H.; HAWKINS, K.; ROSAS, G.; ZECHMEISTER, E. Conclusion In: KITSCHOLT, H.; HAWKINS, K.; LUNA, J.P.; ROSAS, G.; ZECHMEISTER, E. (Eds.). **Latin american party systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

KVIST, J. Diversity, ideal types and fuzzy sets in comparative welfare state research. In: RIHOUX, B.; GRIMM, H. (Eds.). **Innovative Comparative Methods for Policy Analysis: Beyond the quantitative-qualitative divide**. New York: Springer, 2006.

\_\_\_\_\_. Fuzzy set ideal type analysis. *Journal of Business Research*, vol.60, n.5, pp.474-481, 2007.

KOIVUMAEKI, R. Business, Economic Experts, and Conservative Party Building in Latin America: The Case of El Salvador. **Journal of Politics in Latin America**, vol.2, n.1, pp. 79-106, 2010.

KROUWEL, A. Otto Kirchheimer and catch-all party. **West European Politics**, vol.26, n.2, pp.23-40, 2003.

\_\_\_\_\_. Party models. In: KATZ, R; CROTTY, W. (Eds.). **Handbook of political parties**. Londres: Sage publications, 2006.

LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. IDESP, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos, 1986.

LANZARO, J. La izquierda uruguaya. Entre la oposición y el gobierno. **Nueva Sociedad**, n. 157, p. 154-165, 1998.

\_\_\_\_\_. Uruguay: persistence and change in an old party democracy. In: LAWSON, K (Ed.). **Political parties and democracy. Volume I: The Americas**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

LAPALOMBARA, J. **A política no interior das nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

\_\_\_\_\_. Reflections on political parties and political development, four decades later. **Party Politics**, vol.13, n., pp. 141-154, 2007.

\_\_\_\_\_; WEINER, M. The origin and development of political parties. In: LAPALOMBARA, J.; WEINER, M. (Eds.). **Political parties development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LAWSON, K. When linkage fails. In: LAWON, K; MERKL, P. (Eds.). **When parties fail: emerging alterative organizations**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

LAWSON, K.; MERKL, P. Alternative organizations: environmental, supplementary, communitarian, and antiauthoritarian. In: LAWON, K.; MERKL, P. (Eds.). **When parties fail: emerging alterative organizations**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

LAZARTE, J. Regulación jurídica de los partidos políticos en Bolivia. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

LEIRAS, M. Organización partidaria y democracia: tres tesis de los estudios comparativos y su aplicación a los partidos en la Argentina. **Revista SAAP**, vol.1, n.3, p. 515-560, 2004.

\_\_\_\_\_. Latin America's Electoral Turn: Left, Right, and Wrong. **Constellations**, vol.14, n.3, p. 398-408, 2007.

\_\_\_\_\_. Los procesos de descentralización y la nacionalización de los sistemas de partidos en América Latina. **Política y gobierno**, vol.17, n.2, pp.205-241, 2010.

LEVITSKY, S. Inside the black box: recent studies of Latin America party organizations. **Studies in comparative international development**, vol.36, n.2, pp.92-110, 2001.

\_\_\_\_\_. **Transforming labor-based parties in latin américa: Argentine peronism in comparative perspective.** New York: Cambridge University Press, 2003.

LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. Latin America's "Left Turn": A Framework for Analysis. In: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K (Orgs.). **The resurgence of the latin american left.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.

LIJPHART, A. Comparative Politics and the Comparative Method. **American Political Science Review**, n.65, 1971.

LINZ, J.; STEPAN, A. **A Transição e consolidação da democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LIPSET, S.M.; ROKKAN, S. Estructuras de división, sistema de partidos y alineamientos electorales. In: BATLLE, A. (Ed.). **Diez textos básicos de ciência política.** Barcelona: Ariel, 1992.

LOZANO, W. Sistema de partidos y cambio democrático: aproximaciones al caso dominicano. **América Latina Hoy**, vol.56, pp.15-36, 2010.

LUCCA, J.B.; PINILLOS, C. Los sentidos de la democratización en Bolívia, Ecuador y Venezuela en el siglo XXI. **Revista Debates**, vol.10, n.1, pp. 31-52, 2016.

LUPU, N. Party brands and partisanship: theory with surveys evidence from a survey experimente in Argentina. **American Journal of Political Science**, vol,57, n.1, pp.49-64, 2013.

MAHONEY, J. Qualitative methodology and comparative politics. **Comparative Political Studies**, vol.40, n.2, pp.122-144, 2007.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. La institucionalización de los partidos em América Latina. **Revista de Ciência Política**, vol. 17, n.1-2, pp.63-98, 1995.

\_\_\_\_\_. The diversity of christian democracy in Latin America. In: MAINWARING, S; SCULLY, T (Eds.). **Christian democracy in Latin America: Electoral competition and regime conflicts.** Stanford, Stanford University Press, 2003.

MAIR, P. Party politics in western europe: A challenge to party? **West European Politics**, vol.7, n.4, pp.170-184, 1984.

\_\_\_\_\_. Continuity, change and the vulnerability of party. **West European Politics**, vol.12, n.4, pp.169-187, 1989.

\_\_\_\_\_. Party organizations: from civil society to the State. In: KATZ, R; MAIR, P. (eds). **How parties organize: change and adaptation.** Londres: Sage publications, 1994.

\_\_\_\_\_. **Party system change: approaches and interpretations.** Oxford: Oxford University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. Os partidos políticos e a democracia. **Análise social**, vol.167, pp.277-293, 2003.

MAIR, P.; MÜLLER, W.; PLASSER, F. Introduction: Electoral challenges and party responses. In: MAIR, P; MÜLLER, W; PLASSER, F. (Eds.). **Political Parties and Electoral Change: Party Responses to Electoral Markets**. Londres: Sage publications, 2004.

\_\_\_\_\_. The challenge to party government. **West European Politics**, vol.31, n.1/2, pp. 211-234, 2008.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.29, 1995.

MARQUES, J.; FLEISCHER, D. **De facção a partido: a fundação e evolução do PSDB, 1987-1998**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

MARTÍ I PUIG, S. Mutaciones orgánicas, adaptación y desinstitucionalización partidaria: el caso del Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), 1980-2006. **Revista de Estudios Políticos**, n.143, pp.101-128, 2009.

MARTÍNEZ, V.L. Partidos políticos: un ejercicio de clasificación teórica. **Perfiles latinoamericanos**, n.33, p.39-63, 2009.

MAYER, R. **Os Partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná. 2011.

\_\_\_\_\_. O uso das tipologias para o estudo dos partidos políticos. In: GALLO, C.A.; SOUZA, B.M.; MARTINS, J.M. (Orgs.) **Ciência política hoje**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

\_\_\_\_\_. A regulação dos partidos políticos do Cone Sul. **Leviathan: Cadernos de pesquisa política**, n.10, pp.41-58, 2015.

MAYORGA, F. Enlargement of democracy and changes in the bolivian party system. In: LAWSON, K (Ed.). **Political parties and democracy. Volume I: The Americas**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

MEDINA, J. A. Elementos teóricos para el análisis contemporáneo de los partidos políticos: un reordenamiento del campo semántico. In: CAVAROZZI, M; MEDINA, J.A (eds). **El asedio a la política. Los partidos latino-americanos tras la década del neoliberalismo**. Rosario: Homo Sapiens, 2002.

MEDINA, J.A.; SUÁREZ-CAO, J. Recorriendo a los senderos partidários latino-americanos en la última década. In: CAVAROZZI, M; MEDINA, J.A (Eds.). **El asedio a la política. Los partidos latino-americanos tras la década del neoliberalismo**. Rosario: Homo Sapiens, 2002.

MEDRANO, G.; CONDE, C. Regulación jurídica de los partidos políticos en Guatemala. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.



MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo:(1985-1997)**. Paz e Terra, 1998.

MERRIAM, C. **The American Party System: An Introduction to the Study of Political Parties in the United States**. Nova York: MacMillan, 1922.

MEYER, T. **Constraints on party policy change**. Colchester: ECPR Press, 2013.

MICHELS, R. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. 1ª Edição, Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2001.

MIRÓN-LINCE, R. Recomposiciones: el PRI de la primera década del milenio. **Convergencia**, vol.19, n. 59, p. 43-67, 2012.

MOLENAAR, F. Legitimising political party representation: Party Law development in Latin America. **International Political Science Review**, vol.35, n.3, pp.324-338, 2014.

MOLINA, J.E. Izquierda y estabilidad de la democracia en América Latina: la ideología de la revolución bolivariana y su repercusión sobre el proceso político en Venezuela y América Latina. **América Latina Hoy**, vol.35, pp.169-198, 2003.

MOLINAS, J.; PÉREZ-LIÑÁN, A.; SAIEGH, S.; MONTERO, M. De la concentración a la fragmentación. El juego político en Paraguay en los últimos 50 años. In: SCARTASCINI, C.; SPILLER, P.; STEIN, E.; TOMMASI, M. (Eds.). **El juego político en América Latina: ¿Cómo se deciden las políticas públicas?** Colombia: Banco Interamericano de Desarrollo, 2011.

MONTERO, J. R.; GUNTHER, R. Los estudios sobre los partidos políticos: una revisión crítica. **PostData**, n.10, pp. 305-337, 2004.

\_\_\_\_\_. Introduction: Reviewing and reassessing parties. In: GUNTHER, R; MONTERO, J; LINZ, J. (Eds.). **Political Parties: old concepts, new challenges**. New York: Oxford University Press, 2009.

MOON, D; BRATBERG, Ø. Conceptualising the Multi-Level Party: Two Complementary Approaches. **Politics**, vol. 30, n.1, pp. 52-60. 2010.

MOTTA, R.P.S. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2ª edição revista, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MÜLLER, W. Party patronage and party colonization of the state. **Handbook of party politics**, p. 189-195, 2006.

\_\_\_\_\_. Government Formation. In: LANDMAN, T.; ROBINSON, N. (Eds.). **The SAGE Handbook of Comparative Politics**, London: Sage publications, 2009.

MÜLLER, W.; SIEBERER, U. Party Law. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Eds.). **Handbook of political parties**. London: Sage publications, 2006.

MUSTAPIC, A. Political parties and democracy in Argentina: 1983-2008. In: LAWSON, K (Ed.). **Political parties and democracy. Volume I: The Americas**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

NASSMACHER, K.H. Introduction: Political parties, funding and democracy. In: AUSTIN, R; THERNSTRÖM, M (Eds.). **Funding of political parties and election campaigns**. Swenden: IDEA, 2003.

\_\_\_\_\_. Regulation of party finance. In: KATZ, R.; CROTTY, W. (Eds.). **Handbook of political parties**. London: Sage publications, 2006.

NAVARRO, M.F.; TIEGUI, M.C.; VARETTO, C. La imagen de una fragmentación partidária con desequilíbrio regional en la política argentina. **Ciência Política**, vol.8, n.16, pp.34-65, 2013.

NEUMANN, S. Toward a comparative study of political parties. In: NEUMANN, S. (Ed.). **Modern political parties: Approaches to comparative politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

NORRIS, P. Towards a more cosmopolitan political science? **European Journal of Political Research**, n.31, pp. 17-34, 1997.

NORTH, D. **Institutions, institutional change, and economic performance**. Nova York: Cambridge University Press, 1990.

O'DONNELL, G. Transição democrática e políticas sociais. **Revista de Administração Pública**, vol.21, n.4, pp.9-16, 1987.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. **Transitions from authoritarian rule. Tentative conclusions about uncertain democracies**. Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press, 1988.

ORMORD, R.; SAVIGNY, H. Political market orientation: A framework for understanding relationship structures in political parties. **Party Politics**, vol.18, n.4, pp. 487-502, 2011.

OSTROGORSKI, M. **La democracia y los partidos políticos**. Madrid: Editorial Trotta, 2008.

\_\_\_\_\_. **Democracy and the organization of political parties. Vol, 1**. Londres: Forgotten Books, 2012.

PACHANO, S. Ecuador: cuando la inestabilidad se vuelve estable. **Iconos. Revista de Ciencias Sociales**, vol.9, n.23, pp.37-44, 2005.

\_\_\_\_\_. Ecuador: el nuevo sistema político en funcionamiento. **Revista de Ciência Política**, vol.30, n.2, pp.297-317, 2010.

PAIVA, D.; BATISTA, C.; STABILE, M. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Publica**, vol.14 n.2, pp.432-453, 2008.

PANEBIANO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PASQUINO, G. **Sistemas políticos comparados**. Cascais: Principia, 2005.

PAYNE, J.M.; CARRILLO, F.F.; ALLAMAND, A.Z. **Democracies in development: politics and reform in Latin America**. Washington: Johns Hopkins University Press, 2002.

PEDERSEN, M. Towards a new typology of parties lifespans and minor parties. **Scandinavian Political Studies**, vol.5, n.1, pp.1-16, 1982.

PERES, P. Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n.68, pp. 17-58, 2009.

PÉREZ GUEVARA, N.J. El sistema de partidos colombiano hoy. Partidos y representación em el congreso después de la reforma de 2003. **Revista Opera**, n.11, pp.71-85, 2011.

PÉREZ-LIÑÁN, A. Instituciones, coaliciones callejeras e inestabilidad política: perspectivas teóricas sobre las crisis presidenciales. **América Latina Hoy**, vol.49, pp.105-126. 2008.

\_\_\_\_\_. **Juicio político al presidente y nueva inestabilidad política en América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

\_\_\_\_\_. El método comparativo y el análisis de configuraciones causales. **Latin American Review of Comparative Politics/Revista Latinoamericana de Política Comparada**, vol.3, pp.125-148, 2010.

PETERS, G. Approaches in comparative politics. In: CARAMANI, D. (Ed.) **Comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PICAZO VERDEJO, I. Chile. In: ALCÁNTARA, M.S; FREIDENBERG, F. (Eds.). **Partidos políticos de América Latina: Cono Sur**. México, D.F: Instituto Federal Electoral, 2003.

PINTO-DUSCHINSKY, M. Financing politics: A global view. **Journal of democracy**, vol.13, n.4, pp.69-86, 2002.

POGUNTKE, T. Political parties and the other organization. In: KATZ, R; CROTTY, W. (Eds.). **Handbook of political parties**. Londres: Sage publications, 2006.

POLGA HECIMOVICH, J. Hacia una superación del clivaje regional? La evolución de la nacionalización de los partidos políticos ecuatorianos desde el retorno a la democracia. **América Latina Hoy**, vol. 64, n.3, pp. 91-118, 2014.

POUPART, J. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J.; DESLAURIES, J.P.; GROUXL, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. (Eds.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PUHLE, H.J. Still age of catch-allism? Volksparteien and parteinstaat in crisis and re-equilibration. In: GUNTHER, R; MONTERO, J; LINZ, J. (Eds.). **Political Parties: old concepts, new challenges**. New York: Oxford University Press, 2009.

RAGIN, C. The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative methods. **Berkeley: University of California**, 1987.

\_\_\_\_\_. **Fuzzy-set social science**. University of Chicago Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Set relations in social research: Evaluating their consistency and coverage. **Political Analysis**, vol.14, n.3, pp.291-310, 2006.

\_\_\_\_\_. **Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

RAGIN, C.; SCHULMAN, D.; WEINBERG, A.; GRAN, B. Complexity, generality, and qualitative comparative analysis. **Field Methods**, vol.15, n.4, pp.323-340, 2003.

RASHKOVA, E.; VAN BIEZEN, I. The regulation of political parties: contesting or promoting legitimacy. **International Political Science Review**, vol.35, n.3, pp. 265-274, 2014.

REIS, G. S. The social democracy of the Bolivian MAS. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, pp. 67-83, 2013.

REVELES, F. Una revisión del “modelo Panebianco” a partir de un caso excepcional: El Partido Revolucionario Institucional. **Revista Mexicana de ciencias políticas y sociales**, vol.44, n.175, pp.149-176, 1999.

RIBEIRO, P. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol.10, pp.225-265, 2013.

RICE, R.; VAN COTT, D. L. The Emergence and Performance of Indigenous Peoples' Parties in South America A Subnational Statistical Analysis. **Comparative Political Studies**, vol.39, n.6, pp.709-732, 2006.

RIHOUX, B. **Les parties politiques: organisations en changement. Le test des écologistes**. Paris: L'Harmattan, 2001.

\_\_\_\_\_. Bridging the gap between the qualitative and quantitative worlds? A retrospective and prospective view on qualitative comparative analysis. **Field Methods**, vol.15, n.4, pp.351-365, 2003.

RIHOUX, B.; DE MEUR, G. Crisp-set qualitative comparative analysis. In: RIHOUX, B.; RAGIN, C. (Eds). **Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques**. Londres: SAGE Publications Inc, 2009.

RIHOUX, B.; MARX, A. QCA, 25 years after “The Comparative Method”: mapping, challenges, and innovations—mini-symposium. **Political Research Quarterly**, vol.66, n.1, pp.167-235, 2013.

ROBERTS, K. **Party Systems and Democratic Divergence in Contemporary Latin America**. Paper prepared for annual conference of the American Political Science Association, Chicago, Aug. 28- 31, 2013.

ROBERTS, K; WIBBELS, E. Party systems and electoral volatility in Latin America: A test of economic, institutional, and structural explanations. **The American Political Science Review**, vol.93, n.3, pp. 575-590, 1999.

ROHWER, G. Qualitative comparative analysis: a discussion of interpretations. **European Sociological Review**, vol.27, n.6, pp.728-740, 2010.

ROLL, D. Colombia. In: ALCÁNTARA, M.S.; FREIDENBERG, F. (Coord.). **Partidos Políticos de América Latina: Países Andinos**. México, D.F: Instituto Federal Electoral, 2003.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol.17, n.49, pp.71-92, 2002.

ROMERO BALLIVIÁN, S. Elecciones, sistema de partidos y ciudadanía en Honduras (1980-2013). **Revista Derecho Electoral**, n.19, pp.369-438, 2014.

ROSE, R; MACKIE, T. Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations. In: LAWON, K; MERKL, P. (Eds.). **When parties fail: emerging alternative organizations**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

ROVIRA MAS, J. ¿Se debilita el bipartidismo? In: ROVIRA MAS, J (Ed.). **La democracia de Costa Rica ante el siglo XXI**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica-Fundación Friedrich Ebert-Instituto de Investigaciones Sociales, 2001.

RUBIO, D.F. Financiamento de partidos e campanhas: Fundos públicos versus fundos privados. **Novos Estudos**, n.73, pp.6-16, 2005.

RUCHT, D. Parties, associations and movements as systems of political interest mediation. In: THESING, J; HOLFMEISTER, W. (Eds.). **Political parties in democracy**. Sankt Augustin: Konrad Adenauer Stiftung, 1995.

RUIZ, L. **Partidos y coherencia. Parlamentários em America Latina**. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2007.

SAFRAN, W. The catch-all party revisited: reflections of a Kirchheimer student. **Party Politics**, vol. 15, n. 15, pp. 543-554, 2009.

SAGARZAZU, I. Nación vs. región: las tensiones del sistema de partidos venezolano postcolapso. **América Latina Hoy**, vol.58, pp.121-142, 2011.

SÁNCHEZ, O. The Rise and Fall of the Dependency Movement: Does It Inform Underdevelopment Today?. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, vol.14, n.2, 2014.

SARTI, I. A utopia de Michels e a democracia partidária em perspectiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.30, n.11, pp.129-137, 1996.

SARTORI, G. Concept misformation in comparative politics. **American Political Science Review**, vol. 64, n.4, pp.398-411, 1970.

\_\_\_\_\_. Comparative and miscomparing. **Journal of Theoretical Politics**, vol.3, n.3, pp.243-257, 1991.

\_\_\_\_\_. Party types, organization and functions. **West European Politics**, vol.28, n.1, pp.5-32, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cómo hacer ciência política**. Madrid: Taurus, 2011.

\_\_\_\_\_. **Partidos y sistemas de partidos**. 2ª Edición ampliada. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

SAWICKI, F. Questions de recherché: Pour une analyse locale des partis politiques. **Politix**, vol.1, n.2, pp.13-28, 1988.

SCARROW, S. Parties without members? Party organization in changing electoral environment. In: DALTON, R; WATTENBERG, M (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Explaining political finance reforms: competition and context. **Party Politics**, vol.10, n.6, pp.653-675, 2004.

\_\_\_\_\_. Party subsidies and freezing of party competition: do cartel mechanisms work? **West european politics**, vol. 29, n.4, pp. 619-639, 2006.

SCARROW, S.; GEZGOR, B. Declining memberships, changing members? European political party members in new era. **Party Politics**, vol.16, n.6, pp.823-843, 2010.

SCHATTSCHEIDER, E.E. **Regimen de partidos**. Madrid: Editorial Tecnos, 1964.

SCHEFOLD, D. Background and basic principles of financing of political parties. In: THESING, J; HOLFMEISTER, W. (Eds.). **Political parties in democracy**. Sankt Augustin: Konrad Adenauer Stiftung, 1995.

SCHLESINGER, J. New american political party. **The American Political Science Review**, vol. 79, n.4, pp.1152-1169, 1985.

SCHERLIS, G. Machine Politics and Democracy: The Deinstitutionalization of the Argentine Party System I. **Government and Opposition**, vol.43, n.4, pp.579-598, 2008.

\_\_\_\_\_. Political legitimacy, fragmentation and the rise of party-formation costs in contemporary Latin America. **International Political Science Review**, vol.35, n.3, pp.307-323, 2014.

SCHLESINGER, J. New american political party. **The American Political Science Review**, vol. 79, n.4, pp.1152-1169, 1985.

SCHMITT, R. **Partidos Políticos do Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Editor, 2000.

SCHNEIDER, C.; WAGEMAN, C. Reducing complexity in qualitative comparative analysis (QCA): remote and proximate factors and the consolidation of democracy. **European Journal of Political Research**, vol.45, pp.751-786, 2006.

\_\_\_\_\_. Standards of good practice in qualitative comparative analysis (QCA) and fuzzy-sets. **Comparative Sociology**, vol.9, pp.397-418, 2010.

\_\_\_\_\_. **Set-theoretic methods for the social sciences: a guide to qualitative comparative analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCULLY, T. La reconstitución de la política de partidos en Chile. In: MAINWARING, S.; SCULLY, T. (Eds.). **La construcción de instituciones democráticas: sistema de partidos en América Latina**. Santiago: Cieplan, 1996.

SEILER, D.L. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **La comparaison et les partis politiques**. Volume 194 de Working papers, Institut de ciències polítiques i socials, Bcelona, 2001.

SERNA, M.F. **Reconversão democrática das esquerdas no Cone Sul**. Bauru: EDUSC, 2004.

STRØM, K. A behavioral theory of competitive political parties. **American Journal of Political Science**, vol.34, n.2, pp.565-598, 1990.

\_\_\_\_\_. Parties at the core of government. In: DALTON, R; WATTENBERG, M (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

STRØM, K; MÜLLER, W. Political parties and hard choices. In: STRØM, K; MÜLLER, W. (Eds.). **Policy, offers, or votes? How political parties in Western Europe make hard decisions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TANAKA, M. How does a democracy with a weak party system work? The peruvian case. In: LAWSON, K (Ed.). **Political parties and democracy. Volume I: The Americas**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº4, pp.169-186, 2010.

\_\_\_\_\_. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphasis. **Brazilian Political Science Review**, vol.5, n.1, pp.54-76, 2011.

TAROUCO, G.; MADEIRA, R. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, vol.21, n.45, pp.149, 2013.

TARROW, S. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

THESING, J. Transformation, democracy and political parties. The role and significance of parties. In: THESING, J; HOLFMEISTER, W. (Eds.). **Political parties in democracy**. Sankt Augustin: Konrad Adenauer Stiftung, 1995.

THIEM, A. **Set-relational fit and the formulation of transformational rules in fsQCA**. COMPASSSS working paper, pp.1-23, 2010.

THORLAKSON, L. An institutional explanation of party system congruence: Evidence from six federations. **European Journal of Political Research**, vol.46, n. 1, pp. 69-95, 2007.

\_\_\_\_\_. Patterns of party integration, influence and autonomy in seven federations. **Party Politics**, vol.15, n.2, pp.157-177, 2009.

\_\_\_\_\_. Measuring vertical integration in parties with multi-level system data. **Party Politics**, vol.19, n.5, pp.713-734, 2013.

TORRICO, M. Bolivia: nuevo sistema electoral presidencial y coordinación política de los partidos. **Perfiles latinoamericanos**, v. 22, n. 43, pp. 77-102, 2014.

TUESTA SOLDEVILLA, F. Regulación jurídica de los partidos políticos en Perú. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

UHARTE, L.M.P. El proceso de democratización paraguayo: avances y resistências. **América Latina Hoy**, vol.60, pp.17-42, 2012.

URQUILLA, C. Regulación jurídica de los partidos políticos en El Salvador. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

VAIRO, D. Juntos pero no casados: Los efectos de la reforma constitucional al interior de los partidos. **Revista Uruguay de Ciencia Política**, v.17, n.1, pp.159-181, 2008.

VALDÉS ESCOFFERY, E. Regulación jurídica de los partidos políticos en Panamá. In: ZOVATTO, D. (Coord.). **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. Ciudad de México: International IDEA, 2006.

VALENZUELA, J.S. **The origins and transformations of the chilean party system**. Working paper, 1995.

VALENZUELA, A. Latin American Presidencies Interrupted. **Journal of Democracy**, vol.15, n.4, pp.5-19, 2004.

\_\_\_\_\_. Presidencias latinoamericanas interrumpidas. **América Latina Hoy**, vol.49, pp.15-30, 2008.

VAN BIEZEN, I. Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias. **Análise Social**, vol.148, pp.685-708, 1998.



\_\_\_\_\_. On the internal balance of party power party organizations in new democracies. **Party Politics**, vol.6, n.4, pp.395-417, 2000.

\_\_\_\_\_. **Political parties in new democracies: Party organization in southern and east-central Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

\_\_\_\_\_. Political parties as public utilities. **Party Politics**, vol.10, n.6, pp. 701-722, 2004.

\_\_\_\_\_. Constitutionalizing party democracy: The constitutive codification of political parties in post-war Europe. **British Journal of Political Science**, vol.12, n.1, pp. 187-212, 2012.

VAN BIEZEN, I.; BORZ, G. Models of party democracy: patterns of party regulation in post-war European constitutions. **European Political Science Review**, vol.4, n.3, pp.327-359, 2012.

VAN BIEZEN, I.; KOPECKÝ, P. The state and the parties: public funding, public regulation and rent-seeking in contemporary democracies. **Party Politics**, vol.13, n.2, pp.235-254, 2007.

\_\_\_\_\_. The cartel party and the state Party–state linkages in European democracies. **Party Politics**, vol.20, n. 2, pp.170-182, 2014.

VAN BIEZEN, I; MAIR, P; POGUNTKE, T. Going, going,...gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, vol.51, p.24-56, 2012.

VAN BIEZEN, I; MOLENAAR, F. The Europeanisation of party politics? Competing regulatory paradigms at the supranational level. **West European Politics**, vol.35, n.3, pp.632-656, 2012.

VAN BIEZEN, I; RASHKOVA, E. Deterring new party entry? The impact of state regulation on the permeability of party systems. **Party Politics**, Published online 23 de setembro, 2012.

VAN COTT, D.L. Party System Development and Indigenous Populations in Latin America. The Bolivian Case. **Party Politics**, vol.6, n.2, pp.155-174, 2000.

VON BEYME, K. **Political parties in western democracies**. Nova York: St Martin Press, 1985.

\_\_\_\_\_. **La clase política em el estado de partidos**. Madrid: Alianza, 1993.

\_\_\_\_\_. The evolution of comparative politics. In: CARAMANI, D. (Ed.) **Comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

WAGEMAN, C.; SCHNEIDER, C. Qualitative comparative analysis (QCA) and fuzzy-sets: agenda for a research approach and a data analysis technique. **Comparative Sociology**, vol.9, pp.376-396, 2010.

WARE, A. **Partidos políticos y sistemas de partidos**. Madrid: Ediciones Istmo, 2004.

\_\_\_\_\_. Exceptionalism, Political Science and the Comparative Analysis of Political Parties. **Government and Opposition**, vol.46, n.4, pp. 411–435, 2011.

WATTENBERG, M. The decline of party mobilization. In: DALTON, R; WATTENBERG, M (Eds.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WHITELEY, P. Is the party over? The decline of the party activism and membership across democratic world. **Party Politics**, vol. 17, n.1, pp.21-44, 2011.

WILDAVSKY, A. A methodological critique of Duverger's political parties. **The Journal of politics**, n.21, pp. 303-318, 1959.

WITTMAN, D. Parties as utility maximizers. **The American Political Science Review**, vol.67, n.2, pp.490-498, 1973.

WOLINETZ, S. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In: GUNTHER, R; MONTERO, J; LINZ, J. (Eds.). **Political Parties: old concepts, new challenges**. New York: Oxford University Press, 2009.

YAFFÉ, J. De Frente Amplio a la nueva mayoría. La izquierda uruguaya (1971-2004). **Secuencia**, n.60, pp.175-209, 2004.

\_\_\_\_\_. Competencia interna y adaptación partidaria en el Frente Amplio de Uruguay. **Perfiles Latinoamericanos**, vol.21, n.41, pp.71-94, 2013.

YANAI, N. Why do political parties survive? An analytical discussion. **Party Politics**, vol.5, n.1, 1999.

ZASLOVE, A. The populist radical right: Ideology, party families and core principles. **Political Studies Review**, vol.7, n.3, pp. 309-318, 2009.

ZELAZNIK, J. El sistema de partidos en Argentina a principios del siglo XXI. **Iberoamericana**, vol.8, n.32, pp.170-176, 2008.

ZOVATTO, D. The legal and practical characteristics of the funding of political parties and election campaigns in Latin America. In: AUSTIN, R; TJERNSTROM, M (Eds.). **Handbook on funding of political parties and election campaign**. Swenden: International IDEA, 2003.

\_\_\_\_\_. Regulación jurídica de los partidos políticos em América Latina. Lectura regional comparada. In: ZOVATTO, D. (Coord.) **Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina**. México D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006.

## Documentos Consultados

### CONSTITUIÇÕES NACIONAIS

Argentina, 1994. Disponível em: <<http://www.senado.gov.ar/deInteres>> Acesso em: 13/11/2015.

Bolívia, 2009. Disponível em: <[http://www.oas.org/dil/esp/Constitucion\\_Bolivia.pdf](http://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf)> Acesso em: 13/11/2015.

Brasil, 1988. Disponível em: <[https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes\\_declaracao.pdf](https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf)> Acesso em: 13/11/2015.

Chile, 1980. Disponível em: <<http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=242302>> Acesso em: 13/11/2015.

Colômbia, 1991. Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/?bTy>> Acesso em: 13/11/2015.

Costa Rica, 1949. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20060223111247/http://www.georgetown.edu/pdba/Constitutions/Costa/costa2.html>> Acesso em: 14/11/2015.

El Salvador, 1983. Disponível em: <<http://www.asamblea.gob.sv/eparlamento/indice-legislativo/buscador-de-documentos-legislativos/constitucion-de-la-republica>> Acesso em: 14/11/2015.

Equador, 2008. Disponível em: <[http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion\\_de\\_bolsillo.pdf](http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_bolsillo.pdf)> Acesso em: 14/11/2015.

Honduras, 1982. Disponível em: <[https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion\\_de\\_Honduras.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_de_Honduras.pdf)> Acesso em: 14/11/2015.

Guatemala, 1985. Disponível em: <[https://www.oas.org/juridico/mla/sp/gtm/sp\\_gtm-int-text-const.pdf](https://www.oas.org/juridico/mla/sp/gtm/sp_gtm-int-text-const.pdf)> Acesso em: 15/11/2015.

México, 1917. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/htm/1.htm>> Acesso em: 15/11/2015.

Nicarágua, 1948. Disponível em: <<http://legislacion.asamblea.gob.ni/Normaweb.nsf/3133c0d121ea3897062568a1005e0f89/06c0db3b7bcfc75706257307006f6c6d?OpenDocument>> Acesso em: 15/11/2015.

Panamá, 1972. Disponível em: <[http://www.asamblea.gob.pa/cep/contitucion\\_del\\_1972\\_reforma.pdf](http://www.asamblea.gob.pa/cep/contitucion_del_1972_reforma.pdf)> Acesso em: 15/11/2015.

Paraguai, 1992. Disponível em: <[http://www.oas.org/juridico/spanish/par\\_res3.htm](http://www.oas.org/juridico/spanish/par_res3.htm)> Acesso em: 15/11/2015.

Peru, 1993. Disponível em: <http://www4.congreso.gob.pe/ntley/Imagenes/Constitu/Cons1993.pdf>> Acesso em: 16/11/2015.

República Dominicana, 2010. Disponível em: <http://www.senado.gob.do/senado/Portals/0/Documentos/constituciones/const-2010.pdf>> Acesso em: 16/11/2015.

Uruguai, 1967. Disponível em: <https://www.presidencia.gub.uy/normativa/constitucion-de-la-republica>> Acesso em: 16/11/2015.

Venezuela, 1999. Disponível em: [http://www.cne.gov.ve/web/normativa\\_electoral/constitucion/indice.php](http://www.cne.gov.ve/web/normativa_electoral/constitucion/indice.php)> Acesso em: 16/11/2015.

## ESTATUTOS PARTIDÁRIOS

Alianza Pais, 2011. Disponível em: [http://www.alianzapais.com.ec/images/recursos/documentos/regimenorganicoreforma\\_dov10.pdf](http://www.alianzapais.com.ec/images/recursos/documentos/regimenorganicoreforma_dov10.pdf)> Acesso em: 09/02/2016.

Alianza Republicana Nacionalista, 2014. Disponível em: <http://arena.org.sv/imagenes/EstatutosARENA2014.pdf> > Acesso em: 10/02/2016.

Asociación Nacional Republicana, 2011. Disponível em: <http://www.anr.org.py/paginas.php?cod=31>> Acesso em: 11/02/2016.

Cambio Democrático, 2013. Disponível em: [http://www.tribunal-electoral.gob.pa/html/fileadmin/user\\_upload/Partidos\\_politicos/Cambio\\_democratico/E-STATUTO\\_CORREGIDO\\_TEXTO\\_UNICO\\_CD.pdf](http://www.tribunal-electoral.gob.pa/html/fileadmin/user_upload/Partidos_politicos/Cambio_democratico/E-STATUTO_CORREGIDO_TEXTO_UNICO_CD.pdf)> Acesso em: 17/02/2016.

Frente Amplio, 2011. Disponível em: <http://www.frenteamplo.org.uy//index.php?Q=articulo&ID=1012>> Acesso em: 11/02/2016.

Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, 2006. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35320498>> Acesso em: 17/02/2016.

Frente Sandinista de Liberación Nacional, 2002.

Frente de Unidad Nacional, Sem ano. Disponível em: [http://web.archive.org/web/20150406065221/http://www.unidad-nacional.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=109](http://web.archive.org/web/20150406065221/http://www.unidad-nacional.com/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=109)> Acesso em: Acesso em: 10/02/2016.

Fuerza Popular. Estatuto, 2011. Disponível em: <http://www.fuerzapopular.pe/proceso-eleccionario/estatuto-de-fuerza-2011/>> Acesso em: 09/02/2016.

Movimiento Creando Oportunidades, 2014. Disponível em: <<http://creo.com.ec/wp-content/uploads/2015/06/3.-R%C3%89GIMEN-ORG%C3%81NICO-DEL-MOVIMIENTO-CREO-17-de-mayo-de-2014.pdf>> Acesso em: 09/02/2016.

Movimiento al Socialismo, 2012. Disponível em: <<http://www.mas-ipsp.bo/images/Docum%20PDF/ESTATUTO%20ORGANICO%20MAS%20IPSP.pdf>> Acesso em: 10/02/2016.

Movimiento Primero Justicia, 2012. Disponível em: <[http://www.primerojusticia.org.ve/cms/index.php?option=com\\_flexicontent&view=item&cid=81&id=12551&Itemid=528](http://www.primerojusticia.org.ve/cms/index.php?option=com_flexicontent&view=item&cid=81&id=12551&Itemid=528)> Acesso em: 09/02/2016.

Partido Acción Ciudadana, 2013. Disponível em: <[https://pac.cr/ESTATUTO\\_PAC1.pdf](https://pac.cr/ESTATUTO_PAC1.pdf)> Acesso em: 17/02/2016.

Partido Acción Nacional 2013. Disponível em: <<https://www.pan.org.mx/wp-content/uploads/2013/04/Estatutos-XVI-Asamblea-Nacional.pdf>> Acesso em: 17/02/2016.

Partido Conservador, 2012. Disponível em: <<http://partidoconservador.com/estatutos-partido-conservador-2/>> Acesso em: 16/02/2016.

Partido Colorado, 2011. Disponível em: <[www.partidocolorado.com.uy/adminpc2/media/files/bc4dec40e5ebd5e\\_carta\\_organica\\_pc.pdf](http://www.partidocolorado.com.uy/adminpc2/media/files/bc4dec40e5ebd5e_carta_organica_pc.pdf)> Acesso: 16/02/2016.

Partido Demócrata Cristiano, 2005. Disponível em: <<http://www.democratacristiano.cl/joomla/index.php/pdc/estructura-y-procedimientos/estructura-y-organizacion/estructura-organica>> Acesso em: 16/02/2016.

Partido Justicialista, 2011. Disponível em: <[http://www.elecciones.gov.ar/estadistica/archivos/cartas\\_organicas/co\\_orden\\_nacional/justicialista\\_orden\\_nacional.pdf](http://www.elecciones.gov.ar/estadistica/archivos/cartas_organicas/co_orden_nacional/justicialista_orden_nacional.pdf)> Acesso em: 11/02/2016.

Partido de la U, 2012. Disponível em: <<http://giron-santander.gov.co/apc-aa-files/61306439376662346461393632346134/estatutos-partido-de-la-u.pdf>> Acesso em: 16/02/2016.

Partido Liberación Nacional, 2013. Disponível em: <[http://web.archive.org/web/20150501123038/http://media.wix.com/ugd/18eb4f\\_ad4fa4e1c3354d64a6471d9abb604dca.pdf](http://web.archive.org/web/20150501123038/http://media.wix.com/ugd/18eb4f_ad4fa4e1c3354d64a6471d9abb604dca.pdf)> Acesso em: 15/02/2016.

Partido Liberal (Colômbia), 2012. Disponível em: <<https://reformapoliticas.files.wordpress.com/2015/03/colombiaestatutopl2012.pdf>> Acesso em: 15/02/2016.

Partido Liberal (Honduras), 2010. Disponível em: <<http://www.tse.hn/WEB/documentos/PL%20Estatutos.pdf>> Acesso em: 15/02/2016.

Partido Liberal Independiente, 2013. Disponível em: <<http://plinicaragua.org/estatutos/>> Acesso em: 10/02/2016.

Partido Liberal Radical Auténtico, 2015. Disponível em: <<http://plra.org.py/wp-content/uploads/2015/06/Estatuto-Final-PLRA-1.pdf>> Acesso em: 11/02/2016.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro, 2012. Disponível em: <<http://pmdb.org.br/institucional/estatuto/>> Acesso em: 11/02/2016.

Partido Nacional (Honduras), Sem ano. Disponível em: <<http://www.tse.hn/WEB/documentos/PN%20Estatutos.pdf>> Acesso em: 15/02/2016.

Partido Nacional (Uruguai), 2012. Disponível em: <<http://partidonacional.org.uy/portal/index.php/nuestro-partido/carta-organica>> Acesso em: 14/02/2016.

Partido Nacionalista Peruano, 2010. Disponível em: <<http://www.partidonacionalistaperuano.org.pe/estatuto/>> Acesso em: 09/02/2016.

Partido Patriota, 2006.

Partido Reformista Social Cristiano, 2014. Disponível em: <[http://www.prsc.com.do/Estatuto2014/files/estatuto%20prsc\\_dic%202013%20final.pdf](http://www.prsc.com.do/Estatuto2014/files/estatuto%20prsc_dic%202013%20final.pdf)> Acesso em: 14/02/2016.

Partido de la Revolución Democrática, 2013. Disponível em: <[http://www.prd.org.mx/portal/documentos/estatuto\\_2014.pdf](http://www.prd.org.mx/portal/documentos/estatuto_2014.pdf)> Acesso em: 14/02/2016.

Partido Revolucionario Democrático, 2013. Disponível em: <[http://www.tribunal-electoral.gob.pa/html/fileadmin/user\\_upload/Partidos\\_politicos/PRD/PRD\\_CONTENIDO.pdf](http://www.tribunal-electoral.gob.pa/html/fileadmin/user_upload/Partidos_politicos/PRD/PRD_CONTENIDO.pdf)> Acesso em: 14/02/2016.

Partido Revolucionario Dominicano, 2004. Disponível em: <<http://prd.org.do/estatutos/>> Acesso em: 13/02/2016.

Partido Revolucionario Institucional, 2014. Disponível em: <<http://pri.org.mx/SomosPRI/Documentos/Estatutos2014.pdf>> Acesso em: 13/02/2016.

Partido da Social Democracia Brasileira, 2015. Disponível em: <[http://static.psd.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Estatuto%202015\\_12\\_final.pdf](http://static.psd.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Estatuto%202015_12_final.pdf)> Acesso em: 11/02/2016.

Partido Socialista de Chile, 2015. Disponível em: <<http://web.pschile.cl/npschile/index.php/ps-chile/estatuto/estatuto-oficial>> Acesso em: 11/02/2016.

Partido Socialista Unido de Venezuela, 2010. Disponível em: <<http://www.psu.org.ve/psuv/estatutos>> Acesso em: Acesso em: 10/02/2016.

Partido dos Trabalhadores, 2012. Disponível em: <[https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ESTATUTO\\_PT\\_2012\\_-\\_VERSAO\\_FINAL\\_registrada.pdf](https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/ESTATUTO_PT_2012_-_VERSAO_FINAL_registrada.pdf)> Acesso em: 11/02/2016.

Propuesta Republicana Orden Nacional, Sem ano. Disponível em: <[http://www.elecciones.gov.ar/estadistica/archivos/cartas\\_organicas/co\\_orden\\_nacional/pro\\_propuesta\\_republicana\\_orden\\_nacional.pdf](http://www.elecciones.gov.ar/estadistica/archivos/cartas_organicas/co_orden_nacional/pro_propuesta_republicana_orden_nacional.pdf)> Acesso em: 11/02/2016.

Renovación Nacional, 2006. Disponível em: <<http://www.rn.cl/estatutos/>> Acesso em: 13/02/2016.

Unidad Nacional de la Esperanza, 2006.

Unión Cívica Radical, 2011. Disponível em: <<http://www.ucr.org.ar/data/file/institucional/Carta-organica-UCR.pdf>> Acesso em: 11/02/2016.

## LEIS PARTIDÁRIAS

Argentina, 2003. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/20000-24999/23893/texact.htm>> Acesso em: 22/01/2016.

Bolívia, 1999. Disponível em: <[http://aceproject.org/ero-en/regions/americas/BO/leyes-electorales/Ley%201983%20Organica%20de%20partidos%20politicos%20\(1999\).pdf/view](http://aceproject.org/ero-en/regions/americas/BO/leyes-electorales/Ley%201983%20Organica%20de%20partidos%20politicos%20(1999).pdf/view)> Acesso em: 22/01/2016.

Brasil, 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)> Acesso em: 22/01/2016.

Chile, 1987. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=29994>> Acesso em: 23/01/2016.

Colômbia, 2011. Disponível em: <<http://aceproject.org/ero-en/regions/americas/CO/colombia-ley-1475-de-2011-sobre-partidos-politicos/view>> Acesso em: 22/01/2016.

Costa Rica, 1953. Disponível em: <<http://www.tse.go.cr/pdf/normativa/codigoelectoral.pdf>> Acesso em: 23/01/2016.

El Salvador, 1993. Disponível em: <<http://www.asamblea.gob.sv/eparlamento/indice-legislativo/buscador-de-documentos-legislativos/codigo-electoral-1>> Acesso em: 23/01/2016.

Equador, 2003. Disponível em: <<http://www.asambleanacional.gob.ec/es/contenido/ley-organica-electoral-y-de-organizaciones-politicas-de-la-republica-del-ecuador-codigo-de>> Acesso em: 23/01/2016.

Honduras, 2004. Disponível em: <<http://www.tsc.gob.hn/biblioteca/index.php/leyes/116-ley-electoral-y-de-las-organizaciones-politicas>> Acesso em: 24/01/2016.

Guatemala, 2007. Disponível em: <<http://tse.org.gt/images/Reglamento%20Ley%20Electoral%20y%20de%20Partidos%200Politicos.pdf>> Acesso em: 24/01/2016.

México, 1996. Disponível em: [http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGPP\\_130815.pdf](http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LGPP_130815.pdf)> Acesso em: 24/01/2016.

Nicarágua, 2000. Disponível em: [pdba.georgetown.edu/Parties/Nica/Leyes/regulacionjuridica.pdf](http://pdba.georgetown.edu/Parties/Nica/Leyes/regulacionjuridica.pdf)> Acesso em: 25/01/2016.

Panamá, 1992. Disponível em: [http://www.tribunal-electoral.gob.pa/html/fileadmin/user\\_upload/publicaciones/CODIGO\\_ELECTORAL\\_01.pdf](http://www.tribunal-electoral.gob.pa/html/fileadmin/user_upload/publicaciones/CODIGO_ELECTORAL_01.pdf)> Acesso em: 25/01/2016.

Paraguai, 1996. Disponível em: [pdba.georgetown.edu/Parties/Paraguay/Leyes/codigoelectoral.pdf](http://pdba.georgetown.edu/Parties/Paraguay/Leyes/codigoelectoral.pdf)> Acesso em: 25/01/2016.

Peru, 2003. Disponível em: <http://portal.jne.gob.pe/informacionlegal/Constitucin%20y%20Leyes1/LEY%20DE%20PARTIDOS%20POL%C3%8DTICOS.pdf>> Acesso em: 26/01/2016.

República Dominicana, 1997. Disponível em: <http://www.jmarcano.com/mipais/politicos/leyelect4.html#titulo8>> Acesso em: 26/01/2016.

Uruguai, 1997. Disponível em: <http://www.dgi.gub.uy/wdgi/page?2,principal,Ampliacion,O,es,0,PAG;CONC;551;2;D;ley-no-18-485-de-11-05-009;0;PAG;>> Acesso em: 26/01/2016.

Venezuela, 1964. Disponível em: [http://www.cne.gob.ve/web/normativa\\_electoral/ley\\_partidos\\_politicos/titulo1.php](http://www.cne.gob.ve/web/normativa_electoral/ley_partidos_politicos/titulo1.php)> Acesso em: 26/01/2016.

## OUTROS

Argentina. Lei de financiamento dos partidos políticos. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/75000-79999/75022/norma.htm>> Acesso em: 22/01/2016.

Argentina. Lei de participação de gênero. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/411/norma.htm>> Acesso em: 28/01/2016.

Argentina. Câmara Nacional Electoral (CNE). Disponível em: <http://www.electoral.gov.ar/>> Acesso em: 20/06/2015.

Partido dos Trabalhadores. Tabela de contribuição partidária. Disponível em: <http://www.pt.org.br/blog-secretarias/tabelas-de-contribuicao-partidaria-2015/>> Acesso em: 11/02/2016.